

B O L E T I M
MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



3.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1230

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (150.ª Reunião / 98.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2017/07/25):

- **Deliberação n.º 270/AML/2017 - Proposta de Deliberação n.º 002/PCP/2017** - «Por uma nova política de saúde na cidade de Lisboa em defesa do Centro Hospitalar de Lisboa Central» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 2008 (591)

- **Deliberação n.º 271/AML/2017 - Recomendação n.º 3/150** - «Pela defesa das Unidades Hospitalares de Lisboa Central» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 2008 (592)

- **Deliberação n.º 272/AML/2017 - Proposta de Deliberação n.º 003/BE/2017 - Retificada** - «Pelo desenvolvimento e equilíbrio da Rede Hospitalar de Lisboa» - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 2008 (592)

- **Deliberação n.º 273/AML/2017 - Recomendação n.º 1/150** - «Resultantes do Parecer da 7.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 12/2017 - Futuro da Fundação Celeste Herberto de Miranda - Universidade Internacional para a Terceira Idade» - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente
pág. 2008 (593)

- **Deliberação n.º 274/AML/2017 - Proposta n.º 319/CM/2017** - «Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, nos termos da proposta» - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2008 (594)

- Deliberação n.º 275/AML/2017 - Proposta n.º 320/CM/2017 - «Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa, nos termos da proposta» - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2008 (600)

- Deliberação n.º 276/AML/2017 - Proposta n.º 259/CM/2017 - «Alienação sob a forma de complemento de lote de duas parcelas de terrenos municipais, sitas na Avenida 24 de Julho e Rua D. Luís I, à LXTEJO - Investimentos Imobiliários, S. A., nos termos da proposta» - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2008 (634)

- Deliberação n.º 277/AML/2017 - Proposta n.º 385/CM/2017 - «Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de três troços da Estrada das Amoreiras, da Estrada da Portela de Sacavém e da Azinhaga do Cavaco ou do Ourives, nos termos da proposta» - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2008 (643)

- Deliberação n.º 278/AML/2017 - Proposta n.º 440/CM/2017 - «Constituição de um direito de superfície a favor da ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, sobre o prédio municipal sito na Rua Professor Lima Basto, 71 (Estrada de Benfica), nos termos da proposta» - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2008 (646)

- Deliberação n.º 279/AML/2017 - Recomendação n.º 2/150 - «Resultante do Parecer das 1.ª e 6.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 440/CM/2017» - Subscrita pelas 1.ª e 6.ª Comissões Permanentes
pág. 2008 (657)

- Deliberação n.º 280/AML/2017 - Proposta n.º 479/CM/2017 - «Nomeação da Sociedade Moore Stephens e Associados SROC, S. A., como Auditor externo do Município de Lisboa, nos termos da proposta» - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 2008 (658)

- Deliberação n.º 281/AML/2017 - Proposta n.º 462/CM/2017 - «Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta n.º 462/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para a construção da creche municipal dos Olivais» - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2008 (659)

- Deliberação n.º 282/AML/2017 - Proposta n.º 464/CM/2017 - «Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta n.º 464/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para a construção do Parque Verde da Nova Feira Popular» - Subscrita pelos Senhores Vereadores Manuel Salgado e José Sá Fernandes
pág. 2008 (733)

- Deliberação n.º 283/AML/2017 - Proposta n.º 473/CM/2017 - «Repartição de encargos e compromisso plurianual para aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 2008 (805)

- Deliberação n.º 284/AML/2017 - Proposta n.º 474/CM/2017 - «Ponto IV da parte deliberativa da Proposta n.º 474/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para dispositivos de iluminação pública, tráfego e publicidade do Município de Lisboa» - Subscrita pelos Senhores Vereadores Duarte Cordeiro e João Paulo Saraiva
pág. 2008 (838)

- Deliberação n.º 285/AML/2017 - Proposta n.º 475/CM/2017 - «Ponto 2 da parte deliberativa da Proposta n.º 475/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para prestação de serviços de exploração, operação e manutenção do Sistema Automático de Resíduos Sólidos Urbanos do Parque das Nações» - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 2008 (891)

- Deliberação n.º 286/AML/2017 - Proposta n.º 476/CM/2017 - «Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta n.º 476/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para aquisição de serviços de exploração técnica e manutenção do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações» - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 2008 (895)

- Deliberação n.º 287/AML/2017 - Proposta n.º 480/CM/2017 - «Assunção de compromissos plurianuais no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família, para o ano letivo 2017/2018» - Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Albergaria
pág. 2008 (987)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

150.^a Reunião / 98.^a Sessão Extraordinária - Realizada em 2017/07/25

Tema 6: Direitos Sociais e Cidadania

Subtema: Saúde

DELIBERAÇÃO Nº 270/AML/2017

Proposta de Deliberação nº 002/PCP/2017 – Por uma Nova Política de Saúde na Cidade de Lisboa Em Defesa do Centro de Hospitalar de Lisboa Central

Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP

Deliberada por pontos:

Ponto 1

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PSD/ PCP/ BE/ CDS-PP/ PEV/ PAN/ 6 IND –

Contra: PS/ PNPN

(Ausência do Grupo Municipal do MPT nesta votação)

Ponto 3

Aprovado por Unanimidade

(Ausência do Grupo Municipal do MPT nesta votação)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1.Manifestar junto do governo a sua profunda preocupação relativamente à previsível perda de capacidade de resposta aos cuidados de saúde da população em razão do encerramento das unidades do Centro Hospitalar de Lisboa Central;

3.Remeter a presente moção para o Senhor Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares, Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Sindicatos representativos dos médicos e dos enfermeiros, Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e redação da Agência Noticiosa Nacional – LUSA.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301000/1/008103,000257/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 271/AML/2017

Recomendação nº 3/150 – Pela Defesa das Unidades Hospitalares de Lisboa Central

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV

Deliberada por pontos:

Ponto 3

Aprovado por Unanimidade

Ponto 4

Aprovado por Unanimidade

Ponto 5

Aprovado por Unanimidade

Ponto 6

Aprovado por Unanimidade

Ponto 7

Aprovado por Unanimidade

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

“3 - Defenda a salvaguarda do património histórico e arquitetónico das unidades hospitalares de Lisboa Central.

4 - Pugne por um novo hospital em Lisboa, de gestão pública, que sirva de complemento às unidades hospitalares da cidade.

5 - Elabore, através de um processo profundo e participado, uma nova Carta de Equipamentos de Saúde, que inclua todos os cuidados de saúde previstos.

Mais deliberou ainda:

6 - Continuar a acompanhar esta matéria de importância fundamental para a cidade e para o país.

7 - Enviar a presente deliberação ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, ao Ministro da Saúde, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Movimento de Utentes de Serviços Públicos, às Comissões de Trabalhadores e de Utentes, assim como a todos os participantes do debate realizado na AML em 2014”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008104,000074/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 272/AML/2017

Proposta de Deliberação nº 003/BE/2017 - Retificada – Pelo Desenvolvimento e Equilíbrio da Rede Hospitalar de Lisboa

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE

Deliberada por pontos:

Ponto 1

Aprovado por Unanimidade

Ponto 2

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ CDS-PP/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 5 IND – **Abstenção:** 1 IND

Ponto 5

Aprovado por Unanimidade

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“1 – Reiterar ao Governo a necessidade de acautelar as opções em matéria de Cuidados de Saúde e de Património, Cultura e Ciência, vertidas respetivamente nos pontos 2 e 3 da Deliberação n.º 65/AML/2014.

2 – Manifestar ao Governo a necessidade de rápido avanço na conceção e construção do novo Hospital de Lisboa Oriental.

5 – A remessa do teor integral da presente proposta a Suas Excelências, o Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças, o Ministro da Saúde e o Ministro da Cultura e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301000/1/008113,000257/index.htm>)

Tema 7: Cultura, Educação, Juventude e Desporto

Subtema: Educação

DELIBERAÇÃO Nº 273/AML/2017

Recomendação nº 1/150 – Resultante do Parecer da 7ª Comissão Permanente sobre a Petição 12/2017 – Futuro da Fundação Celeste Herberto de Miranda – Universidade Internacional para a Terceira Idade

Subscrita pela 7ª Comissão Permanente

Aprovada por Unanimidade

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar):

“1 - Que a Câmara celebre um contrato com a Universidade Internacional para a Terceira Idade (UITI), que assegure a sua continuidade;

2 - Que a Câmara atribua uma bonificação sobre futuras rendas, atendendo ao fato de a UITI vir prestando um serviço público há longos anos na cidade de Lisboa, em igualdade de circunstâncias com as restantes 22 universidades e academias Sénior existentes em Lisboa;

3 - Que a Câmara disponibilize o imóvel sito na Rua Maria Andrade durante o período da realização das obras que irão decorrer no prédio n.ºs 81 – 85 da Rua das Flores;

4 - Que as obras a realizar pela Câmara no imóvel da Rua das Flores, n.ºs 81 – 85, decorram com a celeridade possível, atendendo aos prazos previstos para a realização das inscrições de alunos na UITI;

5 - Que a Câmara diligencie a limpeza urgente do logradouro do prédio da Rua das Flores n.ºs 81 – 85, atendendo aos perigos de incêndio e de salubridade. “

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008065,000075/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 274/AML/2017

Proposta nº 319/CM/2017 – Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ PNPN/ 6 IND – **Abstenção:** BE/ CDS-PP/ PEV/ MPT/ PAN

PROPOSTA N.º 319/2017

Assunto: Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação.

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público

Serviço: DMU/ DP/ Divisão de Plano Diretor Municipal

Considerando que:

Através Despacho n.º 5253/2016, de 29 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 76, de 19 de abril, foi determinada a desafetação do domínio público militar e a autorização da cedência de utilização, ao Município de Lisboa, do imóvel designado PM 164/Lisboa — Manutenção -Militar — Ala Sul, localizado na Rua do Grilo, Freguesia do Beato, concelho de Lisboa, pelo prazo máximo de 50 anos, mediante a contrapartida financeira de € 7.131.703,00 (sete milhões, cento e trinta e um mil, setecentos e três euros), homologada pela Direção -Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do disposto no Decreto -Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com vista à reabilitação e adaptação do imóvel para acolher a sexta edição da Web Summit e potenciar este evento para que possam ser ali instaladas novas startups, bem como um polo cultural e tecnológico ou outras atividades de interesse público;

Nos termos do artigo 123.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estão sujeitas a um regime simplificado as alterações de planos intermunicipais e municipais que resultem da necessidade de redefinição do uso do solo, determinada pela cessação de servidões administrativas e de restrições de utilidade pública ou pela desafetação de bens imóveis do domínio público ou dos fins de utilidade pública a que se encontravam adstritos, designadamente os do domínio privado indisponível do Estado;

Verificada a existência de uma lacuna de regulamentação, em virtude da mencionada desafetação do domínio público, a integração é feita por analogia, através da aplicação das normas do plano que são aplicáveis às parcelas confinantes e com as quais a parcela em causa tenha condições para constituir uma unidade harmoniosa, ao abrigo do disposto no artigo 123, n.º 2 do RJIGT;

Justifica-se, nesta situação, a adoção das normas aplicáveis às parcelas confinantes para os Espaços Consolidados Centrais e Residenciais-Traçado Urbano A, conforme descrito na proposta integradora, em anexo à presente proposta;

Assim, na reunião do dia 25 de janeiro de 2017, a Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 19/CM/2017, determinou o início do procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, relativamente ao imóvel designado PM 164/Lisboa — Manutenção-Militar — Ala Sul, localizado na Rua do Grilo, freguesia do Beato, concelho de Lisboa, e a abertura de um período de consulta pública da respetiva proposta integradora pelo prazo de 10 dias úteis, ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 123.º do RJIGT;

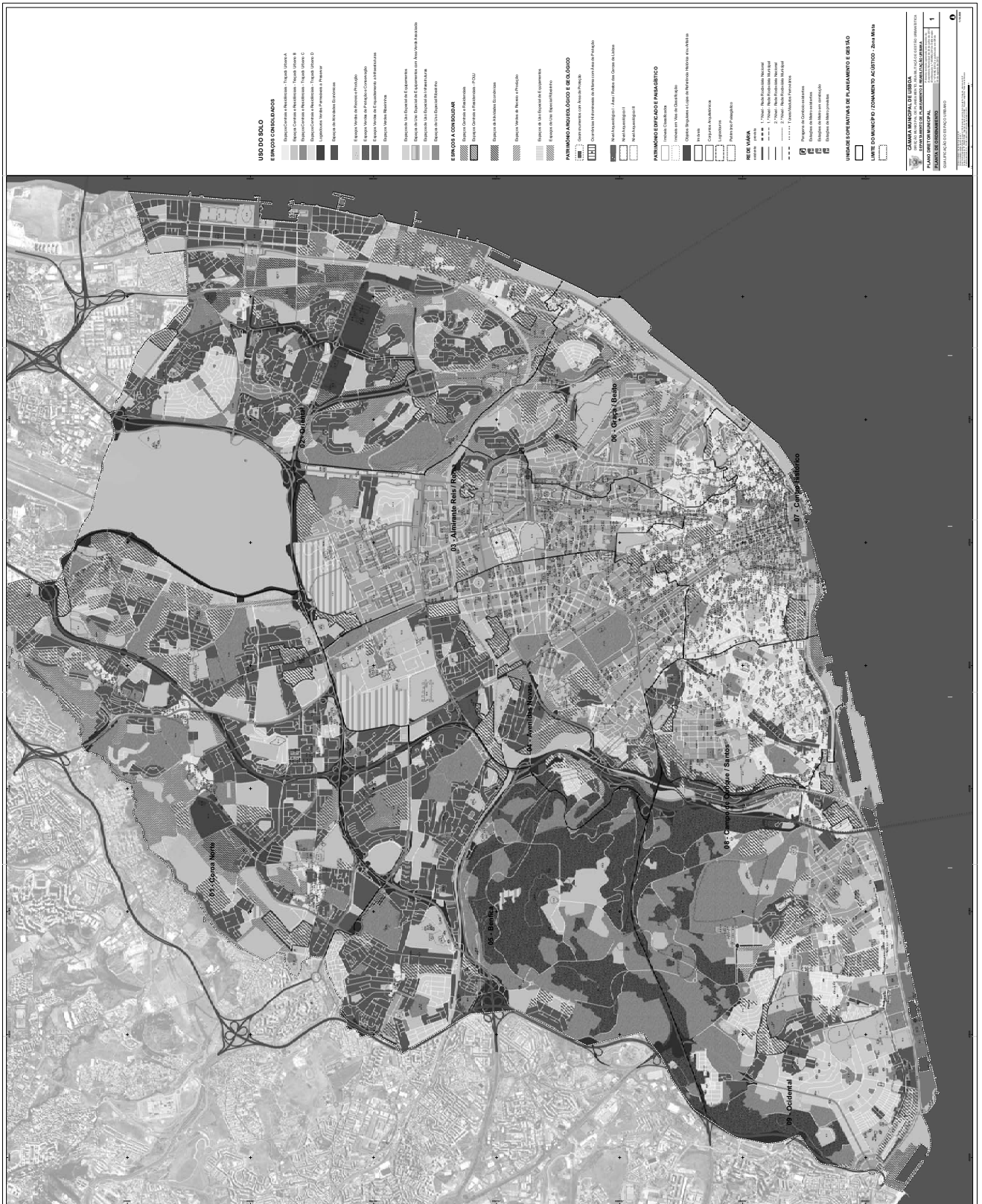
Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), não houve lugar a ponderação dos resultados da apreciação pública, em virtude de não terem sido recebidas participações no prazo concedido para apresentação de reclamações, observações ou sugestões, o qual decorreu entre os dias 20 de fevereiro a 6 de março 2017;

A mencionada deliberação municipal que determinou a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, contendo a solução integradora que resulta da aplicação das normas aplicáveis às parcelas confinantes do imóvel em causa (adoção das normas aplicáveis às parcelas confinantes para os Espaços Consolidados Centrais e Residenciais-Traçado Urbano A), foi sujeita a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR – LVT), em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 123.º do RJIGT;

A competência para aprovação da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa é da Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada por esta Câmara Municipal, nos termos do n.º 7 do artigo 123.º do RJIGT.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa em vigor, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, através do Aviso n.º 11622/2012, alterado através do regime procedimental simplificado, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 8 de maio de 2014, através do Aviso n.º 5804/2014, e no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 24 de fevereiro de 2017, através do Aviso n.º 2099/2017, e ainda objeto das declarações de retificação e correção material n.º 67/2015 e n.º 68/2015, publicadas no Diário de República, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril de 2015, para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto do n.º 7 do artigo 123.º Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.







Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Planeamento
Divisão de Plano Diretor Municipal

Exmo. Senhor
Diretor do Departamento de Planeamento
Arqt. Paulo Prazeres Pais

Informação n.º
INF/7/DMU/DP/DPDM/17

Data
11-04-2017

Assunto: Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, relativamente ao imóvel designado PM 164/Lisboa.

Informação

Na reunião do dia 25 de janeiro de 2017, a Câmara Municipal, através da Deliberação n.º 19/CM/2017, determinou o início do procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, relativamente ao imóvel designado PM 164/Lisboa — Manutenção-Militar — Ala Sul, localizado na Rua do Grilo, freguesia do Beato, concelho de Lisboa, e a abertura de um período de consulta pública da respetiva proposta integradora pelo prazo de 10 dias úteis, ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 123.º do RJIGT;

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), não houve lugar a ponderação dos resultados da apreciação pública, em virtude de não terem sido recebidas participações no prazo concedido para apresentação de reclamações, observações ou sugestões, o qual decorreu entre os dias 20 de fevereiro a 6 de março 2017; A mencionada deliberação municipal que determinou a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, contendo a solução integradora que resulta da aplicação das normas aplicáveis às parcelas confinantes do imóvel em causa (adoção das normas aplicáveis às parcelas confinantes para os Espaços Consolidados Centrais e Residenciais-Traçado Urbano A), foi sujeita a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR – LVT), em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 123.º do RJIGT;

Despacho

SR. DIRETOR MUNICIPAL
ARQ. JORGE CATARINO
TAVARES,
CONCORDO

O Diretor do Departamento

Paulo Prazeres Pais
Departamento de Planeamento

11.4.2017

À h. Vencedor
Cumando devendo
a proposta ser reme-
tida para deliberação
de Câmara.

O Diretor Municipal

Jorge Catarino Tavares
Direção Municipal de Urbanismo
por subdelegação de competências no Despacho
nº 111/P/2015 de 14 de Setembro de 2015, publicado
No B.M. nº 1127 de 24 de Setembro de 2015 11.4.17

Neste contexto, o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa em vigor, está em condições de ser proposto para ser aprovado pela Câmara Municipal para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto do n.º 7 do artigo 123.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Anexo:

- Projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa (a alteração em causa apenas afeta a planta de qualificação do espaço urbano atendendo a que a planta de condicionantes é de atualização automática)

O Chefe de Divisão

O Chefe de Divisão

Gonçalo Belo
Divisão do Plano do Diretor Municipal
Departamento de Planeamento
Eng. Gonçalo Belo

DELIBERAÇÃO Nº 275/AML/2017

Proposta nº 320/CM/2017 – Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ PEV/ PNP/ 4 IND – **Contra:** BE/ CDS-PP - **Abstenção:** MPT/ PAN

(Ausência de dois Deputados Municipais Independentes nesta votação)

PROPOSTA N.º 320/2017

Assunto: Aprovar a proposta de versão final da Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal para aprovação.

Pelouros: Planeamento, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Espaço Público, Património e Obras Municipais

Serviço: DMU/DP/DPT

Considerando que:

O Plano de Pormenor 3 – Zona Sul – Avenida Marechal Gomes da Costa, adiante designado por PP3, cuja revisão foi aprovada através da Portaria n.º 1130-B/ 99 que foi publicada no Diário da República, 1.ª Série – B, n.º 303, de 31 de dezembro de 1999, constitui o instrumento de gestão territorial eficaz para a Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa da Zona de Intervenção da EXPO 98;

Através da Deliberação n.º 647/CM/2014, de 29 de outubro de 2014, publicada no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1081, de 6 de novembro de 2014, a Câmara Municipal aprovou o início do procedimento de Alteração do PP 3 - Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa, os respetivos Termos de Referência, a dispensa de avaliação ambiental e a abertura do período de participação pública preventiva;

O mencionado período de participação pública para a formulação de sugestões e apresentação de informações, previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu, após publicitação no Diário da República, 2.ª série, n.º 231 de 28 de novembro de 2014, através do Aviso n.º 13254/2014, entre os dias 3 e 24 de dezembro de 2014;

No dia 15 de dezembro de 2015, a proposta do plano foi enviada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente para realização de conferência procedimental com todas as entidades dos interesses a ponderar, nos termos do n.º 3 do artigo 86.º do RJIGT;

Após a conferência procedimental, que se realizou no dia 10 de fevereiro de 2016, e reuniões de concertação, previstas no n.º 1 do artigo 87.º do RJIGT, foram integradas na proposta do plano as alterações pertinentes e passíveis de serem consideradas;

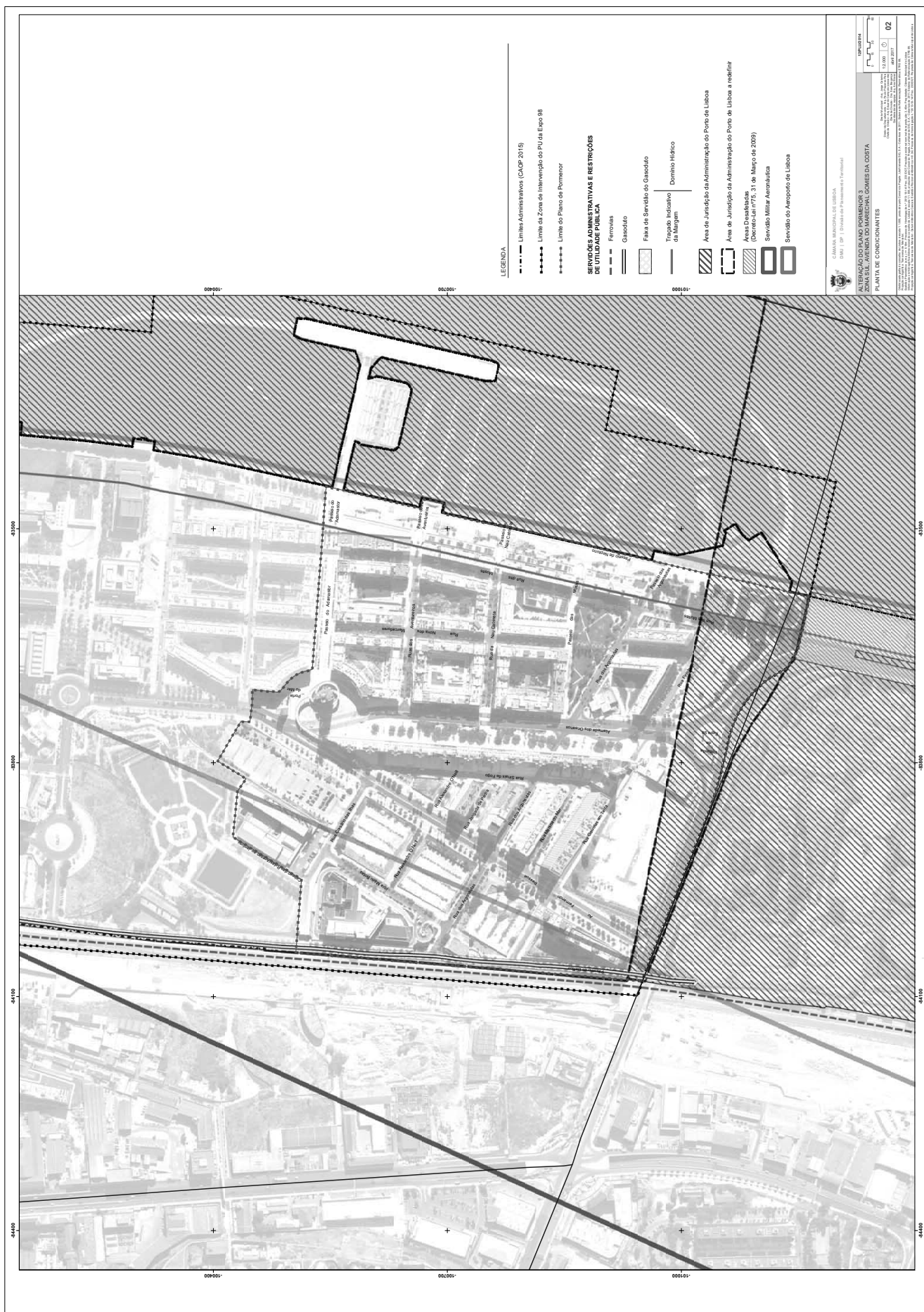
Através da Deliberação n.º 779/CM/2016, de 21 de dezembro de 2016, publicada no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1194, de 5 de janeiro de 2017, a Câmara Municipal determinou a abertura de um período de discussão pública para a proposta de Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa, pelo período de 20 dias úteis;

Em conformidade com o n.º 6 do artigo 89.º do RJIGT, concluído o período de discussão pública, que decorreu entre os dias 23 de janeiro e 17 de fevereiro de 2017, foi elaborado o respetivo relatório de ponderação, bem como a versão final da proposta do plano para aprovação, que se encontra instruída com os elementos legais necessários, de acordo com o teor da Informação Técnica n.º 17647/INF/DPT/GESTURBE/2017;

Nos termos do n.º 1 do artigo 119.º do RJIGT, as alterações aos planos territoriais seguem, com as devidas adaptações, os procedimentos previstos para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

Determinar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a proposta da versão final da Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul - Avenida Marechal Gomes da Costa, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.



ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR 3
ZONA SUL – AVENIDA DO MARECHAL GOMES DA COSTA
REGULAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DMU | DP | Divisão de Planeamento Territorial

abril de 2017

PLANO DE PORMENOR 3 – ZONA SUL, AVENIDA DO MARECHAL GOMES DA COSTA | ALTERAÇÃO
REGULAMENTO

Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa

(Alteração do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa, aprovado pela Portaria n.º 1357/95, de 16 de novembro, e revisto pela Portaria n.º 1130 – B/99, publicada no Diário da República, 1.ª Série – B, n.º 303, de 31 de dezembro)

Artigo 1.º

Normas alteradas

São alterados os artigos 2.º, 7.º, 9.º, 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 16.º, 20.º, 23.º, 25.º, 27.º, 29.º e 30.º do Regulamento do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa, que passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

1.
2.
 - a)
 - a.1)
Regulamento;
 - a.2)
- 01) Planta de implantação desagregada em:
 - 01.1) Planta de implantação – desenho urbano, à escala de 1: 2.000;
 - 01.2) Planta de implantação – condicionantes de infraestruturas, à escala de 1: 2.000;
- 02) Planta de condicionantes, à escala de 1: 2.000.
 - b)
 - b.1)
.....
Estudo acústico;
Relatório síntese da concertação;
Relatório de ponderação da discussão pública e respetivas participações;
 - c)
 - c.1)
 - 03.1) Planta de ordenamento - qualificação do espaço urbano - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000;

- 03.2) Planta de ordenamento - estrutura ecológica municipal - extrato do PDM em vigor; à – escala de 1: 8.000;
 - 03.3) Planta de ordenamento - sistema de vistas - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000;
 - 03.4) Planta de ordenamento - riscos naturais e antrópicos I - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000;
 - 03.5) Planta de ordenamento - riscos naturais e antrópicos II - extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;
 - 03.6) Planta de ordenamento - condicionantes de infraestruturas - extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;
 - 03.7) Planta de ordenamento - acessibilidades e transportes - extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;
 - 03.8) Planta de condicionantes – SARUP I – extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;
 - 03.9) Planta de condicionantes - SARUP II - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000.
 - 04) Extrato da Planta de Zonamento do PU, em vigor, à escala de 1: 5.000.
3. *(Revogado.)*
4.

Artigo 7.º

[...]

- 1. Constitui recinto da Expo 98 a área localizada na zona de intervenção da Expo 98, abrangendo os acessos rodoviários e pedonais, os parques de estacionamento, as áreas livres, os edifícios, instalações e equipamentos de apoio à realização da Expo 98.
- 2. *(Revogado.)*

Artigo 9.º

[...]

- 1. No Plano está programado e localizado equipamento de utilização coletiva em que o uso está vinculado a equipamento urbano de utilização coletiva ou a serviço de interesse público – ensino e formação, cultura, saúde, segurança social, recreio e lazer, desporto, administração pública, segurança, transportes, apoio às atividades económicas – ou a área de reserva para esse fim.
- 2.
- 3. Na classe espaço urbano privado de uso misto, a localização da parcela afeta a equipamento de utilização coletiva pode ser alterada para outra parcela, sita na mesma classe de espaço, com configuração, dimensão e articulação urbana equivalentes, que passará a ficar vinculada ao uso de equipamento de utilização coletiva e com a qual permutará.
- 4. A alteração referida no número anterior é realizada no âmbito de operações de reparcelamento com definição das respetivas utilizações, e implica a sua prévia aprovação pela entidade competente na matéria de promoção do correspondente equipamento de utilização coletiva.
- 5. Admite-se o emparcelamento dos lotes urbanos 3.12.01 e 3.12.02 se tal for justificado por razões de exploração e gestão integrada dos equipamentos de utilização coletiva existentes e propostos, mantendo-se os parâmetros urbanísticos estabelecidos para os lotes objeto de emparcelamento.

6. Para as parcelas/ lotes urbanos 3.12.02, 3.27.03 e 3.35 não são estabelecidas áreas brutas de pavimentos e demais parâmetros urbanísticos, os quais se circunscreverão aos valores indispensáveis para a utilização programada, devendo assegurar-se cumulativamente:
 - a) O respeito pelas condicionantes incidentes no local;
 - b) A viabilidade geotécnica;
 - c) A não constituição de intrusões visuais;
 - d) A contribuição para a valorização e dignificação estética do conjunto.
7. Tendo em atenção a necessidade de regularização do espaço público a poente do lote urbano 3.12.02, admitem-se, estritamente para este fim, ajustamentos ao seu limite e configuração.
8. O lote urbano 3.27.03 é destinado a equipamento de utilização coletiva.
9. A parcela 3.35 é destinada exclusivamente à implantação de equipamentos ao ar livre de recreio e lazer (áreas de recreio infantil, juvenil, sénior, geriátrico) com eventual valência desportiva, admitindo-se as seguintes especificidades sujeitas à prévia aprovação pela entidade competente em matéria de promoção do correspondente equipamento de utilização coletiva:
 - a) Instalação de infraestruturas de apoio aos equipamentos propostos para a parcela;
 - b) Ajustamentos ao limite e área da parcela, desde que destinados a garantir os acessos às parcelas/ lotes urbanos confinantes ou à construção ou manutenção de lugares de estacionamento público de apoio.
10. A parcela 3.34 é destinada a equipamento de utilização coletiva, admitindo-se a instalação de atividades de natureza sociocultural, lúdica ou serviços destinados a apoiar e relacionados com o equipamento, desde que não conflituem com as características do objeto singular classificado na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMPEP).
11. A programação e localização do equipamento turístico é compatível no espaço urbano privado de uso misto, multiuso e habitacional, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento do PU.

Artigo 10.º

[...]

1.
2. Com o parcelamento procede-se à divisão do terreno em parcelas, para efeito de registo predial e inscrição matricial, sem prejuízo do seu posterior reparcelamento.
 - a)
3. Através do reparcelamento procede-se à divisão das parcelas referidas no n.º 2 em lotes urbanos, para efeito do registo predial e inscrição matricial.
4.
5.
6.
7.
8. A Câmara Municipal de Lisboa é a entidade competente para aprovar os projetos de reparcelamento, após verificação da sua conformidade com o disposto no Plano, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
9.
10.

Artigo 12.º

[...]

1.
 - a)
 - b) Extratos das peças desenhadas do Plano onde se localiza a parcela:
Planta de implantação, constituindo a planta cadastral;
Planta de condicionantes;
 - c)
 - c.1)
 - c.2)
 - c.3)
 - c.4)
 - c.5)
 - c.6)
 - c.7)
 - c.8)
2. (Revogado.)

Artigo 13.º

[...]

1. Os lotes urbanos são identificados e caracterizados nos projetos de reparcelamento, devendo observar os elementos referidos nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 12.º do presente regulamento, e conformar-se com as disposições para a respetiva parcela, que constam das peças escritas e desenhadas que constituem os elementos fundamentais do Plano.
2.
 - a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
 - f)
3. (Revogado.)
4.
5.
6.
 - a)

Artigo 14.º

[...]

1.
2.
3.
4.
5.
6. No projeto dos arruamentos e espaços de utilização pública, observam-se as disposições do regime jurídico da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais e as disposições inseridas nos vários regulamentos de segurança contra incêndios, aplicáveis e relativas à acessibilidade e movimentação de veículos de bombeiros em caso de incêndio.
7. Os materiais a utilizar na pavimentação dos espaços de utilização pública e na plantação dos espaços verdes de utilização pública e as componentes de sinalização, mobiliário urbano e iluminação pública, têm de obedecer aos termos de referência e especificações estabelecidos pela câmara municipal.

Artigo 16.º

[...]

1.
2.
3. As edificações localizadas nas faixas ruidosas da Av. Marechal Gomes da Costa, do caminho de ferro, da Rua dos Argonautas, Rua do Corsário das Ilhas, têm de prever acréscimos nos índices de isolamento sonoro de acordo com os valores estabelecidos no regime jurídico de prevenção e controlo da poluição sonora.
4. As obras de ampliação e alteração devem respeitar as características substanciais do imóveis que contribuam para a valorização arquitetónica e urbanística do conjunto.

Artigo 20.º

[...]

1.
 - a)
 - b)
 - c)
 - d) As demais disposições do Regulamento com incidência no local da sua implantação, designadamente os limites do número de pisos, ou alturas máximas de fachada e de construção, e das áreas brutas de implantação e de construção.
2.
3.

Artigo 23.º

[...]

1. Na área do Plano, aplicam-se os parâmetros de estacionamento de uso privativo estabelecidos no PDM em vigor.
2. Na conversão de usos estabelecidos no presente Plano para outros usos compatíveis, o número de lugares de estacionamento privado a constituir é o estabelecido no PDM, em vigor, de acordo com a utilização final da parcela ou lote.
3. Para efeitos de cálculo de áreas a alojar a cada lugar de estacionamento privado, tem aplicação os parâmetros do quadro do n.º 2 do artigo 75.º do PDM em vigor.
4. *(Anterior n.º 1.)*
5. Os pisos em cave ou meia-cave referidos no número anterior poderão ultrapassar a área de implantação dos edifícios ou conjuntos de edifícios desenvolvidos em altura e por eles servidos, devendo os espaços exteriores, cuja área à superfície corresponde à implantação desses pisos, ser de utilização pública, exceto quando se localizem no interior da parcela em regime de condomínio ou de logradouro privado.
6. *(Anterior n.º 3.)*
7. *(Anterior n.º 4.)*
8. *(Anterior n.º 5.)*

Artigo 25.º

[...]

1.
2.
3.
 - a)
4.
5.
6.
7. Na área do Plano, deve ser salvaguardada a conceção global do espaço público e preservados os seus elementos estruturantes e compositivos, nomeadamente, a estrutura verde urbana, o desenho matriz dos pavimentos, os elementos de água, as calçadas artísticas, esculturas e demais elementos de arte urbana bem como o mobiliário, equipamento urbano e sinalética originais.

Artigo 27.º

[...]

1. As servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes na área do Plano encontram-se assinadas na Planta de condicionantes.
2. Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, aplicam-se os respetivos regimes jurídicos em vigor, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do presente Plano.
3. Na área do Plano, devem ainda ser observadas as demais condicionantes estabelecidas no capítulo III do Regulamento do PU, nomeadamente as identificadas na Planta de implantação – condicionantes de infraestruturas.

Artigo 29.º

[...]

1. A Câmara Municipal de Lisboa é a entidade competente para definir o faseamento da execução do Plano, os usos e utilizações transitórias admissíveis nos termos do presente regulamento.
2.

Artigo 30.º

Ajustamentos de pormenor ao desenho urbano

Admitem-se ajustamentos de pormenor da rede rodoviária ou dos limites físicos das parcelas, sem prejuízo da manutenção dos valores globais da área bruta de construção ou dos pavimentos e dos usos regulamentados.»

Artigo 2.º

Normas aditadas

São aditados ao Regulamento do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa, os artigos 9.º-A, 16.º-A, 23.º-A, 24.º-A, 24.º-B, 24.º-C, 29.º-A e 29.º-B, com a seguinte redação:

« Artigo 9.º- A

Descontaminação dos solos

1. As obras de construção e as obras ampliação que tenham intervenção no subsolo estão sujeitas a prévia avaliação da qualidade dos solos, nos termos do regime jurídico aplicável.
2. Em caso de comprovada situação de risco para a população e para o ambiente é obrigatório, nos termos da legislação aplicável, a elaboração e execução de um plano de descontaminação dos solos, o qual deverá anteceder qualquer intervenção urbanística.
3. O estudo de avaliação da qualidade dos solos e, quando exigível, o plano de descontaminação dos solos e os pareceres emitidos pelas entidades competentes nesta matéria, constituem elementos instrutórios do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas referidas no n.º 1 do presente artigo.
4. A câmara municipal pode, em função dos resultados da avaliação da qualidade dos solos e dos pareceres emitidos pelas entidades competentes, estabelecer condicionamentos à implantação das infraestruturas viárias, da edificação e do índice de ocupação, incluindo o estabelecimento de limites à construção de caves.

Artigo 16.º- A

Medidas de minimização do ruído

1. Para efeito da aplicação do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, a área de intervenção do Plano é classificada como zona mista.
2. Nas áreas em que se verifique níveis de ruído ambiente exterior superiores a 65 dB(A), expressos pelo indicador Lden e superiores a 55 dB(A) expressos pelo indicador Ln, devem ser adotadas medidas corretivas dessas desconformidades com a classificação de zona mista atribuída à área do plano, designadamente:
 - a) Racionalização e ordenamento da circulação e estacionamento automóvel com implementação de velocidade máxima de circulação de 30 km/h nas vias secundárias e interiores do plano (Rua dos Argonautas, Rua Mário Botas, Rua Corsário das Ilhas, Rua das Musas, Rua Nova dos Mercadores, Rua dos Aventureiros e Rua da Nau Catrineta);
 - b) Aplicação de pavimentos menos ruidosos, designadamente com possibilidade de aplicação de piso betuminoso com modificado de borracha (BMB) nas vias Avenida de Fernando Pessoa e Rua dos Argonautas.

Artigo 23.º- A

Estacionamento público

1. Na área do Plano, aplicam-se os parâmetros de estacionamento de uso público estabelecidos no PDM em vigor, sem prejuízo das demais disposições do PU sobre estacionamento público.
2. Na conversão de usos estabelecidos no presente Plano para outros usos compatíveis, o número de lugares de estacionamento público a constituir é o estabelecido no PDM em vigor, de acordo com a utilização final da parcela ou lote.
3. O lote urbano 3.01.01 é destinado a utilização multiuso e vinculado à construção de um parque de estacionamento público com capacidade mínima de 59 lugares, sem prejuízo do estabelecido no n.º 1 para as utilizações previstas no lote, e devendo assegurar-se os acessos autónomos a partir do exterior, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do presente regulamento.
 - a) Admite-se a utilização para estacionamento público a título provisório até ao início da construção prevista para o lote.
4. O lote urbano 3.23.01, destinado a equipamento de utilização coletiva, está vinculado à construção de um parque de estacionamento público com capacidade mínima de 118 lugares, devendo assegurar-se acessos autónomos a partir do exterior nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do presente regulamento.
5. Sob a Rua Mário Botas deve ser construído um parque de estacionamento público com capacidade mínima de 312 lugares.

CAPÍTULO III

Valores e bens culturais

Artigo 24.º - A

Estruturas consultivas

Para o exercício dos poderes não vinculados previstos no presente regulamento, a Câmara Municipal pode recorrer ao parecer das estruturas consultivas, criadas ou a criar nos termos do disposto no Regulamento do PDM, nomeadamente sobre a previsão de operações urbanísticas em bens integrados na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMPEP).

Artigo 24.º - B

Bens da Carta Municipal do Património Arquitetónico e Paisagístico

1. A Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (Carta Municipal do Património ou CMP) é constituída pelos bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico os quais, em função do seu valor relativo, podem integrar as seguintes categorias patrimoniais:
 - a) Bens culturais imóveis de valor patrimonial elevado: são bens que possuem um inestimável valor cultural e que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade – incluem designadamente imóveis e conjuntos classificados ou em vias de classificação, ou que, posteriormente à entrada em vigor do presente plano, venham a ser objeto de processo de classificação;
 - b) Bens culturais imóveis de valor patrimonial relevante: são bens de reconhecido valor cultural, designadamente arquitetónico, histórico, paisagístico, técnico e/ou artístico, com elevada integridade e coerência morfológica e construtiva e/ou representativos de uma época ou corrente estilística – incluem nomeadamente bens imóveis que integram séries tipológicas representativas da história da cidade bens imóveis distinguidos com prémios de arquitetura e de engenharia;
 - c) Bens culturais imóveis de valor patrimonial de referência: são bens imóveis que refletem e contribuem para a memória coletiva e identidade do lugar – incluem nomeadamente bens imóveis que apresentam assinalável qualidade de acompanhamento na caracterização do ambiente urbano.
2. Na área do Plano, a Carta Municipal do Património integra os seguintes bens culturais imóveis de valor patrimonial relevante, assinalados na Planta de implantação:
 - a) CMP 33.58 - Conjunto arquitetónico do Parque das Nações (parte)/ (Espaços públicos – Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 1998);
 - b) CMP 33.60 - (Antiga) Torre da Sacor e espaço público envolvente / Porta do Mar, Parcela 3.34.01;
 - c) CMP 33.62 - Edifício Terciário / Rua das Musas, Parcela 3.30.01;
 - d) CMP 33.63 - Estação de Serviço Repsol / Rua dos Argonautas, 1-1D;
 - e) CMP 33.64 - Supermercado Pingo Doce - Expo Sul / Avenida Fernando Pessoa.

Artigo 24.º - C

Normas de intervenção

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as intervenções em bens culturais imóveis da CMP devem contribuir para a respetiva valorização arquitetónica e urbanística e observar os princípios orientadores definidos no Regulamento do PDM.
2. No bem cultural imóvel com o código CMP 33.60, que inclui a (Antiga) Torre da Sacor, a passagem pedonal superior e o espaço público imediatamente envolvente, apenas são admitidas obras de conservação, sendo obrigatória a manutenção do desenho do pavimento do espaço público e dos respetivos materiais.
3. As intervenções no Edifício Terciário com o código CMP 33.62, devem respeitar as características arquitetónicas substanciais do imóvel, nomeadamente a volumetria, os materiais exteriores de revestimento e o átrio de entrada com pé direito triplo, bem como a conceção geral dos espaços exteriores e o seu relacionamento com o edifício.
4. Qualquer intervenção na Estação de Serviço Repsol, com o código CMP 33.63 deve manter os elementos modulares do projeto original, nomeadamente a unidade da loja e o sistema de copas metálicas que protege as zonas de abastecimento, e respeitar o cromatismo e os revestimentos.
5. No Supermercado Pingo Doce, com o código CMP 33.64 as intervenções devem respeitar as características arquitetónicas substanciais do imóvel, nomeadamente a composição volumétrica, os revestimentos exteriores e a sua relação cromática, os quais contribuem para a continuidade da solução urbana adotada no Jardim do Cabeço das Rolas.
6. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo, nos bens culturais imóveis da Carta Municipal do Património são admitidas obras de alteração no interior dos edifícios ou suas frações desde que se enquadrem nas características morfológicas e tipológicas que contribuam para a respetiva valorização arquitetónica e urbanística.
7. Ao conjunto arquitetónico do Parque das Nações com o código CMP 33.58, aplica-se, na área do Plano, o disposto no n.º 7 do artigo seguinte.

Artigo 29.º - A

Alterações ao PU

Em matéria de estacionamento, adotam-se as normas da Secção IV – Estacionamento do capítulo V – Sistema de acessibilidades do PDM em vigor, não sendo aplicáveis as seguintes normas do Regulamento do PU:

- a) Definição de “lugar de estacionamento privado” constante no ponto 2.2. do n.º 2 do artigo 2.º;
- b) Subalínea b.1) da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º;
- c) Alínea b) e respetivas subalíneas do n.º 2 do artigo 12.º;
- d) A alínea c) e a subalínea c.4) do n.º 2 do artigo 12.º.

Artigo 29.º - B

Alterações às classes e categorias de espaço do PU

1. De acordo com os objetivos expressos no Relatório do Plano e com as alterações ao uso do solo operadas pela lei, são alteradas a classe e categorias das seguintes parcelas e lotes urbanos, identificados na Planta de implantação:
 - a) Lote urbano 3.01.01, de categoria de espaço habitacional para multiuso;
 - b) Lote urbano 3.01.02, de espaço urbano privado de uso misto – habitacional, para espaço urbano de uso não misto - equipamento de infraestrutura urbana;
 - c) Parcela 3.20, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - d) Parcela 3.21, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para espaço urbano de uso não misto - equipamento turístico;
 - e) Parcela 3.22, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - f) Lote urbano 3.23.01, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva;
 - g) Lote urbano 3.23.02, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - h) Lote urbano 3.27.01, de espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva, para espaço urbano privado de uso misto – multiuso;
2. É acrescentada a parcela 3.35 a que corresponde a classe e categoria de espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva.»

Artigo 3.º

Norma revogatória

São revogados o n.º 3 do artigo 2.º, o n.º 2 do artigo 7.º, o n.º 1 do artigo 11.º, o n.º 2 do artigo 12.º, o n.º 3 do artigo 13.º e o artigo 32.º do Regulamento do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa.

Artigo 4.º

Republicação

É republicado em anexo, que faz parte integrante da presente alteração, o Regulamento do Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa, com a redação atual.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em *Diário da República*.

ANEXO

Republicação do Regulamento do Plano de Pormenor 3 – Zona Sul
Avenida do Marechal Gomes da Costa

TÍTULO I

Disposições de natureza administrativa

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º

Âmbito e regime

1. A área de intervenção do presente Plano de Pormenor 3 - Zona Sul, Avenida do Marechal Gomes da Costa, adiante designado abreviadamente Plano, é a que consta da planta das unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) e tem como limites:
 - A norte, o Plano de Pormenor 1:
 - Limite norte da via da PETROGAL e da parcela n.º 3.27;
 - Limite norte do Passeio do Adamastor;
 - A poente, a linha de caminho de ferro do Norte;
 - A sul, a Avenida do Marechal Gomes da Costa;
 - A nascente, a muralha na frente do rio Tejo e o limite da concessão do porto de recreio.
2. O Plano corresponde à unidade operativa de planeamento e gestão designada por PP3 no Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98, adiante designado, abreviadamente, por PU.
3. O Plano, nos termos do n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 354/93, de 9 de outubro, contém disposições sobre divisão, reparcelamento e parcelamento dos solos, com indicação dos lotes onde se situarão os imóveis e equipamentos a instalar.

Artigo 2.º

Conteúdo

1. O Plano, nos termos do n.º 7 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 354/93, de 9 de outubro, estabelece a conceção do espaço urbano, dispondo, designadamente, sobre os usos do solo e condições gerais de edificação, quer para novas edificações, quer para transformação das edificações existentes, caracterização das fachadas dos edifícios e arranjo dos espaços livres.
2. O Plano é constituído pelos seguintes elementos:
 - a) Elementos fundamentais
 - a.1) Peças escritas:
 - Regulamento;
 - a.2) Peças desenhadas:
 - 01) Planta de implantação desagregada em:
 - 01.1) Planta de implantação – desenho urbano, à escala de 1: 2.000;
 - 01.2) Planta de implantação – condicionantes de infraestruturas, à escala de 1: 2.000;
 - 02) Planta de condicionantes, à escala de 1: 2.000.

b) Elementos complementares

b.1) Peças escritas:

Relatório de síntese;

Estudo acústico;

Relatório síntese da concertação;

Relatório de ponderação da discussão pública e respetivas participações;

c) Elementos anexos

c.1) Peças desenhadas

03.1) Planta de ordenamento - qualificação do espaço urbano - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000;

03.2) Planta de ordenamento - estrutura ecológica municipal - extrato do PDM em vigor; à – escala de 1: 8.000;

03.3) Planta de ordenamento - sistema de vistas - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000;

03.4) Planta de ordenamento - riscos naturais e antrópicos I - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000;

03.5) Planta de ordenamento - riscos naturais e antrópicos II - extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;

03.6) Planta de ordenamento - condicionantes de infraestruturas - extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;

03.7) Planta de ordenamento - acessibilidades e transportes - extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;

03.8) Planta de condicionantes – SARUP I – extrato do PDM em vigor, à escala de 1:8.000;

03.9) Planta de condicionantes - SARUP II - extrato do PDM em vigor, à escala de 1: 8.000.

04) Extrato da Planta de Zonamento do PU, em vigor, à escala de 1: 5.000.

3. *(Revogado.)*

4. O Regulamento do Plano, adiante designado, abreviadamente, por Regulamento, tem a natureza de regulamento administrativo.

Artigo 3.º

Interpretação e integração

O Regulamento é elaborado nos termos do Regulamento do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo 98, adiante designado abreviadamente por Regulamento do PU, que o desenvolve, e do Decreto-Lei n.º 354/93, de 9 de outubro.

Artigo 4.º

Vinculação

As disposições do Regulamento são vinculativas para todas as entidades públicas e privadas.

TÍTULO II

Condições gerais da conceção do espaço e uso do solo

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 5.º

Generalidades

1. A conceção do espaço, no que se refere aos objetivos, estratégias e conceitos, é conforme o definido no artigo 3.º do Regulamento do PU.
2. As classes, categorias de espaço e disposições específicas aplicáveis são estabelecidas conforme o definido no capítulo II do Regulamento do PU.
3. As definições utilizadas são conforme o definido no artigo 2.º do Regulamento do PU.
4. Na área do Plano aplicam-se as disposições do Regulamento do PU.

Artigo 6.º

Obras e edifícios necessários à realização da Expo 98

1. Constituem obras e edifícios necessários à realização da Expo 98 todas as obras e edifícios, incluindo os referidos no artigo 7.º, promovidos direta ou indiretamente pela Parque Expo 98, S.A. ou por entidade delegada, até à data fixada para a conclusão do desmantelamento da Expo 98.
2. As obras e edifícios necessários à realização da Expo 98, incluindo o tratamento dos espaços exteriores, implantados em espaço de utilização pública afeto a circulação e estada ou estacionamento de peões ou veículos, ou em espaço hídrico, poderão manter-se com a utilização existente ou outra compatível, em regime de concessão ou outro que se considere juridicamente adequado, com o objetivo de garantir a animação do local e enquanto tal for viável em termos de gestão urbana.

Artigo 7.º

Recinto da Expo 98

1. Constitui recinto da Expo 98 a área localizada na zona de intervenção da Expo 98, abrangendo os acessos rodoviários e pedonais, os parques de estacionamento, as áreas livres, os edifícios, instalações e equipamentos de apoio à realização da Expo 98.
2. *(Revogado.)*

Artigo 8.º

Alteração de uso em espaço urbano privado de uso misto

O uso de parcela afeta a habitação, serviço, comércio/restauração, localizada em espaço urbano privado de uso misto, pode ser alterado, desde que sejam respeitados os parâmetros urbanísticos e usos compatíveis a observar no Espaço Urbano Privado de Uso Misto estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento do PU.

Artigo 9.º

Equipamento de utilização coletiva e equipamento turístico

1. No Plano está programado e localizado equipamento de utilização coletiva em que o uso está vinculado a equipamento urbano de utilização coletiva ou a serviço de interesse público – ensino e formação, cultura, saúde, segurança social, recreio e lazer, desporto, administração pública, segurança, transportes, apoio às atividades económicas – ou a área de reserva para esse fim.
2. Os parâmetros urbanísticos constantes do quadro síntese das parcelas referentes a equipamento de utilização coletiva podem ser alterados para satisfazer as exigências de atualização da sua programação.
3. Na classe espaço urbano privado de uso misto, a localização da parcela afeta a equipamento de utilização coletiva pode ser alterada para outra parcela, sita na mesma classe de espaço, com configuração, dimensão e articulação urbana equivalentes, a qual passará a ficar vinculada ao uso de equipamento de utilização coletiva e com a qual permutará.
4. A alteração referida no número anterior é realizada no âmbito de operações de reparcelamento com definição das respetivas utilizações, e implica a sua prévia aprovação pela entidade competente na matéria de promoção do correspondente equipamento de utilização coletiva.
5. Admite-se o emparcelamento dos lotes urbanos 3.12.01 e 3.12.02 se tal for justificado por razões de exploração e gestão integrada dos equipamentos de utilização coletiva existentes e propostos, mantendo-se os parâmetros urbanísticos estabelecidos para os lotes objeto de emparcelamento.
6. Para as parcelas/ lotes urbanos 3.12.02, 3.27.03 e 3.35 não são estabelecidas áreas brutas de pavimentos e demais parâmetros urbanísticos, os quais se circunscreverão aos valores indispensáveis para a utilização programada, devendo assegurar-se cumulativamente:
 - a) O respeito pelas condicionantes incidentes no local;
 - b) A viabilidade geotécnica;
 - c) A não constituição de intrusões visuais;
 - d) A contribuição para a valorização e dignificação estética do conjunto.
7. Tendo em atenção a necessidade de regularização do espaço público a poente do lote urbano 3.12.02, admitem-se, estritamente para este fim, ajustamentos ao seu limite e configuração.
8. O lote urbano 3.27.03 é destinado a equipamento de utilização coletiva.
9. A parcela 3.35 é destinada exclusivamente à implantação de equipamentos ao ar livre de recreio e lazer (áreas de recreio infantil, juvenil, sénior, geriátrico) com eventual valência desportiva, admitindo-se as seguintes especificidades sujeitas à prévia aprovação pela entidade competente em matéria de promoção do correspondente equipamento de utilização coletiva:
 - a) Instalação de infraestruturas de apoio aos equipamentos propostos para a parcela;
 - b) Ajustamentos ao limite e área da parcela, desde que destinados a garantir os acessos às parcelas/ lotes urbanos confinantes ou à construção ou manutenção de lugares de estacionamento público de apoio.
10. A parcela 3.34 é destinada a equipamento de utilização coletiva, admitindo-se a instalação de atividades de natureza sociocultural, lúdica ou serviços destinados a apoiar e relacionados com o equipamento, desde que não conflituem com as características do objeto singular classificado na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMPEP).
11. A programação e localização do equipamento turístico é compatível no espaço urbano privado de uso misto, multiuso e habitacional, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento do PU.

Artigo 9.º- A

Descontaminação dos solos

1. As obras de construção e as obras ampliação que tenham intervenção no subsolo estão sujeitas a prévia avaliação da qualidade dos solos, nos termos do regime jurídico aplicável.
2. Em caso de comprovada situação de risco para a população e para o ambiente é obrigatório, nos termos da legislação aplicável, a elaboração e execução de um plano de descontaminação dos solos, o qual deverá anteceder qualquer intervenção urbanística.
3. O estudo de avaliação da qualidade do solos e, quando exigível, o plano de descontaminação dos solos e os pareceres emitidos pelas entidades competentes nesta matéria, constituem elementos instrutórios do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas referidas no n.º 1 do presente artigo.
4. A câmara municipal pode, em função dos resultados da avaliação da qualidade dos solos e dos pareceres emitidos pelas entidades competentes, estabelecer condicionamentos à implantação das infraestruturas viárias, da edificação e do índice de ocupação, incluindo o estabelecimento de limites à construção de caves.

TÍTULO III

Condições especiais relativas à divisão do solo

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 10.º

Divisão de terrenos

1. A divisão de terrenos rege-se pelo disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 354/93, de 9 de outubro.
2. Com o parcelamento procede-se a divisão do terreno em parcelas para efeito de registo predial e inscrição matricial, sem prejuízo do seu posterior reparcelamento.
 - a) O registo predial e inscrição matricial poder-se-ão apenas realizar quando da constituição dos lotes urbanos.
3. Através do reparcelamento procede-se a divisão das parcelas referidas no nº 2 em lotes urbanos para efeito de registo predial e inscrição matricial.
4. No Plano são definidas e caracterizadas as parcelas e as regras para o seu reparcelamento em lotes urbanos.
5. A definição e caracterização dos lotes urbanos é concretizada através do projeto de reparcelamento.
6. É admitida a realização do reparcelamento por fases de acordo com o estabelecido no projeto de reparcelamento.
7. No caso de não haver reparcelamento da parcela não há lugar à organização do projeto de reparcelamento
8. A Câmara Municipal de Lisboa é a entidade competente para aprovar os projetos de reparcelamento, após verificação da sua conformidade com o disposto no Plano, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

9. O projeto de reparcelamento que não se conforme com o disposto no Plano implica, para poder ser aprovado, a prévia aprovação da alteração ao Plano em conformidade com o pretendido.
10. A identificação das parcelas e dos lotes urbanos é constituído respetivamente por um número de 3 e de 5 dígitos, em que o primeiro algarismo identifica o Plano de Pormenor (3), o segundo e terceiro algarismos identificam a parcela (01 a 34) e o quarto e quinto algarismos identificam o lote urbano (01 a, correspondente ao número de lotes da parcela).

Artigo 11.º

Regime de propriedade do solo

1. *(Revogado.)*
2. Podem-se estabelecer regimes de condomínio para as áreas de estacionamento privado, espaços verdes e espaços livres exteriores privados, bem como para outros espaços de uso privado.
3. Podem-se estabelecer regimes de concessão para a manutenção e conservação de espaços verdes e espaços livres públicos.
4. Podem-se estabelecer para os espaços livres de domínio privado - quando da elaboração dos projetos de reparcelamento - regimes de sujeição a serventia e fruição públicas ou servidão administrativa.

CAPÍTULO II

Parcelamento

Artigo 12.º

Caracterização das parcelas

1. As parcelas são identificadas e caracterizadas pelos seguintes elementos:
 - a) Identificação requerida para o registo predial e inscrição matricial das parcelas incluindo localização, área e planta cadastral;
 - b) Extratos das peças desenhadas do Plano onde se localiza a parcela:
Planta de implantação, constituindo a planta cadastral;
Planta de condicionantes;
 - c) Ficha de caracterização relativa à parcela com identificação de:
 - c.1) Índices máximos de ocupação, de utilização e volumétrico ou valores correspondentes, referidos à parcela;
 - c.2) Altura máxima de cércea e de construção ou número máximo de pisos acima do solo;
 - c.3) Usos licenciáveis e compatíveis;
 - c.4) Estacionamentos privados e públicos a constituir;
 - c.5) Espaços verdes públicos e de utilização coletiva a constituir;
 - c.6) Equipamentos de utilização coletiva ou áreas de cedência a constituir;
 - c.7) Regime de propriedade do solo;
 - c.8) Outras condicionantes a observar no reparcelamento e número máximo de lotes.
2. *(Revogado.)*

CAPÍTULO III

Reparcelamento

Artigo 13.º

Caracterização dos lotes urbanos e projetos de reparcelamento

1. Os lotes urbanos são identificados e caracterizados nos projetos de reparcelamento, devendo observar os elementos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 12.º do presente regulamento, e conformar-se com as disposições para a respetiva parcela, que constam das peças escritas e desenhadas que constituem os elementos fundamentais do Plano.
2. Os projetos de reparcelamento são constituídos pelos seguintes elementos:
 - a) Identificações requeridas para os registos prediais e inscrições matriciais dos lotes urbanos, incluindo localização, áreas, número de pisos, usos e planta cadastral;
 - b) Extrato da planta de implantação assinalando a parcela, constituindo a planta cadastral;
 - c) Planta de síntese do reparcelamento à escala de 1:1000 ou de maior pormenor, com indicação da divisão dos lotes, implantação da edificação e arranjos exteriores;
 - d) Estudo prévio das volumetrias a edificar com caracterização das regras de arquitetura urbana a observar - alinhamentos, nivelamentos, cérceas, materiais de revestimento e cores;
 - e) Projeto das obras de urbanização a realizar;
 - f) Ficha de caracterização, com indicação dos valores finais propostos referidos na alínea c) do n.º1 do artigo 12.º.
3. *(Revogado.)*
4. Após a implantação da parcela, ou lote, no terreno, proceder-se-á à verificação da medição da área da parcela, ou lote, admitindo-se a sua correção em conformidade, bem como da área bruta de implantação e de construção, ou de pavimentos, com observância da ocupação urbana e dos índices máximos de ocupação, de utilização e volumétrico estabelecidos para a parcela ou lote.
5. As cores dos materiais de revestimento dos edifícios devem observar a norma urbanística da cor referida no artigo 10.º, n.º 5, alínea a.9) do Regulamento do PU.
6. Admite-se, quando justificado pela qualidade estética e arquitetónica da solução apresentada no processo de licenciamento de arquitetura, que a área bruta de construção, estabelecida para a correspondente parcela no quadro síntese das parcelas, possa sofrer um acréscimo até 5%, sem prejuízo de não ser ultrapassada a área global bruta de construção prevista no Plano de Pormenor para essa utilização.
 - a) Quando o processo de licenciamento de arquitetura corresponda a um lote, o acréscimo até 5 % é referido à área bruta de construção estabelecida no projeto de reparcelamento para esse lote.

TÍTULO IV

Condições especiais relativas às obras de urbanização

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 14.º

Caracterização das obras de urbanização e projetos das obras de urbanização

1. As obras de urbanização correspondem à realização da modelação do terreno, arruamentos, infraestruturas, espaços exteriores de utilização pública, sinalização, mobiliário e equipamento urbano, de acordo com o estabelecido no Plano.
2. As obras de urbanização que se imponham realizar nas operações de reparcelamento são objeto do projeto a integrar no Projeto de Reparcelamento referido na alínea e) do n.º 2 do Artigo 13.º.
3. O projeto das obras de urbanização referido no nº 2 tem de assegurar a correta articulação com as obras de urbanização estabelecidas no Plano, podendo apenas implicar alteração nas derivações da rede geral para as redes locais.
4. Não são permitidas alterações às obras de urbanização estabelecidas no Plano, com exceção das que decorram dos correspondentes projetos e sejam tecnicamente justificadas.
5. As alterações referidas no n.º 4 não podem em caso algum implicar a redução da área de espaço urbano público, com exceção das ocupações requeridas pelos equipamentos das redes de infraestruturas que não tenham localização alternativa viável.
6. No projeto dos arruamentos e espaços de utilização pública observam-se as disposições do regime jurídico da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais e as disposições inseridas nos vários regulamentos de segurança contra incêndios, aplicáveis e relativas à acessibilidade e movimentação de veículos de bombeiros em caso de incêndio.
7. Os materiais a utilizar na pavimentação dos espaços de utilização pública e na plantação dos espaços verdes de utilização pública e as componentes de sinalização, mobiliário urbano e iluminação pública, têm de obedecer aos termos de referência e especificações estabelecidos pela câmara municipal.

Artigo 15.º

Galeria técnica

1. Na rede viária principal é estabelecida uma galeria técnica para a instalação da rede primária das seguintes infraestruturas do subsolo:
 - a) Água potável;
 - b) Serviço de incêndios;
 - c) Rega;
 - d) Águas refrigerada e quente;
 - e) Média tensão;
 - f) Telecomunicações;
 - g) Lixos.

2. Na galeria técnica é assegurado:
 - a) O acesso de pessoas e materiais a partir de espaço de utilização pública;
 - b) A circulação e desfogo requeridos para a inspeção e trabalhos de manutenção e beneficiação das redes;
 - c) A reserva de espaço para a instalação de outras infraestruturas;
 - d) A drenagem e bombagem de águas pluviais;
 - e) A ventilação natural;
 - f) A existência de sistemas de segurança.
3. A ligação da galeria técnica aos pontos de utilização é efetuada através de condutas, valas ou caleiras técnicas implantadas em espaço de utilização pública.
4. É admitido quando requerido, designadamente pelo cruzamento com outras infraestruturas ou instalações do subsolo, a interrupção da continuidade ou da configuração da galeria técnica.

TÍTULO V

Condições especiais relativas à edificação

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 16.º

Caracterização das edificações e projetos das edificações

1. Os projetos das edificações observam as disposições legais aplicáveis, as disposições estabelecidas no Plano para a parcela em que se localizam e as desenvolvidas no projeto de reparcelamento.
2. Os projetos das edificações observam ainda os termos de referência referidos no artigo 10.º, n.º 5, alíneas a.4) e a.5) do Regulamento do PU.
3. As edificações localizadas nas faixas ruidosas da Av. Marechal Gomes da Costa, do caminho de ferro, da Rua dos Argonautas, Rua do Corsário das Ilhas, têm de prever acréscimos nos índices de isolamento sonoro de acordo com os valores estabelecidos no regime jurídico de prevenção e controlo da poluição sonora.
4. As obras de ampliação e alteração devem respeitar as características substanciais do imóveis que contribuam para a valorização arquitetónica e urbanística do conjunto.

Artigo 16.º- A

Medidas de minimização do ruído

1. Para efeito da aplicação do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, a área de intervenção do Plano é classificada como zona mista.

2. Nas áreas em que se verifique níveis de ruído ambiente exterior superiores a 65 dB(A), expressos pelo indicador Lden e superiores a 55 dB(A) expressos pelo indicador Ln, devem ser adotadas medidas corretivas dessas desconformidades com a classificação de zona mista atribuída à área do plano, designadamente:
- a) Racionalização e ordenamento da circulação e estacionamento automóvel com implementação de velocidade máxima de circulação de 30 km/h nas vias secundárias e interiores do plano (Rua dos Argonautas, Rua Mário Botas, Rua Corsário das Ilhas, Rua das Musas, Rua Nova dos Mercadores, Rua dos Aventureiros e Rua da Nau Catrineta);
 - b) Aplicação de pavimentos menos ruidosos, designadamente com possibilidade de aplicação de piso betuminoso com modificado de borracha (BMB) nas vias Avenida de Fernando Pessoa e Rua dos Argonautas.

CAPÍTULO II

Disposições especiais

Artigo 17.º

Disposições do RGEU

1. As soluções que nos termos do Artigo 64.º do RGEU se admitem em desacordo ao disposto no Capítulo II do Título III do RGEU para conciliarem as condições de salubridade exigíveis - arejamento natural, iluminação natural, insolação direta - com:
 - O ambiente local - frente ribeirinha exposta a nascente;
 - O conceito urbanístico - malha reticulada e regular de plataformas de embasamento sobrelevadas do terreno natural, estabelecendo um sistema de vistas panorâmico, sobre as quais se implantam edifícios com planta e agregação livres;
 - O conceito estético - liberdade e inovação formal associadas à multifuncionalidade dos usos; são as referidas nos números seguintes.
2. Nas fachadas orientadas aos quadrantes S. E.-S.S W ou N.W.-N.-N.E. a altura a que se refere o artigo 59.º e seus §§ 1º, 2º e 3º, incluindo a remissão contida no artigo 62.º, é estabelecida pelo limite definido pela linha reta traçada com a inclinação de 2 (afastamento) para 3 (altura) a partir da intersecção da fachada da edificação fronteira com o nível do terreno, ou com a plataforma de embasamento quando esta exista.
3. A observância das disposições do Capítulo II do Título III, com a alteração referida no n.º 2, é imposta para uma área da fachada correspondente à área da envolvente deduzida da área correspondente a duas vezes a secção transversal média equivalente, tendo esta área a deduzir por limite a medida para uma profundidade de 15 m.
4. As definições dos conceitos utilizados nos n.ºs 2 e 3 são:
 - a) «Envolvente» - frente livre e não livre do invólucro exterior do edifício que integra fachadas e empenas - incluindo os planos verticais e inclinados - acima do nível do terreno, ou da plataforma de embasamento quando esta exista;
 - b) «Área da envolvente» - medição da área das fachadas e empenas efetuada pelo perímetro da área bruta do edifício acima do nível do terreno, ou da plataforma de embasamento quando esta exista;
 - c) «Fachada» - frente livre para espaço exterior, público ou privado, da envolvente do edifício;
 - d) «Área da fachada» - medição da área da fachada;

- e) «Fachada principal» - frente livre para arruamento público da rede viária principal, secundária ou local;
 - f) «Secção transversal média equivalente» - corte transversal do edifício que corresponde à média dos cortes transversais acima do nível do terreno, ou da plataforma de embasamento quando esta exista (numa situação de edifício em banda regular corresponde à empena do edifício).
5. As soluções referidas nos n.ºs 2 e 3 são admitidas independentemente da forma, agregação, número de fachadas livres, orientação e utilização dos edifícios.

Artigo 18.º

Usos das edificações

1. Os edifícios são afetos a um ou mais dos seguintes usos: habitação, serviço, comércio/restauração, equipamento de utilização coletiva, equipamento de infraestrutura e serviço urbano, equipamento turístico.
2. Quando num edifício coexistir mais de um uso, as frações afetas aos diferentes usos terão obrigatoriamente acessos autónomos a partir do exterior.
3. Os usos deverão respeitar níveis de ruído com classificação de "pouco ruidoso", nos termos do Regulamento Geral sobre o Ruído.
4. Nos edifícios afetos a equipamento turístico admite-se a possibilidade de criação de embasamentos para a instalação de zonas comuns e de localização de zonas de serviço em cave.
 - a) As zonas de serviço em cave referidas no nº 4 não são contabilizadas na medição da área bruta de construção ou de pavimentos.

Artigo 19.º

Envolvente da edificação

1. A envolvente e cobertura dos edifícios são considerados elementos de relevância arquitetónica e paisagística.
2. A instalação de elementos na envolvente e cobertura dos edifícios, nomeadamente instalações e equipamentos de águas, esgotos, gás, eletricidade, telecomunicações, ventilação, exaustão de fumos, ar condicionado, elevação mecânica, limpeza e manutenção do edifício, deve ter em consideração a sua integração de modo a assegurar a salvaguarda da qualidade arquitetónica do edifício, da paisagem urbana e dos sistemas de vistas.
3. Não é permitida a instalação de unidades de climatização de janela, condutas de ar ou de fumos (chaminés) e estendais no exterior das fachadas:
 - a) No caso de usos que requeiram a sua instalação, é obrigatória a sua inclusão no interior da construção e a sua representação no projeto de licenciamento de arquitetura.
4. É condicionada a instalação de torres de arrefecimento e a adoção de equipamento em termos de impacto auditivo, vibratório e visual.

Artigo 20.º

Configuração geral da edificação

1. A configuração geral e cota de soleira dos edifícios pode ser alterada desde que sejam respeitados:
 - a) A configuração das parcelas em que se localizam;
 - b) O desafio urbano, nomeadamente no que se refere a capacidade de tráfego da rede viária, áreas de estacionamento, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva requeridos;
 - c) A modelação do terreno e o arranjo dos espaços exteriores;
 - d) As demais disposições do Regulamento com incidência no local da sua implantação, designadamente os limites do número de pisos, ou alturas máximas de fachada e de construção, e das áreas brutas de implantação e de construção.
2. As alterações referidas no n.º 1 implicam ainda que as soluções encontradas asseguram a coerência urbana do conjunto de acordo com o objetivo, estratégia e conceitos estabelecidos no artigo 3.º do Regulamento do PU e a coerência arquitetónica e paisagística local.
3. Quando a edificação se implante sobre uma plataforma de embasamento, a sua configuração pode ser alterada desde que respeite os condicionamentos impostos para a plataforma de embasamento e a alínea d) do n.º 1.

Artigo 21.º

Alinhamento da edificação

1. Admitem-se ajustamentos e alterações pontuais incidindo nos alinhamentos dos edifícios estabelecidos no Plano, desde que respeitem a rede de circulação, estacionamento ou estada de veículos e peões, e os demais espaços de utilização pública, e não obstruam a fruição dos sistemas de vistas dos lotes vizinhos sobre a frente do rio.
2. Os referidos ajustamentos e alterações devem obedecer a projetos específicos incidindo na definição das características arquitetónicas dos edifícios e paisagísticas dos espaços exteriores em que se integram.
3. Os alinhamentos devem assegurar a unidade do espaço urbano - o que não implica a repetição de fachadas - através da conjugação de identidades e diversidades incidindo no desenho da arquitetura, revestimentos e cores, que assegurem a ordem do conjunto urbano a que pertencem.

Artigo 22.º

Sinalização

A sinalização a adotar nos edifícios é a estabelecida no Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade referido no artigo 10.º, n.º 5, alínea a.8) do Regulamento do PU.

Artigo 23.º

Estacionamento privado

1. Na área do Plano, aplicam-se os parâmetros de estacionamento de uso privativo estabelecidos no PDM em vigor.
2. Na conversão de usos estabelecidos no presente Plano para outros usos compatíveis, o número de lugares de estacionamento privado a constituir é o estabelecido no PDM, em vigor, de acordo com a utilização final da parcela ou lote.
3. Para efeitos de cálculo de áreas a alocar a cada lugar de estacionamento privado, tem aplicação os parâmetros do quadro do n.º 2 do artigo 75.º do PDM em vigor.
4. O número de lugares de estacionamento privado requerido, consoante os usos dos edifícios, é totalmente assegurado em garagem nos pisos em cave, ou meia-cave, incluindo os localizados no embasamento, dos respetivos edifícios ou conjunto de edifícios.
5. Os pisos em cave ou meia-cave referidos no número anterior poderão ultrapassar a área de implantação dos edifícios ou conjuntos de edifícios desenvolvidos em altura e por eles servidos, devendo os espaços exteriores, cuja área à superfície corresponde à implantação desses pisos, ser de utilização pública, exceto quando se localizem no interior da parcela em regime de condomínio ou de logradouro privado.
6. O acesso aos pisos de garagem, ou de serviço, deverá ser feito, sempre que possível, a partir das vias de serviço local, não sendo admitido a sua inserção direta nas redes viária principal ou secundária, exceto quando as condições específicas de implantação ou de utilização do edifício o exijam.
7. A gestão do Plano, os projetos de reparcelamento e dos edifícios devem explorar, até onde for possível, a solução de garagem comum por parcela, e assegurar nesses casos que a construção se desenvolva de forma sequencial a partir do edifício que tem o acesso à garagem comum.
8. No espaço urbano de uso não misto, no equipamento de utilização coletiva e ainda nos edifícios implantados em locais cujo nível freático máximo o imponha, admite-se que o estacionamento privado requerido seja assegurado ou complementado à superfície em espaço exterior de domínio privado.

Artigo 23.º- A

Estacionamento público

1. Na área do Plano, aplicam-se os parâmetros de estacionamento de uso público estabelecidos no PDM em vigor, sem prejuízo das demais disposições do PU sobre estacionamento público.
2. Na conversão de usos estabelecidos no presente Plano para outros usos compatíveis, o número de lugares de estacionamento público a constituir é o estabelecido no PDM em vigor, de acordo com a utilização final da parcela ou lote.
3. O lote urbano 3.01.01 é destinado a utilização multiuso e vinculado à construção de um parque de estacionamento público com capacidade mínima de 59 lugares, sem prejuízo do estabelecido no n.º 1 para as utilizações previstas no lote, e devendo assegurar-se os acessos autónomos a partir do exterior, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do presente regulamento.
 - a) Admite-se a utilização para estacionamento público a título provisório até ao início da construção prevista para o lote.
4. O lote urbano 3.23.01, destinado a equipamento de utilização coletiva, está vinculado à construção de um parque de estacionamento público com capacidade mínima de 118 lugares, devendo assegurar-se acessos autónomos a partir do exterior nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do presente regulamento.
5. Sob a Rua Mário Botas deve ser construído um parque de estacionamento público com capacidade mínima de 312 lugares.

Artigo 24.º

Instalações técnicas especiais

1. Em todos os lotes, deverá ser considerado compartimento para operadores de telecomunicações, com a dimensão mínima de 10 m², dispondo de energia elétrica 220W/6A; área técnica para AQF, com a dimensão mínima de 35 m², quando requerido, condições de acesso, iluminação e ventilação, bem como materiais de acabamento, de acordo com as indicações das respetivas entidades distribuidoras, constituindo encargo dos promotores a reserva de espaço e a sua execução, em conformidade com o definido.
2. Deverá ser considerado, nos lotes para o efeito referenciados no projeto de reparcelamento, compartimento para posto de transformação público, com a área, condições de acesso e ventilação, bem como materiais de acabamento, de acordo com as especificações da respetiva entidade distribuidora; constitui encargo do respetivo promotor a reserva de espaço e a sua execução em conformidade com o definido.
3. É obrigatório, nos termos do n.º 15 do artigo 12.º do Regulamento do PU, a ligação à rede pública de recolha de resíduos sólidos urbanos, bem como a satisfação dos condicionamentos técnicos requeridos para a sua instalação nos edifícios.

CAPÍTULO III

Valores e bens culturais

Artigo 24.º - A

Estruturas consultivas

Para o exercício dos poderes não vinculados previstos no presente regulamento, a Câmara Municipal pode recorrer ao parecer das estruturas consultivas, criadas ou a criar nos termos do disposto no Regulamento do PDM, nomeadamente sobre a previsão de operações urbanísticas em bens integrados na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMPEP).

Artigo 24.º - B

Bens da Carta Municipal do Património Arquitetónico e Paisagístico

1. A Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (Carta Municipal do Património ou CMP) é constituída pelos bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico os quais, em função do seu valor relativo, podem integrar as seguintes categorias patrimoniais:
 - a) Bens culturais imóveis de valor patrimonial elevado: são bens que possuem um inestimável valor cultural e que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade – incluem designadamente imóveis e conjuntos classificados ou em vias de classificação, ou que, posteriormente à entrada em vigor do presente plano, venham a ser objeto de processo de classificação;
 - b) Bens culturais imóveis de valor patrimonial relevante: são bens de reconhecido valor cultural, designadamente arquitetónico, histórico, paisagístico, técnico e/ou artístico, com elevada integridade e coerência morfológica e construtiva e/ou representativos de uma época ou corrente estilística – incluem nomeadamente bens imóveis que integram séries tipológicas representativas da história da cidade bens imóveis distinguidos com prémios de arquitetura e de engenharia;

- c) Bens culturais imóveis de valor patrimonial de referência: são bens imóveis que refletem e contribuem para a memória coletiva e identidade do lugar – incluem nomeadamente bens imóveis que apresentam assinalável qualidade de acompanhamento na caracterização do ambiente urbano.
2. Na área do Plano, a Carta Municipal do Património integra os seguintes bens culturais imóveis de valor patrimonial relevante, assinalados na Planta de implantação:
- a) CMP 33.58 - Conjunto arquitetónico do Parque das Nações (parte)/ (Espaços públicos – Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 1998);
- b) CMP 33.60 - (Antiga) Torre da Sacor e espaço público envolvente / Porta do Mar, Parcela 3.34.01;
- c) CMP 33.62 - Edifício Terciário / Rua das Musas, Parcela 3.30.01;
- d) CMP 33.63 - Estação de Serviço Repsol / Rua dos Argonautas, 1-1D;
- e) CMP 33.64 - Supermercado Pingo Doce - Expo Sul / Avenida Fernando Pessoa.

Artigo 24.º - C

Normas de intervenção

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as intervenções em bens culturais imóveis da CMP devem contribuir para a respetiva valorização arquitetónica e urbanística e observar os princípios orientadores definidos no Regulamento do PDM.
2. No bem cultural imóvel com o código CMP 33.60, que inclui a (Antiga) Torre da Sacor, a passagem pedonal superior e o espaço público imediatamente envolvente, apenas são admitidas obras de conservação, sendo obrigatória a manutenção do desenho do pavimento do espaço público e dos respectivos materiais.
3. As intervenções no Edifício Terciário com o código CMP 33.62, devem respeitar as características arquitetónicas substanciais do imóvel, nomeadamente a volumetria, os materiais exteriores de revestimento e o átrio de entrada com pé direito triplo, bem como a conceção geral dos espaços exteriores e o seu relacionamento com o edifício.
4. Qualquer intervenção na Estação de Serviço Repsol, com o código CMP 33.63 deve manter os elementos modulares do projeto original, nomeadamente a unidade da loja e o sistema de copas metálicas que protege as zonas de abastecimento, e respeitar o cromatismo e os revestimentos.
5. No Supermercado Pingo Doce, com o código CMP 33.64 as intervenções devem respeitar as características arquitetónicas substanciais do imóvel, nomeadamente a composição volumétrica, os revestimentos exteriores e a sua relação cromática, os quais contribuem para a continuidade da solução urbana adotada no Jardim do Cabeço das Rolas.
6. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo, nos bens culturais imóveis da Carta Municipal do Património são admitidas obras de alteração no interior dos edifícios ou suas frações desde que se enquadrem nas características morfológicas e tipológicas que contribuam para a respetiva valorização arquitetónica e urbanística.
7. Ao conjunto arquitetónico do Parque das Nações com o código CMP 33.58, aplica-se, na área do Plano, o disposto no n.º 7 do artigo seguinte.

TÍTULO VI

Condições especiais relativas aos espaços exteriores

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 25.º

Espaços exteriores de utilização pública

1. Os espaços exteriores de utilização pública constituem, de acordo com o Plano, vias de circulação integrada, vias pedonais, espaços livres informais e espaços interiores de parcela.
2. As vias de circulação integrada correspondem às ruas com funções de circulação de veículos e peões e são constituídas por faixas de rodagem, separadores, estacionamento público de superfície, passeios, placas, paragens de transportes públicos e passadeiras de peões.
3. As vias pedonais correspondem ao espaço entre fachadas de edifícios para circulação exclusiva de peões, sendo o acesso de veículos eventual e limitado a cargas e descargas, emergências, serviços e, excecionalmente, a acesso local.
 - a) Sempre que a sua dimensão o permita e se encontrem devidamente sinalizados, é permitida a circulação de velocípedes.
4. Os espaços livres informais correspondem aos espaços pavimentados, plantados ou semeados em torno dos edifícios, com funções mistas e interditos à circulação de veículos.
5. Os espaços interiores da parcela correspondem a praças ou jardins de utilização pública, ou de utilização privada nos casos de estabelecimentos hoteleiros.
6. A inserção das vias de circulação integrada da rede local, na rede primária ou secundária, deve fazer-se através de lancil galgável que evidencie a diferença de uso rodoviário.
7. Na área do Plano, deve ser salvaguardada a conceção global do espaço público e preservados os seus elementos estruturantes e compositivos, nomeadamente, a estrutura verde urbana, o desenho matriz dos pavimentos, os elementos de água, as calçadas artísticas, esculturas e demais elementos de arte urbana bem como o mobiliário, equipamento urbano e sinalética originais.

Artigo 26.º

Espaços exteriores de utilização privada

1. Os espaços exteriores de utilização privada constituem complemento dos espaços exteriores públicos e têm funções de jardim, estadia e amenização ambiente.
2. Os espaços exteriores de utilização privada não podem ser ocupados com qualquer tipo de construção, ainda que a título precário.
 - a) Excetuam-se as construções aligeiradas diretamente relacionadas com a utilização do espaço exterior.

TÍTULO VII

Disposições finais

CAPÍTULO I

Compatibilização com o PU

Artigo 27.º

Condicionantes

1. As servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes na área do Plano encontram-se assinadas na Planta de condicionantes.
2. Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, aplicam-se os respetivos regimes jurídicos em vigor, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do presente Plano.
3. Na área do Plano, devem ainda ser observadas as demais condicionantes estabelecidas no capítulo III do Regulamento do PU, nomeadamente as identificadas na Planta de implantação – condicionantes de infraestruturas.

Artigo 28.º

Sistemas de vistas

1. Constituem sistemas de vistas a preservar, nos termos do artigo 12.º, n.º 6, alínea a.2.) do Regulamento do PU:
 - a) Os espaços-canais da rede rodoviária principal e secundária – Avenida de Fernando Pessoa, Alameda dos Oceanos, Passeio do Adamastor, Rua dos Argonautas;
 - b) Os espaços-canais das vias de circulação integrada, ou exclusivamente pedonais, enfiados transversalmente à frente de rio;
 - c) O passeio ribeirinho;
 - d) Os pontos de vista panorâmicos das praças, jardins e miradouros sobrelevados sobre a frente de rio.
2. É interdita a construção de qualquer edifício que obstrua os sistemas de vistas sobre a frente de rio, definidos pelo enfiamento dos alinhamentos edificados dos espaços de utilização pública definidos no Plano e pelos pontos de vista panorâmicos.
 - a) Excetuam-se as instalações previstas na alínea a.6.1.) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento do PU, os equipamentos de infraestrutura e serviço urbano, e o edifício da parcela 3.30.
3. Na Planta de implantação e Regulamento, encontram-se integrados os estudos de salvaguarda e valorização dos espaços públicos que estão associados aos sistemas de vistas a preservar.

CAPÍTULO II

Outras disposições

Artigo 29.º

Usos transitórios

1. A Câmara Municipal de Lisboa é a entidade competente para definir o faseamento da execução do Plano, os usos e utilizações transitórias admissíveis nos termos do presente regulamento.
2. A gestão urbana do espaço por urbanizar e edificar deve assegurar a sua constituição e manutenção como espaço exterior tratado e arborizado, quando não vedado como estacionamento público ou espaço livre de utilização pública.

Artigo 29.º - A

Alterações ao PU

Em matéria de estacionamento, adotam-se as normas da Secção IV – Estacionamento do capítulo V – Sistema de acessibilidades do PDM em vigor, não sendo aplicáveis as seguintes normas do Regulamento do PU:

- a) Definição de “lugar de estacionamento privado” constante no ponto 2.2. do n.º 2 do artigo 2.º;
- b) Subalínea b.1) da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º;
- c) Alínea b) e respetivas subalíneas do n.º 2 do artigo 12.º;
- d) A alínea c) e a subalínea c.4) do n.º 2 do artigo 12.º.

Artigo 29.º - B

Alterações às classes e categorias de espaço do PU

1. De acordo com os objetivos expressos no Relatório do Plano e com as alterações ao uso do solo operadas pela lei, são alteradas a classe e categorias das seguintes parcelas e lotes urbanos, identificados na Planta de implantação:
 - a) Lote urbano 3.01.01, de categoria de espaço habitacional para multiuso;
 - b) Lote urbano 3.01.02, de espaço urbano privado de uso misto – habitacional, para espaço urbano de uso não misto - equipamento de infraestrutura urbana;
 - c) Parcela 3.20, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - d) Parcela 3.21, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para espaço urbano de uso não misto - equipamento turístico;
 - e) Parcela 3.22, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - f) Lote urbano 3.23.01, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva;
 - g) Lote urbano 3.23.02, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - h) Lote urbano 3.27.01, de espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva, para espaço urbano privado de uso misto – multiuso;
2. É acrescentada a parcela 3.35 a que corresponde a classe e categoria de espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva.

- e) Parcela 3.22, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - f) Lote urbano 3.23.01, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva;
 - g) Lote urbano 3.23.02, de espaço urbano privado de uso misto – multiuso, para habitacional;
 - h) Lote urbano 3.27.01, de espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva, para espaço urbano privado de uso misto – multiuso;
2. É acrescentada a parcela 3.35 a que corresponde a classe e categoria de espaço urbano de uso não misto - equipamento de utilização coletiva.

Artigo 30.º

Ajustamentos de pormenor ao desenho urbano

Admitem-se ajustamentos de pormenor da rede rodoviária ou dos limites físicos das parcelas, sem prejuízo da manutenção dos valores globais da área bruta de construção ou de pavimentos e dos usos regulamentados.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente Plano entra em vigor no dia imediatamente seguinte ao da sua publicação no Diário da República, adquirindo plena eficácia a partir dessa data.

Artigo 32.º

(Revogado.)

DELIBERAÇÃO Nº 276/AML/2017

Proposta nº 259/CM/2017 – Alienação sob a forma de complemento de lote de duas parcelas de terrenos municipais, sitas na Avenida 24 de Julho e Rua D. Luís I, à LXTEJO – Investimentos Imobiliários, S.A., nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ CDS-PP/ PNP/ 6 IND – **Contra:** PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN

PROPOSTA Nº 259/2017

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a alienação sob a forma de complemento de lote de duas parcelas de terreno municipais, sitas na Avenida 24 de Julho e Rua D. Luís I, à LXTEJO – Investimentos Imobiliários, S.A., nos termos da proposta

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

Serviços: DMGP – Direção Municipal de Gestão Patrimonial

Considerando que:

- a) Em 2012, a LXTEJO – Investimentos Imobiliários, S.A., proprietária do prédio urbano sito na Avenida 24 Julho e Rua D. Luís I, descrito em sede de registo predial sob o n.º 252 da freguesia de São Paulo, submeteu um pedido de licenciamento para a realização de uma operação urbanística, no âmbito do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente (PPABN), que deu origem ao Processo n.º 499/EDI/2012;
- b) O referido pedido de licenciamento foi homologado por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado de 3 de agosto de 2012, condicionado à alienação de duas parcelas de terreno de municipais, com as áreas de 61,94m² e 304,05m²;
- c) Tais parcelas de terrenos municipais preenchiam as condições cumulativas impostas pelas alíneas a) e d) do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Alienação em Complemento de Lote (RMACL), aprovado pela deliberação n.º 4/AM/2009 (Proposta n.º 499/2008), publicada no 5.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 781 de 5 de fevereiro de 2009, pelo que foi calculado pelos serviços o valor das mesmas;
- d) Em 2014, por vicissitudes várias relacionadas com o particular, o processo acabou por não ter sequência, não se tendo concretizado a alienação em complemento de lote;
- e) Em 2015, a LXTEJO - Investimentos Imobiliários, S.A., deu entrada com um Pedido de Informação Prévia, que constituiu o Processo n.º 744/EDI/2015, com alteração de áreas e do uso dominante previsto no PPABN em vigor;
- f) O PPAB se encontra atualmente em revisão e a proposta urbanística apresentada por aquele PIP se enquadra nas alterações previstas no projeto de alteração daquele Plano, que aguarda aprovação pela Assembleia Municipal;
- g) Através da Deliberação n.º 835/CM/2015 de 23 dezembro de 2015, o Pedido de Informação Prévia (Processo n.º 744/EDI/2015) foi homologado favoravelmente condicionado “À entrada em vigor da alteração ao Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente (...) e aos acertos cadastrais, previstas no Plano e a efetuar em momento anterior ao licenciamento” (**Anexo I**);
- h) LXTEJO - Investimentos Imobiliários, S.A., pretende agora concretizar uma das condições fixadas com a homologação favorável do PIP, a saber, a aquisição das parcelas de terrenos municipais, necessárias para a concretização do seu projeto, tendo apresentado pedido para o efeito;
- i) Nos termos daquele PIP homologado favoravelmente, e de acordo com os parâmetros urbanísticos aí fixados, os serviços municipais procederam à valorização das parcelas de terreno municipais a alienar sob a forma de complemento de lote, de acordo com os critérios previstos no RMACL, tendo apurado para a alienação o valor global de 1.352.599,00 € (um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove euros);
- j) Notificado para o efeito, o requerente deu a sua concordância com as condições anteriormente apresentadas (**Anexo II**);

- k) Tendo o PIP sido homologado favoravelmente, mas condicionado também “*À entrada em vigor da alteração ao Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente*”, o que ainda não aconteceu, a escritura de alienação em complemento de lote nunca poderá fazer-se antes desse momento, pelo que também a aprovação deste negócio jurídico deverá ficar condicionada nos mesmos termos;
- l) A alienação das parcelas em complemento de lote deve obedecer ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, devendo a Câmara, sempre que o valor de alienação seja superior a € 557.000,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil euros), correspondente a 1.000 (mil) vezes a remuneração mínima mensal garantida, obter a respetiva autorização da Assembleia Municipal.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea i) e do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

- Alienar, sob a forma de complemento de lote, duas parcelas de terreno municipais sitas na Avenida 24 de Julho/Rua D. Luís I, com a área de 61,94 m², a desanexar do prédio descrito em sede de registo predial sob o n.º 250 da freguesia de São Paulo e de 304,05 m², que constitui o prédio descrito sob o n.º 299 da mesma freguesia, identificadas com os números 1 e 2 a cor verde na planta n.º 14/042/DPSVP, pelo valor de 1.352.599,00 € (um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil quinhentos e noventa e nove euros), à LXTEJO – Investimentos Imobiliários, S.A. ou a quem provar ser o legítimo proprietário do prédio a complementar descrito em sede de registo predial sob o n.º 252 da freguesia de São Paulo (**Anexos III, IV, V e VI**).

CONFRONTAÇÕES DAS PARCELAS A ALIENAR:

Parcela 1

Norte, Nascente e Poente – CML

Sul – LXTEJO – Investimentos Imobiliários, S.A.

Parcela 2

Norte – traseiras do prédio nº 5 da Rua D. Luís I

Nascente – prédio nº 6 da Avenida 24 de Julho

Sul – Avenida 24 de Julho

Poente – LXTEJO – Investimentos Imobiliários, S.A.

CONDIÇÕES DE ACORDO

1. As parcelas de terrenos municipais, com as áreas de 61,94 m² e 304,05 m², serão alienadas sob a forma de complemento de lote e destinam-se exclusivamente à concretização da operação urbanística aprovada pelo Processo n.º 744/EDI/2015, no respeito pelos parâmetros urbanísticos aí fixados.
2. Caso em sede de licenciamento da obra se verificarem alterações às áreas constantes do PIP, que serviram de fundamento ao cálculo do valor do complemento de lote das duas parcelas de terreno municipais a alienar, e que resultem numa valorização do lote constituído, é devida uma compensação ao Município, de acordo com o previsto no artigo 3.º, n.ºs 2, 3 e 4 do Regulamento Municipal de Alienação em Complemento de Lote (RMACL), aprovado pela Deliberação nº 4/AM/2009 (Proposta nº 499/2008), publicada no 5.º Suplemento ao Boletim Municipal Nº 781 de 5 de fevereiro de 2009.
3. As parcelas de terrenos municipais, com as áreas de 61,94 m² e 304,05 m², serão alienadas livres de quaisquer ónus ou encargos e devolutas de pessoas e bens.
4. A escritura de alienação em complemento de lote só será outorgada pelas partes se e quando se cumprir a condição fixada aquando da homologação do PIP a que corresponde o Processo identificado em 1 supra, ou seja, quando entrar em vigor a alteração ao Plano Pormenor do Aterro da Boavista Nascente.

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR

O cálculo da área total a alienar em complemento de lote, de 365,99m², consta no quadro junto como Anexo II e que faz parte integrante da presente proposta.

ANEXOS:

- I. Proposta n.º 835/2015, aprovada em reunião de Câmara de 23 dezembro 2015;
- II. INF/245/DMGP/DOP/17 e respetivos anexos;
- III. Certidão predial do prédio donde vai ser desanexada a parcela com a área de 61,94 m² – descrito em sede de registo predial sob o n.º 250 da freguesia de São Paulo;
- IV. Certidão predial do prédio com a área de 304,05 m² – descrito em sede de registo predial sob o n.º 299 da freguesia de São Paulo;
- V. Certidão predial do prédio a complementar – descrito em sede de registo predial sob o n.º 252 da freguesia de São Paulo;
- VI. Planta n.º 14/042/DPSVP

(Processo n.º 10553/CML/17)

Conservatória do Registo Predial de
Lisboa

Freguesia São Paulo

250/20080605



Certidão On-line

Código de acesso: 19972/2017

DACM
Prop. n.º 759/17
Fls. _____

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 11828, Livro N.º: 38

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: São Paulo

Rua D. Luís I

ÁREA TOTAL: 110,6 M2

ÁREA DESCOBERTA: 110,6 M2

VALOR VENAL: 6.500,00 Escudos

OMISSO NA MATRIZ

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Lote de Terreno para alinhamento. Norte e Nascente: Rua D. Luís I, Sul: Administração Geral do Porto de Lisboa, Poente: Câmara Municipal Lisboa.

Desanexado do prédio n.º 9228 fls 192v B- 27

Reprodução por extractação

O(A) Ajudante, em substituição

Maria Isabel Vieira Lino Pontes Siciliani Nogueira

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 8 de 1976/10/13 - Aquisição

ABRANGE 3 PRÉDIOS

CAUSA : Permuta

SUJEITO(S) ATIVO(S):

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA

Sede: Cais do Sodré

Localidade: Lisboa

Reprodução por extractação da insc. n.º 29 808 fls 40 G-42

O(A) Ajudante, em substituição

Maria Isabel Vieira Lino Pontes Siciliani Nogueira

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Conservatória do Registo Predial da
Lisboa

Freguesia São Paulo

299/20140730



Certidão On-line

Código de acesso: 19962/2017

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

DACM
Prop. n.º 255/12
Fls. _____

URBANO

SITUADO EM: São Paulo

Avenida 24 de Julho

ÁREA TOTAL: 304,05 M2

ÁREA DESCOBERTA: 304,05 M2

MATRIZ n.º: 2493-P

FREGUESIA: Misericórdia.

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Parcela de terreno - NORTE: Traseiras do prédio n.º 5 da Rua D. Luís I; SUL: Avenida 24 de Julho; NASCENTE: Prédio n.º 6 da Avenida 24 de Julho; POENTE: LXTEJO - Investimentos Imobiliários S.A.

Formado pela anexação da totalidade da área dos prédios 251 e 253/ São Paulo, com uma parcela de 40,25 m2 desanexada do prédio 288/ São Paulo.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)

Bárbara Solange de Matos Ferreira Barreto

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 11 de 1935/08/28 - Aquisição

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MUNICÍPIO DE LISBOA

NIPC 500051070

Sede: Praça do Município

Localidade: Lisboa

Reprodução da insc. Ap. 11 de 1935/08/28 do prédio 288/ São Paulo e da ins. Ap. 8 de 1976/10/13 dos prédios 251 e 253/ São Paulo.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)

Bárbara Solange de Matos Ferreira Barreto

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Conservatória do Registo Predial de
Lisboa

Freguesia São Paulo

252/20080604



Certidão On-line

Código de acesso: 10800/2017

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

DACM
Prop. n.º 259/17
Fls.

URBANO

SITUADO EM: São Paulo

Av. 24 de Julho e Rua D. Luís I

ÁREA TOTAL: 2704,57 M2

ÁREA DESCOBERTA: 2704,57 M2

ATRIZ n.º: 2404 NATUREZA: Urbana

FREGUESIA: Misericórdia

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Lote de terreno para construção. Confronta a norte com Câmara Municipal de Lisboa e Rua D. Luís, do sul com Av. 24 de Julho, do nascente com Câmara Municipal de Lisboa e APL e do poente com Câmara Municipal de Lisboa e Administração do Porto de Lisboa, S.A. Existe uma passagem pública de peões na superfície de 295,11 m2, entre as cotas 3,15 m2 e 9,15 m2, referidas ao nivelamento geral do País.

(Resultou da anexação dos prédios n.ºs. 166 e 171, ambos da freguesia de S. Paulo)

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)

Ana Margarida Reis Chamberl Felício Faria

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais.

AP. 2561 de 2010/01/14 14:16:12 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2010/01/14 14:16:12 UTC

AUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** ENTRADA RESTRITA, LD*

NIPC 508732530

Sede: Avenida de Sabóia. n.º 92 - Monte Estoril

Localidade: Estoril - Cascais

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** GERIUM - PROMOÇÃO E CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.

NIF 502865326

O(A) Conservador(a)

Fernanda Baptista Varela

Conservatória do Registo Predial de Lisboa.

AVERB. - AP. 1366 de 2012/05/17 14:19:03 UTC - Actualização

Registado no Sistema em: 2012/05/17 14:19:03 UTC

DA APRESENT. 2561 de 2010/01/14 - Aquisição

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** LXTEJO - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.

NIPC 508732530

Sede: Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3, 9º

Localidade: Lisboa

O(A) Conservador(a)

Júlia Maria Louro Batista Fradinho Salavisa Beirão

Conservatória do Registo Predial de Lisboa

AP. 229 de 2016/11/02 09:56:26 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2016/11/02 09:56:26 UTC

PROVISÓRIO POR NATUREZA - Artigo 92º nº1 al. g) e nº 4

CAUSA : Compra

CONFIRMADO EM: 2016/11/07

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** AM48 - UNIPessoal, LDA

NIPC 507876300

Sede: Rua Castilho, nº 67, 1º andar, Sala 2

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** LXTEJO - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.

NIPC 508732530

PRAZO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DEFINITIVO: Até ao dia 30 de junho de 2017.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)

Ana Margarida Reis Chambel Felício Faria

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

[illegible]

Nota: Os anexos I e II, não publicados, encontram-se arquivados na DACM

DELIBERAÇÃO Nº 277/AML/2017

Proposta nº 385/CM/2017 – Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de três troços da Estrada das Amoreiras, da Estrada da Portela de Sacavém e da Azinhaga do Cavaco ou do Ourives, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ PEV/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** PSD – **Abstenção:** BE/ CDS-PP/ MPT/ PAN

PROPOSTA Nº 385/2017

Assunto: Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de três troços da Estrada das Amoreiras, da Estrada da Portela de Sacavém e da Azinhaga do Cavaco ou do Ourives.

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

Serviços: Direção Municipal de Gestão Patrimonial - DMGP/DOP

Considerando que:

1. A zona onde está implantado o Bairro São João de Brito está a ser sujeito a requalificação/intervenção, sendo que se pretende criar as condições legais que viabilizem a operação de Loteamento, *vide* Planta n.º 17/043/DMGP (**Anexo I**);
2. A operação de Loteamento integrou três troços de vias públicas, já fora de uso;
3. Para possibilitar a sua integração na operação de Loteamento é necessário proceder à sua desafetação do domínio público para o domínio privado municipal;
4. Com a futura operação de Loteamento, estarão reunidas as condições legais para a regularização das ocupações de solos municipais e encerrada a questão patrimonial pendente;
5. As parcelas de terreno a desafetar, pela sua natureza e localização, não são necessárias à prossecução de outros fins de interesse público, a que a Câmara de Lisboa está vinculada, materializando-se desta forma com esta operação o Princípio da Boa Administração;
6. O ato patrimonial apresentado revela-se essencial para viabilizar a operação de Loteamento que justificará um futuro Alvará de Loteamento que definitivamente estabilize a realidade das ocupações existentes.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

1. Desafetar do domínio público para o domínio privado municipal a parcela de terreno com a área de 387,00 m², antigo troço da Estrada das Amoreiras, identificada a cor rosa com o n.º 1, na Planta n.º17/043/DMGP (**Anexo I**), à qual se atribui, apenas para efeitos fiscais, o valor de 1.935,00 € (mil novecentos e trinta e cinco euros), resultante de um valor simbólico de 5,00 €/m²;
2. Desafetar do domínio público para o domínio privado municipal a parcela de terreno com a área de 250,00 m², antigo troço da Estrada da Portela de Sacavém, identificada a cor rosa com o n.º 2, na Planta n.º17/043/DMGP (**Anexo I**), à qual se atribui, apenas para efeitos fiscais, o valor de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros), resultante de um valor simbólico de 5,00 €/m²;
3. Desafetar do domínio público para o domínio privado municipal a parcela de terreno com a área de 799,00 m², antigo troço da Azinhaga do Cavaco ou do Ourives, identificada a cor rosa com o n.º 3, na Planta n.º17/043/DMGP (**Anexo I**), à qual se atribui, apenas para efeitos fiscais, o valor de 3.995,00 € (três mil novecentos e noventa e cinco euros), resultante de um valor simbólico de 5,00 €/m².

CONFRONTAÇÕES

Parcela 1 - Estrada das Amoreiras

Norte – Domínio Público

Sul – Rua Jorge Colaço

Nascente – CML e Particular

Poente – CML

Parcela 2 - Estrada da Portela de Sacavém

Norte – Avenida Marechal Craveiro Lopes

Sul – Estrada da Portela

Nascente – CML

Poente – CML

Parcela 3 - Azinhaga do Cavaco ou Ourives

Norte – CML

Sul – Avenida do Brasil

Nascente – CML

Poente – CML

JUSTIFICAÇÃO DE VALOR

Apenas para efeitos fiscais, atribui-se aos terrenos a desafetar pelo Município de Lisboa o valor global de 7.180,00 € (sete mil cento e oitenta euros), correspondente a um preço simbólico de 5,00 €/m².

Anexos:

I.Planta n.º 17/043/DMGP

Processo n.º 12626/CML/17



DELIBERAÇÃO Nº 278/AML/2017

Proposta nº 440/CM/2017 – Constituição de um direito de superfície a favor da ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, sobre o prédio municipal sito na Rua Professor Lima Basto n.º 71 (Estrada de Benfica), nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA Nº 440/2017

Assunto: Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a constituição de um direito de superfície a favor da ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, sobre o prédio municipal sito na Rua Professor Lima Basto n.º 71 (Estrada de Benfica).

Pelouro: Património

Serviços: Direção Municipal de Gestão Patrimonial (DMGP)

Considerando que:

- a) A ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, doravante designada por ACREDITAR, tem como missão “Tratar a criança ou o jovem com cancro, promovendo a sua qualidade de vida e a da sua família”;
- b) É uma Associação de referência nacional na garantia dos direitos e na promoção da qualidade de vida na área da oncologia pediátrica, acompanhando os doentes em todos os momentos da doença, seja nas Casas da Acreditar, nos hospitais ou no domicílio;
- c) O Município tem vindo a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), pela importância que estas assumem na proteção e auxílio a toda a população;
- d) Em dezembro de 2009, foi constituído um direito de superfície a favor da ACREDITAR, sobre uma parcela de terreno municipal com a área de 363 m², sita na Rua Professor Lima Basto, onde também se localiza o Instituto Português de Oncologia (IPO), destinada à construção de um Lar de Acolhimento para crianças com cancro, pelo prazo de 70 anos, mediante o pagamento, a título de preço, de 77.156,78 €, correspondente a uma prestação mensal de 155,95 € (**Anexo I**);
- e) A ACREDITAR deu cumprimento ao objeto previsto no direito de superfície, construindo na parcela de terreno cedida o Lar de Acolhimento para crianças e jovens em tratamento prolongado no IPO, denominado por “Casa Acreditar de Lisboa”;
- f) A ACREDITAR já não consegue na sua Casa dar resposta às inúmeras solicitações de apoio de que é alvo diariamente, por manifesta falta de espaço nas instalações de detêm, no n.º 73 da Rua Professor Lima Basto;

g) A ACREDITAR veio solicitar ao Município a cedência de um outro imóvel ou parcela de terreno municipal, com especial preferência pelo prédio municipal contíguo ao outro sobre o qual já incide o direito de superfície constituído em seu favor; (**Anexo II**);

h) É do interesse público e da maior relevância para a cidade de Lisboa o apoio a este tipo de instituições de solidariedade;

i) O Município é proprietário do prédio sito no n.º 71 da Rua Professor Lima Basto, contíguo ao terreno cedido em 2009, onde a ACREDITAR construiu o mencionado Lar de Acolhimento;

j) O referido imóvel não integra o regime de gestão condicionada previsto no futuro regulamento de Património Imobiliário do Município de Lisboa e não está afeto ao cumprimento de um outro programa municipal, tendo já cessado os arrendamentos habitacionais que anteriormente para ali existiam e as ocupações residuais de serviços municipais;

k) A cedência do prédio municipal em direito de superfície será sem dúvida uma mais-valia para a ACREDITAR, permitindo que esta possa continuar a cumprir a sua Missão, sendo certo que a expansão da Casa para o edifício contíguo permitirá gerar importantes sinergias e economias de escala;

l) O direito de superfície para a parcela de terreno cedida à ACREDITAR, contígua ao prédio agora em causa, foi constituído por um prazo de 70 anos, pelo que se considera ajustado que o novo imóvel a ceder, no mesmo regime, goze de um período coincidente ao direito anteriormente constituído - 63 anos - para que o término de ambos os direitos ocorra no mesmo ano;

m) Estão plenamente preenchidos os critérios e pressupostos plasmados no futuro Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa para a constituição de direito de superfície;

n) A natureza do superficiário e o relevante interesse público da atividade que desenvolve justifica que a valorização da propriedade municipal para determinação da renda superficiária seja feita por aplicação do valor patrimonial tributário e que, seja ainda concedida uma bonificação de 75%, para igualar as condições do direito de superfície já constituído;

o) A constituição do direito de superfície deve obedecer ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, devendo a Câmara, sempre que o valor dos imóveis envolvidos no negócio seja superior a € 557.000,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil euros), correspondente a 1.000 (mil) vezes a remuneração mínima mensal garantida, obter a respetiva autorização da Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e da alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

- Constituir um direito de superfície a favor da ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, sobre o prédio municipal sito na Rua Professor Lima Basto, n.º 71, descrito em sede de registo predial sob o n.º 761 da freguesia de São Sebastião da Pedreira, com a área de 407m², identificado a tracejado azul na Planta n.º 17/045/DMGP, pelo prazo de 63 anos, contados a partir da data da outorga da escritura, mediante o pagamento, a título de preço, do valor de 123.374,50€ (cento e vinte e três mil, trezentos e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), a ser liquidado através de uma prestação anual de 2.764,00 € (dois mil, setecentos e sessenta e quatro euros), atualizada anualmente por aplicação do índice de preços no consumidor sem habitação, para o território continental e ao qual se atribui apenas para efeitos de escritura o montante de 2.764,00 € correspondente ao valor da prestação anual (**Anexos III e IV**).

TERMOS E CONDIÇÕES DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

A – OBJETO

1. O direito de superfície a constituir a favor da ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, incide sobre o prédio municipal sito na Rua Professor Lima Basto, n.º 71, descrito em sede de registo predial sob o n.º 761 da freguesia de São Sebastião da Pedreira, com a área de 407 m² e identificado a tracejado azul na Planta n.º 17/045/DMGP.
2. O prédio municipal é cedido no estado em que atualmente se encontra, livre de quaisquer ónus e encargos e devoluto de pessoas e bens.
3. O direito de superfície a constituir destina-se, exclusivamente, à ampliação das instalações do Lar de Acolhimento para crianças e jovens com cancro, em tratamento prolongado no Instituto Português de Oncologia, denominado por “Casa Acreditar de Lisboa”.
4. Será da responsabilidade da Superficiária a realização de todas as obras e trabalhos preparatórios necessários à remodelação e beneficiação da propriedade cedida, cumprindo para o efeito com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

B – PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES

5. O direito de superfície é constituído pelo prazo de 63 anos, contados a partir da data da outorga da escritura e prorrogável por acordo entre as partes.
6. Caso a escritura não seja outorgada no decurso do ano de 2017, o prazo do direito de superfície será reduzido para que o término do mesmo coincida com a data do término do direito de superfície anteriormente constituído em 22 de dezembro de 2009.

7. A superficiária fica obrigada a realizar as obras de recuperação e adaptação do imóvel cedido em direito de superfície ao fim a que se destina, devendo iniciá-las no prazo máximo de 12 meses e a contar da data de celebração da escritura de constituição.
8. O prédio ora cedido em direito de superfície deverá estar em funcionamento para o fim a que se destina no prazo máximo de 24 meses a contar da data de celebração da escritura de constituição do direito de superfície.
9. Caso exista motivo ponderoso que o justifique poderão os prazos referidos nos números anteriores ser prorrogados por prazo equivalente a metade da sua duração, mediante despacho do Vereador com competências delegadas em matéria de gestão patrimonial.
10. Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, o prédio com todas as benfeitorias, reverterá para o Município de Lisboa, livre de quaisquer ónus ou encargos, sem que seja devido à superficiária qualquer indemnização.

C – RENDA

11. A ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro pagará ao Município, a título do direito de superfície ora aprovado, a prestação anual de 2.764,00 € (dois mil, setecentos e sessenta e quatro euros), atualizada anualmente por aplicação do índice de preços no consumidor sem habitação, para o território continental.
12. A primeira das rendas superficiárias será devida na data de entrada em funcionamento do edifício, mas nunca depois da data fixada no ponto 8 destas condições de acordo, incluindo a prorrogação que possa vir a ocorrer, ficando a superficiária obrigada a comunicar tal facto ao Município.
13. Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, em caso de mora no pagamento da renda, o Município de Lisboa terá o direito de exigir o triplo do valor das rendas em dívida, aplicando-se a este propósito o estabelecido no futuro Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa, em fase final de aprovação.

D – ENCARGOS DA SUPERFICIÁRIA

14. No âmbito geral, a ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro obriga-se a:
 - a. Requerer e instruir, a expensas suas, todos os pedidos necessários ao cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes da constituição do direito de superfície;
 - b. Assegurar a manutenção e os encargos de funcionamento do Lar de Acolhimento no imóvel objeto do direito de superfície, nomeadamente, os relacionados com o consumo de eletricidade, água, gás e telecomunicações, bem como com limpeza ou quaisquer equipamentos de segurança;

- c. Manter todas as estruturas que utilize em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar todas as reparações necessárias e suportar os respetivos custos;
- d. Manter a vigilância que considere necessária nas suas instalações;
- e. Avisar imediatamente o Município de Lisboa sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ou ameaça relativamente ao bem ou que terceiros se arrogam de direitos sobre a propriedade municipal objeto do direito de superfície ou equipamentos nelas erigidos;
- f. Permitir ao Município proceder à fiscalização periódica do bem para verificação das condições das respetivas instalações e do respetivo funcionamento;
- g. Contratar e manter um seguro que garanta o risco de incêndio e de destruição do bem por causas naturais ou ação humana.

E – TRANSMISSÃO OU ONERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

- 15. O direito de superfície é constituído *intuito personae* à ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, não podendo ser alienado sem autorização expressa por escrito do Município de Lisboa, que, nos termos do estabelecido no artigo 1535º CC, gozará do direito de preferência, em ultimo lugar, na alienação de tal direito, por qualquer causa.
- 16. Para efeitos do número anterior, fica desde já estabelecido que uma eventual alienação do direito de superfície ficará sempre condicionada ao cumprimento do objeto de tal direito, não podendo o valor da alienação ser superior ao valor ora calculado para o direito de superfície, atualizado pelo coeficiente de desvalorização da moeda.
- 17. A superficiária não poderá onerar o direito de superfície sem a prévia aprovação pela Câmara.
- 18. Para efeitos do disposto no número anterior, deverá a superficiária formular o respetivo pedido por escrito ao Vereador com o pelouro do património.

F – EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

- 19. O direito de superfície extinguir-se-á por decurso do respetivo prazo, ou pela verificação das seguintes situações, com a consequente desocupação imediata do imóvel municipal e dos respetivos equipamentos aí construídos e instalados:
 - a. A utilização do imóvel para fins diversos do objeto da cedência;
 - b. O incumprimento, pela superficiária, de qualquer das obrigações emergentes do contrato de constituição do direito de superfície.

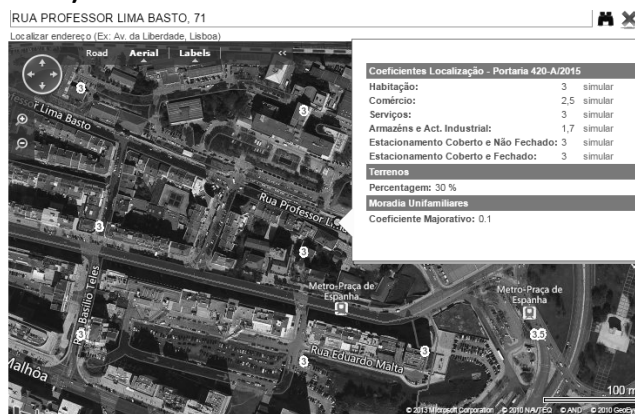
20. Extinto o direito de superfície, pelo decurso do prazo, a superficiária obriga-se entregar ao Município de Lisboa, no prazo máximo de 60 dias a contar da data da ocorrência do facto que determinou a extinção de tal direito, o imóvel, livre de quaisquer ónus ou encargos, sem que seja devido à superficiária qualquer indemnização;
21. A extinção do direito de superfície pelo decurso do prazo, importará também a extinção dos direitos reais de gozo ou de garantia que eventualmente tenham sido constituídos pela superficiária em benefício de terceiro, ainda que com autorização do Município;
22. Verificada a extinção do direito de superfície pelo decurso do prazo, fica a superficiária obrigada a comparecer na outorga do contrato que para o efeito tenha de ser celebrado, no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que para o efeito lhe seja dirigida comunicação escrita pelo Município de Lisboa, sendo que se o não fizer fica desde já expressamente reconhecido o direito à execução específica, nos termos do disposto no artigo 830.º do Código Civil.

G – COMPROMISSO ARBITRAL

23. A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeita a instância arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.
24. Para efeitos do disposto no número anterior, o tribunal arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:
 - a. Cada Parte nomeará um árbitro e estes dois árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro árbitro, que presidirá;
 - b. Os árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral;
 - c. O Presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes árbitros;
 - d. Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das partes poderá solicitar ao Presidente do tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
 - e. O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento;
 - f. O tribunal arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
 - g. Cada Parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

JUSTIFICAÇÃO DE VALOR

O valor de mercado foi estimado através da determinação do seu valor patrimonial tributário calculado nos termos do D.L. 287/2003 de 12 de novembro (CIMI), com a redação dada pela Lei 53-A/06 de 29 de dezembro calculado com recurso ao simulador disponibilizado pelo Ministério das Finanças, do qual resultou o **VPT de 783.330,00 € (Setecentos e oitenta e três mil trezentos e trinta euros).**



Simulação Valor Patrimonial Tributário

Tipo de Prédio	Prédio Edificado - Propriedade total com ou sem divisões
Afectação	Serviços
Coefficiente de afectação	1,10
Coefficiente de localização	3,00
Valor de construção	603,00 €
Idade do prédio	50
Coefficiente de vetustez	0,65
Coefficiente de qualidade e conforto	1,00
Área bruta privativa	656,00 m2
Área bruta dependente	48,00 m2
Área total do terreno	407,00 m2
Área de implantação do edifício no terreno	376,00 m2
Área Ajustada [Abc = (Aa + Ab) x Caj]	604,84 m2
Valor Patrimonial Tributário	783.330,00 €

Tratando-se de uma cedência em regime de direito de superfície, a contrapartida a receber pelo Município pela utilização da espaço é estimado com base nos critérios definidos pelas propostas aprovadas n.ºs 96/92 e 543/94 de, respetivamente, 18/03/92 e 28/12/94, em que:

$$VS = Vm \times b \times n / 100$$

(sendo VS o valor de mercado estimado, b a bonificação a utilizar, n o prazo de constituição do direito de superfície)

Prazo – 63 anos

b- bonificação considerada por razões sociais - 75%

$$VS = 783.330,00 \text{ €} \times 0,25 \times 63 / 100 = \mathbf{123.374,50 \text{ €}}$$

Contraprestação Anual

A contraprestação anual correspondente ao valor do DS é estimada pela fórmula:

$$R_{\text{anual}} = VS \times (1+r) \times (1-C / C-C^{(n+1)})$$

r - taxa de atualização dos arrendamentos habitacionais, sendo o coeficiente r de 0,54 % (0,0054) o respeitante ao ano de 2017 conforme o Aviso INE 11562/2016 publicado em DR Nº 183, 2ª Série de 22/09/2016

i – Taxa de juro = E3 + 2,000 % (cf. critério proposto)

sendo E3 a média dos valores da Euribor a 3 meses observados nos 10 dias úteis anteriores = - 0,329

Taxa Euribor 3 meses - quadros:

Ultimo mês	
08-06-2017	-0,330%
07-06-2017	-0,329%
06-06-2017	-0,329%
05-06-2017	-0,329%
02-06-2017	-0,329%
01-06-2017	-0,329%
31-05-2017	-0,329%
30-05-2017	-0,329%
29-05-2017	-0,329%
26-05-2017	-0,329%

i = - 0,329 % + 2,000 % = 1,671 %

C – (1+r) / (1+i) = (1 + 0,0054) / (1+0,01671) = 0,98887

$R_{\text{anual}} = 123.374,50 \text{ €} \times (1+0,0054) \times (1-0,98887 / 0,98887-0,98887)^{(64)}$

$R_{\text{anual}} = 123.374,50 \text{ €} \times (1,0054) \times (0,01113 / 0,98887 - 0,48855)$

$R_{\text{anual}} = 123.374,50 \text{ €} \times (1,0054) \times (0,02225)$

$R_{\text{anual}} = 123.374,50 \text{ €} \times 0,0224$

R_{anual} = 2.764,00 €

ANEXOS:

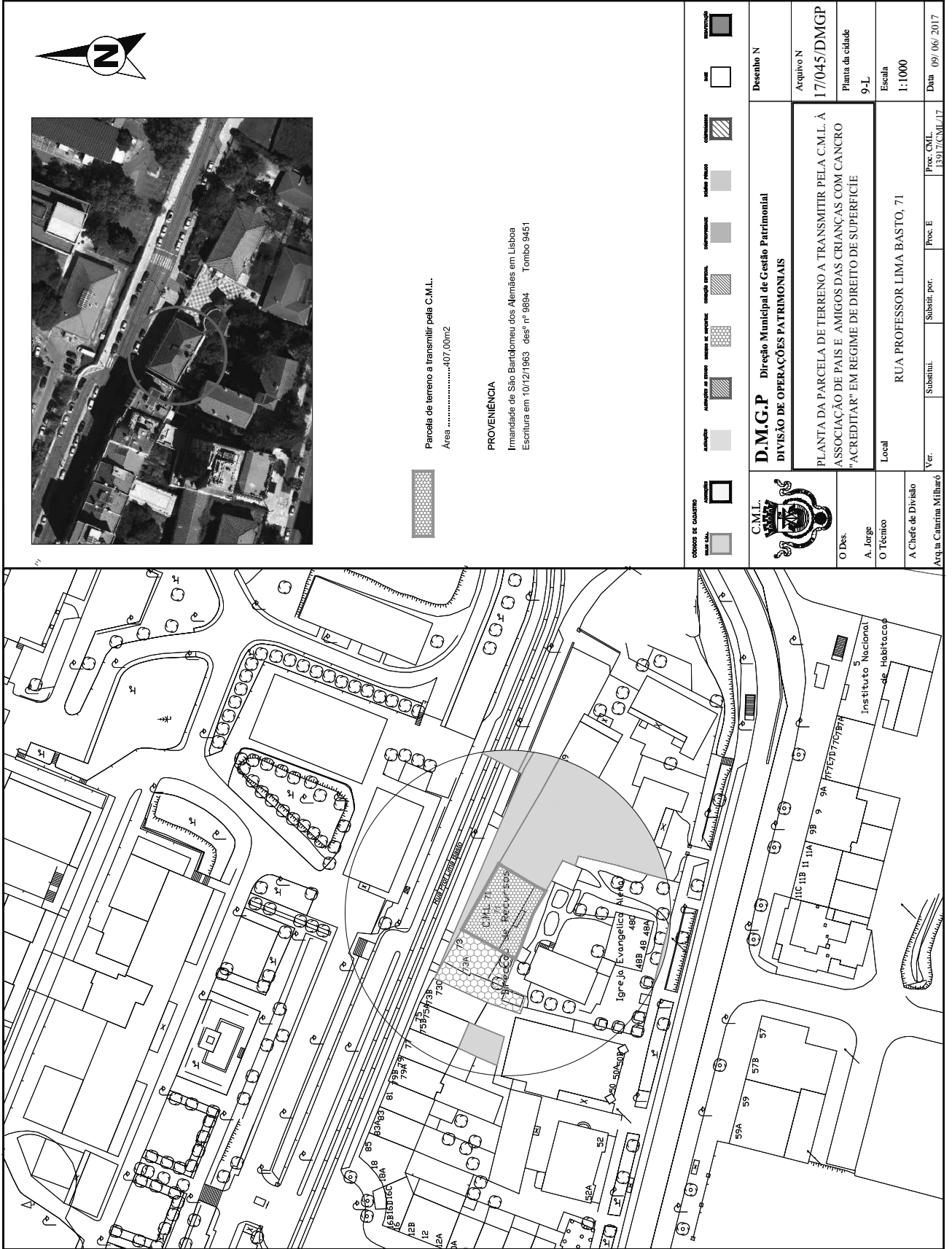
I.Cópia da escritura de 22.12.2009

II.Email da ACREDITAR

III.Planta n.º 17/045/DMGP

IV.Descrição do prédio da CML

(Processo 13917CML/17)





Certidão On-line

Código de acesso: 33996/2017

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

MISTO

SITUADO EM: São Sebastião da Pedreira
Estrada de Benfica, n.º.71.

RENDIMENTO COLETÁVEL: 22.076,00 Escudos

MATRIZ n.º: 870

FREGUESIA: São Domingos de Benfica

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terreno com a área de 407m2, em parte ocupado por construção - Confrontações: Norte: Estrada de Benfica; Sul: Congregação Evangélica Alemã; Nascente: Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães de Lisboa; Poente: Com a referida Irmandade.
Desanexado do n.º.6 652, fls. 195 do B-21.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)
Dora Margarida Oliveira Ramos

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 14 de 1988/07/06 - Aquisição
ABRANGE 6 PRÉDIOS

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** IRMANDADE DE SÃO BARTOLOMEU DOS ALEMÃES DE LISBOA

Morada: Avenida António Augusto de Aguiar, 20, r/c dto

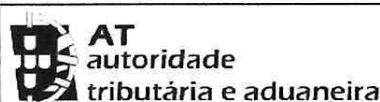
Localidade: Lisboa

Reprodução da insc. G-1

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)
Dora Margarida Oliveira Ramos

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.



CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 3263 - LISBOA-5

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 11 - LISBOA **CONCELHO:** 06 - LISBOA **FREGUESIA:** 39 - S. DOMINGOS DE BENFICA

ARTIGO MATRICIAL: 870 NIP:

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

DISTRITO: 11 - LISBOA **CONCELHO:** 06 - LISBOA **FREGUESIA:** 50 - S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

(EXTINTA) **Tipo:** URBANO

Artigo: 1304

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: Estrada de Benfica a Palhavã **Nº:** 71 **Lugar:** LISBOA **Código Postal:** 1050-106 LISBOA

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

Descrição: Prédio forrado a azulejo, composto de res chão, 1º andar e sótão com 9 vãos nos 2 primeiros pavimentos e sem nenhum no sótão. Este ultimo está dividido em 4 divisões pertencentes aos vários inquilinos do pre'dio. Construção moderna e modesta destinada a habitação e em regular estado de conservação. Tem lateralmente uma pequena dependência com a área de 48 m destinada a arrecadação e em mau estado de conservação e ainda um pequeno pátio. 1º andar E nº 71; 1º andar E nº 71, r/c Esq e r/c Dtº, com 9 divisões cada.

Afectação: Habitação **Nº de pisos:** 2 **Tipologia/Divisões:** 18

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 484,0000 m² **Área de implantação do edifício:** 376,0000 m² **Área bruta de construção:** 704,0000 m² **Área bruta dependente:** 48,0000 m² **Área bruta privativa:** 656,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 1964 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €600.010,00 **Determinado no ano:** 2015

Tipo de coeficiente de localização: Habitação **Coordenada X:** 110.636,00 **Coordenada Y:** 197.300,00

Vt*	=	Vc	x	A	x	Ca	x	Cl	x	Cq	x	Cv
600.010,00	=	603,00	x	568,0200	x	1,00	x	2,45	x	1,100	x	0,65

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, (Aa + Ab) x Caj = 100 x 1,0 + 0,90 x (160 - 100) + 0,85 x (220 - 160) + 0,80 x (Aa + Ab - 220,0000).

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

Mod 1 do IMI nº: 5691051 **Entregue em :** 2012/12/07 **Ficha de avaliação nº:** 8454485 **Avaliada em :** 2012/12/17

TITULARES

Identificação fiscal: 500051070 **Nome:** MUNICIPIO DE LISBOA

Morada: PC DO MUNICIPIO, LISBOA, 1100-365 LISBOA

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** DESCONHECIDO

ISENÇÕES

Identificação fiscal: 500051070

Motivo: ESTADO, REG. AUTON, AUTARQ, SERV, ESTAB E ORG RESPECT **Início:** 1990 **Valor isento:** €600.010,00

Obtido via internet em 2017-06-07

O Chefe de Finanças



(José Adriano dos Santos Medeiros)

Nota: Os anexos I e II, não publicados, encontram-se arquivados na DACM.

Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos

Subtema: Património

DELIBERAÇÃO Nº 279/AML/2017

Recomendação nº 2/150 – Resultante do Parecer da 1ª e 6ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 440/CM/2017

Subscrita pelas 1ª e 6ª Comissões Permanentes

Aprovada por Unanimidade

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar):

“Que a Câmara reforce o apoio municipal a esta Instituição, conferindo-lhe condições para receber todas as Famílias de crianças e adolescentes com problemas oncológicos em tratamento no IPO que se candidatam a serem recebidas na Casa-Abrigo de Lisboa, sob gestão dessa Associação, tendo em vista que recorrem ao IPO não só os doentes da área de Lisboa, Sul e Regiões Autónomas, mas ainda e muito relevantemente, crianças doentes originárias dos PALOP que representam por si só um conjunto populacional determinante.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008070,000069/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 280/AML/2017

Proposta nº 479/CM/2017 – Nomeação da Sociedade Moore Stephens e Associados SROC, S.A., como Auditor externo do Município de Lisboa, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ PEV/ PNPN/ 6 IND – **Abstenção:** PSD/ BE/ CDS-PP/ MPT/ PAN

PROPOSTA Nº 479/2017

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a nomeação da Sociedade Moore Stephens e Associados SROC, S.A., como Auditor externo do Município de Lisboa.

Pelouro: Vereador João Paulo Saraiva

Serviço: DMF

Considerando que:

1. Por força do disposto no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a Revisão e a Certificação Legal das contas anuais do Município compete a um auditor externo a nomear pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas;
2. A Direção Municipal de Finanças propôs que a entidade a contratar para o efeito fosse selecionada através de um concurso limitado por prévia qualificação, ao abrigo do artigo 16.º, n.º 1, al. c) e do artigo 20.º n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, procedimento que autorizei por Despacho, de 17/04/2017, exarado na INF/3/DMF/DC/2017;
3. Da tramitação do concurso – Proc. n.º 12/CLPQ/DA/CCM/2017: «*Aquisição de serviços de revisão legal de contas, incluindo, entre outros, a emissão da certificação legal das contas anuais, individuais, incluindo os serviços municipalizados que venham a ser constituídos com destaque de património do Município, e consolidadas do Município de Lisboa*» – resultou a qualificação do candidato *Moore Stephens & Associados SROC. S.A.*, e a adjudicação da respetiva Proposta, com Despachos que exarei na INF/125/DMF/DA/CCM/2017, de 24/05/2017 e na INF/13/DMF/DC/2017, de 05/07/2017, não tendo sido apresentada qualquer reclamação no âmbito do procedimento desenvolvido;
4. A aquisição de serviços abarca a Revisão Legal de Contas do ano 2017, sendo renovável, automática e sucessivamente, para os anos 2018 e 2019 caso não haja denúncia por qualquer das partes, com um valor anual de 35.000 euros, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, totalizando 43.050 euros, num valor global de 105.000 euros, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, totalizando 129.150 euros;

5. A despesa foi objeto de compromisso, conforme documento que se anexa, pelo valor previsto para 2017, que totaliza 15.067,50 euros com o IVA incluído, com registo no sistema contabilístico do compromisso plurianual correspondente, sendo a ultima prestação devida em 2020, com o valor de 27.982,50 euros com o IVA incluído, por relação com o fecho das contas individuais e consolidadas do exercício de 2019.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

Submeter à Assembleia Municipal a nomeação da *Moore Stephens e Associados SROC, S.A.*, como Auditor Externo das Contas do Município de Lisboa, em cumprimento do estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

DELIBERAÇÃO Nº 281/AML/2017

Proposta nº 462/CM/2017 – Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 462/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para a construção da creche municipal dos Olivais.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Votação na CML:

Aprovada por Unanimidade

Votação na AML:

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA Nº 462/2017

Assunto: Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 40/DMPO/DPCE/16 - “Construção da creche municipal dos Olivais” - Processo n.º 49/CP/DGES/ND/2016, com recurso a concurso público, aprovação das peças procedimentais, incluindo o projeto de execução, nomeação do júri, e submeter à Assembleia Municipal a aprovação da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.

Pelouros: Obras Municipais.

Serviços: DMPO/DGES.

Considerando que:

No âmbito da política social prosseguida pela Câmara Municipal de Lisboa, na medida em que constituem infraestruturas fundamentais de apoio social às famílias, devendo por isso ser garantida uma rede de equipamentos, programada em função das necessidades sociais já identificadas;

Foi elaborado pelo Departamento de Ação Social em conjunto com o Departamento de Planeamento estratégico em 2009, o documento designado por “Orientações Estratégicas, Equipamento Sociais – infância, que veio a ser aprovado em reunião de Câmara de 31 de julho de 2009;

Para atingir tais objetivos, o Município de Lisboa criou o “Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa”

De modo a garantir a eficácia e celeridade na concretização dos objetivos a alcançar com o Programa B.a.Bá – Programa de Creches em Lisboa” – dotar a cidade de uma rede de creches públicas e criar condições para a progressiva qualificação dos equipamentos existentes, este município optou pela criação de creches em estruturas modelares que respondendo as exigências legais e regulamentares em vigor, permitem igualmente, distribuir pelo território da cidade objetos arquitetónicos de referência que traduzem uma imagem de eficiência, inovação, contemporaneidade e sustentabilidade.

Para o efeito, foi preparada a empreitada nº 40/DMPO/DPCE/16 – “Construção da Creche Municipal dos Olivais” – Processo n.º 0049/CP/DGES/ND/2016;

Nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, fazem parte das peças de formação deste contrato, o programa de procedimento e o caderno de encargos, sendo este formado pelos elementos de solução da obra referidos no artigo 43.º do referido diploma legal, designadamente o projeto de execução;

As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

O contrato a celebrar, implica o pagamento de um preço e que o preço máximo que a Câmara Municipal de Lisboa, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada se encontra fixado no caderno de encargos com o preço base de € 1.029.581,52, com exclusão do IVA;

O prazo para a execução da obra máximo de 300 dias com o mínimo de 240 dias de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;

Face ao preço base do concurso, o procedimento poderá ser tramitado com recurso a um concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos;

Nos termos do disposto no artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, a qual compete também à entidade competente para decisão de contratar;

Estamos, ainda, perante uma proposta de decisão de contratar e que face ao tempo de tramitação do concurso, de obtenção de visto e ao prazo de execução da obra, haverá que se proceder a uma repartição de encargos para os anos financeiros de 2017 e 2018 conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%;

A assunção do compromisso plurianual desta empreitada aqui proposta, deverá, assim, ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que o investimento a realizar não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro;

Somente com a autorização da Assembleia Municipal poderemos afirmar que a repartição de encargos se encontra abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

Por último, a Câmara Municipal é o órgão competente para todas estas decisões, nos termos alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do diploma preambular que aprovou o Código dos Contratos Públicos e, ainda, da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Tenho a honra que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1 - Aprovar a decisão de contratar da empreitada nº 40/DMPO/DPCE/16 – “Construção da creche municipal dos olivais” – Processo n.º 0049/CP/DGES/ND/2016 e com o preço base de € 1.029.581,52, com exclusão do IVA e pelo prazo de execução máximo de 300 dias com o mínimo de 240 dias, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Aprovar, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do referido Código.

3 - Aprovar, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação deste contrato, de onde fazem parte o programa do procedimento e o caderno de encargos, o qual é formado pelos elementos de solução de obra referidos no artigo 43º do referido diploma legal, designadamente pelo respetivo projeto de execução.

4 - Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:

EFFECTIVOS:

Presidente: Margarida Revês – Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Silva Paulo – Técnica Superior (Jurista) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Patrícia Santos - Técnica Superior da DMPO/DPCE/DPE

3º Vogal: Luis Mesquita – Técnico Superior da DMPO/DPCE/DCE

4º Vogal: Luis Santos – Assistente Técnico da DMPO/DGES/DLE

SUPLENTES:

Presidente: Pedro Félix ou Ana Luísa Trindade ou Lucília Guerreiro ou Maria José Aroso ou Sandra Roque ou Luis Marrão – Técnicos Superiores (Engenheiros) ou Rui Cabral ou Cristina Cabral – Técnicos Superiores (Arquitetos), todos da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Brás ou Maria Antónia Sécio ou Amélia Talhinhos, todas Técnicas Superiores (Juristas) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Patrícia Daniel - Técnica Superior da DMPO/DPCE/DPE

3º Vogal: Luís Godinho – Técnica Superior da DMPO/DPCE/DCE

4º Vogal: Sílvia Piedade ou Paula Castanheira – Assistentes Técnicos ou Sandra Rodrigues – Técnica Superior, todos da DMPO/DGES/DLE.

5 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2017, 2018, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro, passando, deste modo, a repartição de encargos a estar abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%:

2017 - € 0,00

2018 - € 1.091.356,41.

CADERNO DE ENCARGOS DA
EMPREITADA Nº 40/DMPO/DPCE/16 -
“CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOS OLIVAIS”
PROCESSO Nº 0049/CP/DGES/ND/2016

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1. – CLAUSULADO

II.2. – ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DE OBRA

II.3. – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

NOTAS:

As eventuais referências a marcas nas peças acima mencionadas deverão ser sempre interpretadas como contendo a expressão prévia “ou equivalente”, nos termos legalmente exigidos.

Em caso de contradição entre as diversas peças que constituem este caderno de encargos, este clausulado jurídico prevalece sobre toda e qualquer outra peça dele constante.

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada Nº 40/DMPO/DPCE/16 - "CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOS OLIVAIS"
2. A empreitada tem por objeto a realização dos seguintes trabalhos: CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOS OLIVAIS, acordo com o projecto de execução.

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege a empreitada

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP");
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respetiva legislação complementar;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, prevenção e gestão de resíduos de demolição e construção e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual,
 - b) Os anexos ao Contrato;
 - c) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
 - d) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - e) O caderno de encargos;

- f) O projeto de execução e demais elementos da solução da obra, previstos no artigo 43.º do CCP;
- g) O planeamento das operações de consignação;
- h) A proposta adjudicada;
- i) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- j) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas c) a i) do ponto 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre as cláusulas escritas do caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto:
 - a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
 - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
 - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas c) a i) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

Projeto

1. O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado neste caderno de encargos que constitui o Anexo I.
2. Até à data da receção provisória e nos casos em que haja alterações propostas pelo empreiteiro, este entregará ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos, elaborados em papel e igualmente em formato digital, nomeadamente através de CD, com peças gráficas em formato DWG e respetivos ficheiros de plotagem.
3. O empreiteiro deverá, até à data da receção provisória, proceder à entrega da compilação técnica da obra, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
 - b) Realização de Ensaios e Certificações necessários ao funcionamento e utilização do edifício, incluindo as certificações energéticas;

- c) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea h) do n.º 5 da presente cláusula.
 - d) Pela realização de todos os trabalhos que se revelarem necessários à proteção do edifício, nomeadamente no que se refere às condições climatéricas adversas que possam surgir no decurso da empreitada.
2. Caso se trate de uma obra com várias frentes de trabalhos, o empreiteiro é, ainda, responsável pela apresentação do pedido de emissão de “Licença Especial de Ruído” (LER), junto da Divisão de Ambiente e Energia da Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia, devendo cumprir todos os condicionalismos da mencionada licença, sendo responsabilizado por quaisquer reclamações sobre ruído que surjam durante a execução da empreitada.
3. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.
4. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, nomeadamente:
- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
 - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
 - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
5. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
 - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
 - c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
 - d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;

- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
 - f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado nos termos previstos na cláusula 7.^a;
 - g) A aprovação pelo dono da obra do documento referido na alínea f);
 - h) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo adjudicatário.
6. Os prazos a considerar nas várias alíneas do número anterior são:
- a) No prazo de 10 dias após a consignação;
 - b) Até 20 dias após a consignação;
 - c) No prazo de 30 dias após a deteção;
 - d) Nos 30 dias subsequentes à apresentação da reclamação por parte do empreiteiro;
 - e) No prazo de 10 dias após a consignação;
 - f) Até 10 dias após a consignação total;
 - g) Nos 5 dias subsequentes à apresentação dos referidos elementos pelo empreiteiro;
 - h) No prazo fixado na notificação de adjudicação e da apresentação de documentos para celebração de contrato.

Cláusula 7.^a

Plano de trabalhos ajustado

1. No prazo de 20 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
2. No prazo 5 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, pode o empreiteiro, caso o dono da obra tenha apresentado o mencionado plano nos termos do artigo 357.º do CCP, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do mesmo Código, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
3. O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4. O plano de trabalhos ajustado carece de aprovação global pelo dono da obra no prazo de cinco dias contados da data da notificação do mesmo pelo empreiteiro, equivalendo o silêncio à sua aceitação.
5. O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
 - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
 - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
6. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias, a contar da data da notificação da mesma, sob pena de caducidade deste direito.
3. A reclamação referida no número anterior deve ser apresentada pelo empreiteiro por meio de requerimento, no qual deve expor os fundamentos de facto e de direito e oferecer os documentos e demais meios probatórios que considere convenientes.
4. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de alterar o plano de trabalhos, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro ou por razões relacionadas com a execução dos trabalhos de suprimento de erros ou omissões e/ou de trabalhos a mais, no prazo de dez dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

5. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado nos termos do artigo 404.º do CCP.
6. O dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo do n.º 4 da presente cláusula no prazo de quinze dias, quando se trate de erros e omissões, ou de 10 dias, quando se trate de trabalhos a mais, após a notificação da mencionada proposta, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª

Prazo de execução da empreitada

1. O empreiteiro obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou ainda na data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação ou a aprovação parcial do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
 - b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
 - c) Concluir a execução da obra no prazo máximo de 300 dias com o mínimo de 240 dias contados nos termos da alínea a) desta cláusula e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo (máximo) de 30 dias, contados da data de conclusão da obra.
2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, sem prejuízo da aplicação das multas contratuais definidas na cláusula 12.ª, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução, mediante a apresentação dos documentos referidos na cláusula 8ª, ponto 4.

Cláusula 10.^a

Prémios por antecipação do prazo de execução

1. Em caso de antecipação do prazo de execução do contrato, poderá ser atribuído prémio ao empreiteiro.
2. A possibilidade de atribuição do prémio por antecipação do prazo de execução do contrato é uma prerrogativa do dono da obra e depende da verificação das condições identificadas nesta cláusula.
3. O prazo a que se refere o ponto 1 da presente cláusula corresponde ao prazo de execução previsto na proposta do empreiteiro, sem qualquer acréscimo, seja a que título for, contado nos termos do disposto no artigo 362º do CCP.
4. Constitui excepção ao disposto no número anterior a suspensão total da empreitada por causas imputáveis ao dono de obra, desde que a suspensão e o recomeço dos trabalhos estejam formalizados em auto.
5. Salvo no que se refere à situação prevista no número anterior, não serão acrescidas ao prazo de execução inicial, para efeitos de atribuição de prémio, quaisquer prorrogações de prazo concedidas no âmbito da empreitada, independentemente das causas que venham a determinar a sua concessão e ainda que as mesmas sejam decorrentes de suspensões parciais dos trabalhos por motivos imputáveis ao dono de obra.
6. A data efectiva de conclusão da obra a considerar para efeitos do cálculo do prémio a atribuir será a data da recepção provisória total da obra, desde que do respectivo auto não conste qualquer condicionante ou reserva, designadamente quanto a trabalhos por concluir ou corrigir.
7. O prémio a que se refere o ponto anterior será calculado por cada dia de antecipação do referido prazo de execução inicial e corresponderá a 1‰ do preço contratual.
8. O valor do prémio a atribuir não poderá ultrapassar 10% do preço contratual.
9. A atribuição de prémio ao empreiteiro depende da apresentação de pedido, o qual será objecto de análise pela fiscalização para verificação das condições de aceitação do mesmo e apuramento do montante do prémio, o qual, a ocorrer, terá lugar aquando da recepção provisória da obra, procedendo-se, nessa fase, ao desconto de eventuais créditos a favor do Município.

Cláusula 11.^a

Cumprimento do plano de trabalhos

1. O empreiteiro informará mensalmente o diretor de fiscalização da obra, se outra periodicidade não for por este fixada, dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, através de relatórios que deverão ser entregues à fiscalização.
2. O diretor de fiscalização e/ou o coordenador de segurança em obra, se assim o julgar conveniente, promoverá a realização semanal de reuniões, especialmente destinadas à análise e resolução dos problemas urgentes, capazes de comprometer o cumprimento do planeamento da empreitada.
3. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do ponto 1 desta cláusula, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
4. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no ponto 4 da cláusula 8.^a.

Cláusula 12.^a

Multas por violação contratual

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.
2. Para efeitos da aplicação de sanções contratuais, o cumprimento do plano de trabalhos será avaliado e medido com base na execução financeira prevista no cronograma financeiro em vigor, aplicando-se, em caso de desvios por facto imputável ao empreiteiro, uma sanção contratual, relativa ao mês a que corresponde o auto onde se verifica o desvio, em valor correspondente 1 ‰ da diferença entre o valor dos trabalhos executados, traduzido pelo somatório do valor dos autos de medição mensais contratuais, e o valor acumulado previsto contratualmente no mês a que se refere o cálculo, por cada dia desse mesmo mês, até que os desvios sejam recuperados, ou seja, até que o valor dos trabalhos realizados seja igual ou superior ao valor acumulado previsto no cronograma financeiro.

3. A actualização do valor diário da multa a aplicar será efectuada mensalmente, após a validação do valor de cada auto.
4. As multas por atraso no cumprimento do plano de trabalhos serão anuladas, no final da empreitada, caso a mesma seja concluída dentro do prazo contratual, acrescido das prorrogações de prazo concedidas pelo dono de obra a título legal.
5. Em caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por fato imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no ponto 1 desta cláusula, sendo o montante da sanção aí prevista reduzido para metade.
6. Para efeitos da aplicação das sanções contratuais a que se refere o disposto no ponto anterior, consideram-se prazos parciais de execução aqueles que decorrem entre as datas de início e de conclusão das atividades que integram frentes de trabalho autónomas ou diferentes fases no âmbito da execução de uma determinada empreitada, nos termos do indicado no respectivo plano de trabalhos.
7. A sanção referida no anterior ponto 6 é cumulativa com a indicada no ponto 2 desta cláusula.
8. Após a consignação da empreitada, por cada dia de atraso verificado no início da sua execução, derivado da não aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS), por causa imputável ao empreiteiro, designadamente, por atraso na apresentação de documentos, de esclarecimentos, de rectificações ou complementos a peças já anteriormente apresentadas ou de quaisquer outro elemento que o dono de obra considere necessários à avaliação e aprovação do PSS e à comunicação prévia da abertura de estaleiro, será aplicada uma sanção contratual de 1 ‰ do valor da adjudicação, valor que poderá sofrer um agravamento de 0,05%, a cada novo pedido de elementos a efectuar pelo dono de obra, nos casos em que os pedidos anteriores não tenham sido respondidos de forma a sanar as faltas ou desconformidades apontadas pelo dono de obra.
9. A multa a que se refere o ponto anterior será calculada tendo em conta o número de dias decorrido entre a data do primeiro pedido de elementos, após a consignação, e a aprovação do PSS.
10. Para efeitos do apuramento do número de dias referido no ponto anterior, deverá ser considerado o prazo consumido pelo dono de obra na análise dos elementos entregues, prazo esse que não deverá ultrapassar cinco dias, contados a partir do primeiro dia útil a seguir à entrada dos elementos na CML.

11. Caso o prazo de cinco dias referido no ponto anterior seja ultrapassado, o período adicional consumido pelo dono de obra na apreciação dos elementos entregues pelo empreiteiro não será incluído no montante da sanção a aplicar.
12. Em caso de incumprimento de ordens do diretor da fiscalização, incluindo as relativas à segurança e saúde no trabalho, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.
13. Pela falta de cumprimento dos prazos estabelecido para remediar os defeitos encontrados em determinada obra, a multa de 0,5 ‰ por cada dia de atraso no início ou na conclusão dos trabalhos e em relação aos prazos estabelecidos na notificação. Esta multa será aplicada por cada trabalho ou parte do mesmo.
14. A aplicação das multas previstas nos anteriores pontos 12 e 13, não dispensa o empreiteiro da obrigação de recuperar os atrasos decorrentes dos incumprimentos que estiveram na origem das mesmas, sob pena da aplicação das sanções a que se referem os anteriores pontos 1, 2 e 5.
15. Pela falta de comparência do empreiteiro ou seu representante às medições de trabalhos executados, previstas no artigo 388º do CCP ou às vistorias para efeitos de recepções provisórias previstas no artigo 394º do mesmo diploma, a multa de 0,05 ‰ do preço contratual, por cada falta.
16. As multas previstas na presente cláusula poderão ser, a requerimento do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, reduzidas a montante adequado, sempre que se mostrem desajustadas em relação aos prejuízos reais sofridos pelo dono da obra.

Cláusula 13.^a

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 14.^a

Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.^a.
3. Após a adjudicação e antes da consignação o empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra, não se obrigando o dono da obra a considerá-las todas ou mesmo a autorizá-las. Para o efeito, deverá o empreiteiro proceder à atualização da documentação entregue e eventualmente aprovada.

Cláusula 15.^a

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

1. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
2. O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.

3. Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 5% do preço contratual.
4. O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.
5. O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.
6. O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua detenção.

Cláusula 16.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 17.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo

ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, o empreiteiro obriga-se a executar à sua custa uma tabuleta, devidamente pintada, sujeita a aprovação da fiscalização, para ser colocada em local bem visível junto da obra. Esta tabuleta que deverá ser colocada na data da consignação, terá a dimensão máxima de 2.00m x 1.20m e nela se farão as inscrições previstas no artigo 348º do Código dos Contratos Públicos. Esta placa deverá ser retirada à data da recepção provisória dos trabalhos de construção, devendo, nos casos de empreitadas com períodos de manutenção, ser substituída por uma outra, com dimensão máxima de 0.60m x 0.40m, a colocar em local a acordar com a fiscalização. Esta tabuleta deverá conter as mesmas inscrições referidas anteriormente, acrescidas da menção “*obra em manutenção de dd/mm/aa até dd/mm/aa*”. Findo este período, a placa deverá ser retirada no prazo máximo de 5 dias.
3. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual, o Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de Procedimento de Segurança e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
4. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
5. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.
6. A CML não cobrará qualquer taxa pela ocupação do terreno para a implantação do estaleiro da obra.
7. As eventuais instalações cedidas pela CML para exploração no âmbito do estaleiro deverão ser devolvidas nas condições iniciais uma vez concluída a execução da obra, sendo expressamente proibida a instalação dentro do estaleiro de qualquer pessoa que não seja empregado da obra.
8. O empreiteiro obriga-se ainda, a ter patente no local da obra a comunicação prévia (casos aplicáveis) e restante documentação de acordo com o estabelecido em legislação aplicável em matéria de SHST.

Cláusula 18.^a

Ensaaios

1. Os ensaios laboratoriais ou outros a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 19.^a

Medições

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 20.^a

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemnizá-lo-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 21.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução da empreitada ou outros prejuízos.
3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no ponto 1 desta cláusula, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no ponto 1 desta cláusula, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
 - a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
 - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 22.ª

Encargos do empreiteiro

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos em património municipal ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

2. Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.
3. São, ainda, encargos do empreiteiro:
 - a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos por este contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e neste Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais aplicáveis;
 - b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
 - c) A execução de todos os trabalhos indispensáveis à perfeita realização do objeto da empreitada, ainda que não expressamente mencionados, no projeto;
 - d) A iluminação, vigilância, sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
 - e) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
 - f) Todas as licenças municipais necessárias à execução da empreitada;
 - g) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória da empreitada;
 - h) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada e/ou quaisquer outros relativos às concessionárias de serviços;
 - i) Poderá haver trabalhos em período noturno ou ao fim de semana, sempre que esteja em causa a perturbação do fluxo viário e a segurança de pessoas e bens na zona da obra, sendo todos os encargos por conta do empreiteiro.
 - j) Todos os trabalhos necessários à proteção do edifício, nos termos previstos neste caderno de encargos.
 - k) Todos os trabalhos mencionados nas notas do mapa de quantidades.
4. Todos os encargos relativos a policiamento serão suportados pelo empreiteiro. Não obstante o empreiteiro não o ter solicitado, sempre que a fiscalização entender necessário o policiamento, determinará a sua realização.

Cláusula 23.^a

Outros encargos do empreiteiro

1. Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão, ainda, por conta do empreiteiro, que se considerará, para o efeito, o único responsável:
 - a) Reparação e indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao empreiteiro, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros, fornecedores e do deficiente comportamento ou de falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
 - b) Indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução da empreitada;
 - c) Não permitir o acesso indiferenciado ao local da obra a todo e qualquer indivíduo que não se encontre autorizado para o efeito, devendo providenciar, à sua custa, os meios necessários para esse controlo;
 - d) Obter, por sua conta e iniciativa, todas e quaisquer autorizações e licenças, incluindo as licenças necessárias à execução dos trabalhos, nos termos que sejam previstos no Contrato, nas leis e regulamentos aplicáveis e ainda as relativas à certificação energética e da qualidade do ar interior (CE);
 - e) Cumprir, em todas as questões emergentes da execução do Contrato, disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as decisões administrativas emanados das autoridades competentes.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 24.^a

Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O empreiteiro será responsável por não empregar na empreitada, em qualquer momento, mão-de-obra clandestina ou infantil.

3. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
4. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
5. As quantidades e a respetiva qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, para cumprimento do respetivo plano.

Cláusula 25.ª

Horário de trabalho

1. O empreiteiro obriga-se a manter no local da obra o horário de trabalho em vigor, devendo cumprir com a legislação aplicável a esta matéria.
2. O empreiteiro terá sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
3. O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.
4. A não obtenção da autorização mencionada no ponto anterior não confere ao empreiteiro qualquer direito em obter a prorrogação dos prazos de execução da empreitada.
5. Só poderão ser realizados trabalhos fora das horas regulamentares desde que autorizados pela fiscalização.

Cláusula 26.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua exclusiva conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de procedimento de Segurança, o(as) qual(ais) deverá(ão) ser definido(as) e aprovado(as) previamente ao começo dos trabalhos, devendo para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.
3. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento de um Plano de Segurança e Saúde, o qual deverá ser definido e aprovado previamente ao começo dos trabalhos, devendo para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.
4. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
5. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
6. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no ponto 1 da cláusula 27.^a.
7. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
8. Em caso de acidente grave, o empreiteiro compromete-se a:
 - a) Além de tomar as necessárias medidas de assistência às vítimas, comunicar o acidente à Autoridade para as Condições do Trabalho no mais curto prazo possível, não podendo exceder as vinte e quatro horas, e em seguida ao Técnico ou Coordenador de Segurança em Obra bem como ao dono da obra;
 - b) Suspender quaisquer trabalhos sob sua responsabilidade que sejam suscetíveis de destruir ou alterar os vestígios do acidente, sem prejuízo de assistência a prestar às vítimas;
 - c) Impedir o acesso de pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente com exceção dos meios de socorro e assistência às vítimas.
9. O empreiteiro fica obrigado, em caso de eventual extinção do contrato e independentemente do seu motivo, a manter em condições de segurança os locais já intervencionados, dando cumprimento à legislação aplicável nesta matéria, até à posse efetiva pelo dono da obra.
10. De igual modo e até à referida posse, fica o empreiteiro obrigado, sempre que ocorra a extinção do contrato, a proceder à entrega dos elementos previstos no artigo 16º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro e respeitantes aos trabalhos executados e locais intervencionados.

Seguros

Cláusula 27.^a

Contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar e a manter em vigor durante toda a execução do contrato o contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante todo o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nos números anteriores e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
3. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
4. Sem prejuízo do disposto no ponto 2 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no ponto 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
5. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
6. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
7. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
8. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 28.^a

Outros sinistros

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, cuja apólice deverá abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.
2. O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 29.^a

Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total de €(no limite máximo do preço base do concurso, no montante de **€ 1.029.581,52**), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.
2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 19.^a.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

5. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Campo Grande, n.º 25, 8º- Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde devem constar obrigatoriamente o seguinte Número Único do Processo (NUP) _____ e o seguinte Número de Compromisso _____, sob pena de devolução das mesmas.
6. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
7. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
8. O preço a pagar e respetivos prazos de execução por trabalhos a mais e trabalhos respeitantes ao suprimento de erros e omissões são fixados nos seguintes termos:
 - a) Tratando-se de preços de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
 - b) Para trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.
9. O dono da obra deverá pronunciar-se sobre a proposta do empreiteiro no prazo de 10 dias, podendo, em caso da sua não aceitação, apresentar uma contraproposta.
10. Enquanto não houver acordo sobre os preços a aplicar aos trabalhos a mais estes serão liquidados com base nos preços constantes da contraproposta do dono da obra referida no número anterior, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, de acordo com a decisão arbitral sobre a matéria.
11. O pagamento de trabalhos a mais e trabalhos de suprimento de erros e omissões é efetuado nos termos dos números 2 a 6 anteriores.
12. A realização de trabalhos a mais ou a menos, que se destinem à realização da mesma empreitada, serão obrigatoriamente executados pelo empreiteiro, após ordem escrita do dono da obra e fornecimento dos elementos técnicos indispensáveis à sua execução e realização das respetivas medições.

Cláusula 30.^a

Adiantamentos ao empreiteiro

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
4. O empreiteiro gozará de privilégio mobiliário especial, graduado em primeiro lugar, sobre os materiais e equipamentos a que respeitem o adiantamento concedido, nos termos do artigo 293.º do CCP.
5. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 31.^a

Descontos nos pagamentos

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
2. Nos pagamentos respeitantes a trabalhos a mais e a revisões de preços, a percentagem a deduzir é a que corresponder à soma das fixadas para a caução e seus reforços, ou seja 10%.
3. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 32.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 33.ª

Revisão de preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula.
2. A revisão de preços obedece à fórmula geral, prevista no artigo 6º do DL n.º 6/2004 de 6 de Janeiro, cujos coeficientes devem ter o seguinte texto:

Designação	Índices	Coeficientes
Mão-de-Obra	S	0,51
Inertes	M03	0,03
Azulejos e mosaicos	M10	0,01
Chapa de aço macio	M13	0,01
Cimento em saco	M20	0,06
Vidro	M23	0,01
Madeiras de pinho	M24	0,02
Tintas para construção civil	M29	0,01
Tubo de PVC	M32	0,02
Caixilharia em alumínio termolacado	M40	0,02
Aço para betão armado	M43	0,04
Perfilados pesados e ligeiros	M45	0,01
Produtos para instalações eléctricas	M46	0,03
Produtos para ajardinamentos	M48	0,03
Equipamento de apoio	E	0,09
Constante	Cte	0,10
Total		1,00

A fórmula a adoptar é a seguinte:

$$Ct = 0,51 \times St / So + 0,03 \times M03,t / M03,o + 0,01 \times M10,t / M10,o + 0,01 \times M13,t / M13,o + 0,06 \times M20,t / M20,o + 0,01 \times M23,t / M23,o + 0,02 \times M24,t / M24,o + 0,01 \times M29,t / M29,o + 0,02 \times M32,t / M32,o + 0,02 \times M40,t / M40,o + 0,04 \times M43,t / M43,o + 0,01 \times M45,t / M45,o + 0,03 \times M46,t / M46,o + 0,03 \times M48,t / M48,o + 0,09 \times E,t / E,o + 0,10$$

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
4. A revisão de preços relativa a períodos de prorrogação, só será de atender quando resulte de trabalhos a mais ou outras situações imputáveis ao dono de obra e se verificar que o prazo global de execução daí decorrente obrigou ao aumento do *caminho crítico* do plano definitivo de trabalhos aprovados.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 34.^a

Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: **Técnico com a qualificação específica adequada para dirigir obras cuja natureza predominante seja obra de edifícios com classe de alvará que cubra o valor da proposta adjudicada, nos termos do quadro n.º 1 do Anexo II da Lei n.º 40/2015 de 1 de junho que Republica a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.**
3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda que o mesmo pertence ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado pelo diretor da fiscalização.
6. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea h) do n.º 5 da cláusula 6.ª.

Cláusula 35.ª

Representação do dono da obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 36.ª

Livro de registo da obra

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
 - a) Início e conclusão das fases mais importantes dos trabalhos;
 - b) Alterações ao projeto, ordenadas ou aceites pela CML;
 - c) Alterações ao plano de trabalhos, ordenadas ou aceites pela CML;
 - d) Paralisação dos trabalhos, fornecimentos e montagens e suas causas;
 - e) Ocorrências anormais prejudiciais ao regular andamento da empreitada e suas causas;

- f) Acidentes de trabalho;
 - g) Aprovação e rejeição dos materiais e equipamentos pela fiscalização;
 - h) Pedidos e/ou datas de vistorias e reuniões;
 - i) Aprovação dos preços apresentados nos termos do número 2 do artigo 373.º do CCP;
 - j) Casos de realização de trabalhos que, por iniciativa da responsabilidade do empreiteiro, sejam executadas fora das horas regulamentares.
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 37.ª

Receção provisória

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra e o cumprimento do ponto 3 da cláusula 5ª.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. A receção provisória da empreitada não poderá efetuar-se sem que o empreiteiro tenha procedido à desocupação e remoção de todas as instalações, obras provisórias e equipamento, bem como a limpeza e regularização das áreas respetivas, sendo também necessário verificar-se, com as necessárias adaptações, os pressupostos constantes nas alíneas a) e b) do ponto 3 da cláusula 39.ª.
4. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 38.ª

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;

c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.

Para efeitos da liberação da caução deverá considerar-se o disposto no Despacho normativo n.º 9/2014 de 31 de Julho de 2014 e no artigo 295.º do CCP, de acordo com a Declaração apresentada.

- 1.1 Para efeitos da liberação da caução deverá considerar-se o disposto no Despacho Normativo n.º 9/2014, de 31 de Julho de 2014 e no artigo 295.º do CCP.
2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
3. O empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia respetivo fixados nas alíneas a) a c) do número 1, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o estabelecido no Contrato.
4. Em caso de divergência, os prazos de garantia referidos nesta cláusula prevalecem sobre quaisquer outros inscritos nos elementos da solução da obra.

Cláusula 39.ª

Receção definitiva

1. No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
3. A receção definitiva será formalizada em auto e depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 40.^a

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, sendo também promovida a extinção da caução prestada pelo empreiteiro.
2. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do nº 5 do artigo 295º do CCP.
3. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a libertação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 41.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 42.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar partes dos trabalhos da empreitada às entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é exclusivamente do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
9. O empreiteiro tomará as providências indicadas pelo diretor da fiscalização para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

Cláusula 43.^a

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos caso em que a tal esteja obrigado;
 - h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
 - i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
 - l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
 - m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
 - n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
 - o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
 - p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
 - q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 44.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
 - g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
 - h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
 - i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
 - i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
 - m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 45.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 46.ª

Arbitragem

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:
 - a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;
 - b) O Tribunal Arbitral tem sede em Lisboa e é composto por três árbitros;
 - c) O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
 - d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.
2. O Tribunal Arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Cláusula 47.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 48.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS:

No que respeita às exigências técnicas gerais, seguir-se-ão as cláusulas técnicas gerais do Edital nº 73/79 da CML, na parte aplicável, publicado no DR III Série, n.º 24, de 29 de Janeiro de 1980 e, ainda, quando omissa, as boas regras de construção para as quais se deverá obter a concordância da Câmara Municipal de Lisboa.

CONCURSO PÚBLICO

EMPREITADA Nº 40/DMPO/DPCE/16 – “CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOS OLIVAIS”

(PROCESSO N.º 0049/CP/DGES/ND/2016)

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1 – CLAUSULADO

II.2 – ELEMENTOS DE SOLUÇÃO DE OBRA

II.3 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE / FASE DE PROJECTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

Índice:

1. Designação da empreitada e consulta do processo
2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso
3. Erros e Omissões do Caderno de Encargos
4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados
5. Agrupamentos
6. Modo de apresentação das Propostas
7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas
8. Documentos da Proposta
9. Idioma dos documentos da Proposta e indicação do Preço
10. Propostas variantes
11. Abertura das Propostas, Análise das Propostas e Relatório Preliminar de Adjudicação, Audiência Prévia e Relatório Final
12. Preço Anormalmente Baixo
13. Esclarecimentos das Propostas
14. Critério de Adjudicação
15. Notificação da decisão de Adjudicação, Notificação para Apresentação de Documentos de Habilitação e dos Documentos relativos ao PSS (Fase de Obra) e Comunicação Prévia
16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos
17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma
18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação
19. Causas de caducidade da adjudicação
20. Modo de Prestação da Caução
21. Celebração do Contrato
22. Outorga do Contrato
23. Legislação aplicável
24. Anexos e Modelos

1. Identificação geral do concurso; entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar; acesso às peças do procedimento:

- 1.1.** O presente concurso destina-se à formação do contrato da **Empreitada n.º 40/DMPO/DPCE/16 – “CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOS OLIVAIS” (Processo n.º 0049/CP/DGES/ND/2016).**
- 1.2.** A entidade adjudicante é o Município de Lisboa.
- 1.3.** O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal de Lisboa, por Deliberação datada de de de, exarada na Proposta n.º/....., de acordo com as competências próprias conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho
- 1.4.** Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica. As peças do procedimento são as indicadas no respectivo índice geral, estando disponíveis para *download* gratuito na plataforma eletrónica. Paralelamente, o processo do concurso encontra-se patente para consulta na Divisão de Lançamento de Empreitadas do Departamento de Gestão de Empreendimentos e Segurança da Direção Municipal de Projetos e Obras, sita no Campo Grande, n.º 13 – 6º – 1700-087 Lisboa – Telefone: 21 780 61 00, onde pode ser examinado, das 9.30 às 12.30 horas e das 14.00 às 16.00 horas, desde a data do respectivo anúncio no Diário da República, até ao último dia do prazo de entrega das propostas.
- 1.5.** O preço base do concurso é de **€ 1.029.581,52** (um milhão vinte e nove mil quinhentos e oitenta um euros cinquenta e dois cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
- 1.6.** Por força do preço base, o concurso é Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso:

- 2.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e via plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, competindo a prestação de resposta ou ao Júri nomeado neste procedimento ou à Chefia da Divisão de Lançamento de Empreitadas.
- 2.2.** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pela entidade referida em 2.1, através da plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2.3.** O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso, nos termos e prazos previstos em 2.1 e 2.2.
- 2.4.** Os esclarecimentos e retificações serão juntos às peças do processo de concurso, prevalecendo sobre as restantes peças em caso de divergência.
- 2.5.** Na falta de resposta dentro do prazo referido no ponto 2.2, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período igual ao do atraso verificado.
- 2.6.** Quando as retificações referidas no ponto 2.3 implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

3. Erros e omissões do caderno de encargos:

- 3.1.** Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os concorrentes devem apresentar à entidade que preside ao concurso, via plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões do Caderno de Encargos por eles detetados, nos termos do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3.2.** Para os erros e omissões detetados no mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades patenteados a concurso, o concorrente deverá apresentar à entidade que preside ao concurso um mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades na qual identifiquem

as parcelas dos artigos onde foram detetados os erros e omissões, assim como a incorporação das medições detalhadas e respetivas quantidades de novos artigos que possam surgir decorrentes dos erros e omissões.

3.3. A apresentação da lista referida no ponto 3.1 suspende o prazo para a apresentação de propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo, até à publicitação da decisão prevista no ponto 3.4 ou, não havendo decisão, até ao termo do mesmo prazo.

3.4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, será disponibilizada a pronuncia-se sobre a lista referida no ponto 3.1, sendo tal decisão junta às peças do procedimento e notificada a todos os concorrentes que tenham acedido às referidas peças.

3.5. Quando a aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação dos erros ou das omissões.

4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados:

4.1. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, a entidade que preside ao mesmo pode decidir prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, por período adequado, o qual aproveita a todos os interessados, sendo a decisão publicitada por aviso, no Diário da Republica e notificada, via plataforma eletrónica, a todos os interessados que tenham acedido às peças do procedimento.

5. Agrupamentos:

5.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 8.1, alínea f) deste Programa de Concurso, podem ser concorrentes ao concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que não se enquadrem nas situações expressamente previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, caso em que serão excluídos do concurso.

5.2. Os membros do agrupamento não podem ser concorrentes no mesmo concurso nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.

5.3. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena da adjudicação caducar.

5.4. Com exceção do documento previsto na alínea f) do ponto 8.1 deste Programa de Concurso, os membros que integram o agrupamento concorrente podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respectivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta e receção de notificações e comunicações, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

5.5. Não existindo representante comum, as propostas e restante documentação relativa ao procedimento são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

6. Modo de apresentação das propostas:

6.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4 deste Programa, até ao termo do prazo fixado estipulado no ponto 7.1 do presente Programa de Concurso.

6.2. O documento identificado na alínea d) do ponto 8.1, ou seja, a lista de preços unitários é preenchida diretamente na “matriz de quantidades” da plataforma eletrónica, nos exatos moldes definidos na referida alínea.

6.3. A receção das candidaturas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo da receção.

7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas:

7.1. O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4.

7.2. O prazo para a manutenção das propostas é de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7.3. Até ao termo do prazo para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade que preside ao concurso.

7.4. Os interessados que tenham retirado a sua proposta, nos termos anteriores, podem apresentar nova proposta, desde que a mesma seja apresentada no prazo indicado no ponto 7.1.

8. Documentos da proposta:

8.1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a)** Declaração, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar, do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada conforme Anexo I do presente Programa de Concurso;
- b)** Documento que contenha os atributos da proposta, submetidas à concorrência pelo Caderno de Encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, podendo para o efeito ser usado o modelo constante do Anexo II;
- c)** Documento que contenha o esclarecimento para a apresentação de uma proposta com preço anormalmente baixo, considerando-se para os efeitos deste concurso, como tal o valor de **€ 823.665,22** ou inferior a este;
- d)** Lista de preços unitários dos trabalhos previstos no projeto de execução, a qual deverá ser preenchida obrigatoriamente na “Matriz” da plataforma eletrónica;

NOTA: Na formação do preço da sua proposta os candidatos devem ter em conta as seguintes questões:

- Os preços unitários devem ser inseridos na plataforma com arredondamento às duas casas decimais;
- O produto das quantidades pelos preços unitários (subtotais) é automaticamente arredondado pela Plataforma eletrónica às duas casas decimais;
- A soma de todos os subtotais é arredondada às duas casas decimais, automaticamente pela Plataforma eletrónica.
- É este valor que a Plataforma transporta automaticamente para o Formulário Principal, como Valor global da proposta e que não pode ser alterado pelo candidato.

- e)** Plano de trabalhos, em conformidade com o disposto na cláusula 7.^a, ponto 5, alíneas a) a d) e ponto 6 do Caderno de Encargos, o qual deve conter:

- Plano de trabalhos;
 - Plano de equipamentos;
 - Plano de mão-de-obra e
 - Plano de pagamentos.
- f) Em caso de agrupamentos, cada agrupamento concorrente deve entregar uma declaração, assinada por todos os membros, em como, em caso de adjudicação, se agruparão na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária;
- g) Declaração sob compromisso de honra em como procederá ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, elaborado conforme modelo constante do Anexo III;
- h) Documento em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, elaborado conforme modelo constante do Anexo IV.
- i) Em caso de agrupamento, deve ser cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos e apresentado documento que indique os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

9. Idioma dos documentos da proposta e indicação do preço:

- 9.1. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 9.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 9.3. Quando os preços da proposta também forem indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os algarismos.
- 9.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

10. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

11. Abertura das propostas, análise e avaliação das propostas, relatório preliminar de adjudicação, audiência prévia e relatório final:

11.1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, realizar-se-á a abertura das propostas, procedendo-se à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica,

11.2. Finda esta formalidade, o Júri analisa as propostas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no ponto 14 do Programa de Concurso, excluindo as propostas que:

- a) Não apresentem alguns dos atributos exigidos nos termos do ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso;
- b) Que, sem prejuízo do disposto no artigo 49.º n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do Código dos Contratos Públicos, apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- c) Seja impossível a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- d) O preço contratual seja superior ao preço base;
- e) O preço contratual seja anormalmente inferior ao preço base, conforme ponto 8.1, alínea c) deste Programa de Concurso e cujos esclarecimentos não tenham sido prestados ou não tenham sido considerados adequados pelo Júri, nos termos do ponto 13 do Programa de Concurso;
- f) O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) Revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- h) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- i) Que sejam apresentadas por agrupamentos concorrentes, em violação do disposto no ponto 5.2 deste Programa de Concurso;
- j) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- k) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do ponto 8 do Programa de Concurso;

- l) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- m) Que sejam apresentadas como variantes uma vez que estas não são admitidas por este Programa de Concurso;
- n) Que não observem as formalidades do modo de apresentação de propostas fixadas nos termos do artigo 62.º do Código dos Contratos;
- o) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- p) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, desde que este Programa de Concurso assim o preveja expressamente;
- q) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

11.3. A exclusão das propostas com fundamento nas alíneas e) e g) serão comunicadas de imediato à Autoridade da Concorrência e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

11.4. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o aos concorrentes para que, num prazo de 5 dias, se pronunciem por escrito.

11.5. Após o disposto no ponto anterior, o Júri elabora o relatório final fundamentado, cumprindo-se o disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.

12. Preço anormalmente baixo:

Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado, prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos construtivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do nº 4 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

13. Esclarecimentos das propostas:

13.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

13.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes nos documentos que as constituem as propostas, nem alterar ou completar os respetivos atributos nem podem suprir as omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do n.º 1 alínea a) do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

13.3. Os esclarecimentos são notificados a todos os concorrentes.

14. Critério de adjudicação:

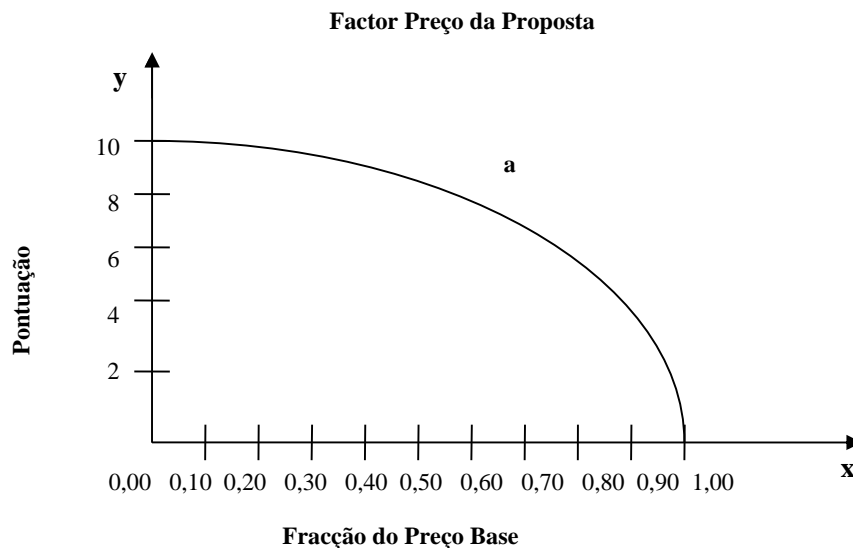
A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa de acordo com os seguintes factores:

- Preço da proposta;
- Prazo de execução da obra;

Os valores para os coeficientes de ponderação são os seguintes:

- 80% Para o Preço da proposta;
- 20% Para o Prazo de execução da obra;

A pontuação das propostas no que se refere ao factor Preço da proposta será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Equação do segmento da elipse **a**: $y = \sqrt{100 - 100x^2}$

Fracção do Preço base: $x = (P_{\text{concorrente}} / P_{\text{base}})$

Em que:

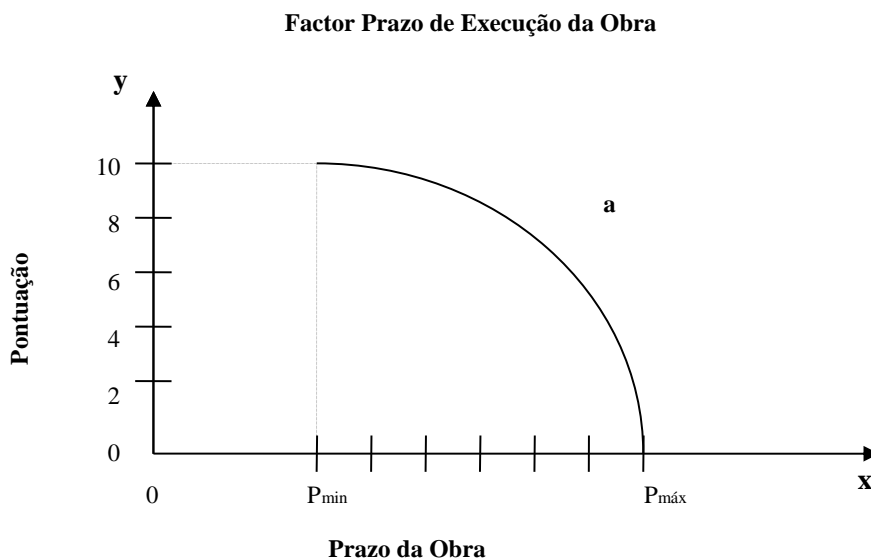
y – Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente;

x – Fração do Preço base;

$P_{\text{concorrente}}$ – Preço da proposta do concorrente (Euros)

P_{base} – Preço Base (Euros)

A pontuação das propostas no que se refere ao factor Prazo de execução da obra será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Equação do segmento da elipse **a**:

$$y = \sqrt{100 - 100 \left[\frac{x^2}{(P_{\text{máx}} - P_{\text{mín}})^2} \right]}$$

Em que:

y – Pontuação para o prazo de execução da obra de cada concorrente;

$x = (P_{\text{concorrente}} - P_{\text{mín}})$ (dias);

$P_{\text{mín}}$ – Prazo de execução da obra mínimo admissível posto a concurso; (dias);

$P_{\text{máx}}$ – Prazo máximo de execução da obra posto a concurso (dias);

$P_{\text{concorrente}}$ - Prazo de Execução da Obra de cada concorrente; (dias);

A pontuação final de cada concorrente é obtida através da seguinte fórmula:

$$P_f = 0,80 (y_{\text{(Preço)}}) + 0,20 (y_{\text{(Prazo)}})$$

Em que:

P_f – Pontuação final

$y_{\text{(Preço)}}$ - Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente

$y_{\text{(Prazo)}}$ – Pontuação para o prazo de execução da obra de cada concorrente

Os arredondamentos da pontuação final serão feitos até à segunda casa decimal.

Em caso de igualdade pontual e pós eventuais correcções ao valor das propostas dos concorrentes por parte do Júri do Procedimento, o desempate é feito da seguinte forma e ordem:

- 1) O Concorrente que apresentar o preço da proposta mais baixo;
- 2) O Concorrente que apresentar o prazo de execução da obra mais baixo;
- 3) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 1 - "ARQUITECTURA";
- 4) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 12 - "ARQUITECTURA PAISAGISTA";
- 5) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 2 - "FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS" ;
- 6) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 7 - "INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC)".

15. Notificação da decisão de adjudicação, notificação para apresentação dos documentos de habilitação e dos documentos relativos ao Plano de Segurança e Saúde (Fase de Obra) e comunicação prévia:

15.1. A entidade que preside ao concurso, notifica o adjudicatário da decisão de adjudicação, solicitando ao mesmo que:

- a) Apresente os documentos de habilitação exigidos no ponto 15.2 deste Programa de Concurso;
- b) Preste caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do Código dos Contratos Públicos, de montante correspondente a 5% do preço contratual ou 10% se a adjudicação for feita a uma proposta de preço anormalmente baixo, no prazo máximo de 10 dias. Nos casos em que não seja exigível a prestação de caução, será esta substituída pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, no termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Confirme, no prazo máximo de 10 dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

15.2. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) O alvará ou o título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar;

- d) Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos previstos no ponto 15.7 deste Programa de Concurso.

15.3. Para efeitos de apresentação do documento previsto na alínea c) do ponto anterior, o adjudicatário deverá ser detentor da:

- a) A 1ª subcategoria da 1ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- b) As 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª subcategorias da 1ª categoria, as 9ª e 10ª subcategorias da 2ª categoria, as 1ª, 9ª, 10ª, 12ª e 14ª subcategorias da 4ª categoria e as 1ª, 11ª e 12ª subcategorias da 5ª categoria nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida do n.º 3 do artigo 81º do CCP e desde que não seja posto em causa o artigo 383º do referido código;

O concorrente pode recorrer a subempreiteiros, ficando a eles vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos correspondentes. Nesse caso, deve apresentar os alvarás ou títulos de registo da titularidade dos subempreiteiros possuidores das autorizações respetivas, os quais tem de ser acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

15.4. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo, consoante o caso, deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., comprovativa de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

15.5. Os documentos a que se refere o número anterior não são exigíveis a concorrentes nacionais de outro Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, quando nesse Estado aqueles documentos não sejam emitidos, devendo porém ser substituídos por uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que os documentos em causa não são emitidos nesse Estado.

15.6. A entidade que preside ao concurso pode sempre solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º, n.º1 alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

15.7. O Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra:

- a) O adjudicatário deve entregar, no prazo fixado na notificação de adjudicação, o Plano de Segurança e Saúde para a execução de Obra, resultante do desenvolvimento e especificação do PSS – Fase de Projeto integrante do Concurso e adequado à obra posta a concurso.
- b) O referido Plano de Segurança e Saúde é aprovado pela entidade adjudicante. Verificando-se a sua não aprovação, pela entidade adjudicante e cumpridas que sejam as formalidades legais aplicáveis, sem que os vícios ou incorreções tenham sido sanadas, entende-se que para efeito de habilitação do adjudicatário, o documento é inexistente e consequentemente facto gerador de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos.

15.8. Elementos para a Comunicação Prévia à IGT de Abertura do Estaleiro:

O adjudicatário deve entregar no ACTO DE CONSIGNAÇÃO os elementos informativos constantes do Anexo VI – Modelo 1 do Programa de Concurso;

O adjudicatário deve, ainda, entregar as seguintes declarações, conforme minuta do Anexo VI do Programa de Concurso:

- Declaração da Entidade Executante – Modelo 2;
- Declaração do Representante da Entidade Executante – Modelo 3;
- Declaração do Diretor Técnico da Empreitada identificando o Estaleiro e as datas previsíveis de início e termo dos trabalhos – Modelo 4.

16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos:

16.1. No caso da adjudicação ser feita a um Agrupamento seguir-se-ão as seguintes regras:

- a) Os documentos previstos nas alíneas a) e b) do ponto 15.2 devem ser apresentados por todos os seus membros;

- b) Todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem apresentar o respectivo alvará ou título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., o agrupamento aproveita das habilitações de cada um dos seus membros os quais no seu conjunto ou individualmente devem perfazer todas as habilitações previstas nas alíneas a) e b) do ponto 15.3;
- c) Os documentos referidos nos pontos 15.3 a 15.5 devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade.

16.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 15.5 do Programa de Concurso.

17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma:

- 17.1.** Os documentos de habilitação são apresentados em língua portuguesa ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, estarem acompanhados de tradução devidamente legalizada, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 17.2.** Os documentos deverão ser apresentados, até ao fim do prazo fixado na respetiva notificação, no endereço identificado no ponto 1.4 deste Programa de Concurso.
- 17.3.** Para os documentos referidos na alínea b) e c) do ponto 15.2, quando se encontrem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário indicar à entidade adjudicante o endereço e o sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que aqueles estejam em língua portuguesa.
- 17.4.** Desde que devidamente fundamentada, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário a apresentação de originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, nos termos do ponto 17.1 do Programa de Concurso.

18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação:

A entidade que preside ao concurso notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibiliza-os para consulta na morada indicada no ponto 1.4. deste Programa de Concurso.

19. Causas de caducidade da adjudicação:

19.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 19.2 e de outras situações previstas no Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado na respetiva notificação;
- b) Não apresentação ou não aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos do ponto 15.7 deste Programa de Concurso;
- c) Não apresentação dos documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
- d) Não prestação da caução por facto imputável ao adjudicatário;
- e) Não confirmação dos compromissos, nos termos do artigo 92.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário;
- g) Pela não associação dos membros de um agrupamento, na modalidade exigida no ponto 5.3 deste Programa de Concurso;
- h) Pela falsidade de documentos e declarações apresentados.

19.2. Quando as situações anteriores se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, a entidade que preside ao concurso concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

19.3. A entidade que preside ao concurso comunica ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. a caducidade da adjudicação.

20. Modo de Prestação da Caução:

20.1. Nos 10 dias a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve prestar a caução exigida no ponto 15.1, alínea b) do Programa de Concurso e comprovar essa situação junto da entidade que preside ao concurso, sob pena de caducidade da adjudicação e comunicação ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

20.2. A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no Código dos Contratos Públicos Pública, e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito em títulos, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso.

20.3. As despesas com a prestação da caução são integralmente da responsabilidade do adjudicatário.

20.4. O adjudicatário que preste caução sob a forma de garantia bancária deve escolher uma das minutas de garantia bancária constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso. Uma minuta corresponde ao tipo de garantia bancária sem prazo e a outra ao de garantia bancária automaticamente renovável. Para efeitos do cálculo do prazo inicial aposto neste segundo tipo de garantia bancária, determina-se que este corresponde ao dobro do prazo fixado para a execução do contrato de empreitada ou, caso esse prazo seja inferior a 6 (seis) meses, ao prazo de 1 (um) ano, por forma a acautelar todas as eventuais vicissitudes que possam ocorrer e atrasem a execução da empreitada.

Ao prazo contabilizado nos termos atrás referidos, acresce o maior prazo legal de garantia que seja aplicável à empreitada. A título de exemplo, uma empreitada cujo prazo de execução seja de 1 (um) ano e cujo maior prazo legal de garantia aplicável seja de 5 (cinco) anos, terá de apor como prazo na garantia bancária automaticamente renovável 7 (sete) anos. Se tendo decorrido o prazo fixado na garantia bancária, o contrato de empreitada ainda não estiver integralmente executado ou ainda não tiver decorrido o seu período de garantia ou tendo decorrido esse período foram atempadamente detetados defeitos da responsabilidade do empreiteiro justificativos da sua não liberação, a garantia bancária renovar-se-á automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, promovendo-se a sua extinção quando aquelas situações deixarem de subsistir.

21. Celebração do Contrato:

21.1. Após a prestação da caução e aprovação da minuta do contrato, pelo órgão competente para a decisão de contratar, a entidade que preside ao concurso notifica-a ao adjudicatário para que este, no prazo máximo de 5 dias, apresente o que tiver por conveniente.

21.2. A minuta do contrato considera-se tacitamente aceite se o adjudicatário nada disser dentro do prazo referido em 21.1.

21.3. Em caso de reclamação da minuta por parte do adjudicatário, a entidade que preside ao concurso, nos 10 dias a contar da receção da reclamação, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à sua rejeição.

21.4. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de autorizações necessárias para a apresentação a concurso, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

22. Outorga do Contrato:

22.1. A outorga do contrato deverá ter lugar nos 30 dias contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

22.2. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, perdendo o adjudicatário, a favor da entidade adjudicante, a caução prestada e sendo tal situação comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

22.3. Se a não outorga do contrato for imputável à entidade adjudicante, e sem prejuízo de poder exigir a sua celebração judicialmente, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo a entidade adjudicante liberar a caução, sem prejuízo do direito a indemnizar o adjudicatário por todas as despesas e encargos que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e prestação da caução.

22.4. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

23. Legislação aplicável:

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXOS E MODELOS

ANEXO I

**[Artigo 57.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 8.1, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condena dos por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] ("):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

....(local), (data), [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

NOTA: A redação da alínea f) do ponto 4 foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO II

[Ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso]

Identificação da empresa concorrente (ou das empresas concorrentes, no caso de se tratar de Agrupamento), declara que os atributos da sua proposta são os seguintes:

1. O valor da proposta é de € (valor numérico e por extenso), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, que já inclui o suprimento dos erros e omissões aceites, no valor de € (valor numérico e por extenso), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.
2. O prazo de execução da obra é de (numérico e por extenso) dias, acrescidos de (numérico e por extenso) dias para a manutenção dos espaços verdes, conforme plano de trabalhos anexo à proposta. (SE APLICÁVEL)
3. Memória Descritiva do Modo de Execução da Empreitada (SE APLICÁVEL)
4. Plano de Trabalhos, Plano de Meios Técnicos/Equipamentos e Plano de Mão-de-Obra/Meios Humanos. (SE APLICÁVEL)
5. Plano de Remoção de Amianto. (SE APLICÁVEL)
6. Outros...

NOTA: Para o correto preenchimento deste anexo, o concorrente deverá verificar o critério de adjudicação aplicável à empreitada.

ANEXO III

[Modelo relativo à Declaração de Compromisso, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, para cumprimento da alínea g) Ponto 8.1 do Programa de Concurso]

F.....(indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou firma e sede), titular do Alvará de Construção (ou, se for o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros aprovados do Estado)(indicar o número), contendo a(s) autorização(ções) (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do anúncio, datado de, obriga-se ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Data:

Assinatura:

ANEXO IV

[Para cumprimento da alínea h) do Ponto 8.1, conjugado com o ponto 15.3 do Programa de Concurso]

Alíneas a) e b) do ponto 15.3 do Programa de Concurso			
HABILITAÇÕES CONTIDAS NOS ALVARÁS, OU NOS TÍTULOS DE REGISTO OU NAS DECLARAÇÕES EMITIDAS PELO INCI			PREÇOS PARCIAIS DOS TRABALHOS
SUBCATEGORIA	CATEGORIA	CLASSE	

ANEXO V

**[Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 15.2, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código(6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos

termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.

NOTA: A redação da alínea c) foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO VI

Modelo n.º 1

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

1 – DATA DA COMUNICAÇÃO: _____

2 – ESTALEIRO:

ENDEREÇO:

3 – NATUREZA E UTILIZAÇÃO PREVISTA PARA A OBRA:

4 – DONO DA OBRA:

NOME:

ENDEREÇO:

5 – AUTOR (ES) DO PROJECTO:

NOME:

ENDEREÇO:

6 – ENTIDADE EXECUTANTE:

NOME:

ENDEREÇO:

7 – FISCAL (IS) DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

8 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO
EMPREENHIMENTO

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

9 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A REALIZAÇÃO DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

10 – DIRECTOR TÉCNICO DA EMPREITADA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

11 – REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTANTE

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

12 – DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO (A INDICAR PELO EMPREITEIRO)

INÍCIO: ____/____/____

DATA DE TERMO: ____/____/____

13 – CRITÉRIO DE ENVIO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA:

- ☐ UM PRAZO TOTAL SUPERIOR A 30 DIAS E, EM QUALQUER MOMENTO, A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE MAIS DE 20 TRABALHADORES;
- ☐ UM TOTAL DE 500 DIAS DE TRABALHO, CORRESPONDENTE AO SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS TRABALHADORES.

14 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO: _____

15 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREITEIROS JÁ SELECIONADOS:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____

Nota: Poderão ser feitas as alterações e/ou atualizações posteriores que se desejarem por parte do Dono de Obra com a condicionante de atualizar a informação afixada no estaleiro e a informação veiculada à entidade fiscalizadora do trabalho.

Modelo n.º 2
DECLARAÇÃO
(Entidade Executante)

(Nome da Empresa)
Pessoa Coletiva n.º com sede em,
..... e escritório em
..... telefone n.º e fax n.º
....., declara para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29
de Outubro, na qualidade de adjudicatário, da empreitada com a
designação.....que o estaleiro
será localizado em, com o
início de trabalhos previsto para// e o termo previsto para//
..... .

Lisboa,

Assinatura,

(Carimbo)

Modelo n.º 3
DECLARAÇÃO
(Representante da Entidade Executante)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º....., residente
em..... Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Representante da Entidade Executante (empregado), da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para// e o termo previsto para//

Lisboa,

Assinatura,

Modelo n.º 4
DECLARAÇÃO
(Diretor Técnico da Empreitada)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º, residente
em.....Código
Postal n.º, telefone n.º e Fax n.º, declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Diretor Técnico da Empreitada, da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para .../.../..... e o termo previsto para/.../.... .

Lisboa,

Assinatura,

ANEXO VII

(Artigo 90.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos e Ponto 20.2 e 20.4 do Programa de Concurso)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Sem prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Com prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) (doravante, a "Ordenante") assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a Ordenante assume com a celebração do respetivo contrato.

A presente garantia constitui uma garantia a solicitação permanente, mantendo-se em vigor nos estritos termos aqui previstos, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias ou da liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Banco pela Ordenante, da liquidação ou dissolução da Ordenante, da nomeação de um administrador de insolvência ou liquidatário judicial para toda ou qualquer parte do seu património, ou da emissão de decisão a declarar a insolvência.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma tem o prazo de duração de ... anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, mantendo-se em vigor até à sua extinção.

A Garantia caducará apenas na data em que seja entregue, pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Ordenante, ao Banco, documento assinado pelo Diretor do Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Lisboa com o teor do documento que consta como Anexo, nada mais podendo ser exigido ao Banco pela Câmara Municipal de Lisboa a partir dessa data.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de guia de depósito (dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado)

Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado), como caução exigida para a empreitada de, para os efeitos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

DELIBERAÇÃO Nº 282/AML/2017

Proposta nº 464/CM/2017 – Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 464/CM/2017 - Repartição de encargos e compromisso plurianual para a construção do Parque Verde da Nova Feira Popular.

Subscrita pelos Senhores Vereadores Manuel Salgado e José Sá Fernandes

Votação na CML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: 6 PS/ 3 IND/ 2PCP - **Abstenção:** 2 PSD/ 1 CDS-PP

Votação na AML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNP/ 6 IND –

Abstenção: PSD/ CDS-PP/ MPT

PROPOSTA Nº 464/2017

Assunto: Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 1/DMEVAE/2017 - “Construção do Parque Verde da nova Feira Popular” - Processo n.º 0017/CP/DGES/ND/2017, com recurso a concurso público, aprovação das peças procedimentais, incluindo o projeto de execução e nomeação do júri, e submeter à Assembleia Municipal a aprovação da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.

Pelouros: Obras Municipais.

Serviços: DMPO/DGES.

Considerando que:

A proposta internaliza o facto do Parque Verde constituir um espaço em evolução, facto que estimulou a criatividade quer na procura de soluções, quer na sua materialização.

O Parque Verde deverá oferecer usos diversificados, contribuindo para a qualificação urbana e paisagística desta zona de Lisboa, através de um adequado funcionamento dos sistemas naturais e de uma gestão conducente a uma evolução sustentada e enquadrada pelo uso otimizado dos recursos.

Enquanto espaço não edificado, o Parque Verde deverá assumir um papel relevante a nível do funcionamento dos sistemas naturais, nomeadamente no que se refere às funções hidrológicas, recuperação da qualidade do solo, implantação de estrutura verde, cuja evolução seja consistente com os objetivos do projeto a curto e longo prazo.

A sua inserção no tecido urbano confere-lhe ainda relevância em termos sociais, proporcionando oportunidades de lazer e recreio informal, nomeadamente a expansão e continuidade com os sistemas de mobilidade suave já parcialmente implementados ao longo da zona noroeste da cidade de Lisboa, tal como a pista clicável entre a zona da Pontinha e o Bairro Padre Cruz.

Terá ainda, uma elevada importância na continuidade dos sistemas verdes adjacentes, contribuindo para a continuidade territorial e ecológica necessária à implementação do Corredor Periférico integrado na infraestrutura verde da cidade de Lisboa.

O Parque Periférico constituirá o anel exterior da estrutura ecológica urbana ligando Monsanto ao Parque do Vale da Ameixoeira, através das quintas de Benfica, em especial a Quinta da Granja, os centros históricos e quintas envolventes de Carnide do Lumiar e Ameixoeira, os cemitérios (Benfica, Carnide e Lumiar), as áreas verdes de menor dimensão existentes, os equipamentos em funcionamento e as zonas de elevada sensibilidade natural.

Com a implementação da Feira Popular, este espaço virá a constituir um polo de atração e diversão para um público mais alargado, com inegável importância na competitividade de Lisboa como destino turístico nacional e internacional.

Para o efeito, foi preparada a empreitada nº 1/DMEVAE/2017 – “Construção do Parque Verde da nova Feira Popular” – Processo nº 0017/CP/DGES/ND/2017;

Nos termos do disposto da alínea b) do nº 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, fazem parte das peças de formação deste contrato, o programa de procedimento e o caderno de encargos, sendo este formado pelos elementos de solução da obra referidos no artigo 43.º do referido diploma legal, designadamente o projeto de execução;

As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no nº 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

O contrato a celebrar, implica o pagamento de um preço e que o preço máximo que a Câmara Municipal de Lisboa, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada se encontra fixado no caderno de encargos com o preço base de € 4.867.033,59, com exclusão do IVA;

O prazo para a execução da obra é fixo de 240 dias, acrescidos de 365 dias para a manutenção dos espaços verdes de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;

Face ao preço base do concurso, o procedimento poderá ser tramitado com recurso a um concurso público, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos;

Nos termos do disposto no artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, a qual compete também à entidade competente para decisão de contratar;

Estamos, ainda, perante uma proposta de decisão de contratar e que face ao tempo de tramitação do concurso, de obtenção de visto e ao prazo de execução da obra, haverá que se proceder a uma repartição de encargos para os anos financeiros de 2017, 2018 e 2019, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%;

A assunção do compromisso plurianual desta empreitada aqui proposta, deverá, assim, ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, uma vez que o investimento a realizar não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro;

Somente com a autorização da Assembleia Municipal poderemos afirmar que a repartição de encargos se encontra abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

Por último, a Câmara Municipal é o órgão competente para todas estas decisões, nos termos alínea b) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do diploma preambular que aprovou o Código dos Contratos Públicos e, ainda, da alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Temos a honra que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1 - Aprovar a decisão de contratar da empreitada n.º 1/DMEVAE/2017 – “Construção do Parque Verde da nova Feira Popular” – Processo n.º 0017/CP/DGES/ND/2017 e com o preço base de € 4.867.033,59, com exclusão do IVA e pelo prazo de execução fixo de 240 dias acrescidos de 365 dias para a manutenção dos espaços verdes, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Aprovar, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do referido Código.

3 - Aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação deste contrato, de onde fazem parte o programa do procedimento e o caderno de encargos, o qual é formado pelos elementos de solução de obra referidos no artigo 43º do referido diploma legal, designadamente pelo respetivo projeto de execução.

4 - Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:

EFFECTIVOS:

Presidente: Margarida Revês – Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Silva Paulo – Técnica Superior (Jurista) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Rui Anjos - Técnico Superior (Engenheiro) da DMEVAE/NAD

3º Vogal: Isabel Castanho – Técnica Superior (Engenheira) da DMEVAE/NAD

4º Vogal: Sandra Rodrigues – Técnica Superior da DMPO/DGES/DLE

SUPLENTES:

Presidente: Pedro Félix ou Ana Luísa Trindade ou Lucília Guerreiro ou Maria José Aroso ou Sandra Roque ou Luis Marrão – Técnicos Superiores (Engenheiros) ou Rui Cabral ou Cristina Cabral – Técnicos Superiores (Arquitetos), todos da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Brás ou Maria Antónia Sécio ou Amélia Talhinhos, todas Técnicas Superiores (Juristas) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Anabela Coucelo - Técnica Superior (Engenheira) da DMEVAE/NAD

3º Vogal: Marina Borges – Técnica Superior (Arquiteta) da DMEVAE/DEV

4º Vogal: Luís Santos ou Sílvia Piedade ou Paula Castanheira – Assistentes Técnicos, todos da DMPO/DGES/DLE.

5 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2017, 2018, 2019, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro, passando, deste modo, a repartição de encargos a estar abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%:

2017: 0,00€

2018: 5.095.455,61€

2019: 63.600,00€.

CADERNO DE ENCARGOS DA

EMPREITADA Nº 1/DMEVAE/2017 – “CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR”

PROCESSO Nº 0017/CP/DGES/ND/2017

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1. – CLAUSULADO

II.2. – ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DE OBRA

II.3. – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

NOTAS:

As eventuais referências a marcas nas peças acima mencionadas deverão ser sempre interpretadas como contendo a expressão prévia “ou equivalente”, nos termos legalmente exigidos.

Em caso de contradição entre as diversas peças que constituem este caderno de encargos, este clausulado jurídico prevalece sobre toda e qualquer outra peça dele constante.

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da EMPREITADA Nº 1/DMEVAE/2017 – “CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR”
2. A empreitada tem por objeto a realização dos seguintes trabalhos: “CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR” de acordo com o projecto de execução.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege a empreitada

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”);
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respetiva legislação complementar;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, prevenção e gestão de resíduos de demolição e construção e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual,
 - b) Os anexos ao Contrato;
 - c) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
 - d) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - e) O caderno de encargos;
 - f) O projeto de execução e demais elementos da solução da obra, previstos no artigo 43.º do CCP;

- g) O planeamento das operações de consignação;
- h) A proposta adjudicada;
- i) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- j) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas c) a i) do ponto 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre as cláusulas escritas do caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto:
 - a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
 - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
 - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas c) a i) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

Projeto

1. O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado neste caderno de encargos que constitui o Anexo I.
2. Até à data da receção provisória e nos casos em que haja alterações propostas pelo empreiteiro, este entregará ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos, elaborados em papel e igualmente em formato digital, nomeadamente através de CD, com peças gráficas em formato DWG e respetivos ficheiros de plotagem.
3. O empreiteiro deverá, até à data da receção provisória, proceder à entrega da compilação técnica da obra, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

- b) Realização de Ensaios e Certificações necessários ao funcionamento e utilização do edifício, incluindo as certificações energéticas;
 - c) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea h) do n.º 5 da presente cláusula.
 - d) Pela realização de todos os trabalhos que se revelarem necessários à proteção do edifício, nomeadamente no que se refere às condições climatéricas adversas que possam surgir no decurso da empreitada.
2. Caso se trate de uma obra com várias frentes de trabalhos, o empreiteiro é, ainda, responsável pela apresentação do pedido de emissão de “Licença Especial de Ruído” (LER), junto da Divisão de Ambiente e Energia da Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia, devendo cumprir todos os condicionalismos da mencionada licença, sendo responsabilizado por quaisquer reclamações sobre ruído que surjam durante a execução da empreitada.
3. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.
4. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, nomeadamente:
- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
 - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
 - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
5. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
 - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
 - c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;

- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
 - e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
 - f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado nos termos previstos na cláusula 7.^a;
 - g) A aprovação pelo dono da obra do documento referido na alínea f);
 - h) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo adjudicatário.
6. Os prazos a considerar nas várias alíneas do número anterior são:
- a) No prazo de 10 dias após a consignação;
 - b) Até 20 dias após a consignação;
 - c) No prazo de 30 dias após a deteção;
 - d) Nos 30 dias subsequentes à apresentação da reclamação por parte do empreiteiro;
 - e) No prazo de 10 dias após a consignação;
 - f) Até 10 dias após a consignação total;
 - g) Nos 5 dias subsequentes à apresentação dos referidos elementos pelo empreiteiro;
 - h) No prazo fixado na notificação de adjudicação e da apresentação de documentos para celebração de contrato.

Cláusula 7.^a

Plano de trabalhos ajustado

1. No prazo de 20 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
2. No prazo 5 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, pode o empreiteiro, caso o dono da obra tenha apresentado o mencionado plano nos termos do artigo 357.º do CCP, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do mesmo Código, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3. O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
4. O plano de trabalhos ajustado carece de aprovação global pelo dono da obra no prazo de cinco dias contados da data da notificação do mesmo pelo empreiteiro, equivalendo o silêncio à sua aceitação.
5. O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
 - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
 - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
6. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias, a contar da data da notificação da mesma, sob pena de caducidade deste direito.
3. A reclamação referida no número anterior deve ser apresentada pelo empreiteiro por meio de requerimento, no qual deve expor os fundamentos de facto e de direito e oferecer os documentos e demais meios probatórios que considere convenientes.

4. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de alterar o plano de trabalhos, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro ou por razões relacionadas com a execução dos trabalhos de suprimento de erros ou omissões e/ou de trabalhos a mais, no prazo de dez dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
5. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado nos termos do artigo 404.º do CCP.
6. O dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo do n.º 4 da presente cláusula no prazo de quinze dias, quando se trate de erros e omissões, ou de 10 dias, quando se trate de trabalhos a mais, após a notificação da mencionada proposta, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª

Prazo de execução da empreitada

1. O empreiteiro obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou ainda na data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação ou a aprovação parcial do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
 - b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
 - c) Concluir a execução da obra no prazo de 240 dias, acrescido de 365 dias para a manutenção dos espaços verdes totalizando 605 dias, em que na execução da obra terão de ser respeitados os seguintes prazos parcelares:
 - a) Nos primeiros 240 dias, terão que ser realizados todos os trabalhos da obra com excepção dos referidos na alínea seguinte;
 - b) Nos restantes 365 dias, serão realizados os trabalhos constantes no artigo 1.15.1 do Cap. 1.15 "MANUTENÇÃO do mapa de quantidades;

2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, sem prejuízo da aplicação das multas contratuais definidas na cláusula 12.^a, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução, mediante a apresentação dos documentos referidos na cláusula 8.^a, ponto 4.

Cláusula 10.^a

Prémios por antecipação do prazo de execução

1. Em caso de antecipação do prazo de execução do contrato, poderá ser atribuído prémio ao empreiteiro.
2. A possibilidade de atribuição do prémio por antecipação do prazo de execução do contrato é uma prerrogativa do dono da obra e depende da verificação das condições identificadas nesta cláusula.
3. O prazo a que se refere o ponto 1 da presente cláusula corresponde ao prazo de execução previsto na proposta do empreiteiro, sem qualquer acréscimo, seja a que título for, contado nos termos do disposto no artigo 362º do CCP.
4. Constitui excepção ao disposto no número anterior a suspensão total da empreitada por causas imputáveis ao dono de obra, desde que a suspensão e o recomeço dos trabalhos estejam formalizados em auto.
5. Salvo no que se refere à situação prevista no número anterior, não serão acrescidas ao prazo de execução inicial, para efeitos de atribuição de prémio, quaisquer prorrogações de prazo concedidas no âmbito da empreitada, independentemente das causas que venham a determinar a sua concessão e ainda que as mesmas sejam decorrentes de suspensões parciais dos trabalhos por motivos imputáveis ao dono de obra.
6. A data efectiva de conclusão da obra a considerar para efeitos do cálculo do prémio a atribuir será a data da recepção provisória total da obra, desde que do respectivo auto não conste qualquer condicionante ou reserva, designadamente quanto a trabalhos por concluir ou corrigir.
7. O prémio a que se refere o ponto anterior será calculado por cada dia de antecipação do referido prazo de execução inicial e corresponderá a 1‰ do preço contratual.
8. O valor do prémio a atribuir não poderá ultrapassar 10% do preço contratual.

9. A atribuição de prémio ao empreiteiro depende da apresentação de pedido, o qual será objecto de análise pela fiscalização para verificação das condições de aceitação do mesmo e apuramento do montante do prémio, o qual, a ocorrer, terá lugar aquando da recepção provisória da obra, procedendo-se, nessa fase, ao desconto de eventuais créditos a favor do Município.

Cláusula 11.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1. O empreiteiro informará mensalmente o diretor de fiscalização da obra, se outra periodicidade não for por este fixada, dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, através de relatórios que deverão ser entregues à fiscalização.
2. O diretor de fiscalização e/ou o coordenador de segurança em obra, se assim o julgar conveniente, promoverá a realização semanal de reuniões, especialmente destinadas à análise e resolução dos problemas urgentes, capazes de comprometer o cumprimento do planeamento da empreitada.
3. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do ponto 1 desta cláusula, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
4. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no ponto 4 da cláusula 8.ª.

Cláusula 12.ª

Multas por violação contratual

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.
2. Para efeitos da aplicação de sanções contratuais, o cumprimento do plano de trabalhos será avaliado e medido com base na execução financeira prevista no cronograma financeiro em vigor, aplicando-se, em caso de desvios por facto imputável ao empreiteiro, uma sanção contratual, relativa ao mês a que corresponde o auto onde se verifica o desvio, em valor correspondente 1 ‰ da diferença entre o valor dos trabalhos executados, traduzido pelo

somatório do valor dos autos de medição mensais contratuais, e o valor acumulado previsto contratualmente no mês a que se refere o cálculo, por cada dia desse mesmo mês, até que os desvios sejam recuperados, ou seja, até que o valor dos trabalhos realizados seja igual ou superior ao valor acumulado previsto no cronograma financeiro.

3. A actualização do valor diário da multa a aplicar será efectuada mensalmente, após a validação do valor de cada auto.
4. As multas por atraso no cumprimento do plano de trabalhos serão anuladas, no final da empreitada, caso a mesma seja concluída dentro do prazo contratual, acrescido das prorrogações de prazo concedidas pelo dono de obra a título legal.
5. Em caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por fato imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no ponto 1 desta cláusula, sendo o montante da sanção aí prevista reduzido para metade.
6. Para efeitos da aplicação das sanções contratuais a que se refere o disposto no ponto anterior, consideram-se prazos parciais de execução aqueles que decorrem entre as datas de início e de conclusão das atividades que integram frentes de trabalho autónomas ou diferentes fases no âmbito da execução de uma determinada empreitada, nos termos do indicado no respectivo plano de trabalhos.
7. A sanção referida no anterior ponto 6 é cumulativa com a indicada no ponto 2 desta cláusula.
8. Após a consignação da empreitada, por cada dia de atraso verificado no início da sua execução, derivado da não aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS), por causa imputável ao empreiteiro, designadamente, por atraso na apresentação de documentos, de esclarecimentos, de rectificações ou complementos a peças já anteriormente apresentadas ou de quaisquer outro elemento que o dono de obra considere necessários à avaliação e aprovação do PSS e à comunicação prévia da abertura de estaleiro, será aplicada uma sanção contratual de 1 ‰ do valor da adjudicação, valor que poderá sofrer um agravamento de 0,05‰, a cada novo pedido de elementos a efectuar pelo dono de obra, nos casos em que os pedidos anteriores não tenham sido respondidos de forma a sanar as faltas ou desconformidades apontadas pelo dono de obra.
9. A multa a que se refere o ponto anterior será calculada tendo em conta o número de dias decorrido entre a data do primeiro pedido de elementos, após a consignação, e a aprovação do PSS.

10. Para efeitos do apuramento do número de dias referido no ponto anterior, deverá ser considerado o prazo consumido pelo dono de obra na análise dos elementos entregues, prazo esse que não deverá ultrapassar cinco dias, contados a partir do primeiro dia útil a seguir à entrada dos elementos na CML.
11. Caso o prazo de cinco dias referido no ponto anterior seja ultrapassado, o período adicional consumido pelo dono de obra na apreciação dos elementos entregues pelo empreiteiro não será incluído no montante da sanção a aplicar.
12. Em caso de incumprimento de ordens do diretor da fiscalização, incluindo as relativas à segurança e saúde no trabalho, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.
13. Pela falta de cumprimento dos prazos estabelecido para remediar os defeitos encontrados em determinada obra, a multa de 0,5 ‰ por cada dia de atraso no início ou na conclusão dos trabalhos e em relação aos prazos estabelecidos na notificação. Esta multa será aplicada por cada trabalho ou parte do mesmo.
14. A aplicação das multas previstas nos anteriores pontos 12 e 13, não dispensa o empreiteiro da obrigação de recuperar os atrasos decorrentes dos incumprimentos que estiveram na origem das mesmas, sob pena da aplicação das sanções a que se referem os anteriores pontos 1, 2 e 5.
15. Pela falta de comparência do empreiteiro ou seu representante às medições de trabalhos executados, previstas no artigo 388º do CCP ou às vistorias para efeitos de recepções provisórias previstas no artigo 394º do mesmo diploma, a multa de 0,05 ‰ do preço contratual, por cada falta.
16. As multas previstas na presente cláusula poderão ser, a requerimento do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, reduzidas a montante adequado, sempre que se mostrem desajustadas em relação aos prejuízos reais sofridos pelo dono da obra.

Cláusula 13.^a

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 14.^a

Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.^a.
3. Após a adjudicação e antes da consignação o empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra, não se obrigando o dono da obra a considerá-las todas ou mesmo a autorizá-las. Para o efeito, deverá o empreiteiro proceder à atualização da documentação entregue e eventualmente aprovada.

Cláusula 15.^a

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

1. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
2. O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.
3. Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 5% do preço contratual.
4. O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.
5. O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.
6. O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

Cláusula 16.^a

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 17.^a

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o empreiteiro obriga-se a executar à sua custa uma tabuleta, devidamente pintada, sujeita a aprovação da fiscalização, para ser colocada em local bem visível junto da obra. Esta tabuleta que deverá ser colocada na data da consignação, terá a dimensão máxima de 2.00m x 1.20m e nela se farão as inscrições previstas no artigo 348º do Código dos Contratos Públicos. Esta placa deverá ser retirada à data da recepção provisória dos trabalhos de construção, devendo, nos casos de empreitadas com períodos de manutenção, ser substituída por uma outra, com dimensão máxima de 0.60m x 0.40m, a colocar em local a acordar com a fiscalização. Esta tabuleta deverá conter as mesmas inscrições referidas anteriormente, acrescidas da menção “*obra em manutenção de dd/mm/aa até dd/mm/aa*”. Findo este período, a placa deverá ser retirada no prazo máximo de 5 dias.
3. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual, o Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de Procedimento de Segurança e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
4. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
5. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.
6. A CML não cobrará qualquer taxa pela ocupação do terreno para a implantação do estaleiro da obra.
7. As eventuais instalações cedidas pela CML para exploração no âmbito do estaleiro deverão ser devolvidas nas condições iniciais uma vez concluída a execução da obra, sendo expressamente proibida a instalação dentro do estaleiro de qualquer pessoa que não seja empregado da obra.

8. O empreiteiro obriga-se ainda, a ter patente no local da obra a comunicação prévia (casos aplicáveis) e restante documentação de acordo com o estabelecido em legislação aplicável em matéria de SHST.

Cláusula 18.ª

Ensaios

1. Os ensaios laboratoriais ou outros a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 19.ª

Medições

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 20.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemnizá-lo-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 21.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução da empreitada ou outros prejuízos.
3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no ponto 1 desta cláusula, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no ponto 1 desta cláusula, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
 - a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
 - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 22.ª

Encargos do empreiteiro

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos em património municipal ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
2. Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.
3. São, ainda, encargos do empreiteiro:
 - a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos por este contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e neste Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais aplicáveis;
 - b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
 - c) A execução de todos os trabalhos indispensáveis à perfeita realização do objeto da empreitada, ainda que não expressamente mencionados, no projeto;
 - d) A iluminação, vigilância, sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
 - e) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
 - f) Todas as licenças municipais necessárias à execução da empreitada;
 - g) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória da empreitada;
 - h) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada e/ou quaisquer outros relativos às concessionárias de serviços;
 - i) Poderá haver trabalhos em período noturno ou ao fim de semana, sempre que esteja em causa a perturbação do fluxo viário e a segurança de pessoas e bens na zona da obra, sendo todos os encargos por conta do empreiteiro.
 - j) Todos os trabalhos necessários à proteção do edifício, nos termos previstos neste caderno de encargos.
 - k) Todos os trabalhos mencionados nas notas do mapa de quantidades.

4. Todos os encargos relativos a policiamento serão suportados pelo empreiteiro. Não obstante o empreiteiro não o ter solicitado, sempre que a fiscalização entender necessário o policiamento, determinará a sua realização.

Cláusula 23.^a

Outros encargos do empreiteiro

1. Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão, ainda, por conta do empreiteiro, que se considerará, para o efeito, o único responsável:
 - a) Reparação e indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao empreiteiro, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros, fornecedores e do deficiente comportamento ou de falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
 - b) Indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução da empreitada;
 - c) Não permitir o acesso indiferenciado ao local da obra a todo e qualquer indivíduo que não se encontre autorizado para o efeito, devendo providenciar, à sua custa, os meios necessários para esse controlo;
 - d) Obter, por sua conta e iniciativa, todas e quaisquer autorizações e licenças, incluindo as licenças necessárias à execução dos trabalhos, nos termos que sejam previstos no Contrato, nas leis e regulamentos aplicáveis e ainda as relativas à certificação energética e da qualidade do ar interior (CE);
 - e) Cumprir, em todas as questões emergentes da execução do Contrato, disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as decisões administrativas emanados das autoridades competentes.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 24.^a

Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O empreiteiro será responsável por não empregar na empreitada, em qualquer momento, mão-de-obra clandestina ou infantil.

3. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
4. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
5. As quantidades e a respetiva qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, para cumprimento do respetivo plano.

Cláusula 25.^a

Horário de trabalho

1. O empreiteiro obriga-se a manter no local da obra o horário de trabalho em vigor, devendo cumprir com a legislação aplicável a esta matéria.
2. O empreiteiro terá sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
3. O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.
4. A não obtenção da autorização mencionada no ponto anterior não confere ao empreiteiro qualquer direito em obter a prorrogação dos prazos de execução da empreitada.
5. Só poderão ser realizados trabalhos fora das horas regulamentares desde que autorizados pela fiscalização.

Cláusula 26.^a

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua exclusiva conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de procedimento de Segurança, o(as) qual(ais) deverá(ão) ser definido(as) e aprovado(as) previamente ao começo dos trabalhos, devendo para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.
3. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento de um Plano de Segurança e Saúde, o qual deverá ser definido e aprovado previamente ao começo dos trabalhos, devendo para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.
4. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
5. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
6. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no ponto 1 da cláusula 27.^a.
7. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
8. Em caso de acidente grave, o empreiteiro compromete-se a:
 - a) Além de tomar as necessárias medidas de assistência às vítimas, comunicar o acidente à Autoridade para as Condições do Trabalho no mais curto prazo possível, não podendo exceder as vinte e quatro horas, e em seguida ao Técnico ou Coordenador de Segurança em Obra bem como ao dono da obra;
 - b) Suspender quaisquer trabalhos sob sua responsabilidade que sejam suscetíveis de destruir ou alterar os vestígios do acidente, sem prejuízo de assistência a prestar às vítimas;
 - c) Impedir o acesso de pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente com exceção dos meios de socorro e assistência às vítimas.
9. O empreiteiro fica obrigado, em caso de eventual extinção do contrato e independentemente do seu motivo, a manter em condições de segurança os locais já intervencionados, dando cumprimento à legislação aplicável nesta matéria, até à posse efetiva pelo dono da obra.
10. De igual modo e até à referida posse, fica o empreiteiro obrigado, sempre que ocorra a extinção do contrato, a proceder à entrega dos elementos previstos no artigo 16º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro e respeitantes aos trabalhos executados e locais intervencionados.

Seguros

Cláusula 27.ª

Contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar e a manter em vigor durante toda a execução do contrato o contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante todo o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nos números anteriores e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
3. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
4. Sem prejuízo do disposto no ponto 2 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no ponto 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
5. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
6. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
7. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
8. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 28.^a

Outros sinistros

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, cuja apólice deverá abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.
2. O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 29.^a

Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total de €(no limite máximo do preço base do concurso, no montante de **€ 4.867.033,59**), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.
2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 19.^a.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
5. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Campo Grande, n.º 25, 8º- Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde devem constar obrigatoriamente o seguinte Número Único do Processo (NUP) _____ e o seguinte Número de Compromisso _____, sob pena de devolução das mesmas.

6. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
7. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
8. O preço a pagar e respetivos prazos de execução por trabalhos a mais e trabalhos respeitantes ao suprimento de erros e omissões são fixados nos seguintes termos:
 - a) Tratando-se de preços de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
 - b) Para trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.
9. O dono da obra deverá pronunciar-se sobre a proposta do empreiteiro no prazo de 10 dias, podendo, em caso da sua não aceitação, apresentar uma contraproposta.
10. Enquanto não houver acordo sobre os preços a aplicar aos trabalhos a mais estes serão liquidados com base nos preços constantes da contraproposta do dono da obra referida no número anterior, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, de acordo com a decisão arbitral sobre a matéria.
11. O pagamento de trabalhos a mais e trabalhos de suprimento de erros e omissões é efetuado nos termos dos números 2 a 6 anteriores.
12. A realização de trabalhos a mais ou a menos, que se destinem à realização da mesma empreitada, serão obrigatoriamente executados pelo empreiteiro, após ordem escrita do dono da obra e fornecimento dos elementos técnicos indispensáveis à sua execução e realização das respetivas medições.

Cláusula 30.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
4. O empreiteiro gozará de privilégio mobiliário especial, graduado em primeiro lugar, sobre os materiais e equipamentos a que respeitem o adiantamento concedido, nos termos do artigo 293.º do CCP.
5. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 31.ª

Descontos nos pagamentos

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
2. Nos pagamentos respeitantes a trabalhos a mais e a revisões de preços, a percentagem a deduzir é a que corresponder à soma das fixadas para a caução e seus reforços, ou seja 10%.
3. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 32.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 33.^a

Revisão de preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula.
2. A revisão de preços obedece à fórmula geral, prevista no artigo 6º do DL n.º 6/2004 de 6 de janeiro, cujos coeficientes devem ter o seguinte texto:

Designação	Índices	Coeficientes
Mão-de-Obra	S	0,31
Inertes	M03	0,04
Ladrilhos e cantarias de calcário e granito	M06	0,01
Betumes a granel	M18	0,01
Cimento em saco	M20	0,05
Gasóleo	M22	0,02
Madeiras de pinho	M24	0,01
Tubo de PVC	M32	0,02
Tubagem de aço e aparelhos para canalizações	M42	0,01
Aço para betão armado	M43	0,02
Perfilados pesados e ligeiros	M45	0,01
Produtos para instalações eléctricas	M46	0,07
Produtos pré-fabricados de betão	M47	0,01
Produtos para ajardinamento	M48	0,10
Equipamento de apoio	E	0,21
Constante	Cte	0,10
Total		1,00

A fórmula a adoptar é a seguinte:

$$C_t = 0,31 \times S_t / S_o + 0,04 \times M_{03,t} / M_{03,o} + 0,01 \times M_{06,t} / M_{06,o} + 0,01 \times M_{18,t} / M_{18,o} + 0,05 \times M_{20,t} / M_{20,o} + 0,02 \times M_{22,t} / M_{22,o} + 0,01 \times M_{24,t} / M_{24,o} + 0,02 \times M_{32,t} / M_{32,o} + 0,01 \times M_{42,t} / M_{42,o} + 0,02 \times M_{43,t} / M_{43,o} + 0,01 \times M_{45,t} / M_{45,o} + 0,07 \times M_{46,t} / M_{46,o} + 0,01 \times M_{47,t} / M_{47,o} + 0,10 \times M_{48,t} / M_{48,o} + 0,21 \times E_t / E_o + 0,10$$

A fórmula de revisão de preços a adoptar para os trabalhos de manutenção referentes ao artigo 1.15.1 do Cap. 1.15 "MANUTENÇÃO" do mapa de quantidades, deverá ser **a fórmula geral, prevista no artigo 6º do DL n.º 6/2004 de 6 de Janeiro.**

Quanto aos coeficientes a utilizar, julgo que devem ter o seguinte texto:

Salários	(S) =0,60
Gasóleo	(M22) =0,15
Produtos para ajardinamentos	(M48) =0,05
Equipamento de apoio	(E) =0,10
Constante	(Cte)=0,10

A fórmula a adoptar é a seguinte:

$$Cf = 0,60 \times S,t / S,o + 0,15 \times M22,t / M22,o + 0,05 \times M48,t / M48,o + 0,10 \times E,t / E,o + 0,10$$

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
4. A revisão de preços relativa a períodos de prorrogação, só será de atender quando resulte de trabalhos a mais ou outras situações imputáveis ao dono de obra e se verificar que o prazo global de execução daí decorrente obrigou ao aumento do *caminho crítico* do plano definitivo de trabalhos aprovados.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 34.^a

Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: **Técnico com a qualificação específica adequada para dirigir obras cuja natureza predominante seja obra de espaços exteriores, com classe de alvará que cubra o valor da proposta adjudicada, nos termos do quadro n.º 2 do Anexo II da Lei n.º 40/2015 de 1 de junho que Republica a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.**
3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda que o mesmo pertence ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado pelo diretor da fiscalização.
6. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea h) do n.º 5 da cláusula 6.ª.

Cláusula 35.ª

Representação do dono da obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 36.ª

Livro de registo da obra

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
 - a) Início e conclusão das fases mais importantes dos trabalhos;
 - b) Alterações ao projeto, ordenadas ou aceites pela CML;
 - c) Alterações ao plano de trabalhos, ordenadas ou aceites pela CML;
 - d) Paralisação dos trabalhos, fornecimentos e montagens e suas causas;
 - e) Ocorrências anormais prejudiciais ao regular andamento da empreitada e suas causas;
 - f) Acidentes de trabalho;
 - g) Aprovação e rejeição dos materiais e equipamentos pela fiscalização;
 - h) Pedidos e/ou datas de vistorias e reuniões;
 - i) Aprovação dos preços apresentados nos termos do número 2 do artigo 373.º do CCP;
 - j) Casos de realização de trabalhos que, por iniciativa da responsabilidade do empreiteiro, sejam executadas fora das horas regulamentares.
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 37.ª

Receção provisória

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra e o cumprimento do ponto 3 da cláusula 5ª.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. A receção provisória da empreitada não poderá efetuar-se sem que o empreiteiro tenha procedido à desocupação e remoção de todas as instalações, obras provisórias e equipamento, bem como a limpeza e regularização das áreas respetivas, sendo também necessário verificar-se, com as necessárias adaptações, os pressupostos constantes nas alíneas a) e b) do ponto 3 da cláusula 39.ª.
4. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 38.^a

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
 - c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.

Para efeitos da liberação da caução deverá considerar-se o disposto no Despacho normativo n.º 9/2014 de 31 de Julho de 2014 e no artigo 295.º do CCP, de acordo com a Declaração apresentada.

- 1.1 Para efeitos da liberação da caução deverá considerar-se o disposto no Despacho Normativo n.º 9/2014, de 31 de Julho de 2014 e no artigo 295.º do CCP.
2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
3. O empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia respetivo fixados nas alíneas a) a c) do número 1, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o estabelecido no Contrato.
4. Em caso de divergência, os prazos de garantia referidos nesta cláusula prevalecem sobre quaisquer outros inscritos nos elementos da solução da obra.

Cláusula 39.^a

Receção definitiva

1. No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3. A receção definitiva será formalizada em auto e depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 40.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, sendo também promovida a extinção da caução prestada pelo empreiteiro.
2. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do n.º 5 do artigo 295º do CCP.
3. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a libertação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 41.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 42.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar partes dos trabalhos da empreitada às entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é exclusivamente do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
9. O empreiteiro tomará as providências indicadas pelo diretor da fiscalização para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

Cláusula 43.^a

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos caso em que a tal esteja obrigado;
 - h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
 - i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
 - l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
 - m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
 - n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
 - o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

- p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.
3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 44.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:
- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
 - g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
 - h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

- l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
- i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 45.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 46.ª

Arbitragem

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:
- a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;
 - b) O Tribunal Arbitral tem sede em Lisboa e é composto por três árbitros;
 - c) O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;

- d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.
2. O Tribunal Arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Cláusula 47.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 48.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS:

No que respeita às exigências técnicas gerais, seguir-se-ão as cláusulas técnicas gerais do Edital nº 73/79 da CML, na parte aplicável, publicado no DR III Série, n.º 24, de 29 de Janeiro de 1980 e, ainda, quando omissos, as boas regras de construção para as quais se deverá obter a concordância da Câmara Municipal de Lisboa.

CONCURSO PÚBLICO

EMPREITADA Nº 1/DMEVAE/2017 – “CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR”

(PROCESSO N.º 0017/CP/DGES/ND/2017)

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1 – CLAUSULADO

II.2 – ELEMENTOS DE SOLUÇÃO DE OBRA

II.3 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE / FASE DE PROJECTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

Índice:

- 1.** Designação da empreitada e consulta do processo
- 2.** Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso
- 3.** Erros e Omissões do Caderno de Encargos
- 4.** Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados
- 5.** Agrupamentos
- 6.** Modo de apresentação das Propostas
- 7.** Prazo para apresentação e manutenção das propostas
- 8.** Documentos da Proposta
- 9.** Idioma dos documentos da Proposta e indicação do Preço
- 10.** Propostas variantes
- 11.** Abertura das Propostas, Análise das Propostas e Relatório Preliminar de Adjudicação, Audiência Prévia e Relatório Final
- 12.** Preço Anormalmente Baixo
- 13.** Esclarecimentos das Propostas
- 14.** Critério de Adjudicação
- 15.** Notificação da decisão de Adjudicação, Notificação para Apresentação de Documentos de Habilitação e dos Documentos relativos ao PSS (Fase de Obra) e Comunicação Prévia
- 16.** Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos
- 17.** Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma
- 18.** Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação
- 19.** Causas de caducidade da adjudicação
- 20.** Modo de Prestação da Caução
- 21.** Celebração do Contrato
- 22.** Outorga do Contrato
- 23.** Legislação aplicável
- 24.** Anexos e Modelos

1. Identificação geral do concurso; entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar; acesso às peças do procedimento:

- 1.1.** O presente concurso destina-se à formação do contrato da **Empreitada n.º 1/DMEVAE/2017 – “CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR” (Processo n.º 0017/CP/DGES/ND/2017)**.
- 1.2.** A entidade adjudicante é o Município de Lisboa.
- 1.3.** O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal de Lisboa, por Deliberação datada de de de, exarada na Proposta n.º/....., de acordo com as competências próprias conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho.
- 1.4.** Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica. As peças do procedimento são as indicadas no respectivo índice geral, estando disponíveis para *download* gratuito na plataforma eletrónica. Paralelamente, o processo do concurso encontra-se patente para consulta na Divisão de Lançamento de Empreitadas do Departamento de Gestão de Empreendimentos e Segurança da Direção Municipal de Projetos e Obras, sita no Campo Grande, n.º 13 – 6º – 1700-087 Lisboa – Telefone: 21 780 61 00, onde pode ser examinado, das 9.30 às 12.30 horas e das 14.00 às 16.00 horas, desde a data do respectivo anúncio no Diário da República, até ao último dia do prazo de entrega das propostas.
- 1.5.** O preço base do concurso é de **€ 4.867.033,59** (quatro milhões oitocentos e sessenta sete mil trinta três euros e cinquenta nove cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
- 1.6.** Por força do preço base, o concurso é Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso:

- 2.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e via plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, competindo a prestação de resposta ou ao Júri nomeado neste procedimento ou à Chefia da Divisão de Lançamento de Empreitadas.
- 2.2.** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pela entidade referida em 2.1, através da plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2.3.** O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso, nos termos e prazos previstos em 2.1 e 2.2.
- 2.4.** Os esclarecimentos e retificações serão juntos às peças do processo de concurso, prevalecendo sobre as restantes peças em caso de divergência.
- 2.5.** Na falta de resposta dentro do prazo referido no ponto 2.2, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período igual ao do atraso verificado.
- 2.6.** Quando as retificações referidas no ponto 2.3 implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

3. Erros e omissões do caderno de encargos:

- 3.1.** Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os concorrentes devem apresentar à entidade que preside ao concurso, via plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões do Caderno de Encargos por eles detetados, nos termos do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.

- 3.2.** Para os erros e omissões detetados no mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades patenteados a concurso, o concorrente deverá apresentar à entidade que preside ao concurso um mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades na qual identifiquem as parcelas dos artigos onde foram detetados os erros e omissões, assim como a incorporação das medições detalhadas e respetivas quantidades de novos artigos que possam surgir decorrentes dos erros e omissões.
- 3.3.** A apresentação da lista referida no ponto 3.1 suspende o prazo para a apresentação de propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo, até à publicitação da decisão prevista no ponto 3.4 ou, não havendo decisão, até ao termo do mesmo prazo.
- 3.4.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, será disponibilizada a pronuncia-se sobre a lista referida no ponto 3.1, sendo tal decisão junta às peças do procedimento e notificada a todos os concorrentes que tenham acedido às referidas peças.
- 3.5.** Quando a aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação dos erros ou das omissões.
- 4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados:**
- 4.1.** A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, a entidade que preside ao mesmo pode decidir prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, por período adequado, o qual aproveita a todos os interessados, sendo a decisão publicitada por aviso, no Diário da Republica e notificada, via plataforma eletrónica, a todos os interessados que tenham acedido às peças do procedimento.
- 5. Agrupamentos:**
- 5.1.** Sem prejuízo do disposto no ponto 8.1, alínea f) deste Programa de Concurso, podem ser concorrentes ao concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que não se enquadrem nas situações expressamente previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, caso em que serão excluídos do concurso.

- 5.2.** Os membros do agrupamento não podem ser concorrentes no mesmo concurso nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.
- 5.3.** Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena da adjudicação caducar.
- 5.4.** Com exceção do documento previsto na alínea f) do ponto 8.1 deste Programa de Concurso, os membros que integram o agrupamento concorrente podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respectivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta e receção de notificações e comunicações, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.
- 5.5.** Não existindo representante comum, as propostas e restante documentação relativa ao procedimento são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

6. Modo de apresentação das propostas:

- 6.1.** Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4 deste Programa, até ao termo do prazo fixado estipulado no ponto 7.1 do presente Programa de Concurso.
- 6.2.** O documento identificado na alínea d) do ponto 8.1, ou seja, a lista de preços unitários é preenchida diretamente na "matriz de quantidades" da plataforma eletrónica, nos exatos moldes definidos na referida alínea.
- 6.3.** A receção das candidaturas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo da receção.

7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas:

- 7.1.** O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4.

7.2. O prazo para a manutenção das propostas é de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7.3. Até ao termo do prazo para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade que preside ao concurso.

7.4. Os interessados que tenham retirado a sua proposta, nos termos anteriores, podem apresentar nova proposta, desde que a mesma seja apresentada no prazo indicado no ponto 7.1.

8. Documentos da proposta:

8.1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a)** Declaração, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar, do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada conforme Anexo I do presente Programa de Concurso;
- b)** Documento que contenha os atributos da proposta, submetidas à concorrência pelo Caderno de Encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, podendo para o efeito ser usado o modelo constante do Anexo II;
- c)** Documento que contenha o esclarecimento para a apresentação de uma proposta com preço anormalmente baixo, considerando-se para os efeitos deste concurso, como tal o valor de **€ 3.893.626,87** ou inferior a este;
- d)** Lista de preços unitários dos trabalhos previstos no projeto de execução, a qual deverá ser preenchida obrigatoriamente na "Matriz" da plataforma eletrónica;

NOTA: Na formação do preço da sua proposta os candidatos devem ter em conta as seguintes questões:

- Os preços unitários devem ser inseridos na plataforma com arredondamento às duas casas decimais;
- O produto das quantidades pelos preços unitários (subtotais) é automaticamente arredondado pela Plataforma eletrónica às duas casas decimais;
- A soma de todos os subtotais é arredondada às duas casas decimais, automaticamente pela Plataforma eletrónica.
- É este valor que a Plataforma transporta automaticamente para o Formulário Principal, como Valor global da proposta e que não pode ser alterado pelo candidato.

- e) Plano de trabalhos, em conformidade com o disposto na cláusula 7.^a, ponto 5, alíneas a) a d) e ponto 6 do Caderno de Encargos, o qual deve conter:
 - Plano de trabalhos;
 - Plano de equipamentos;
 - Plano de mão-de-obra e
 - Plano de pagamentos.
- f) Em caso de agrupamentos, cada agrupamento concorrente deve entregar uma declaração, assinada por todos os membros, em como, em caso de adjudicação, se agruparão na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária;
- g) Declaração sob compromisso de honra em como procederá ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, elaborado conforme modelo constante do Anexo III;
- h) Documento em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, elaborado conforme modelo constante do Anexo IV.
- i) Em caso de agrupamento, deve ser cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos e apresentado documento que indique os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

9. Idioma dos documentos da proposta e indicação do preço:

- 9.1. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 9.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 9.3. Quando os preços da proposta também forem indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os algarismos.
- 9.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

10. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

11. Abertura das propostas, análise e avaliação das propostas, relatório preliminar de adjudicação, audiência prévia e relatório final:

- 11.1.** No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, realizar-se-á a abertura das propostas, procedendo-se à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica,
- 11.2.** Finda esta formalidade, o Júri analisa as propostas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no ponto 14 do Programa de Concurso, excluindo as propostas que:
- a)** Não apresentem alguns dos atributos exigidos nos termos do ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso;
 - b)** Que, sem prejuízo do disposto no artigo 49.º n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do Código dos Contratos Públicos, apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - c)** Seja impossível a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
 - d)** O preço contratual seja superior ao preço base;
 - e)** O preço contratual seja anormalmente inferior ao preço base, conforme ponto 8.1, alínea c) deste Programa de Concurso e cujos esclarecimentos não tenham sido prestados ou não tenham sido considerados adequados pelo Júri, nos termos do ponto 13 do Programa de Concurso;
 - f)** O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g)** Revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - h)** Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - i)** Que sejam apresentadas por agrupamentos concorrentes, em violação do disposto no ponto 5.2 deste Programa de Concurso;
 - j)** Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - k)** Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do ponto 8 do Programa de Concurso;
 - l)** Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do Código dos Contratos Públicos;

- m) Que sejam apresentadas como variantes uma vez que estas não são admitidas por este Programa de Concurso;
- n) Que não observem as formalidades do modo de apresentação de propostas fixadas nos termos do artigo 62.º do Código dos Contratos;
- o) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- p) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, desde que este Programa de Concurso assim o preveja expressamente;
- q) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

11.3. A exclusão das propostas com fundamento nas alíneas e) e g) serão comunicadas de imediato à Autoridade da Concorrência e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

11.4. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o aos concorrentes para que, num prazo de 5 dias, se pronunciem por escrito.

11.5. Após o disposto no ponto anterior, o Júri elabora o relatório final fundamentado, cumprindo-se o disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.

12. Preço anormalmente baixo:

Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado, prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos construtivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do nº 4 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

13. Esclarecimentos das propostas:

13.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

13.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes nos documentos que as constituem as propostas, nem alterar ou completar os respetivos atributos nem podem suprir as omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do n.º 1 alínea a) do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

13.3. Os esclarecimentos são notificados a todos os concorrentes.

14. Critério de adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta de preço mais baixo.

Em caso de igualdade pontual, o desempate é feito da seguinte forma e ordem:

1. O Concorrente que apresentar o preço da proposta mais baixo;
2. O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 1 - "ARQUITETURA PAISAGISTA";
3. O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 10 - "INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS";
4. O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 7 - "ESTRUTURAS";
5. O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 4 - "REDE DE REGA E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO";
6. O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 6 - "ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS";
7. O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 9 - "INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES (ITUR PRIVADA)";

15. Notificação da decisão de adjudicação, notificação para apresentação dos documentos de habilitação e dos documentos relativos ao Plano de Segurança e Saúde (Fase de Obra) e comunicação prévia:

15.1. A entidade que preside ao concurso, notifica o adjudicatário da decisão de adjudicação, solicitando ao mesmo que:

- a) Apresente os documentos de habilitação exigidos no ponto 15.2 deste Programa de Concurso;
- b) Preste caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do Código dos Contratos Públicos, de montante correspondente a 5% do preço contratual ou 10% se a adjudicação for feita a uma proposta de preço anormalmente baixo, no prazo máximo de 10 dias. Nos casos em que não seja exigível a prestação de caução, será esta substituída pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, no termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Confirme, no prazo máximo de 10 dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

15.2. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) O alvará ou o título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar;
- d) Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos previstos no ponto 15.7 deste Programa de Concurso.

15.3. Para efeitos de apresentação do documento previsto na alínea c) do ponto anterior, o adjudicatário deverá ser detentor da:

- a) A 9ª subcategoria da 2ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- b) As 1ª, 6ª, 8ª e 9ª subcategorias da 2ª categoria, as 1ª, 3ª, 4ª, 9ª, 14ª e 19ª subcategorias da 4ª categoria e as 2ª, 7ª, 8ª e 10ª subcategorias da 5ª categoria, na(s) classe(s) correspondente(s) à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida do n.º 3 do artigo 81º do CCP e desde que não seja posto em causa o artigo 383º do referido código;

O concorrente pode recorrer a subempreiteiros, ficando a eles vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos correspondentes. Nesse caso, deve apresentar os alvarás ou títulos de registo da titularidade dos subempreiteiros possuidores das autorizações respetivas, os quais tem de ser acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

15.4. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo, consoante o caso, deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., comprovativa de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

15.5. Os documentos a que se refere o número anterior não são exigíveis a concorrentes nacionais de outro Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, quando nesse Estado aqueles documentos não sejam emitidos, devendo porém ser substituídos por uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que os documentos em causa não são emitidos nesse Estado.

15.6. A entidade que preside ao concurso pode sempre solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º, n.º1 alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

15.7. O Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra:

- a) O adjudicatário deve entregar, no prazo fixado na notificação de adjudicação, o Plano de Segurança e Saúde para a execução de Obra, resultante do desenvolvimento e especificação do PSS – Fase de Projeto integrante do Concurso e adequado à obra posta a concurso.
- b) O referido Plano de Segurança e Saúde é aprovado pela entidade adjudicante. Verificando-se a sua não aprovação, pela entidade adjudicante e cumpridas que sejam as formalidades legais aplicáveis, sem que os vícios ou incorreções tenham sido sanadas, entende-se que para efeito de habilitação do adjudicatário, o documento é inexistente e consequentemente facto gerador de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos.

15.8. Elementos para a Comunicação Prévia à IGT de Abertura do Estaleiro:

O adjudicatário deve entregar no ACTO DE CONSIGNAÇÃO os elementos informativos constantes do Anexo VI – Modelo 1 do Programa de Concurso;

O adjudicatário deve, ainda, entregar as seguintes declarações, conforme minuta do Anexo VI do Programa de Concurso:

- Declaração da Entidade Executante – Modelo 2;
- Declaração do Representante da Entidade Executante – Modelo 3;
- Declaração do Diretor Técnico da Empreitada identificando o Estaleiro e as datas previsíveis de início e termo dos trabalhos – Modelo 4.

16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos:

16.1. No caso da adjudicação ser feita a um Agrupamento seguir-se-ão as seguintes regras:

- a)** Os documentos previstos nas alíneas a) e b) do ponto 15.2 devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b)** Todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem apresentar o respectivo alvará ou título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., o agrupamento aproveita das habilitações de cada um dos seus membros os quais no seu conjunto ou individualmente devem perfazer todas as habilitações previstas nas alíneas a) e b) do ponto 15.3;
- c)** Os documentos referidos nos pontos 15.3 a 15.5 devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade.

16.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 15.5 do Programa de Concurso.

17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma:

17.1. Os documentos de habilitação são apresentados em língua portuguesa ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, estarem acompanhados de tradução devidamente legalizada, sob pena de caducidade da adjudicação.

17.2. Os documentos deverão ser apresentados, até ao fim do prazo fixado na respetiva notificação, no endereço identificado no ponto 1.4 deste Programa de Concurso.

17.3. Para os documentos referidos na alínea b) e c) do ponto 15.2, quando se encontrem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário indicar à entidade adjudicante o endereço e o sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que aqueles estejam em língua portuguesa.

17.4. Desde que devidamente fundamentada, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário a apresentação de originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, nos termos do ponto 17.1 do Programa de Concurso.

18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação:

A entidade que preside ao concurso notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibiliza-os para consulta na morada indicada no ponto 1.4. deste Programa de Concurso.

19. Causas de caducidade da adjudicação:

19.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 19.2 e de outras situações previstas no Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a)** Não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado na respetiva notificação;
- b)** Não apresentação ou não aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos do ponto 15.7 deste Programa de Concurso;
- c)** Não apresentação dos documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
- d)** Não prestação da caução por facto imputável ao adjudicatário;
- e)** Não confirmação dos compromissos, nos termos do artigo 92.º do Código dos Contratos Públicos;
- f)** Não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário;
- g)** Pela não associação dos membros de um agrupamento, na modalidade exigida no ponto 5.3 deste Programa de Concurso;
- h)** Pela falsidade de documentos e declarações apresentados.

19.2. Quando as situações anteriores se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, a entidade que preside ao concurso concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

19.3. A entidade que preside ao concurso comunica ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P a caducidade da adjudicação.

20. Modo de Prestação da Caução:

20.1. Nos 10 dias a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve prestar a caução exigida no ponto 15.1, alínea b) do Programa de Concurso e comprovar essa situação junto da entidade que preside ao concurso, sob pena de caducidade da adjudicação e comunicação ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

20.2. A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no Código dos Contratos Públicos Pública, e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito em títulos, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso.

20.3. As despesas com a prestação da caução são integralmente da responsabilidade do adjudicatário.

20.4. O adjudicatário que preste caução sob a forma de garantia bancária deve escolher uma das minutas de garantia bancária constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso. Uma minuta corresponde ao tipo de garantia bancária sem prazo e a outra ao de garantia bancária automaticamente renovável. Para efeitos do cálculo do prazo inicial aposto neste segundo tipo de garantia bancária, determina-se que este corresponde ao dobro do prazo fixado para a execução do contrato de empreitada ou, caso esse prazo seja inferior a 6 (seis) meses, ao prazo de 1 (um) ano, por forma a acautelar todas as eventuais vicissitudes que possam ocorrer e atrasem a execução da empreitada.

Ao prazo contabilizado nos termos atrás referidos, acresce o maior prazo legal de garantia que seja aplicável à empreitada. A título de exemplo, uma empreitada cujo prazo de execução seja de 1 (um) ano e cujo maior prazo legal de garantia aplicável seja de 5 (cinco) anos, terá de apor como prazo na garantia bancária automaticamente renovável 7 (sete) anos. Se tendo decorrido o prazo fixado na garantia bancária, o contrato de empreitada ainda não estiver integralmente executado ou ainda não tiver decorrido o seu período de garantia ou tendo decorrido esse período foram atempadamente detetados defeitos da responsabilidade do empreiteiro justificativos da sua não liberação, a garantia bancária renovar-se-á automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, promovendo-se a sua extinção quando aquelas situações deixarem de subsistir.

21. Celebração do Contrato:

- 21.1.** Após a prestação da caução e aprovação da minuta do contrato, pelo órgão competente para a decisão de contratar, a entidade que preside ao concurso notifica-a ao adjudicatário para que este, no prazo máximo de 5 dias, apresente o que tiver por conveniente.
- 21.2.** A minuta do contrato considera-se tacitamente aceite se o adjudicatário nada disser dentro do prazo referido em 21.1.
- 21.3.** Em caso de reclamação da minuta por parte do adjudicatário, a entidade que preside ao concurso, nos 10 dias a contar da receção da reclamação, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à sua rejeição.
- 21.4.** Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de autorizações necessárias para a apresentação a concurso, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

22. Outorga do Contrato:

- 22.1.** A outorga do contrato deverá ter lugar nos 30 dias contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados nas alíneas a) a d) do nº 1 do artigo 104º do Código dos Contratos Públicos.
- 22.2.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, perdendo o adjudicatário, a favor da entidade adjudicante, a caução prestada e sendo tal situação comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.
- 22.3.** Se a não outorga do contrato for imputável à entidade adjudicante, e sem prejuízo de poder exigir a sua celebração judicialmente, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo a entidade adjudicante liberar a caução, sem prejuízo do direito a indemnizar o adjudicatário por todas as despesas e encargos que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e prestação da caução.

22.4. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

23. Legislação aplicável:

Em tudo o omissso no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXOS E MODELOS

ANEXO I

**[Artigo 57.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 8.1, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condena dos por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] ("):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

....(local), (data), [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

NOTA: A redação da alínea f) do ponto 4 foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO II

[Ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso]

Identificação da empresa concorrente (ou das empresas concorrentes, no caso de se tratar de Agrupamento), declara que os atributos da sua proposta são os seguintes:

1. O valor da proposta é de € (valor numérico e por extenso), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, que já inclui o suprimento dos erros e omissões aceites, no valor de € (valor numérico e por extenso), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.
2. O prazo de execução da obra é de (numérico e por extenso) dias, acrescidos de (numérico e por extenso) dias para a manutenção dos espaços verdes, conforme plano de trabalhos anexo à proposta. (SE APLICÁVEL)
3. Memória Descritiva do Modo de Execução da Empreitada (SE APLICÁVEL)
4. Plano de Trabalhos, Plano de Meios Técnicos/Equipamentos e Plano de Mão-de-Obra/Meios Humanos. (SE APLICÁVEL)
5. Plano de Remoção de Amianto. (SE APLICÁVEL)
6. Outros...

NOTA: Para o correto preenchimento deste anexo, o concorrente deverá verificar o critério de adjudicação aplicável à empreitada.

ANEXO III

[Modelo relativo à Declaração de Compromisso, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, para cumprimento da alínea g) Ponto 8.1 do Programa de Concurso]

F.....(indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou firma e sede), titular do Alvará de Construção (ou, se for o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros aprovados do Estado)(indicar o número), contendo a(s) autorização(ões) (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do anúncio, datado de, obriga-se ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Data:

Assinatura:

ANEXO IV

[Para cumprimento da alínea h) do Ponto 8.1, conjugado com o ponto 15.3 do Programa de Concurso]

Alíneas a) e b) do ponto 15.3 do Programa de Concurso			
HABILITAÇÕES CONTIDAS NOS ALVARÁS, OU NOS TÍTULOS DE REGISTO OU NAS DECLARAÇÕES EMITIDAS PELO INCI			PREÇOS PARCIAIS DOS TRABALHOS
SUBCATEGORIA	CATEGORIA	CLASSE	

ANEXO V

**[Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 15.2, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código(6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos

termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.

NOTA: A redação da alínea c) foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO VI

Modelo n.º 1

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

1 – DATA DA COMUNICAÇÃO: _____

2 – ESTALEIRO:

ENDEREÇO:

3 – NATUREZA E UTILIZAÇÃO PREVISTA PARA A OBRA:

4 – DONO DA OBRA:

NOME:

ENDEREÇO:

5 – AUTOR (ES) DO PROJECTO:

NOME:

ENDEREÇO:

6 – ENTIDADE EXECUTANTE:

NOME:

ENDEREÇO:

7 – FISCAL (IS) DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

8 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO
EMPREENHIMENTO

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

9 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A REALIZAÇÃO DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

10 – DIRECTOR TÉCNICO DA EMPREITADA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

11 – REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTANTE

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

12 – DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO (A INDICAR PELO EMPREITEIRO)

INÍCIO: ____/____/____

DATA DE TERMO: ____/____/____

13 – CRITÉRIO DE ENVIO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA:

- ☐ UM PRAZO TOTAL SUPERIOR A 30 DIAS E, EM QUALQUER MOMENTO, A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE MAIS DE 20 TRABALHADORES;
- ☐ UM TOTAL DE 500 DIAS DE TRABALHO, CORRESPONDENTE AO SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS TRABALHADORES.

14 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO: _____

15 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREITEIROS JÁ SELECIONADOS:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____

Nota: Poderão ser feitas as alterações e/ou atualizações posteriores que se desejarem por parte do Dono de Obra com a condicionante de atualizar a informação afixada no estaleiro e a informação veiculada à entidade fiscalizadora do trabalho.

Modelo n.º 2
DECLARAÇÃO
(Entidade Executante)

(Nome da Empresa)
Pessoa Coletiva n.º, com sede em,
..... e escritório em
..... telefone n.º e fax n.º
....., declara para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29
de Outubro, na qualidade de adjudicatário, da empreitada com a
designação.....que o estaleiro
será localizado em, com o
início de trabalhos previsto para// e o termo previsto para//
..... .

Lisboa,

Assinatura,

(Carimbo)

Modelo n.º 3
DECLARAÇÃO
(Representante da Entidade Executante)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º....., residente
em..... Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Representante da Entidade Executante (empregado), da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para// e o termo previsto para//

Lisboa,

Assinatura,

Modelo n.º 4
DECLARAÇÃO
(Diretor Técnico da Empreitada)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º....., residente
em.....Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e Fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Diretor Técnico da Empreitada, da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para / / e o termo previsto para / /

Lisboa,

Assinatura,

ANEXO VII

(Artigo 90.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos e Ponto 20.2 e 20.4 do Programa de Concurso)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Sem prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Com prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) (doravante, a "Ordenante") assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a Ordenante assume com a celebração do respetivo contrato.

A presente garantia constitui uma garantia a solicitação permanente, mantendo-se em vigor nos estritos termos aqui previstos, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias ou da liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Banco pela Ordenante, da liquidação ou dissolução da Ordenante, da nomeação de um administrador de insolvência ou liquidatário judicial para toda ou qualquer parte do seu património, ou da emissão de decisão a declarar a insolvência.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma tem o prazo de duração de ... anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, mantendo-se em vigor até à sua extinção.

A Garantia caducará apenas na data em que seja entregue, pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Ordenante, ao Banco, documento assinado pelo Diretor do Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Lisboa com o teor do documento que consta como Anexo, nada mais podendo ser exigido ao Banco pela Câmara Municipal de Lisboa a partir dessa data.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de guia de depósito (dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado)

Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado), como caução exigida para a empreitada de, para os efeitos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

DELIBERAÇÃO Nº 283/AML/2017

Proposta nº 473/CM/2017 – Repartição de encargos e compromisso plurianual para aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal.

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

Votação na CML:

Aprovada por Unanimidade

Votação na AML:

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA Nº 473/2017

ASSUNTO: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2018 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmo anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal”

PELOURO: Frota- Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU / DRMM

Considerando que:

1. Existe a necessidade de garantir o fornecimento continuado de pneumáticos e respetivos acessórios para todos os veículos e equipamentos que integram a Frota Municipal, através do lançamento de um Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia;
2. O fornecimento visa a substituição periódica ou por motivo de dano irreparável dos pneus que integram toda a Frota Municipal, no cumprimento das normas de segurança rodoviária e demais legislação em vigor;
3. O procedimento de contratação com o mesmo objeto, atualmente em vigor, cujo contrato foi celebrado em 16-02-2015, com a duração máxima de 3 anos, cessa os seus efeitos no dia 15 de fevereiro do próximo ano, pelo que tem de ser garantida a continuidade do fornecimento, no sentido de manter a operacionalidade de todos os veículos e equipamentos da frota municipal;
4. A estabilidade da média dos consumos verificados nos últimos anos e os inerentes custos despendidos, o valor máximo do presente procedimento de 414.000,00 euros é idêntico ao atual, tendo também em conta o reduzido aumento dos preços de mercado;
5. A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das respetivas peças, autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar, cabe ao Exmo. Senhor Vereador Dr. José Duarte Cordeiro, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 2 do ponto II, da alínea b) do n.º 1 e n.º 6 da Letra E do ponto I, todos do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi dada pelo Anexo I do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, conjugado com o disposto no artigo 29.º n.º 2 do decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos artigos 36.º n.º 1 e 38.º, ambos do Códigos dos Contratos Públicos;

6. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico, não estando prevista em Plano Plurianual;

7. A competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais, cabe à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos n.ºs. 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março:

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, a prévia autorização para a repartição dos encargos, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2018, 2019, 2020, 2021, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a “Aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal”, pelo prazo inicial de 1 (um) ano, prorrogável anualmente, até ao limite de 3 (três) anos, ou até ao valor máximo de 414.000,00€ (quatrocentos e catorze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23% no valor de 95.220,00€ (noventa e cinco mil e duzentos e vinte euros), totalizando o montante de 509.220,00€ (quinhentos e trinta e um mil trezentos e sessenta euros) para os seguintes anos económicos e da seguinte forma:

Ano	Valor total s/ IVA (€)	IVA 23% (€)	Valor total c/ IVA (€)
2018	115.000,00	26.450,00	141.450,00
2019	138.000,00	31.740,00	169.740,00
2020	138.000,00	31.740,00	169.740,00
2021	23.000,00	5.290,00	28.190,00
Totais	414.000,00	95.220,00	509.220,00

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.01.12 (material de transporte-peças) da orgânica L17.02.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

CONCURSO PÚBLICO
Com Publicidade no Jornal Oficial da União Europeia

"AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL"

Processo n.º ____ / CPI / DA / CCM / 2017

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE DO CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1. ^a	Objeto
Cláusula 2. ^a	Contrato
Cláusula 3. ^a	Vigência do contrato
Cláusula 4. ^a	Obrigações principais do Cocontratante
Cláusula 5. ^a	Conformidade e garantia técnica
Cláusula 6. ^a	Objeto do dever de sigilo.....
Cláusula 7. ^a	Prazo do dever de sigilo.....
Cláusula 8. ^a	Preço contratual.....
Cláusula 9. ^a	Fatura e Condições de Pagamento.....
Cláusula 10. ^a	Sanções contratuais.....
Cláusula 11. ^a	Força maior
Cláusula 12. ^a	Resolução por parte do Contraente Público.....
Cláusula 13. ^a	Resolução por parte do Cocontratante.....
Cláusula 14. ^a	Foro competente
Cláusula 15. ^a	Subcontratação e cessão da posição contratual.....
Cláusula 16. ^a	Comunicações e notificações.....
Cláusula 17. ^a	Contagem dos prazos
Cláusula 18. ^a	Legislação aplicável
ANEXO I

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a "Aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal".
2. O preço contratual, correspondente ao valor máximo de aquisição dos bens referidos no ponto 1., é de **414.000,00 €** (quatrocentos e catorze mil euros), acrescido de IVA,
3. Os produtos a fornecer compreendem pneumáticos, câmara-de-ar, válvulas e outros acessórios, para veículos ligeiros e pesados, motociclos, máquinas e outros equipamentos, conforme listagem constante no Anexo IV ao Programa do Procedimento, incluindo ainda os aplicáveis em viaturas e equipamentos que, posteriormente, a entidade pública adjudicante venha a adquirir durante o período de execução do contrato.
4. O valor máximo admitido para o somatório dos preços totais dos pneumáticos (Total Geral Máximo), nos termos do constante do Anexo IV do Programa de Procedimento, é de 138.000,00 € (cento e trinta e oito mil euros).
5. Os concorrentes devem apresentar obrigatoriamente propostas para a totalidade dos bens que constituem o objeto do presente concurso elencados no Anexo IV do Programa do Procedimento.
6. Por "Frota Municipal" deve entender-se o conjunto de viaturas e equipamentos constante do Anexo I do Caderno de Encargos e outras da mesma categoria que o Município venha, entretanto, a adquirir.

Cláusula 2.^a Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos dos suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes e, expressamente, aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente Cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro.

Cláusula 3.^a

Vigência do contrato

1. O contrato é celebrado pelo prazo inicial de 1 (um) ano), renovável anualmente por iguais períodos, até ao limite de 3 (três) anos ou até ao preço contratual de 414.000,00€ (quatrocentos e catorze mil euros).
2. As prorrogações ao contrato ocorrem sucessiva e automaticamente, caso aquele não seja denunciado por qualquer dos contraentes, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente ao termo do seu prazo inicial ou das suas renovações, através de carta registada com aviso de receção.
3. O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo referido no número anterior, pelo cumprimento das obrigações do cocontratante, se proceda ao integral pagamento ao valor máximo definido no ponto 2 da Cláusula 1, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato;
4. No caso do valor do contrato não ser atingido, durante a respetiva vigência, o Cocontratante não tem direito a qualquer indemnização.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder ao fornecimento de pneumáticos para as viaturas e equipamentos da Frota Municipal, requisitadas pelo contraente público ao longo do período contratado;
 - b) O cocontratante fornecerá orçamentos prévios aos fornecimentos, sempre que tal for solicitado pelo contraente público, no prazo máximo de 48 horas;
 - c) Os pneumáticos fornecidos não devem ter uma data de fabrico superior a 6 meses, a contar da data de encomenda pelos serviços do contraente público;
 - d) Quando haja descontinuidade de fabrico de um modelo de pneumático constante da proposta, o cocontratante deverá comprovar, a descontinuidade de fabrico, através da entrega de uma declaração válida da marca, apresentando proposta alternativa, de substituição do modelo descontinuado **por outro da mesma marca**;
 - e) Efetuar, caso seja necessário, a retoma mensal de um número de pneus igual ao número de pneus adquiridos durante esse período, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 111/2001 de 6 de Abril, com as alterações do Decreto-Lei n.º 43/2004, de 2 de março;
 - f) Apresentar esquema de revisão de preços, que em caso algum, poderá ser superior ao índice de preços no consumidor (IPC) ou da taxa de inflação;
 - g) Em caso de revisão de preços, a mesma deve ser previamente comunicada, sendo obrigatório o envio do Anexo IV do Programa de Procedimento integralmente preenchido, do qual se obterá a variação média dos preços. Após validação do mesmo a nova tabela será aplicada nas encomendas seguintes;
 - h) As dúvidas que o cocontratante tenha sobre pneumáticos para as viaturas e equipamentos da Frota Municipal a fornecer, devem ser submetidas à consideração do contraente público;
 - i) Os bens adquiridos deverão ser entregues por conta do cocontratante, no prazo máximo de 5 dias no Armazém da Divisão de Manutenção de Frota, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1 – 1800-220 Lisboa.
2. A falta de cumprimento do disposto nos pontos anteriores torna o Cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

3. As entregas serão parciais, de acordo com as necessidades dos serviços do contraente público e somente são efetuadas mediante comunicação prévia por escrito.
4. O Prazo de Entrega, conta-se a partir da receção por fax ou email de cada uma das notas de encomenda e não poderá ser superior ao prazo indicado no contrato.
5. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade pública adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o cocontratante.
6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Cocontratante.
7. Os riscos com as operações de acondicionamento, embalagem e transporte, carga e descarga nos locais de entrega serão da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
8. A entrega será sempre acompanhada de "Guia de Remessa" ou documento legalmente exigido, devidamente numerada, da qual constará designadamente:
 - a) A data de entrega;
 - b) A identificação do cocontratante;
 - c) A identificação da entidade pública adjudicante;
 - d) Data da encomenda e o número de requisição da entidade pública adjudicante;
 - e) A identificação do concurso ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
 - f) A identificação unitária dos bens entregues.
9. A cópia da "Guia de Remessa" ou do documento legalmente exigido, assinado e carimbado pelo contraente público, ficará na posse do Cocontratante, constituindo prova bastante da entrega do material, após boa conferência pela mesma.
10. O Cocontratante fornecerá, preferencialmente em suporte digital, a Tabela de preços de venda ao público (PVP), dos pneumáticos, IVA não incluído. Em alternativa, caso disponha de sistema de consulta via internet, pode fornecer acesso ao mesmo, desde que, por esse meio, seja possível consultar e exportar a informação referida;
11. O cocontratante dará apoio / acompanhamento técnico durante a vigência do contrato.
12. A não apresentação de qualquer esquema de revisão de preços, no âmbito da alínea e) da Minuta da Proposta (Anexo I ao Programa de Procedimento), implica que os preços apresentados não deverão sofrer qualquer aumento até ao fim do contrato.
13. Sempre que, o contraente público venha a proceder à aquisição de pneumáticos para viaturas da frota municipal, designadamente os constantes da tabela que integra o Anexo IV do Programa do Procedimento, que se enquadrem no objeto do fornecimento, o cocontratante fica obrigado a aplicar, o desconto médio sobre a tabela de PVP, definido na proposta e atualizar a mesma, bem como a incluir novos pneumáticos que vão sendo utilizados;
14. O Cocontratante, será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados pelo contraente público e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito deste fornecimento.

Cláusula 5.ª

Conformidade e garantia técnica

1. O Cocontratante obriga-se a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos constantes do presente caderno de encargos.
2. O Prazo de Garantia, será igual ou superior a dois anos, a contar desde a data da receção e de acordo com os números abaixo indicados, sem prejuízo do desgaste normal de utilização;
3. A garantia prevista no número anterior abrange todo o objeto do fornecimento, sem limitações.
4. No prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data em que o Contraente Público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva correção.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Contraente Público

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante os preços constantes da Proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

Cláusula 9.ª

Fatura e Condições de Pagamento

1. As faturas referentes aos bens fornecidos, no âmbito do contrato, os quais são entregues de acordo com as solicitações do contraente público, só podem ser emitidas após a aceitação daqueles, por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis a que se destinam – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM); devem, ainda, ser enviadas para a Direção Municipal das Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25 – 8.º Bloco A, 1749-099 Lisboa, delas constando, obrigatoriamente, sob pena de devolução das mesmas, as seguintes indicações:

- Câmara Municipal de Lisboa
 - Direção Municipal de Finanças – Departamento de Contabilidade
- Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25-8.º Bloco A – 1749-099 Lisboa
- N.º do Compromisso
 - N.º da Encomenda

2. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas pelo Cocontratante após vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos e diligências necessários para o efeito.
4. Após emissão e observado o disposto nos números anteriores as faturas são pagas por transferência bancária.

Capítulo III
Sanções contratuais e resolução

Cláusula 10.^a
Sanções contratuais

1. No caso de o Cocontratante não cumprir qualquer uma das obrigações contratuais, ser-lhe-ão aplicadas, até integral cumprimento das mesmas ou até à rescisão do contrato, as seguintes sanções pecuniárias diárias por cada um dos fornecimentos em falta:

- a) 2‰ (por mil) do valor do fornecimento em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 (dez) dias úteis de atraso;
- b) 4‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 (dez) dias úteis de atraso;
- c) 8‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 (vinte) dias úteis, por cada dia de atraso, sem, contudo e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do valor total da adjudicação.

2. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao Cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura em que se tenha verificado a ocorrência do facto, ou no mês em que seja decidida pelo Contraente Público, a sua aplicação.

Cláusula 11.^a
Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade e que ela não pudesse conhecer ou prever, à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente Cláusula:

a) Causa geral de resolução – Violação de forma grave ou reiterada pelo Cocontratante de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;

b) Causa especial de resolução – Pelo atraso na conclusão do fornecimento superior a 21 (vinte e um) dias ou se, por escrito, o Cocontratante declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução, referido no n.º 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada por correio com aviso de receção ou por meio de transmissão eletrónica (com confirmação de entrega), e aviso prévio de 30 (trinta dias) contínuos, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. No caso previsto do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 14.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante carecem de autorização, por escrito, do Contraente Público, nos termos do disposto no CCP.

2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada, pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do CCP para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:

- a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
- b) Por carta registada com aviso de receção.

2. As partes devem identificar no contrato as informações de contato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pelo Contraente Público ao Cocontratante.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- c) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os Serviços do Contraente Público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no CCP, e demais legislação complementar.

ANEXO I

VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL

MARCA	MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Audi	A4 B6 1.9 TDI	2003	1	Ligeiro
Citroën	Berlingo	2005	1	Ligeiro
Citroën	Saxo 1.5D SX	1998	16	Ligeiro
Citroën	Saxo 1.5D SX	1999	7	Ligeiro
Dacia	Logan Pick-Up	2011	7	Ligeiro
Fiat	Ducato 2.0 JTD	2004	14	Ligeiro
Fiat	Panda 4X4 169	2008	1	Ligeiro
Ford	Fiesta JH1	2008	1	Ligeiro
Ford	Focus 1.6 TDCI Sport	2005	1	Ligeiro
Ford	Transit Mini-Bus N 14GT	1998	1	Pesado
Ford	Transit V184 EF C/D 120	2001	1	Ligeiro
Ford	Transit 120	1995	1	Ligeiro
Ford	Transit 120	1997	4	Ligeiro
Ford	Transit 120	1999	1	Ligeiro
Ford	Transit 120	2000	1	Ligeiro
Ford	Transit 190 C/C	1997	5	Ligeiro
Ford	Transit 190 Van	1988	1	Ligeiro
Ford	Transit 300S Van 100 L4	2001	2	Ligeiro
Ford	Transit 300S Van 100 L4	2003	6	Ligeiro
Ford	Transit 330L Van 125CV	2003	4	Ligeiro
Ford	Transit 350M Van 125CV	2002	1	Ligeiro
Fuso	Canter FE4P10TF1N1	2017	3	Ligeiro
Fuso	Canter FE4P10TF1N2	2016	2	Pesado
Gem	E2	2007	2	Quad Lig
Gem	E2	2008	1	Quad Lig
Goupil	G3S	2010	11	Quad Pes
Goupil	G3S	2012	1	Quad Pes
Goupil	G3S	2016	1	Quad Pes
Goupil	G5H	2014	1	Quad Pes
Govecs	S 3.4	2014	1	Motociclo
Honda	CM 125 C	1996	1	Motociclo
Honda	NC750X	2016	7	Motociclo
Honda	NT 650 Deauville	1998	9	Motociclo
Honda	NT 650 Deauville	1999	3	Motociclo
Honda	NT 650 Deauville	2000	4	Motociclo
Honda	NT 650 Deauville	2001	2	Motociclo
Honda	NT 650 Deauville	2003	3	Motociclo
Honda	NT 650 Deauville	2004	2	Motociclo
Honda	SH 125i	2017	40	Motociclo

MARCA	MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Honda	ST1300 Pan-European	2007	2	Motociclo
Hyundai	i20 1.2	2016	2	Ligeiro
Isuzu	NKR 150.35/25S	2008	1	Ligeiro
Isuzu	NKR 77	2004	2	Ligeiro
Isuzu	NQR 70 P	2002	1	Pesado
Iveco	CC 80E18M F	1999	1	Pesado
Iveco	Daily 29L 12 C	2003	6	Ligeiro
Iveco	Daily 35 C 11D	1999	4	Ligeiro
Iveco	Daily 35 C 11D	2000	5	Ligeiro
Iveco	Daily 35 C 12D	2003	8	Ligeiro
Iveco	Daily 35 C 13D	2003	2	Ligeiro
Iveco	Daily 35 C 14	2016	2	Ligeiro
Iveco	Daily 35 C 15V	2003	2	Ligeiro
Iveco	Daily 35 E 10V	1997	1	Ligeiro
Iveco	Daily 35 E 10V	1998	1	Ligeiro
Iveco	Daily 35 S 10V	2003	3	Ligeiro
Iveco	Daily 35 S 12V	2008	1	Ligeiro
Iveco	Daily 35 S 13V	2016	1	Ligeiro
Iveco	Daily 35 S 16V	2016	1	Ligeiro
Iveco	Daily 65 C 15D	2003	1	Pesado
Iveco	Daily 65 C 17V	2006	1	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 100EP18 B	2008	1	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 100E18 A	2006	6	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 100E18 A	2007	1	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 100E18 A	2009	3	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 100E18 B	2009	3	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 100E18 P	2012	4	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 150E18 D E2	1999	4	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 150E18 D E2	2000	3	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 150E21 D	2003	5	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 150E24 D	2003	1	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 150E24 D	2012	2	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 160E22 D	2007	1	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 75E15 C	2003	1	Pesado
Iveco	Eurocargo ML 75E16 C E4	2007	1	Pesado
Iveco	Eurocargo MLC 100EP18 A E5	2012	2	Pesado
Iveco	Eurocargo MLC 100EP18 B E5	2012	2	Pesado
Iveco	Eurocargo MLC 100EP19	2016	2	Pesado
Iveco	Eurocargo MLC 100EP19	2017	8	Pesado
Iveco	Eurocargo MLC 150E18 B E5	2012	2	Pesado
Iveco	Eurotech MH 190E24 (4x2)	2002	1	Pesado
Iveco	Eurotech MH 260E31Y/TNRD (6x2)	1999	1	Pesado

MARCA	MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Iveco	Eurotech MH 260E31Y/TNRF (6x2)	1999	2	Pesado
Iveco	Eurotech MP 190E26P C GNC	2006	3	Pesado
Iveco	Eurotech MP 190E26P C GNC	2007	10	Pesado
Iveco	Stralis AD190S27 C GNC	2009	25	Pesado
Iveco	Stralis AD190S27 C GNC	2012	15	Pesado
Iveco	397E12.35	2004	1	Pesado
Iveco	397E12.43	2003	1	Pesado
Iveco	397E12.43	2004	1	Pesado
Lancia	Phedra 2.2 JTD	2003	1	Ligeiro
Land Rover	Defender 110 TDI SW	1996	1	Ligeiro
Land Rover	Defender 90 SW	2003	1	Ligeiro
Land Rover	Discovery 2.5 TDI	1992	1	Ligeiro
Land Rover	Discovery 300 TDI	1996	1	Ligeiro
Man	TGS 26.320 6X2-4 BL	2016	2	Pesado
Man	TGS 26.400 6X2-4 BL	2016	2	Pesado
Man	18.400 HOCLA	2000	1	Pesado
Man	26.343DFK3 (6x4)	1997	1	Pesado
Mega	RM	2013	1	Quad Pes
Mega	RM	2014	2	Quad Pes
Mercedes-Benz	Atego 1317 K	2000	6	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 1318 LK0/33	2010	3	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 1823 K	2003	2	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 1823 L	2003	10	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 1828 K	2001	5	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 1828 K	2002	2	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 2528 L(950.62) (6X2)	1999	6	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 2528 L(950.62) (6X2)	2000	2	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 815 K	2000	4	Pesado
Mercedes-Benz	Atego 815 K	2001	6	Pesado
Mercedes-Benz	Axor 1824L/42	2007	1	Pesado
Mercedes-Benz	Sprinter 313 CDI/43	2012	1	Ligeiro
Mercedes-Benz	Sprinter 316 CDI	2010	1	Ligeiro
Mercedes-Benz	Sprinter 316 CDI/43	2015	1	Ligeiro
Mercedes-Benz	Sprinter 413 CDI/40 Mini-Bus	2000	2	Pesado
Mercedes-Benz	Sprinter 413 CDI/40 Mini-Bus	2003	3	Pesado
Mercedes-Benz	Vito 114 CDI	2017	1	Ligeiro
Mercedes-Benz	1314 KO/33	1994	1	Pesado
Mercedes-Benz	1314 K/31	1996	2	Pesado
Mercedes-Benz	1518 K	2009	3	Pesado
Mercedes-Benz	1613 KO/39	1979	2	Pesado
Mercedes-Benz	1613 KO/39	1981	1	Pesado
Mercedes-Benz	1717 K/39	1992	1	Pesado

MARCA	MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Mercedes-Benz	1717 K/39	1993	2	Pesado
Mercedes-Benz	814 K	1998	3	Pesado
Mercedes-Benz	914 K/31	1992	3	Pesado
Mitsubishi	Canter FE534 D4SLEA 8	2003	1	Ligeiro
Mitsubishi	Canter FE649 E6SL	1999	1	Pesado
Mitsubishi	Canter FE649 F6SL	1997	1	Pesado
Mitsubishi	Canter FE659 H6SL	2001	1	Pesado
Mitsubishi	Canter FE659 H6SL	2002	1	Pesado
Mitsubishi	Canter TD FE73BD4SL	2005	1	Ligeiro
Mitsubishi	Canter TD FE73BD4SL	2007	1	Ligeiro
Mitsubishi	Canter TD FE85PG6WL	2007	1	Pesado
Mitsubishi	I-Miev	2011	2	Ligeiro
Mitsubishi	L 200	2011	2	Ligeiro
Mitsubishi	L 300 P 05	1992	1	Ligeiro
Nissan	Almera N15 2.0D	1997	3	Ligeiro
Nissan	Almera N15 2.0D	1998	3	Ligeiro
Nissan	Almera N15 2.0D	1999	2	Ligeiro
Nissan	Almera N16 2.2D	2001	4	Ligeiro
Nissan	Almera 2.2 DCI	2003	2	Ligeiro
Nissan	NP 300 Pick Up 4X4	2008	1	Ligeiro
Nissan	NT 400	2016	1	Ligeiro
Nissan	Pick-Up RGD 21 4x2	1996	1	Ligeiro
Nissan	Pick-Up 4x4	2003	1	Ligeiro
Nissan	Terrano II R20 Longo	1998	1	Ligeiro
Nissan	Terrano II R20 Longo	2000	1	Ligeiro
Nissan	Terrano TDI R20	2003	5	Ligeiro
Opel	Corsa-B 1.5TD	1996	1	Ligeiro
Opel	Corsa-B 1.5TD	1997	53	Ligeiro
Opel	Corsa-B 1.5TD	1998	5	Ligeiro
Opel	Corsa-C 1.7TD	2000	1	Ligeiro
Peugeot	207	2007	1	Ligeiro
Peugeot	207	2008	1	Ligeiro
Peugeot	607 2.2 Hdi Auto	2003	4	Ligeiro
Peugeot	607 2.2 Hdi Auto	2004	2	Ligeiro
Piaggio	Porter Chassis S85LP-TRMD)	1997	1	Ligeiro
Piaggio	Porter Pick-Up (S85LP-TRMF)	1999	1	Ligeiro
Piaggio	Porter Pick-Up (S85LP-TRMF)	2000	1	Ligeiro
Renault	Clio-C 1.2	2003	1	Ligeiro
Renault	Kangoo 1.5 Dci	2016	3	Ligeiro
Renault	Master L1H1 2.5 D	2000	3	Ligeiro
Renault	Master L1H1 2.5 DCI	2003	6	Ligeiro
Renault	Master L2H2 2.5 DCI	2003	7	Ligeiro

MARCA	MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Renault	Master L2H2 2.8 TD	1999	4	Ligeiro
Renault	Master L3H1 2.5 D	1999	4	Ligeiro
Renault	Master L3H2 2.5 D	1999	1	Ligeiro
Renault	Master T35 D	1991	2	Ligeiro
Renault	Megane Classic RT 1.9 DTI	1998	2	Ligeiro
Renault	Trafic dCi 80	2004	1	Ligeiro
Renault	Twizy	2014	12	Quad Pes
Segway	PT I2 Police	2008	11	Diciclo
Skoda	Fabia 1.4 TDI (90CV)	2017	14	Ligeiro
Skoda	Superb 1.6 TDI (120CV)	2015	1	Ligeiro
Smart	City Coupé Pure+	2003	6	Ligeiro
Smart	fortwo coupé passion	2004	1	Ligeiro
Suzuki	Vitara JLX 1.9TD	1997	1	Ligeiro
Toyota	BB 50 L- Optimo 2K	2003	3	Pesado
Toyota	Corolla	2003	13	Ligeiro
Toyota	Dyna DD (KDY250)	2002	1	Ligeiro
Toyota	Dyna DD (KDY251)	2008	4	Ligeiro
Toyota	Dyna DD 3.5 (KDY250)	2003	38	Ligeiro
Toyota	Dyna DS 3.5 (KDY230)	2002	1	Ligeiro
Toyota	Dyna DS 3.5 (KDY230)	2003	5	Ligeiro
Toyota	Dyna SD (KDY231)	2008	1	Ligeiro
Toyota	Dyna SD (KDY231)	2015	1	Ligeiro
Toyota	Dyna SD (KDY250)	2003	3	Ligeiro
Toyota	Dyna SD (KDY251)	2008	2	Ligeiro
Toyota	Dyna SS (KDY220)	2003	8	Ligeiro
Toyota	Dyna (XZU414)	2003	4	Pesado
Toyota	Dyna (XZU414)	2006	2	Pesado
Toyota	Dyna (XZU415)	2007	2	Pesado
Toyota	Dyna (XZU415)	2008	11	Pesado
Toyota	Dyna 150	1987	1	Ligeiro
Toyota	Dyna 250	1995	2	Ligeiro
Toyota	Dyna 250 Turbo	1997	4	Pesado
Toyota	Dyna 250 Turbo	1998	8	Ligeiro
Toyota	Dyna 250 Turbo	2000	1	Ligeiro
Toyota	Dyna 250 Turbo	2000	3	Pesado
Toyota	Dyna 250 Turbo	2001	3	Ligeiro
Toyota	Dyna 250 Turbo	2001	2	Pesado
Toyota	Hiace H1	2003	23	Ligeiro
Toyota	Hiace H1	2004	1	Ligeiro
Toyota	Hiace 21JK11	2003	2	Ligeiro
Toyota	Hiace 21JK12	2003	1	Ligeiro
Toyota	Hiace 21JK12	2008	1	Ligeiro

MARCA	MODELO	ANO	Qtd	CATEGORIA
Toyota	Hiace 21LHA2	1994	1	Ligeiro
Toyota	Hiace 21LK11	1996	3	Ligeiro
Toyota	Hiace 21LK11	1997	3	Ligeiro
Toyota	Hiace 21LK11	1999	11	Ligeiro
Toyota	Hiace 21LK11	2001	1	Ligeiro
Toyota	Hilux Pick-Up 31LNE5	1999	2	Ligeiro
Toyota	Hilux Pick-Up 31LNE5	2004	1	Ligeiro
Toyota	Hilux Pick-Up 31LNE5	2008	1	Ligeiro
Toyota	Hilux 4WD	1988	1	Ligeiro
Toyota	Land Cruiser	1996	1	Ligeiro
Toyota	Previa	2003	1	Ligeiro
Volkswagen	Golf Variant 2.0 Bifuel	2006	2	Ligeiro
Volkswagen	Passat 1.9 TDI	1998	1	Ligeiro
Volkswagen	Sharan 2.0 TDI (140CV)	2013	1	Ligeiro
Volkswagen	Transporter Kombi 2.0 TDI (102CV)	2016	1	Ligeiro
Volvo	FLE 19-40	2002	4	Pesado
Volvo	FLL 16-35	2008	2	Pesado
Volvo	FL10 19-52	1998	1	Pesado
Volvo	FL6 12-43	1997	1	Pesado
Volvo	FL6 15-34	1997	2	Pesado
Volvo	FL6 15-40	1999	3	Pesado
Volvo	FL6 15-40	2000	3	Pesado
Volvo	FL6 18-40	1994	4	Pesado
Volvo	FL6 18-40	1996	2	Pesado
Volvo	FL6 19-40	1997	1	Pesado
Volvo	FL6 19-40	1998	15	Pesado
Volvo	FL6 19-40	1999	4	Pesado
Volvo	FL8 (4x2)R	2016	2	Pesado
Volvo	FL816 35 (4x2)R	2016	3	Pesado
Volvo	FM9 260 (4x2)	2003	2	Pesado
Volvo	FM9 43 (4x2)	2008	1	Pesado
Volvo	FM9 52 (6x2)	2008	1	Pesado
Volvo	M S40	2004	1	Ligeiro
Volvo	S 60 2.0 T	2004	1	Ligeiro
Yamaha	XJ6 SA	2016	4	Motociclo
Yamaha	YFM 400 FWAN	2003	2	Motociclo



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica
Divisão de Manutenção de Frota

CONCURSO PÚBLICO

Com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia

"Aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal"

Processo n.º ____/CPI/DA/CCM/2017

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º	Objeto do concurso.....
Artigo 2.º	Entidade adjudicante
Artigo 3.º	Órgão que tomou a decisão de contratar
Artigo 4.º	Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....
Artigo 5.º	Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.....
Artigo 6.º	Erros e omissões do caderno de encargos
Artigo 7.º	Concorrentes
Artigo 8.º	Proposta e seus elementos
Artigo 9.º	Modo de apresentação das propostas
Artigo 10.º	Documentos que constituem a proposta
Artigo 11.º	Apresentação de propostas variantes
Artigo 12.º	Preço anormalmente baixo.....
Artigo 13.º	Prazo para apresentação de propostas.....
Artigo 14.º	Prazo da obrigação de manutenção das propostas
Artigo 15.º	Critério de adjudicação
Artigo 16.º	Abertura de propostas
Artigo 17.º	Análise das propostas e relatório preliminar.....
Artigo 18.º	Esclarecimentos sobre as propostas.....
Artigo 19.º	Audiência prévia
Artigo 20.º	Relatório final e adjudicação
Artigo 21.º	Notificação da decisão de adjudicação
Artigo 22.º	Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário
Artigo 23.º	Caução
Artigo 24.º	Outorga do contrato.....
Artigo 25.º	Despesas e encargos.....
Artigo 26.º	Faturas e condições de pagamento
Artigo 27.º	Impugnações administrativas
Artigo 28.º	Prevalência
Artigo 29.º	Legislação aplicável.....
ANEXO I MINUTA DA PROPOSTA	
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO	
ANEXO III CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO.....	
ANEXO IV PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS, IVA NÃO INCLUÍDO	
ANEXO V	
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	
ANEXO VI	
MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO.....	
ANEXO VII	
MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO	
ANEXO VIII	
MODELO DE DECLARAÇÃO	

PROGRAMA DO CONCURSO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente procedimento de contratação tem por objeto a **"Aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal"**;
2. Este procedimento reveste a forma de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º 1, bem como na alínea d), n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa através da Direção Municipal de Higiene Urbana – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1 - 1800-220 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: dmhu.drmm@cm-lisboa.pt (telefone 218172900), sendo o concurso realizado pela Central de Compras Municipal, do Departamento de Aprovisionamento, sita no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso-Bloco A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.
2. O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública **"acinGov"**, com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>;
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma **"acinGov"** apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente Dr. Duarte Cordeiro, datado de ____/____/____, exarado à margem da informação n.º _____, no uso das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, alterado pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 18.º, e no artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugados com o n.º 1 do artigo 36.º, e o artigo 109.º do CCP.

Artigo 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos podem ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis na plataforma eletrónica **"acinGov"** durante o período indicado no número anterior.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o **"download"** das peças do procedimento.
4. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica **"acinGov"**. A validação dos documentos é efectuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.

6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.
7. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica “acinGov”.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma eletrónica “acinGov”, dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo os interessados imediatamente notificados de tal facto.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no número 3. do presente artigo.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar e que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
5. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica e juntas às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados de tal facto.

Artigo 7.º Concorrentes

- 1 - No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
- 2 - Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28/07.

Artigo 9.º Proposta e seus elementos

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na Proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes das peças procedimentais.
3. A Proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
4. No caso de agrupamento, a Proposta deve ser assinada pelo representante comum, dos membros que o integram, ou não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 10.º Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a **Proposta contratual**, são apresentados através da plataforma eletrónica "*acinGov*", até ao termo do prazo fixado no presente Programa de Procedimento.
2. A **Proposta** será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta).
3. Os concorrentes devem indicar o **Preço Total**, resultante do somatório dos preços, a inserir pelos concorrentes no Anexo IV do Programa, que terá de ser inferior ao valor definido no ponto 4.º da Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena da exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma.
4. O **Preço Total** da proposta será expresso em euros, por algarismos e por extenso, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. Os concorrentes deverão obrigatoriamente apresentar proposta para a totalidade dos bens que constituem o objeto do presente procedimento, conforme listagem constante do Anexo IV do programa do Procedimento.
7. A proposta deverá indicar apenas preços para "pneus novos", não sendo admitidos preços para pneus recauchutados ou usados;

8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a Proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública "*acinGov*", pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
9. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica "*acinGov*", devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no Artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e respetivos poderes de representação constante da assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica o documento eletrónico oficial indicando os referidos poderes e a relação com a assinatura do assinante.
11. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei dessa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
12. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
13. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade pública contratante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
14. No caso de agrupamento de concorrentes, as Propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do presente Programa de Procedimento.
15. A Proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º **Documentos que constituem a proposta**

1. A Proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Proposta contratual**, elaborada de acordo com o modelo do Anexo I (Minuta da Proposta) do presente Programa do Procedimento do qual faz parte integrante, que deve ser integralmente preenchida;
 - b) **Declaração do concorrente de aceitação do Caderno de Encargos**, elaborada conforme o Anexo II (Modelo de Declaração) do presente Programa do Procedimento;

Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - c) **Quadro do Anexo IV**, em formato *Excel*, integralmente preenchido;
 - d) **Documento comprovativo**, certificando ser distribuidor autorizado de pneus em Portugal, de pelo menos, uma das marcas que se propõe fornecer emitido pela própria marca, podendo ser apresentado em língua portuguesa ou inglesa;
 - e) Comprovativo de Homologação da Organização Técnica Europeia de Pneus e Jantes ETRTO (European Tyres and Rims Technical Organisation), de todas as marcas dos bens constantes da proposta.

Caso na proposta apresentada, seja indicada uma alteração do pneumático exigido (devido a comprovada descontinuidade de fabrico) e a marca do mesmo seja diferente da prevista no Anexo IV, deve o concorrente entregar o respetivo certificado;
 - f) **Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos** da apresentação de um *preço anormalmente baixo*;
2. Os documentos da Proposta não podem ser redigidos em língua estrangeira, exceto os documentos constantes da alínea f), que podem ser redigidos em Inglês, Castelhana e Francês.
3. Os certificados exigidos na alínea f) do n.º 1 do presente artigo, não se aplicam à câmara-de-ar e válvulas que integrem os pneumáticos.

Artigo 12.º
Apresentação de propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 13.º
Preço anormalmente baixo

1. Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os preços resultantes de uma Proposta, são considerados anormalmente baixos, quando o valor apresentado é igual ou inferior a 50% do preço do somatório previsto no Anexo IV do PP e constante do n.º 4 da Cláusula 1ª. do Caderno de Encargos.
2. A não apresentação dos elementos exigidos no artigo 11.º n.º 1, alínea h) deste programa, preço anormalmente baixo, quando aplicável, determinará a exclusão imediata da Proposta.

Artigo 14.º
Prazo para apresentação de propostas

1. Os documentos que constituem a proposta, devem ser apresentados, diretamente, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica “*acinGov*”, até à data e hora indicadas na referida plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada, pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, antes do termo do prazo referido no n.º 1 deste artigo. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

Artigo 15.º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo referente à obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 16.º
Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, conforme os fatores de apreciação constantes do **Anexo III** – Modelo de Avaliação do Programa do Procedimento.
2. Em caso de empate, é considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que vier a obter a melhor classificação nos fatores de apreciação seguintes:
 - a) “Preço Total do somatório dos preços unitários dos pneus (constantes do Anexo IV)”;
 - b) “Prazo de Entrega dos bens”;
 - c) “Desconto sobre a Tabela de Preços de Venda ao Público”.
3. Por último, caso ainda subsista o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar-se, presencialmente, com os interessados, do qual será lavrada ata, assinada por todos os presentes nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante comunicação na plataforma eletrónica.

Artigo 17.º
Abertura de propostas

1. O Júri do Procedimento, às 10.00 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica “acinGov”, utilizada pela entidade pública adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente, na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes, pode reclamar desse facto, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 18.º
Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise e a avaliação das propostas em todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação previsto no artigo 16.º do presente Programa do Procedimento, o júri elabora um relatório preliminar, no qual deve propor, fundamentadamente, a análise e exclusão das propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que tenham sido apresentadas na plataforma eletrónica, em data anterior à estabelecida como início do prazo de apresentação das propostas;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - e) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - f) Que não cumpram o disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
 - g) Que sejam apresentadas como variantes;
 - h) Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
 - i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - k) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o programa de procedimento assim o preveja expressamente;
 - l) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
2. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

Artigo 19.º
Esclarecimentos sobre as propostas

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. No Relatório Preliminar, referido no artigo anterior, deve constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica "*acinGov*", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 20.º **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do Procedimento procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "*acinGov*", para que num prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciem sobre o mesmo.

Artigo 21.º **Relatório final e adjudicação**

1. Após a realização da audiência prévia o júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação

Artigo 22.º **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar daquele ato:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do Artigo 23.º do presente Programa;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada.

Artigo 23.º **Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica "*acinGov*", no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do (CCP), nomeadamente:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo V** III ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e e) do artigo 55.º do CCP.
 - c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

2. Em substituição do documento previsto na alínea c) deste n.º 1, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar.
3. Sempre que se verifique um facto, que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

Artigo 24.º **Caução**

A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, devendo ser prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou guia de depósito, nos termos dos modelos constantes dos Anexos V, VI e VII (Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Guia de Depósito) do Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante.

Artigo 25.º **Outorga do contrato**

O contrato resultante do presente procedimento, será reduzido a escrito, em data a estabelecer pelas duas partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após aceitação da respetiva minuta pelo adjudicatário, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

Artigo 26.º **Despesas e encargos**

Constituem encargos dos concorrentes e adjudicatário, consoante o caso, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas, bem como as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, à prestação da caução e os emolumentos que devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 27.º **Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública “*acinGov*”, com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>

Artigo 28.º **Prevalência**

As normas do Programa do Procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios ou convites com elas desconformes.

Artigo 29.º **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP, e demais legislação aplicável.

ANEXO I

MINUTA DA PROPOSTA

_____ (indicar nome, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia para “Aquisição de pneumáticos para as viaturas da Frota Municipal” – Processo n.º ____ /CPI/DA/CCM/2017, a que se refere o Anúncio publicado no Diário da República, datado de ____/____/2017, obriga-se a celebrar o contrato em conformidade com o constante do presente Programa de Concurso, Caderno de Encargos e demais Anexos, nos seguintes termos e condições:

- a) **Preço Total** dos pneumáticos (soma dos preços unitários constantes do Anexo IV do PP): _____€;
- b) **Prazo de Entrega** (em horas) de acordo com a cláusula 4.ª do Caderno de Encargos: _____ horas;
- c) **Desconto sobre Tabela de preços de venda ao público** (pneus não constantes do Anexo IV do PP: _____ %
- d) **Prazo de garantia** (Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos): _____.
- e) **Esquema de revisão de preços**, indicando os fatores que determinam a revisão e quando é efetuada, se for caso disso: _____

Aos valores indicados acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal aplicável e em vigor.

Mais declara que renúncia a qualquer foro, se submetendo, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data:.....

Assinatura:.....

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

- a)
- b)
- c)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾];
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾];
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹²⁾;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾ ⁽¹⁷⁾]:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO

A. Considerações Gerais

1. O critério de adjudicação fixado é o da *proposta economicamente mais vantajosa*, tendo em consideração os seguintes fatores e ponderações:

- a) **Preço Total** (somatório dos preços unitários) dos pneus constantes do Anexo IV 75 %
- b) **Prazo de Entrega** 15 %
- c) **Desconto sobre tabela PVP** 10 %

2. A adjudicação é efetuada ao concorrente que obtiver a classificação final mais elevada.

3. Em caso de empate, será considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que obtenha melhor classificação no fator "Preço total do somatório dos preços dos pneus constantes do Anexo IV". Mantendo-se o empate, considerar-se-á a classificação obtida no fator "Prazo de entrega" e assim sucessivamente.

Persistindo o empate, aplicar-se-á o sorteio e a proposta será selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, o qual será notificado aos concorrentes, mediante comunicação da plataforma eletrónica, "acinGov", e do qual se lavrará a respetiva Ata.

4. Para definição das fórmulas será utilizada a seguinte simbologia:

CF = Classificação Final

PT = Preço total, do somatório dos preços das peças do Anexo IV

PE = Classificação do prazo de entrega

DT = Desconto sobre tabela PVP

5. A classificação final resultará assim, da seguinte fórmula:

$$CF = 0,75 \times PT + 0,15 \times PE + 0,10 \times DT$$

Todos os fatores e subfactores são ponderados numa escala de 1 a 20 valores.

B. Fator "Valor do somatório dos preços totais dos pneus constantes do Anexo IV"

Para obter a avaliação deste fator será considerado o valor máximo de 138.000,00 €:

Para obter a classificação será aplicada a seguinte fórmula:

$$PT = 19 \times (138.000,00 - PT_{\text{pro}}) / 138.000,00 + 1$$

Em que PT_{pro} se refere ao preço total do somatório dos preços dos pneus indicado na proposta do concorrente em análise.

C. Prazo de entrega (PE)

Neste fator de apreciação, será classificado o Prazo de Entrega indicado pelos concorrentes, em dias.

Para efeitos da fórmula, o valor mínimo considerado é de 1 dia, a que corresponde uma classificação de 20 valores, e o valor máximo é de 5 dias, a que corresponde uma classificação de 1 valor.

Caso por algum motivo o concorrente não apresente um valor para o prazo de entrega, será considerado, para efeitos de avaliação, a classificação mínima de 1 valor, correspondente ao prazo máximo de 5 (cinco) dias, definido no Caderno de Encargos.

No caso de apresentação de prazos de entrega diferenciados, será considerado o maior dos prazos indicados.

Para a avaliação deste fator será aplicado a seguinte fórmula:

$$PE = (99 - 19 \times PE_{\text{pro}})/4$$

Em que PE_{pro} se refere ao prazo de entrega indicado na proposta do concorrente em análise.

D. Desconto sobre a tabela de preços de venda ao público (DT)

Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o desconto sobre a tabela PVP indicado pelos concorrentes para os artigos não constantes do anexo IV, enquadráveis no objeto do procedimento:

No caso de apresentação de descontos diferenciados (tabela de descontos), será considerado, para efeitos de avaliação, o valor do menor desconto apresentado.

No caso de o concorrente não indicar qualquer desconto a aplicar, ou caso o mesmo seja inferior a 1 %, será considerado, para efeitos de classificação, a classificação mínima de 1 valor;

Para valores de desconto entre 1% e até 40% (inclusive), será atribuída uma classificação entre 2 e 19 valores, determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$DT = (17 \times DT_{\text{pro}} + 61) / 39$$

No caso de o concorrente apresentar descontos superiores a 40 %, a classificação será atribuída de acordo com a seguinte fórmula:

$$DT = 19 + (DT_{\text{pro}} - 40)/59$$

Sendo que:

DT = Classificação do fator "Desconto sobre a tabela de preços de venda ao público"

DT_{pro} = Desconto sobre a tabela de PVP indicado pelo concorrente em análise

E. Classificação Final

A classificação final resultará assim, da seguinte fórmula:

$$CF = 0,75 \times PT + 0,15 \times PE + 0,10 \times DT$$

ANEXO V

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de € (..... euros), presta a favor do Município de Lisboa garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de € (..... euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento de, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.

ANEXO VI

MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO

A Companhia de Seguros....., com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de (..... euros), presta a favor do Município de Lisboa, seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de € (..... euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, de de 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício

ANEXO VII
MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO

Euros €

Vai (nome do adjudicatário), residente (ou com escritório), em na depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, n.º/CPI/DA/CCM/17, para “Aquisição de pneumáticos para viaturas da frota municipal, de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, realizada através do Ofício n.º, datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data,

Assinatura,

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e j) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

DELIBERAÇÃO Nº 284/AML/2017

Proposta nº 474/CM/2017 – Ponto IV da parte deliberativa da Proposta 474/CM/2017 – Repartição de encargos e compromisso plurianual para fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para Dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa.

Subscrita pelos Senhores Vereadores Duarte Cordeiro e João Paulo Saraiva

Votação na CML:

Aprovada por Unanimidade

Votação na AML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ CDS-PP/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Abstenção:** BE

PROPOSTA Nº 474/2017

Assunto: Aprovar a abertura do Procedimento e submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos, bem como a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Concurso Público com Publicidade Internacional n.º “F32/UCT/DO/DIP/17 - Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para Dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa”

PELOURO: Estruturas de proximidade – Vice-Presidente, Duarte Cordeiro

SERVIÇO: UCT/DO/DIP

Considerando que:

1. O fornecimento de energia elétrica para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade é atualmente assegurado pela Endesa Energia S.A., em regime de mercado, mediante contrato adjudicado através de um procedimento pré-contratual público, pelo prazo de 1 (um) ano;
2. Se afigura necessário proceder à contratação de um fornecedor de energia elétrica em regime de mercado livre, que garanta o fornecimento de energia pelo prazo de um ano, após o termo do contrato de fornecimento em curso, que irá ocorrer no final de Março de 2018;
3. A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das peças do procedimento necessárias ao fornecimento, acima identificado, cabe à Câmara Municipal, nos termos respetivamente dos artigos 36.º; 38.º; 40.º e que, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, é necessário proceder à nomeação de um Júri do Concurso, a quem compete a condução do concurso;
4. A abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não pode ser efetuada sem prévia autorização do órgão deliberativo, Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 a 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantem em vigor por força do artigo 14.º, n.º1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/ 2008, de 29 de janeiro;
5. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico, não estando prevista em Plano Plurianual por se tratar de despesa corrente;
6. Acresce que a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012 de 21 de fevereiro, está sujeita à autorização prévia pela Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

I. Autorizar a abertura do **Concurso Público com Publicidade Internacional** como procedimento destinado à contratação do **“Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para Dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa”**, pelo preço base de 8.861.500,95 € (oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil e quinhentos euros e noventa e cinco centimos), acrescido de IVA à taxa de 23% no valor de 2.038.123,27 € e de IVA à taxa de 6% no valor de 5,72 €, totalizando 10.899.629,94 € (dez milhões, oitocentos e noventa e nove mil e seiscentos e vinte e nove euros e noventa e quatro centimos), bem como aprovar as respetivas peças do procedimento identificadas na alínea b) do n.º1 do artigo 40.º de Código dos Contratos Públicos.

II. Designar, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso, a quem competirá a condução de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição:

Presidente: Senhor Eng.º João Luis Silva Oliveira (UCT/DO/DIP)

1.º Vogal Efetivo: Senhor Eng.º António Figueiredo Gomes (UCT/DO/DIP)

2.º Vogal Efetivo: Senhora Dra. Ana Isabel Pereira (DMF/DA/CCM)

1.º Vogal Suplente: Senhor Arq.º Pedro António Correia Martins Carocinho Galrito

2.º Vogal Suplente: Senhor Eng.º Ivo Manuel Pereira Machado

3.º Vogal Suplente: Senhora Dra. Ana Oliveira (DMF/DA/CCM)

4.º Vogal Suplente: Senhora Dra. Paula Cristina Neves de Almeida Nobre Leitão (DMF/DA/CCM)

Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1.º Vogal Efetivo.

III. Delegar no Júri do Concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69.º, as seguintes competências: prestar os esclarecimentos previstos no n.º 1 do artigo 50.º do CCP, classificar e desclassificar documentos das propostas nos termos do artigo 66.º do CCP e proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do artigo 147.º do CCP.

IV. Submeter à Assembleia Municipal, a autorização para a repartição de encargos, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea f) e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 24.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8 de 21 de fevereiro, no âmbito do Concurso Público com Publicidade Internacional n.º F32/UCT/DO/DIP/17 “Fornecimento de Energia Eléctrica em Baixa Tensão para Dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa”, para os seguintes económicos e da forma que se indica:

Ano	Valor s/ IVA (€)	Valor do IVA 23% (€)	Valor do IVA 6% (€)	Valor c/ IVA (€)
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	5.907.667,30	1.358.748,85	3,81	7.266.419.96
2019	2.953.833,65	679.374,42	1,91	3.633.209,98

A despesa enquadra-se na rubrica orçamental 02.02.25.02 (Outros serviços) da orgânica L02.06.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES
DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

II – CADERNO DE ENCARGOS

Fornecimento de Energia Eléctrica em Baixa Tensão
para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e
Publicidade do Município de Lisboa

Processo n.º -----/CPI/DA/CCM/2017

ÍNDICE – Caderno de Encargos

Cláusula 1. ^a – Objecto	
Cláusula 2. ^a – Representantes das partes	
Cláusula 3. ^a – Contrato	
Cláusula 4. ^a – Prazo e obrigações acessórias	
Cláusula 5. ^a – Obrigações do Cocontratante	
Cláusula 6. ^a – Dever de sigilo	
Cláusula 7. ^a – Prazo do dever de sigilo	
Cláusula 8. ^a – Preço Contratual.....	
Cláusula 9. ^a – Pontos de Entrega	
Cláusula 10. ^a – Faturação	
Cláusula 11. ^a – Acertos de faturação	
Cláusula 12. ^a – Condições de Pagamento	
Cláusula 13. ^a – Sanções.....	
Cláusula 14. ^a – Força maior	
Cláusula 15. ^a – Resolução por parte do contraente público.....	
Cláusula 16. ^a – Resolução por parte do Cocontratante	
Cláusula 17. ^a – Execução da caução	
Cláusula 18. ^a – Resolução de litígios – Foro competente	
Cláusula 19. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 20. ^a – Comunicações e notificações	
Cláusula 21. ^a – Dever de Informação.....	
Cláusula 22. ^a – Transição dos serviços objecto do contrato	
Cláusula 23. ^a – Contagem dos prazos	
Cláusula 24. ^a – Legislação aplicável	
ANEXO I (Caracterização - Horários de Funcionamento)	
ANEXO II (Caracterização - Consumos)	
ANEXO III (Custo Estimado de Acesso à Rede).....	
ANEXO IV (Custo Estimado de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos)	
ANEXO V (Custo Estimado de Imposto de Contribuição para o Audiovisual)	
ANEXO VI (Custo Estimado de Energia Ativa).....	
ANEXO VII (Custo Estimado Total)	
ANEXO VIII (Pontos de Entrega)	

II – CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª – Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento que tem por objeto o “Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa”.

2 - O fornecimento de energia elétrica objeto do presente caderno de encargos encontra-se caracterizado no **Anexo I** (Caracterização - Horários de Funcionamento) e no **Anexo II** (Caracterização – Consumos) deste Caderno de Encargos.

3 - O valor máximo para a aquisição dos serviços, objeto do presente Concurso, é de **8.861.500,95 €** (oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil e quinhentos euros e noventa e cinco cêntimos), ao qual acrescem IVA às taxas legais em vigor.

4 – O fornecimento de energia elétrica objeto do presente caderno de encargos reger-se-á pelos regulamentos, regras e normas aplicáveis publicadas pela ERSE, nomeadamente:

- a) Regulamento de Relações Comerciais;
- b) Regulamento Tarifário;
- c) Regulamento de Acesso às Redes e Interligações;
- d) Regulamento da Qualidade de Serviço;
- e) Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados;

Cláusula 2.ª – Representantes das partes

1 – Cada uma das partes (Contraente Público e Cocontratante) obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

2 – Cada uma das partes (Contraente Público e Cocontratante) obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a entrada em vigor do contrato.

Cláusula 3.ª – Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contractos Públicos (doravante designado por CCP), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª – Prazo e obrigações acessórias

1 - O contrato entra em vigor após a sua assinatura, e mantém-se em vigor durante 1 (um) ano a contar da data do início do fornecimento de energia elétrica pelo Cocontratante, sem prejuízo de obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - O Contrato pode ser prorrogado por mais um mês para cada um dos pontos de entrega identificados no Anexo VIII do presente Caderno de Encargos, mediante solicitação formulada pelo Contraente Público com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data do final do contrato.

3 - O Cocontratante obriga-se a iniciar a mudança de comercializador junto da entidade encarregue do processo de mudança de comercializador no prazo máximo de uma semana, contado a partir da entrada em vigor do contrato.

4 – O Cocontratante obriga-se a concluir o processo de mudança de comercializador no prazo máximo previsto na regulamentação em vigor, de três semanas, contadas a partir da data do pedido de mudança de comercializador, exceto por motivos que não lhe sejam imputáveis.

Cláusula 5.ª – Obrigações do Cocontratante

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:

a) A obrigação do fornecimento de Energia Elétrica nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE);

b) Obrigação de disponibilização dos registos de contagem de Potência e Energia Elétrica ao Contraente Público;

c) Disponibilização, através de “*site internet*” dos dados da contagem de energia, nomeadamente:

- Cópia de fatura relativa a cada código de ponto de entrega, em formato pdf, elaborada em conformidade com o disposto na cláusula 10.ª do presente Caderno de Encargos;

- Ficheiro XML (e/ou CSV) com todos os elementos da fatura emitida em papel, bem como do anexo referido no n.º 4 da cláusula 10ª deste Caderno de Encargos.

- Dados estatísticos relativos a potência e energia, ativa e reativa para cada código de ponto de entrega e respetivos períodos horário em formato *folha de cálculo*;

d) Comunicar, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do Contrato ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

2 - As quantidades a faturar serão determinadas de acordo com o ciclo semanal.

3 - O Cocontratante adjudicatário obriga-se a executar o fornecimento em harmonia com os regulamentos, normas em vigor e com o presente Caderno de Encargos.

4 - O Cocontratante executará todos os trabalhos acessórios que, expressa ou explicitamente sejam exigidos, para atingir o objetivo do fornecimento, cumprindo todas as instruções que, para tal fim, lhe sejam dadas pela fiscalização.

5 - O Cocontratante obriga-se a efetuar a faturação com periodicidade mensal.

Cláusula 6.ª – Dever de sigilo

1 - O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª – Preço Contratual

1 - Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público pagará ao Cocontratante o preço relativo às parcelas constantes na sua PROPOSTA, em função do consumo de energia ativa efetivamente verificado, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e de acordo com o **Anexo VI** deste Caderno de Encargos.

2 - Pelo cumprimento de todas as obrigações do Cocontratante, a Câmara Municipal de Lisboa obriga-se a pagar, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nomeadamente:

- a) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;
- b) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;
- c) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio Normal;
- d) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Super-Vazio;
- e) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
- f) Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta.

3 – Pelo cumprimento de todas as obrigações do Cocontratante, a Câmara Municipal de Lisboa obriga-se ainda a pagar ao adjudicatário, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente:

- a) Energia Reativa Consumida;
- b) Energia Reativa Fornecida;
- c) Outros Impostos e Taxas Legalmente Obrigatórias.

4 – Os preços constantes da PROPOSTA não serão revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas nos números 2 e 3, de acordo com a legislação e as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar em cada ano civil.

5 – Para efeitos do apuramento da previsão do valor do contrato, apresentada no **Anexo VII** para o fornecimento durante um ano, serão contabilizados os preços da componente de energia ativa constantes da proposta, apresentados no **Anexo VI**, acrescidos das componentes relativas ao acesso à rede e a outros impostos e taxas legalmente obrigatórias definidas nos nºs 2 e 3 da presente Cláusula, apresentadas nos **Anexo III, Anexo IV e Anexo V**.

6 – A previsão referida no n.º 5 será apurada de acordo com os quadros apresentados no **Anexo I** (Caracterização – Horários de Funcionamento) e no **Anexo II** (Caracterização - Consumos) do presente Caderno de Encargos, que fazem parte integrante das peças do presente concurso.

Cláusula 9.ª – Pontos de Entrega

1 – Os pontos de entrega a considerar pelo Cocontratante encontram-se identificados no Anexo VIII.

2 – Durante a vigência do contrato poderá ocorrer a desativação de códigos de pontos de entrega. Nestes casos a faturação terminará na data em que for desativado o código de ponto de entrega, não advindo para o Cocontratante qualquer compensação, no respeito do disposto no artigo 381.º, por força do disposto no artigo 454.º, nº 6, ambos do CCP.

3 – Quando tal se justifique por razões técnicas, designadamente por opção do operador da rede de distribuição, os pontos de entrega previstos no número 1 do presente artigo podem ser decompostos em mais pontos de entrega, obrigando-se o Cocontratante a adaptar a faturação do fornecimento aos novos pontos de entrega que sejam estabelecidos, sem que esse facto possa dar lugar ao pagamento de qualquer tipo de compensação ao Cocontratante ou a revisão do preço contratual.

4 – Por opção do Contraente Público poderá ser estabelecido contrato para novos códigos de ponto de entrega não abrangidos pelos pontos de entrega referidos no número 1 da presente cláusula, devendo o Cocontratante manter o tarifário aplicado para os mesmos dispositivos e o mesmo ciclo semanal, sendo considerados serviços a mais, nos termos do artigo 454.º do CCP.

Cláusula 10.ª – Faturação

1 – As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2 – A faturação do fornecimento de eletricidade deve obedecer ao seguinte:

- a) Ser emitida mensalmente em formato papel e eletrónico, individualizada por ponto de entrega identificado no ANEXO VIII;

b) Ser acompanhada da informação relativa aos consumos do período de faturação devendo as faturas conter toda a informação relevante que permita a correta identificação das diversas parcelas que compõem o preço a faturar, nomeadamente:

(i) As tarifas de acesso às redes fixadas pela ERSE (na qual se incluem a tarifa de uso global do sistema, a tarifa de uso da rede de transporte e a tarifa de uso da rede de distribuição);

(ii) O preço da eletricidade de acordo com a proposta adjudicada; e

(iii) IVA à taxa legal aplicável.

3 — A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

4 — O Contraente Público poderá definir um modelo de documento a anexar à fatura (em papel e/ou formato digital), em consonância com o Cocontratante, que terá de ser preenchido por este sempre que seja emitida uma fatura sob pena de a mesma não poder ser validada pelo Contraente Público.

Cláusula 11.ª – Acertos de faturação

1 — Em caso de ocorrência de acertos de faturação, designadamente determinados por anomalias de funcionamento de equipamentos de medição, por procedimento fraudulento, por faturação baseada em estimativa de consumo ou necessidade de correção de erros de medição, leitura e/ou faturação:

a) Se o valor apurado for a favor do Contraente Público, o acerto de faturação deve ser efetuado por compensação de crédito na própria fatura que tem por objeto o acerto;

b) Se o valor apurado for a favor do Cocontratante, aplica-se o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 120.º do Regulamento de Relações Comerciais, considerando para o efeito o número de meses objeto do acerto de faturação.

2 — Os acertos de faturação a efetuar pelo Cocontratante resultante de faturação efetuada por estimativa dos consumos devem utilizar e indicar os dados disponibilizados pelo operador da rede de distribuição ou comunicados pelo Contraente Público.

Cláusula 12.ª – Condições de Pagamento

1 — As quantias, devidas pelo Contraente Público, nos termos dos números anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção por aquele das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, suspendendo o prazo referido no ponto anterior.

3 — As faturas deverão ser enviadas para a Direção Municipal de Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município no Campo Grande, n.º. 25 – 8.º Bloco A, 1749-099 Lisboa, com as seguintes indicações:

Câmara Municipal de Lisboa

DMF-DC/UCT/DO/DIP

N.º. de COMPROMISSO

Código do Ponto de Entrega do Fornecimento e respetiva Identificação

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 13.ª – Sanções

1 — Pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, o Contraente Público poderá aplicar ao Cocontratante, por cada dia de incumprimento, uma sanção, em percentagem (%) sobre o valor contratual, nos seguintes termos:

- a) 3% por cada dia de atraso, sempre que o Cocontratante não assegure o fornecimento total ou parcial de um qualquer ponto de entrega por facto que lhe seja imputável;
- b) 1,5% por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na cláusula 4.ª para a mudança de comercializador por facto que seja imputável ao Cocontratante;
- c) 1% por cada dia de atraso na disponibilização dos elementos e dados que sejam solicitados pelo Contraente Público e na resposta às reclamações apresentadas por esta, considerando-se como atraso a ausência de resposta após 5 dias a contar da solicitação ou reclamação apresentada;
- d) 0,2% por cada dia de atraso no cumprimento da obrigação de nomear e informar o Contraente Público do representante do Cocontratante, conforme previsto na cláusula 2.ª deste Caderno de Encargos.

2 — O valor acumulado das sanções aplicadas ao Cocontratante ao abrigo do número anterior não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da faculdade de resolução do Contrato.

3 — O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções que se mostrem devidas nos termos da presente cláusula.

4 — Não serão aplicadas sanções em caso de verificação de um evento que possa ser considerado de força maior de acordo com o previsto na cláusula seguinte.

Cláusula 14.ª – Força maior

1 — Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª – Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, sem formalidade, exceto a notificação pelo correio, sob registo ou fax, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não determina a repetição dos fornecimentos já realizados, a menos que seja determinado pelo Município de Lisboa.

Cláusula 16.ª – Resolução por parte do Cocontratante

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — No caso previsto do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 17.ª – Execução da caução

1 - A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo Contraente Público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 - A resolução do contrato pelo Contraente Público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação pelo Contraente Público para esse efeito.

4 - A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 18.ª – Resolução de litígios – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação pelo Cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

2 - Nos casos de subcontratação, o Cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

3 - A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada, pelo Cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

Cláusula 20.ª – Comunicações e notificações

1 - As comunicações entre as partes do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas por via postal, utilizando carta registada ou carta registada com aviso de receção, ou por correio eletrónico com recibo de leitura.

2 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto as notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

3 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada a outra parte, para o domicílio ou sede contratual desta.

4 - As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

Cláusula 21.ª – Dever de Informação

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra parte de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 22.ª – Transição dos serviços objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o Cocontratante obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para o Contraente Público ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Cláusula 23.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXOS DO CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I – Caracterização – Horários de Funcionamento

ANEXO II – Caracterização – Consumos

ANEXO III – Custo Estimado de Acesso à Rede

ANEXO IV – Custo Estimado de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos

ANEXO V – Custo Estimado de Contribuição para o Audiovisual

ANEXO VI – Custo Estimado de Energia Ativa

ANEXO VII – Custo Estimado Total

ANEXO VIII (Pontos de Entrega)

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO I (Caracterização - Horários de Funcionamento)

Horário de funcionamento dos dispositivos de tráfego:

Os dispositivos de tráfego funcionam continuamente.

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Janeiro:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM, hora UTC)	Liga (HH:MM, hora UTC)
01-Jan	07:41	17:37
02-Jan	07:41	17:37
03-Jan	07:42	17:38
04-Jan	07:42	17:39
05-Jan	07:42	17:40
06-Jan	07:42	17:41
07-Jan	07:42	17:42
08-Jan	07:42	17:42
09-Jan	07:42	17:43
10-Jan	07:41	17:44
11-Jan	07:41	17:45
12-Jan	07:41	17:46
13-Jan	07:41	17:47
14-Jan	07:41	17:48
15-Jan	07:40	17:49
16-Jan	07:40	17:50
17-Jan	07:40	17:51
18-Jan	07:39	17:52
19-Jan	07:39	17:53
20-Jan	07:38	17:54
21-Jan	07:38	17:55
22-Jan	07:37	17:57
23-Jan	07:37	17:58
24-Jan	07:36	17:59
25-Jan	07:36	18:00
26-Jan	07:35	18:01
27-Jan	07:34	18:02
28-Jan	07:34	18:03
29-Jan	07:33	18:04
30-Jan	07:32	18:06
31-Jan	07:32	18:07

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Fevereiro:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Fev	07:31	18:08
02-Fev	07:30	18:09
03-Fev	07:29	18:10
04-Fev	07:28	18:11
05-Fev	07:27	18:12
06-Fev	07:26	18:14
07-Fev	07:25	18:15
08-Fev	07:24	18:16
09-Fev	07:23	18:17
10-Fev	07:22	18:18
11-Fev	07:21	18:19
12-Fev	07:20	18:20
13-Fev	07:19	18:22
14-Fev	07:18	18:23
15-Fev	07:17	18:24
16-Fev	07:16	18:25
17-Fev	07:15	18:26
18-Fev	07:13	18:27
19-Fev	07:12	18:28
20-Fev	07:11	18:29
21-Fev	07:10	18:30
22-Fev	07:08	18:32
23-Fev	07:07	18:33
24-Fev	07:06	18:34
25-Fev	07:04	18:35
26-Fev	07:03	18:36
27-Fev	07:02	18:37
28-Fev	07:00	18:38

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Março:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Mar	06:59	18:39
02-Mar	06:58	18:40
03-Mar	06:56	18:41
04-Mar	06:55	18:42
05-Mar	06:53	18:43
06-Mar	06:52	18:44
07-Mar	06:50	18:45
08-Mar	06:49	18:46
09-Mar	06:47	18:47
10-Mar	06:46	18:48
11-Mar	06:44	18:49
12-Mar	06:43	18:50
13-Mar	06:41	18:51
14-Mar	06:40	18:52
15-Mar	06:38	18:53
16-Mar	06:37	18:54
17-Mar	06:35	18:55
18-Mar	06:34	18:56
19-Mar	06:32	18:57
20-Mar	06:30	18:58
21-Mar	06:29	18:59
22-Mar	06:27	19:00
23-Mar	06:26	19:01
24-Mar	06:24	19:02
25-Mar	06:22	19:03
26-Mar	06:21	19:04
27-Mar	06:19	19:05
28-Mar	06:18	19:06
29-Mar	06:16	19:07
30-Mar	06:15	19:08
31-Mar	06:13	19:09

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Abril:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Abr	06:11	19:10
02-Abr	06:10	19:11
03-Abr	06:08	19:11
04-Abr	06:07	19:12
05-Abr	06:05	19:13
06-Abr	06:03	19:14
07-Abr	06:02	19:15
08-Abr	06:00	19:16
09-Abr	05:59	19:17
10-Abr	05:57	19:18
11-Abr	05:56	19:19
12-Abr	05:54	19:20
13-Abr	05:53	19:21
14-Abr	05:51	19:22
15-Abr	05:50	19:23
16-Abr	05:48	19:24
17-Abr	05:47	19:25
18-Abr	05:45	19:26
19-Abr	05:44	19:27
20-Abr	05:42	19:28
21-Abr	05:41	19:29
22-Abr	05:40	19:30
23-Abr	05:38	19:31
24-Abr	05:37	19:32
25-Abr	05:35	19:33
26-Abr	05:34	19:34
27-Abr	05:33	19:35
28-Abr	05:31	19:36
29-Abr	05:30	19:37
30-Abr	05:29	19:38

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Maio:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Mai	05:28	19:39
02-Mai	05:26	19:40
03-Mai	05:25	19:40
04-Mai	05:24	19:41
05-Mai	05:23	19:42
06-Mai	05:22	19:43
07-Mai	05:21	19:44
08-Mai	05:19	19:45
09-Mai	05:18	19:46
10-Mai	05:17	19:47
11-Mai	05:16	19:48
12-Mai	05:15	19:49
13-Mai	05:14	19:50
14-Mai	05:13	19:51
15-Mai	05:12	19:52
16-Mai	05:11	19:53
17-Mai	05:10	19:54
18-Mai	05:10	19:55
19-Mai	05:09	19:56
20-Mai	05:08	19:57
21-Mai	05:07	19:58
22-Mai	05:06	19:59
23-Mai	05:06	19:59
24-Mai	05:05	20:00
25-Mai	05:04	20:01
26-Mai	05:04	20:02
27-Mai	05:03	20:03
28-Mai	05:02	20:04
29-Mai	05:02	20:04
30-Mai	05:01	20:05
31-Mai	05:01	20:06

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Junho:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Jun	05:00	20:07
02-Jun	05:00	20:07
03-Jun	05:00	20:08
04-Jun	04:59	20:09
05-Jun	04:59	20:10
06-Jun	04:59	20:10
07-Jun	04:58	20:11
08-Jun	04:58	20:11
09-Jun	04:58	20:12
10-Jun	04:58	20:13
11-Jun	04:58	20:13
12-Jun	04:57	20:14
13-Jun	04:57	20:14
14-Jun	04:57	20:15
15-Jun	04:57	20:15
16-Jun	04:57	20:15
17-Jun	04:57	20:16
18-Jun	04:57	20:16
19-Jun	04:58	20:16
20-Jun	04:58	20:17
21-Jun	04:58	20:17
22-Jun	04:58	20:17
23-Jun	04:58	20:17
24-Jun	04:59	20:18
25-Jun	04:59	20:18
26-Jun	04:59	20:18
27-Jun	05:00	20:18
28-Jun	05:00	20:18
29-Jun	05:00	20:18
30-Jun	05:01	20:18

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Julho:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Jul	05:01	20:18
02-Jul	05:02	20:18
03-Jul	05:02	20:18
04-Jul	05:03	20:18
05-Jul	05:03	20:17
06-Jul	05:04	20:17
07-Jul	05:04	20:17
08-Jul	05:05	20:17
09-Jul	05:06	20:16
10-Jul	05:06	20:16
11-Jul	05:07	20:16
12-Jul	05:08	20:15
13-Jul	05:08	20:15
14-Jul	05:09	20:14
15-Jul	05:10	20:14
16-Jul	05:11	20:13
17-Jul	05:11	20:13
18-Jul	05:12	20:12
19-Jul	05:13	20:12
20-Jul	05:14	20:11
21-Jul	05:15	20:10
22-Jul	05:16	20:09
23-Jul	05:16	20:09
24-Jul	05:17	20:08
25-Jul	05:18	20:07
26-Jul	05:19	20:06
27-Jul	05:20	20:05
28-Jul	05:21	20:05
29-Jul	05:22	20:04
30-Jul	05:23	20:03
31-Jul	05:24	20:02

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Agosto:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Ago	05:24	20:01
02-Ago	05:25	20:00
03-Ago	05:26	19:59
04-Ago	05:27	19:58
05-Ago	05:28	19:57
06-Ago	05:29	19:55
07-Ago	05:30	19:54
08-Ago	05:31	19:53
09-Ago	05:32	19:52
10-Ago	05:33	19:51
11-Ago	05:34	19:50
12-Ago	05:35	19:48
13-Ago	05:36	19:47
14-Ago	05:37	19:46
15-Ago	05:37	19:44
16-Ago	05:38	19:43
17-Ago	05:39	19:42
18-Ago	05:40	19:40
19-Ago	05:41	19:39
20-Ago	05:42	19:38
21-Ago	05:43	19:36
22-Ago	05:44	19:35
23-Ago	05:45	19:33
24-Ago	05:46	19:32
25-Ago	05:47	19:31
26-Ago	05:48	19:29
27-Ago	05:48	19:28
28-Ago	05:49	19:26
29-Ago	05:50	19:25
30-Ago	05:51	19:23
31-Ago	05:52	19:22

Horário de funcionamento da iluminação pública em Setembro:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Set	05:53	19:20
02-Set	05:54	19:18
03-Set	05:55	19:17
04-Set	05:56	19:15
05-Set	05:57	19:14
06-Set	05:57	19:12
07-Set	05:58	19:11
08-Set	05:59	19:09
09-Set	06:00	19:07
10-Set	06:01	19:06
11-Set	06:02	19:04
12-Set	06:03	19:03
13-Set	06:04	19:01
14-Set	06:04	18:59
15-Set	06:05	18:58
16-Set	06:06	18:56
17-Set	06:07	18:54
18-Set	06:08	18:53
19-Set	06:09	18:51
20-Set	06:10	18:50
21-Set	06:11	18:48
22-Set	06:11	18:46
23-Set	06:12	18:45
24-Set	06:13	18:43
25-Set	06:14	18:41
26-Set	06:15	18:40
27-Set	06:16	18:38
28-Set	06:17	18:37
29-Set	06:18	18:35
30-Set	06:19	18:33

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Outubro:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Out	06:19	18:32
02-Out	06:20	18:30
03-Out	06:21	18:29
04-Out	06:22	18:27
05-Out	06:23	18:26
06-Out	06:24	18:24
07-Out	06:25	18:23
08-Out	06:26	18:21
09-Out	06:27	18:19
10-Out	06:28	18:18
11-Out	06:29	18:16
12-Out	06:30	18:15
13-Out	06:31	18:14
14-Out	06:32	18:12
15-Out	06:33	18:11
16-Out	06:34	18:09
17-Out	06:35	18:08
18-Out	06:36	18:06
19-Out	06:37	18:05
20-Out	06:38	18:04
21-Out	06:39	18:02
22-Out	06:40	18:01
23-Out	06:41	18:00
24-Out	06:42	17:59
25-Out	06:43	17:57
26-Out	06:44	17:56
27-Out	06:45	17:55
28-Out	06:46	17:54
29-Out	06:47	17:52
30-Out	06:48	17:51
31-Out	06:49	17:50

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Novembro:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Nov	06:50	17:49
02-Nov	06:51	17:48
03-Nov	06:53	17:47
04-Nov	06:54	17:46
05-Nov	06:55	17:45
06-Nov	06:56	17:44
07-Nov	06:57	17:43
08-Nov	06:58	17:42
09-Nov	06:59	17:41
10-Nov	07:00	17:40
11-Nov	07:01	17:39
12-Nov	07:03	17:38
13-Nov	07:04	17:38
14-Nov	07:05	17:37
15-Nov	07:06	17:36
16-Nov	07:07	17:35
17-Nov	07:08	17:35
18-Nov	07:09	17:34
19-Nov	07:10	17:33
20-Nov	07:11	17:33
21-Nov	07:12	17:32
22-Nov	07:13	17:32
23-Nov	07:14	17:31
24-Nov	07:15	17:31
25-Nov	07:17	17:30
26-Nov	07:18	17:30
27-Nov	07:19	17:29
28-Nov	07:20	17:29
29-Nov	07:21	17:29
30-Nov	07:22	17:28

Horário de funcionamento da iluminação pública e publicidade em Dezembro:

Data (DD-MMM)	Desliga (HH:MM. hora UTC)	Liga (HH:MM. hora UTC)
01-Dez	07:23	17:28
02-Dez	07:23	17:28
03-Dez	07:24	17:28
04-Dez	07:25	17:28
05-Dez	07:26	17:28
06-Dez	07:27	17:28
07-Dez	07:28	17:27
08-Dez	07:29	17:27
09-Dez	07:30	17:27
10-Dez	07:30	17:28
11-Dez	07:31	17:28
12-Dez	07:32	17:28
13-Dez	07:33	17:28
14-Dez	07:33	17:28
15-Dez	07:34	17:28
16-Dez	07:35	17:29
17-Dez	07:35	17:29
18-Dez	07:36	17:29
19-Dez	07:37	17:29
20-Dez	07:37	17:30
21-Dez	07:38	17:30
22-Dez	07:38	17:31
23-Dez	07:39	17:31
24-Dez	07:39	17:32
25-Dez	07:39	17:32
26-Dez	07:40	17:33
27-Dez	07:40	17:33
28-Dez	07:40	17:34
29-Dez	07:41	17:35
30-Dez	07:41	17:35
31-Dez	07:41	17:36

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO II (Caracterização - Consumos)

(ficheiro de cálculo fornecido em suporte eletrónico separado)

Caracterização do consumo anual de energia ativa (com base no consumo anual estimado; ciclo semanal):

Código de Ponto de Entrega	Identif.	Energia Ativa - consumo anual estimado				
		Ponta [kWh]	Cheias [kWh]	Vazio N [kWh]	S Vazio [kWh]	Total [kWh]
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	79.066,721	302.440,140	198.580,639	116.017,500	696.105,000
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	255.586,416	1.224.872,176	1.285.719,029	1.344.952,519	4.111.130,140
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	3.897.033,500	18.676.140,837	19.603.898,377	20.507.056,286	62.684.129,000
TOTAL		4.231.686,637	20.203.453,153	21.088.198,045	21.968.026,305	67.491.364,140

Nota: O perfil de consumo indicado é meramente indicativo

Caracterização do horário de funcionamento:

Código de Ponto de Entrega	Identificação	horas de funcionamento anuais				
		Ponta	Cheias	Vazio N	S Vazio	Total
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	995,00	3806,00	2499,00	1460,00	8760,00
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	258,75	1240,03	1301,63	1361,60	4162,02
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	258,75	1240,03	1301,63	1361,60	4162,02

Caracterização da potência média anual (com base no consumo anual estimado; ciclo semanal):

Código de Ponto de Entrega	Identificação	Consumo anual de potência estimado (kW/dia)		Potência média anual estimada (kW)	
		Contratada	Horas de Ponta	Contratada	Horas de Ponta
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	29.004,375	29.004,375	79,464	79,464
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	360.537,360	93.757,831	987,774	256,871
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	5.497.264,648	1.429.565,053	15.060,999	3.916,617
Total		5.886.806,383	1.552.327,259	16.128,237	4.252,951

Nota: O perfil de consumo indicado é meramente indicativo. A potência contratada foi calculada dividindo o consumo total de energia ativa pelo n.º de horas de funcionamento. A potência em horas de ponta foi calculada dividindo o consumo em horas de ponta pelo número de horas de ponta em ciclo semanal (995 horas no ano de 2018).

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO III (Custo Estimado de Acesso à Rede)

(ficheiro de cálculo fornecido em suporte eletrónico separado)

Estimativa da tarifa de acesso às redes em Baixa Tensão Especial (BTE):

Tarifa de acesso às redes em BTE (valores de 2017)						
Energia Ativa		Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Unidade
Preço		0,0685	0,0592	0,0307	0,0282	€/kWh
Potência		mês		dia		
	Horas de ponta	18,593		0,6113		
	Contratada	1,313		0,0432		

Custo Estimado do Acesso à Rede – Energia Ativa (com base no consumo anual estimado; ciclo semanal):

Código de Ponto de Entrega	Identif.	Energia Ativa - custo				
		Ponta [€/kWh]	Cheias [€/kWh]	Vazio N [€/kWh]	S Vazio [€/kWh]	Total [€/kWh]
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	5.416,070 €	17.904,456 €	6.096,426 €	3.271,694 €	32.688,65 €
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	17.507,670 €	72.512,433 €	39.471,574 €	37.927,661 €	167.419,34 €
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	266.946,795 €	1.105.627,538 €	601.839,680 €	578.298,987 €	2.552.713,00 €
TOTAL		289.870,53 €	1.196.044,43 €	647.407,68 €	619.498,34 €	2.752.820,98 €

Custo Estimado do Acesso à Rede – Potência (com base no consumo anual estimado; ciclo semanal):

Código de Ponto de Entrega	Identif.	Potência (€)		
		Contratada	Horas de Ponta	Total
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	1.252,989 €	17.730,374 €	18.983,36 €
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	15.575,214 €	57.314,162 €	72.889,38 €
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	237.481,833 €	873.893,117 €	1.111.374,95 €
TOTAL		254.310,04 €	948.937,65 €	1.203.247,69 €

Custo Estimado do Acesso à Rede – Total (com base no consumo anual estimado; ciclo semanal):

Código de Ponto de Entrega	Identificação	Total (€)
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	51.672,01 €
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	240.308,71 €
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	3.664.087,95 €
TOTAL		3.956.068,67 €

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO IV (Custo Estimado de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos)

(ficheiro de cálculo fornecido em suporte eletrónico separado)

Imp. Sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (Portaria n.º 320-D/2011)		
Termo	Valor	Unidade
Taxa aplicável ao consumo de electricidade	0,0010	€/kWh

Custo Estimado do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (com base no consumo anual estimado):

Código de Ponto de Entrega	Identificação	Custo (€)
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	696,105 €
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	4.111,130 €
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	62.684,129 €
TOTAL		67.491,36 €

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO V (Custo Estimado de Imposto de Contribuição para o Audiovisual)

(ficheiro de cálculo fornecido em suporte eletrónico separado)

Contribuição para o Audiovisual (Portaria n.º 320-D/2011)		
Termo	Valor	Unidade
Contribuição para o audiovisual	2,65	€/mês
	31,8	€/ano

Nota: valor da contribuição estabelecido pelo n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto, na redacção conferida pelo art.º 167.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Custo Estimado da Contribuição para o Audiovisual:

Código de Ponto de Entrega	Identificação	Custo (€)
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	31,80 €
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	31,80 €
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	31,80 €
TOTAL		95,40 €

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO VI (Custo Estimado de Energia Ativa)

(ficheiro de cálculo fornecido em suporte eletrónico separado)

Preço unitário para energia ativa de acordo com a proposta (com seis casas decimais):

Preço unitário para energia activa (€/kWh)					
Período tarifário	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio	Unidade
Preço					€/kWh

Custo estimado de energia ativa de acordo com a proposta:

Código de Ponto de Entrega	Identif.	Energia Activa - custo				
		Ponta [€/kWh]	Cheias [€/kWh]	Vazio N [€/kWh]	S Vazio [€/kWh]	Total [€/kWh]
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego					
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade					
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública					
TOTAL						

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO VII (Custo Estimado Total)

(ficheiro de cálculo fornecido em suporte eletrónico separado)

Custo estimado total:

Consumo anual estimado de energia activa [kWh]	Custo Estimado [€]				
	Acesso à Rede	ISPPE	CAV	Energia activa	Total [1+2+3+4]
67.491.364,140	3.956.068,67 €	67.491,36 €	95,40 €		

CADERNO DE ENCARGOS
ANEXO VIII (Pontos de Entrega)

Caracterização do nível de tensão:

Código de Ponto de Entrega	Identificação	Nível de Tensão	Especial/Normal
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego	Baixa Tensão	Especial
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade	Baixa Tensão	Especial
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública	Baixa Tensão	Especial



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES
DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA
TENSÃO PARA DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA, TRÁFEGO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO
DE LISBOA”**

Processo n.º...../CPI/DA/CCM/2017

ÍNDICE DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

I – Programa do Procedimento

- Anexos

II – Caderno de Encargos

- Anexos

I – PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa.

ÍNDICE – Programa do Procedimento

Artigo 1.º – Objecto do concurso	
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante	
Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar	
Artigo 4.º – Consulta e fornecimento das peças do procedimento	
Artigo 5.º – Esclarecimento e retificação das peças do procedimento.....	
Artigo 6.º – Erros e omissões do caderno de encargos.....	
Artigo 7.º – Concorrentes.....	
Artigo 8.º – Proposta e seus elementos	
Artigo 9.º – Modo de apresentação da Proposta.....	
Artigo 10.º – Documentos que constituem as propostas	
Artigo 11.º – Apresentação de propostas variantes	
Artigo 12.º – Prazo para a apresentação das propostas	
Artigo 13.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	
Artigo 14.º – Abertura de propostas	

Artigo 15.º – Análise das propostas e relatório preliminar	
Artigo 16.º – Esclarecimentos sobre as propostas	
Artigo 17.º – Audiência prévia.....	
Artigo 18.º – Relatório final e adjudicação.....	
Artigo 19.º – Critério de adjudicação	
Artigo 20.º – Preço anormalmente baixo.....	
Artigo 21.º – Notificação da decisão de adjudicação	
Artigo 22.º – Documentos de habilitação	
Artigo 23.º – Caução.....	
Artigo 24.º – Causas de não adjudicação	
Artigo 25.º – Redução do contrato a escrito.....	
Artigo 26.º – Aprovação da minuta do contrato	
Artigo 27.º – Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar	
Artigo 28.º – Notificação da minuta do contrato	
Artigo 29.º – Aceitação da minuta do contrato.....	
Artigo 30.º – Reclamação da minuta do contrato.....	
Artigo 31.º – Notificação dos ajustamentos ao contrato	
Artigo 32.º – Outorga do Contrato	
Artigo 33.º – Possibilidade de adoção de Ajuste Direto.....	
Artigo 34.º – Despesas e encargos	
Artigo 35.º – Impugnações administrativas	
Artigo 36.º – Prevalência	
Artigo 37.º – Legislação aplicável	
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	
ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA.....	
ANEXO III – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA.....	
ANEXO IV – MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO	
ANEXO V – MODELO DA DECLARAÇÃO	

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º – Objecto do concurso

1 - O procedimento tem por objecto o **“Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa”**, nos termos do determinado na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2 do artigo, ambos do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

1 – A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa – Unidade de Coordenação Territorial, Departamento de Operações, Divisão de Iluminação Pública, sita na Av. Infante D. Henrique, lote 1 - 1800 - 220 - Lisboa, sendo o concurso realizado através do Departamento de Aprovisionamentos, Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio dmf.ccm.da@cm-lisboa.pt, telefone n.º 217 988 183.

2 - O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

3.- Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma «acinGov» apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar

- 1) A decisão de contratar foi tomada conforme deliberação da Câmara Municipal de Lisboa de -----que aprovou a Proposta n.º -----, subscrita pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente, Duarte Cordeiro de -----, em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nas alíneas f) e ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na alínea b), do n.º 1 do artigo 20.º, no n.º 1, do artigo 36.º e artigo 38.º, todos do CCP.

Artigo 4.º – Consulta e disponibilização das peças do procedimento

- 1 – O presente Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25 - 9.º Piso-Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, do CCP.
- 2 - As peças do procedimento estão integralmente disponíveis na plataforma eletrónica “acinGov” durante o período indicado no número anterior.
- 3 – O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento.
- 4 – Para ter acesso à plataforma «acinGov», o interessado deverá efectuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> carregar no separador “Aderir” e preencher o formulário de adesão.
- 5 – Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica «acinGov». A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
- 6 - As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário deverão ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.
- 7 – Os eventuais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeito de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após ser efetuado o registo na plataforma, nos termos do n.º 5, deste artigo.

Artigo 5.º – Esclarecimento e retificação das peças do procedimento

- 1 – Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do Procedimento designado para efeitos deste concurso.
- 2 – Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica «acinGov», dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3 – Os esclarecimentos a que se refere o n.º 1 deste artigo serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e junto às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º 2, do CCP.
- 4 – O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
- 5 – A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º – Erros e omissões do caderno de encargos

1 – Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação de propostas, na plataforma electrónica «acinGov», os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2 – A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no nº 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

3 – A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

4 – Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5 – Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.

6 – As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «acinGov», pela entidade pública adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

Artigo 7.º – Concorrentes

1 - É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2 - Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.

3 – Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, a título individual, nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.

4 – Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade pública adjudicante, pela manutenção da proposta.

5 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28/07.

6 – Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º – Proposta e seus elementos

- 1 – A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 – Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes das peças procedimentais.
- 3 – Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada.
- 4 – A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, conforme previsto no artigo 9.º do presente Programa de Procedimento.
- 5 – No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes, ou representante comum, devendo para o efeito ser evidenciados os seus poderes de representação.

Artigo 9.º – Modo de apresentação da Proposta

- 1 – A proposta e os documentos que a constituem são apresentados através da plataforma eletrónica «acinGov», até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento.
- 2 – A proposta será elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II do Programa do Procedimento** (Modelo da Proposta) indicando, o concorrente, o preço total que terá de ser inferior ao preço máximo definido nos termos da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta.
- 3 – A acompanhar o documento referido na alínea anterior deve também ser devolvido o ficheiro de cálculo, com o nome de “*cálculo de energia 2018.xls*”, disponibilizado pelo Contraente Público na plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», devidamente preenchido com os valores propostos para os preços unitários de energia activa (sombreados a azul) presentes na folha “*An_VI - Custo E. Energia Act.*”;
- 4 – A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa.
- 5 – O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
- 6 – Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 7 – Não são permitidas propostas relativas a parte da prestação de serviços.
- 8 – As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica “acinGov” devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada próprios ou dos seus representantes que permita atestar os poderes de representação, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 9 - Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei essa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
- 10 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

11 - Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.

12 - Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade pública adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento, dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.

13 – Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», pode a entidade pública adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 10.º – Documentos que constituem as propostas

1 – As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e constante do **Anexo I ao presente programa do procedimento (Modelo de Declaração)**, do qual faz parte integrante;
- b) Proposta contratual elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo II ao presente programa (Modelo da Proposta)**, que deverá ser integralmente preenchido;
- c) Ficheiro de cálculo, disponibilizado pelo Contraente Público na plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», com o nome de “*cálculo de energia 2018.xls*”, devidamente preenchido com os valores propostos para os preços unitários de energia activa;
- d) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;

2. Serão excluídas as propostas que não contenham todos os documentos indicados no presente artigo ou caso algum documento seja apresentado de modo incompleto

Artigo 11.º – Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, ou de propostas que alterem algum artigo do presente programa ou alguma cláusula do Caderno de Encargos.

Artigo 12.º – Prazo para a apresentação das propostas

1 - A Proposta e os documentos que a constituem, devem ser apresentados, diretamente, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «acinGov», **até à data e hora indicadas na referida Plataforma.**

2 – A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3 - A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

4 - A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.

5 – As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas até ao termo do prazo para apresentação das propostas, desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade pública adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

6 - Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- b) Que deve ser entregue directamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cuja recepção deve ser registada por referência à respectiva data e hora.

Artigo 13.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 14.º – Abertura de propostas

1- O Júri, **às 10:00 horas do dia útil imediato** ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica “acinGov”, utilizada pela entidade adjudicante.

2 – Mediante a atribuição de um registo (*login*) e de uma palavra-chave (*password*) aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

3 – O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4 – Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no nos nºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 15.º – Análise das propostas e relatório preliminar

1- No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que:

- a) Tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CC P;
- c) Sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- e) Não cumpram o disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos nºs. 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
- f) Sejam apresentadas como variantes;

g) Violam o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;

h) Não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;

i) Sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;

j) Sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o programa de procedimento assim o preveja expressamente;

l) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;

m) Que não contenha algum documento exigido neste programa ou o apresentem com informação incompleta ou quando apresentados, algum ou alguns deles não cumpram com o estipulado, nomeadamente omitindo dados ou contrariando o exigido nas peças do procedimento ou na lei aplicável.

2 - Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

3 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do artigo 19.º do presente Programa do Procedimento o júri procede à sua avaliação, elaborando fundamentadamente um relatório preliminar, do qual deve constar a classificação final das propostas, propondo o Júri a sua ordenação.

4 - Do relatório preliminar deve ainda constar, caso tenha havido lugar, a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 16.º – Esclarecimentos sobre as propostas

1 - O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3 - Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica «acinGov», devendo, todos os concorrentes, ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º – Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica «acinGov», para que num prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis se pronunciem por escrito, sobre o mesmo.

Artigo 18.º – Relatório final e adjudicação

1 - Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no número 2, do artigo 146.º do CCP.

2 - No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 19.º – Critério de adjudicação

1 - A adjudicação é feita segundo o critério do mais baixo preço, conforme alínea b) n.º 1, do artigo 74.º do CCP.

2 - Em caso de empate, o desempate é feito pelo menor preço unitário apresentado, por ordem decrescente, para:

a) Horas de ponta;

b) Horas cheias;

c) Horas de vazio normal;

d) Horas de super vazio.

3 – Se, ainda assim, se mantiver o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação genérica na plataforma “acinGov”, sendo elaborada a respectiva ata.

Artigo 20.º – Preço anormalmente baixo

1 – O preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, quando for 50% ou mais inferior, ao preço base (valor máximo) fixado na cláusula 1.ª do Caderno de Encargos.

Artigo 21.º – Decisão de adjudicação

1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes na plataforma “acinGov”.

2 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, indicados no artigo 22.º do presente programa do procedimento;

b) Prestar caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;

c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

3 – As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 22.º – Documentos de habilitação

1 – O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, na plataforma “acinGov”, os seguintes documentos:

a) Documento comprovativo da qualidade do adjudicatário de Comercializador de energia elétrica, ao abrigo do Decreto-Lei 29/2006, de 15 de Fevereiro, e do Decreto-Lei 172/2006, de 23 de Agosto, com a seguinte designação “Documento comprovativo da qualidade de Comercializador”.

b) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo V (Modelo de Declaração** - a refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81.º do CCP), ao presente programa e do qual faz parte integrante;

c) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i), do artigo 55.º do CCP.

d) - Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objecto do contrato a celebrar, nos termos dos n.ºs 4 *in fine*, e 5, alínea b), do artigo 81.º do CCP.

2 - Em substituição do documento previsto na alínea d) deste n.º 1, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar

3 – Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

4 – O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

5. – A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo estabelecido, concedendo-lhe um prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

6 – Quando a não apresentação atempada se verifique por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

7 – No caso de caducidade da adjudicação por não apresentação dos documentos de habilitação por parte do adjudicatário, a mesma é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente.

Artigo 23.º – Caução

1 – É exigível caução, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 88.º do CCP.

2 – A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos III e IV** ao presente programa, que dele fazem parte integrante.

3 – O valor da caução é de 5% do preço contratual, sendo de 10% se o preço total da proposta adjudicada for considerado anormalmente baixo, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do CCP.

Artigo 24.º – Causas de não adjudicação

1 — Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

2 — A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3 — No caso da alínea c) do n.º 1 do presente artigo, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

4 — Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, do presente artigo, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

Artigo 25.º – Redução do contrato a escrito

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do n.º 1, do artigo 94.º, do CCP.

Artigo 26.º – Aprovação da minuta do contrato

1 — A minuta do contrato será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

2 — A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos nos termos do disposto no artigo seguinte.

3 — Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

Artigo 27.º – Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

1 — O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2 — Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:

- a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Artigo 28.º – Notificação da minuta do contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

Artigo 29.º – Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram -se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subseqüentes à respetiva notificação.

Artigo 30.º – Reclamação da minuta do contrato

1 — As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2 — No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3 — Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 31.º – Notificação dos ajustamentos ao contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 32.º – Outorga do Contrato

1 — A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

2 — O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 33.º – Possibilidade de adoção de Ajuste Direto

Nos termos e para os efeitos do disposto no ponto IV da alínea a) do n.º1 do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de Ajuste Direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistiram na repetição dos serviços objeto do presente concurso público, abrangendo:

- a) O mesmo âmbito;
- b) Um período de um ano ou inferior.

Artigo 34.º – Despesas e encargos

- 1 - Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das propostas.
- 2 - São ainda da responsabilidade do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e da prestação da caução bem como, os emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 35.º – Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov».

Artigo 36.º – Prevalência

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 37.º – Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

ANEXOS DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO I – Modelo de Declaração.

ANEXO II – Modelo da Proposta.

ANEXO III – Modelo de Garantia Bancária.

ANEXO IV – Modelo de Seguro – Caução.

ANEXO V – Modelo da Declaração.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) _____

b) _____

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾];

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾];

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹²⁾;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Directiva a n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contractos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura ⁽¹⁸⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

(denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Concurso Público com Publicação em Jornal Oficial da União Europeia para o: “Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa _____”, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 20__, obriga-se a cumpri-lo integralmente em conformidade com o Caderno de Encargos, para os seguintes Códigos de Pontos de Entrega:

Códigos de ponto de entrega (ciclo semanal):

Código de Ponto de Entrega	Identificação
PT 0002 000 072 600 923 FT	Tráfego
PT 0002 000 072 600 934 FB	Publicidade
PT 0002 000 074 744 397 MN	Iluminação Pública

e pelo preço composto pelas seguintes parcelas para a componente de Energia Activa, em ciclo semanal:

Preços unitários propostos para energia ativa (com seis casas decimais):

Período tarifário em ciclo semanal	Preço unitário proposto para energia activa (€/kWh)
Horas de ponta	A preencher (também por extenso)
Horas cheias	A preencher (também por extenso)
Horas de vazio normal	A preencher (também por extenso)
Horas de super vazio	A preencher (também por extenso)

Nota: os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Consumo anual estimado de energia activa [kWh]	Custo Estimado [€]				
	Acesso à Rede	ISPPE	CAV	Energia activa	Total [1+2+3+4]
67.491.364,140	3.956.068,67 €	67.491,36 €	95,40 €	A preencher	A preencher

O preço total proposto (incluindo a componente de acesso às redes, o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos e a contribuição para o audiovisual já pré indicados e constantes do anexo VII do Caderno de Encargos), considerando como previsão os valores de Potência e Energia Activa consumidos em períodos anteriores e indicados no Caderno de Encargos, é de € _____ (por extenso).

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Esta proposta é válida por 120 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

ANEXO III – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco _____ com sede em _____, pessoa colectiva nº _____, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de _____, com o capital social de _____ € (_____ euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de _____ € (_____ euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a _____, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a CML vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento _____, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da CML sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que _____, assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, ____ de _____ de 201....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Directores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.

ANEXO IV – MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO

A Companhia de Seguros _____, com sede em _____, pessoa colectiva n.º _____, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de _____, com o capital social de _____ (_____ euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de _____ (_____ euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a _____, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a CML vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento _____, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da CML sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que _____, assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, _____ de _____ de 201__.

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Directores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício

ANEXO V – MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____ ⁽¹⁾, adjudicatário(a) no procedimento de _____, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽³⁾ (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ^{(4) (5)});
- c) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽⁶⁾;
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho ⁽⁷⁾;
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽⁸⁾;
- f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo (ou indica _____ como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁹⁾) os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹⁰⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) d) e) e i) do artigo 55º do Código dos Contractos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato ou concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ Local, _____ Data, _____ assinatura ⁽¹¹⁾

- 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 3) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respectiva reabilitação.
- 4) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respectiva reabilitação.
- 5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- 6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 8) Declarar consoante a situação.
- 9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- 10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 11) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.

DELIBERAÇÃO Nº 285/AML/2017

Proposta nº 475/CM/2017 – Ponto 2 da parte deliberativa da Proposta 475/CM/2017 – Repartição de encargos e compromisso plurianual para prestação de serviços de Exploração, Operação e Manutenção do Sistema Automático de Resíduos Sólidos Urbanos do Parque das Nações.

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

Votação na CML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: 7 PS/ 3 IND/ 2PSD/ 2 PCP - **Contra:** 1 CDS-PP

Votação na AML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP

PROPOSTA Nº 475/2017

ASSUNTO: Autorizar a realização da despesa, no âmbito do contrato de prestação de serviços de “Exploração, Operação e Manutenção do Sistema Automático de Resíduos Sólidos Urbanos do Parque das Nações”, bem como aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2018 e 2019, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, nos termos da proposta.

PELOURO: Higiene Urbana – Vice-Presidente Dr. Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU/DHU

Considerando que o Município de Lisboa aceitou assumir as atividades de gestão urbana integrada na zona de intervenção da Expo’98 em toda a área compreendida nos limites da zona de intervenção desta exposição, após a decisão do Governo de proceder à extinção da Sociedade Parque Expo 98, S.A., mediante o Decreto-Lei n.º 241/2012, de 6 de novembro;

Considerando que a Parque Expo 98, S.A., e a sua participada Parque Expo - Gestão Urbana do Parque das Nações, S. A., cederam ao Município de Lisboa a sua posição contratual nos contratos de gestão e manutenção dos espaços urbanos de utilização pública da zona de intervenção da Expo’98 pelo Decreto-Lei n.º 241/2012, de 6 de novembro;

Considerando que o Município através do Departamento de Higiene Urbana (DHU) da ex-Direção Municipal de Ambiente Urbano (atual Direção Municipal de Higiene Urbana) assumiu, a partir de então, a gestão decorrente da posição contratual a que se refere o contrato n.º 2007/027 da Prestação de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção do Sistema Automático de Resíduos Urbanos (RU) do Parque das Nações transmitida pelo prestador de serviços Envac Ibéria, S.A., tendo sido, para o efeito, outorgada através de uma Adenda e respetivo Aditamento entre o Município de Lisboa e a Parque Expo:

- Em 30 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de cessão da posição contratual com a Parque Expo – Gestão Urbana do Parque das Nações, S.A., assumindo a Autarquia o contrato e respetivo aditamento (aditamento número 1) outrora celebrado entre a Parque Expo e a empresa Envac Ibéria, S.A., com efeitos a 1 de dezembro do referido ano, assumindo o Município de Lisboa todos os direitos e deveres que estavam afetos contratualmente à Parque Expo – Gestão Urbana do Parque das Nações, S.A.;

Considerando que o presente contrato de Exploração, Operação e Manutenção do Sistema Automático de Resíduos Urbanos (RU) do Parque das Nações em virtude do aditamento supracitado, é passível de se renovar automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 2 (dois) anos, salvo denúncia com pré-aviso de, pelo menos 90 (noventa) dias, em relação ao termo do período de vigência em curso (cláusula 13.^a - Vigência do contrato);

Considerando a natureza técnica deste sistema decorrente das suas especificidades, tais como, 3 (três) centrais de recolha de resíduos urbanos, extensão da rede (cerca de 21 Km) e o número de válvulas de recolha de resíduos urbanos associadas, num total de 1.465 (mil quatrocentos e sessenta e cinco) válvulas operacionais, considerado o maior sistema de recolha automática de resíduos urbanos no mundo;

Considerando que foi a própria empresa Envac, S.A., outorora Centralsug, S.A., que projetou, instalou (equipamentos e peças) e construiu, o atual sistema implementado no Parque das Nações no âmbito dos objetivos estratégicos definidos pelo Estado Português para a requalificação urbana e ambiental desta área da cidade inerente ao projeto da Expo' 98;

Considerando que a Envac Ibéria, S.A., sucursal da Envac, S.A., é a empresa que tem vindo a operar desde 2007 o sistema de recolha automática de resíduos urbanos do Parque das Nações, detendo para o efeito o *know-how* (técnico e funcional) e o histórico do sistema implementado nesta área da cidade e, bem assim, é reconhecido, pelo Município, o bom desempenho desta empresa no contrato existente;

Considerando que esta empresa desenvolveu um sistema operativo de automação – ENVAC, SCADA à medida do sistema implementado e em conformidade com as especificações técnicas das centrais e da rede, permitindo efetuar a recolha automática dos resíduos urbanos nas 1.465 (mil quatrocentas e sessenta e cinco) válvulas atualmente operacionais;

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa deliberou no seguimento da aprovação da Proposta n.º 308/2015, datada de 14 de maio de 2015, a renovação deste contrato com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2015;

Considerando que, desde esta data, o DHU tem vindo a desenvolver os devidos esforços para a elaboração de um procedimento concursal adequado às especificações técnicas e à complexidade do sistema, tendo-se deparado, no entanto, com falta de histórico, informação insuficiente e experiência adequada num sistema tão específico de recolha de resíduos urbanos que foi necessário reunir a informação necessária e auscultar empresas no setor para dar suporte à abertura de um Concurso adequado às especificidades técnicas do sistema tendo em vista a salvaguarda do interesse público;

Considerando que, neste contexto, não foi possível, em tempo útil, o recurso à via procedimental legalmente prevista para a escolha do cocontratante, entendendo-se que a renovação do contrato era a que, sob tal circunstancialismo, melhor defendia o interesse público;

Considerando que procedimento se encontra em condições de iniciar-se, tendo sido proposto para o efeito, um Concurso Limitado por Prévia Qualificação com Publicidade Internacional para a celebração de um contrato de prestação de serviços para “Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações”, tendo em conta os seguintes pressupostos:

- Necessidade de salvaguardar *a priori* que os potenciais concorrentes detêm o devido conhecimento e experiência compatível com a dimensão da infraestrutura instalada;
- Demonstração e dar garantia de continuidade à qualidade do serviço prestado nos moldes atuais;
- Abrir à concorrência a exploração de um sistema que pelas suas especificidades intrínsecas (infraestrutura física e software de automação de exploração) reduz significativamente o número de entidades que o podem explorar;

Considerando a necessidade de continuar a assegurar a recolha automática de resíduos urbanos nesta área da cidade até à conclusão do concurso em apreço, por estarem em causa razões de higiene e salubridade públicas bem como por razões imperiosas de interesse público e, ainda, por se tratar de matéria das atribuições da autarquia, renovou-se automaticamente o contrato existente pelo período de 2 anos até 1 de maio de 2019, atendendo ao que se encontra previsto no próprio clausulado contratual (artigo 13.º), pelo que não se procedeu à denúncia do contrato;

Considerando que a renovação deste contrato é excecional e que garante indiscutíveis vantagens económicas, financeiras e sociais para o Município de Lisboa;

Considerando que o Município de Lisboa não dispõe de meios humanos e técnicos capazes de operar um sistema desta dimensão, nomeadamente, na implementação de um sistema operativo de automação, adequado para o efeito, e consequentemente de efetuar a manutenção e exploração deste sistema tão complexo, é inexequível de se proceder à satisfação da necessidade por via dos recursos próprios do Município ou de outros serviços, organismos ou entidades da Administração pública, nos termos do número 2, do artigo 50.º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

Considerando a autorização dada pelo Senhor Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. João Paulo Saraiva, de acordo com o Despacho n.º 8/P/2017, de 9 de fevereiro, conjugado com o número 3, do artigo 49.º, relativa a dispensa do cumprimento do limite fixado no número 1, do artigo 49.º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, uma vez que estamos perante uma situação excecional, por estar em causa razões de higiene e salubridade pública em toda a área do Parque das Nações – Zona de intervenção da Expo’98, em que o modelo de recolha de RU assenta na utilização do sistema pneumático instalado no âmbito do projeto de requalificação urbana da zona de intervenção da Exposição Mundial de Lisboa – EXPO’98 e dos planos de urbanização subsequentes estabelecendo para o efeito a obrigatoriedade da ligação à rede de resíduos urbanos de todos os edifícios e utilizações do espaço urbano, nas condições estabelecidas no regulamento do Sistema de recolha Pneumática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações;

Considerando que o valor da despesa em causa para o período de vigência indicado é de 1.882.001,35 € (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, e um euros, e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 112.920,08 € (cento e doze mil, novecentos e vinte euros, e oito cêntimos), totalizando a quantia global de 1.994.921,43 € (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e um euros, e quarenta e três cêntimos);

Considerando que a despesa em causa tem enquadramento na rubrica orçamental do Plano com o código 43366, ação A4.P002.14. – Gestão Urbana do Parque das Nações, com a classificação económica 02.02.20. – Outros Trabalhos Especializados, da orgânica 17.01. – DHU, de acordo com os anexos II e III, do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sobre Classificação Económica das Despesas Públicas;

Considerando que a despesa relativa ao ano em curso se encontra devidamente cabimentada e foi emitida a respetiva Declaração de Compromisso em Fundos Disponíveis;

Considerando que a despesa indicada tem repartição de encargos para os anos económicos de 2017, 2018 e 2019, e que a aprovação desta repartição cabe ao órgão deliberativo;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1. **Autorizar** a realização da despesa no valor de 1.882.001,35 € (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, e um euros, e trinta e cinco centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 112.920,08 € (cento e doze mil, novecentos e vinte euros, e oito centimos), totalizando a quantia global de 1.994.921,43 € (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e um euros, e quarenta e três centimos);
2. **Submeter** à Assembleia Municipal de Lisboa, de harmonia a alínea b), do número 1, conjugado com o número 6, do artigo 22.º, a aprovação seguinte repartição de encargos, bem como a assunção de compromissos plurianuais tendo por base a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LPCA):
 - **Ano económico de 2017** – 622.138,92 € (seiscentos e vinte e dois mil, cento e trinta e oito euros, e noventa e dois centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 37.328,34 € (trinta e sete mil, trezentos e vinte e oito euros, e trinta e quatro centimos), totalizando a quantia de 659.467,26 € (seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete euros, e vinte e seis centimos);
 - **Ano económico de 2018** – 942.540,47 € (novecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta euros, e quarenta e sete centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 56.552,43 € (cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois euros, e quarenta e três centimos), totalizando a quantia de 999.092,90 € (novecentos e noventa e nove mil, e noventa e dois euros, e noventa centimos);
 - **Ano económico de 2019** – 317.321,96 € (trezentos e dezassete mil, trezentos e vinte e um euros, e noventa e seis centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 19.039,32 € (dezanove mil, e trinta e nove euros, e trinta e dois centimos), totalizando a quantia de 336.361,28 € (trezentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e um euros, e vinte e oito centimos).

DELIBERAÇÃO Nº 286/AML/2017

Proposta nº 476/CM/2017 – Ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 476/CM/2017 – Repartição de encargos e compromisso plurianual para aquisição de serviços de Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações.

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

Votação na CML:

Aprovada por Unanimidade

Votação na AML:

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA Nº 476/2017

ASSUNTO: Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a autorização para abertura de um Concurso Limitado por Prévia Qualificação com Publicidade Internacional para “Aquisição de Serviços de Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações”

PELOURO: Higiene Urbana – Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU / DHU

Considerando que:

- De acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 241/2012, de 6 de novembro, o Município de Lisboa assumiu as atividades de gestão urbana integrada na zona de intervenção da Expo’98 em toda a área compreendida nos limites da zona de intervenção desta exposição, após a decisão do Governo de proceder à extinção da Sociedade, Parque Expo, 98 S.A;
- A Parque Expo, 98 S.A. e a sua participada Parque Expo - Gestão Urbana do Parque das Nações S. A., cederam ao Município de Lisboa a sua posição contratual nos contratos de gestão e manutenção dos espaços urbanos de utilização pública da zona de intervenção da Expo’98;
- A cessão da posição contratual do Contrato de Prestação de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção do Sistema Automático de Resíduos Urbanos (RU) do Parque das Nações, celebrado em 30 de Abril de 2007 e respetivo aditamento (aditamento n.º1), celebrado a 31 de outubro de 2012, entre a Parque Expo 98, S.A. e a Envac, Ibéria, S.A, para a Câmara Municipal de Lisboa, ocorreu em 30 de novembro de 2012;

- De acordo com o disposto no número 3, do art.º 3.º do decreto-lei acima mencionado a referida cessão produziu efeitos no 1.º dia do mês seguinte à sua publicação, tendo sido formalizada através de uma Adenda – Adenda ao Contrato n.º 2007/027 da Prestação de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção do Sistema Automático de Resíduos Urbanos (RU) do Parque das Nações, assumindo o Município de Lisboa todos os direitos e deveres que estavam afetos contratualmente à Parque Expo-Gestão Urbana do Parque Nações, das Nações, SA;
- De acordo com a cláusula 13.ª (vigência do contrato), com a redação dada pelo aditamento supra mencionado “.... O presente contrato produz efeitos desde 1 de maio de 2007 e caduca a 30 de Abril de 2011, renovando – se automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 2 anos, salvo denúncia com pré- aviso de, pelo menos 90 dias, em redação ao termo do período de vigência em curso”;
- Tendo em conta as especificidades técnicas, complexidade do atual sistema e a sua dimensão (3 centrais, 1465 válvulas de descarga de RU operacionais e mais de 21 Km de rede), sendo considerado um dos maiores sistemas de Recolha Automática de Resíduos Urbanos do mundo, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou, no seguimento da aprovação da proposta n.º308/2015, datada de 14 de maio de 2015, a renovação do contrato em apreço, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2015;
- Em toda aquela área, a organização da recolha de RU, assenta na utilização do sistema pneumático instalado, tendo sido o modelo de recolha adotado desde a génese de todo o projeto de implementação da Exposição Internacional – EXPO’98 e dos planos de urbanização subsequentes (Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da EXPO 98 e dos Planos de Pormenor da Zona de Intervenção da EXPO 98, Zona Sul, PP3, Zona Norte, PP4, Zona Central, PP1, e Zona do Recinto da EXPO 98, PP2);
- As renovações automáticas do contrato *in casu* não potenciam o mercado a apresentar opções alternativas, dado que esta área da atividade de recolha automática de resíduos é específica, e só abertura à concorrência poderá proporcionar o desenvolvimento de soluções evolutivas.
- Por se tratar das atribuições do Município e, não dispondo a Câmara Municipal dos meios humanos e materiais próprios, para assegurar o serviço nos moldes atuais, sendo no entanto fundamental dar continuidade à sua exploração, através da contratação de uma prestação de serviços;
- A opção pelo modelo de Concurso Limitado por Prévia Qualificação com Publicidade Internacional, visa assegurar que:
 - os potenciais concorrentes detêm conhecimento e experiência compatível com a dimensão da infraestrutura instalada;
 - as propostas apresentadas demonstram e dão garantia de continuidade da qualidade do serviço prestado, nos moldes atuais;
- A proposta pela vigência de contrato por um período de 5 (cinco) anos, tem por base a análise exploratória efetuada para a abertura do presente procedimento, tendo sido concluído pelos Serviços que, no universo de potenciais concorrentes, os investimentos iniciais de alteração de componentes físicas e *software* necessárias, deverão ter um período de amortização superior a 3 (três) anos, para a sustentabilidade de exploração do sistema;

- O valor base estimado para esta prestação de serviços, pelo período de 5 anos, é de 5.332.170,00 € (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e setenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor e, teve em conta a variação média mensal dos preços de exploração verificados nos últimos dois anos para o sistema existente, bem como as melhorias necessárias de atualização, considerando o número de anos que o sistema em causa já apresenta (cerca de 19 anos de exploração);
- Importa assegurar a redução do consumo energético, otimização das recolhas e melhoria da qualidade do ar, da área envolvente, devendo as medidas a implementar ocorrer nos dois primeiros anos da vigência do contrato;
- A despesa integra a rubrica orçamental do Plano com o código 43366, ação A4.P002.14 – Gestão Urbana do Parque das Nações, com a classificação económica 02.02.20. – Outros Trabalhos Especializados, da orgânica 17.01. – DHU, cumprindo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro relativa à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
- A despesa em questão tem encargos para os anos económicos de 2019 a 2024, nos montantes abaixo referidos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%:
 - 2019 (8 meses): o valor de 634.644,00€ (seiscentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta e quatro euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%;
 - 2020 (12 meses): o valor de 1.261.486,00€ (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%;
 - 2021 (12 meses): o valor de 1.131.100,00€ (um milhão, cento e trinta e um mil e cem euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%.
 - 2022 (12 meses): o valor de 980.811,00 € (novecentos e oitenta mil, oitocentos e onze euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%.
 - 2023 (12 meses): o valor de 990.620,00€ (novecentos e noventa mil, seiscentos e vinte euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%.
 - 2024 (4 meses): o valor de 333.509,00 € (trezentos e trinta e três mil, quinhentos e nove euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6%.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas na alínea f) e na alínea ccc), do número 1 do artigo 33.º, e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos números 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea b) do artigo 3.º, e na alínea c), do número 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março:

1. **Autorizar** a decisão de contratar e a realização da despesa, através de um procedimento por Concurso Limitado por Prévia Qualificação para “Aquisição de Serviços de Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações”, pelo período de 5 (cinco) anos, pelo valor base de 5.332.170,00 € (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e setenta euros), ao abrigo do disposto no número 1, do artigo 36.º, e do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos na sua redação em vigor, conjugados com a alínea c), do número 1, do artigo 16.º, e com a alínea b), do número 1, do artigo 20.º do mesmo Código.

2. **Aprovar** o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e o Convite à Apresentação de Propostas, em anexo, de acordo com a alínea c), do número 1, do artigo 40.º, Código dos Contratos Públicos na sua redação em vigor.

3. **Autorizar** a designação do júri do presente concurso, de acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, com a seguinte constituição:

- Presidente: Lúcia Melo Cruz, Técnica Superior – Departamento de Higiene Urbana;
- 1.º Vogal efetivo: Ana Cristina Oliveira, Técnica Superior – Departamento de Aproveitamentos;
- 2.º Vogal efetivo: Márcia Muñoz, Técnica Superior – Direção Municipal de Higiene Urbana;
- 1.º Vogal Suplente: Paula Leitão, Técnica Superior – Departamento de Aproveitamentos;
- 2.º Vogal Suplente: David Esagüy, Técnico Superior – Departamento de Higiene Urbana;
- 3.º Vogal Suplente: Fátima Barreto, Técnica Superior – Departamento de Aproveitamentos;
- 4.º Vogal Suplente: Vanessa Fonseca, Técnica Superior – Departamento de Higiene Urbana.

4. **Autorizar**, nos termos do disposto no número 2, do artigo 69º, do Código dos Contratos Públicos, que sejam delegadas no júri do procedimento as seguintes competências:

- a. Prestar esclarecimentos, no âmbito do artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos;
- b. Notificar os interessados da resposta a eventuais pedidos de inspeção ou visita a locais ou equipamentos;
- c. Classificação ou desclassificação de documentos da proposta (artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos);
- d. Proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º, conjugado com o número 1, do artigo 123.º, do Código dos Contratos Públicos, após a elaboração do Relatório Preliminar;
- e. Notificar os interessados da resposta a eventuais pedidos de inspeção ou visita a locais ou equipamentos;
- f. Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciem questões que decorrem no procedimento, anteriores ao Relatório Final, nos termos do artigo 467.º do Código dos Contratos Públicos.

5. **Designar** como responsáveis do procedimento, para efeitos de condução do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública “Acingov” e para cumprimento do exigido nos artigos 54.º e 60.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os Técnicos Superiores Bruno José Tavares e Maria de Lurdes Menezes e, A Assistente Técnica Luisa Agostinho, Assistente Técnica, afetos a Direção Municipal de Higiene Urbana.

6. **Submeter** à Assembleia Municipal, a prévia autorização da repartição dos encargos para os anos económicos de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24.º, e nas alíneas dd), e ccc), do número 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no número 1, e no número 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no âmbito da abertura do presente procedimento, pelo prazo de 5 (cinco) anos e pelo valor base de 5.332.170,00 € (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e setenta euros, ao qual acresce a aplicação de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 319.930,20 € (trezentos e dezanove mil, novecentos e trinta euros, e vinte centímetros), totalizando a quantia de 5.652.100,20 € (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, e cem euros, e vinte centímetros), para os seguintes anos económicos e da seguinte forma:

- **2019** – 634.644,00 € (seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 38.078,64 € (trinta e oito mil, e setenta e oito euros, e sessenta e quatro centímetros), totalizando a quantia global de 672.722,64 € (seiscentos e setenta e dois mil, setecentos e vinte e dois euros, e sessenta e quatro centímetros);
- **2020** – 1.261.486,00 € (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 75.689,16 € (setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove euros, e dezasseis centímetros), totalizando a quantia global de 1.337.175,16 € (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, cento e setenta e cinco euros, e dezasseis centímetros);
- **2021** – 1.131.100,00€ (um milhão, cento e trinta e um mil, e cem euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 67.866,00 € (sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis euros) totalizando a quantia global de 1.198.966,00 € (um milhão, cento e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e seis euros);
- **2022** – 980.811,00 € (novecentos e oitenta mil, oitocentos e onze euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 58.848,66 € (cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito euros, e sessenta e seis centímetros), totalizando a quantia global de 1.039.659,66 € (um milhão, e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros, e sessenta e seis centímetros);
- **2023** – 990.620,00 € (novecentos e noventa mil, seiscentos e vinte euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 59.437,20 € (cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete euros, e vinte centímetros), totalizando a quantia global de 1.050.057,20 € (um milhão, e cinquenta mil, e cinquenta e sete euros, e vinte centímetros);
- **2024** – 333.509,00 € (trezentos e trinta e três mil, quinhentos e nove euros) ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 20.010,54 € (vinte mil e dez euros, e cinquenta e quatro centímetros), totalizando quantia global de 353.519,54 € (trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e dezanove euros, e cinquenta e quatro centímetros).



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Higiene Urbana

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do
Sistema de Recolha Automático de Resíduos Urbanos no Parque das Nações ”**

CADERNO DE ENCARGOS

Processo n.º __/CLPQ/DA/CCM/2017

ÍNDICE

PARTE I	
Disposições Gerais.....	
Cláusula 1. ^a	
Objeto da prestação de serviços	
Cláusula 2. ^a	
Prazo de execução dos serviços objeto do contrato	
Cláusula 3. ^a	
Âmbito da prestação de serviços.....	
Cláusula 4. ^a	
Local da prestação de serviços	
Cláusula 5. ^a	
Contrato	
Cláusula 6. ^a	
Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados	
Cláusula 7. ^a	
Preparação e Planeamento dos Serviços.....	
Cláusula 8. ^a	
Definição dos trabalhos a executar no âmbito da recolha pneumática de RU	
PARTE II	
Obrigações contratuais	
Secção I	
Obrigações do Cocontratante	
Cláusula 9. ^a	
Obrigações Gerais do Cocontratante.....	
Cláusula 10. ^a	
Obrigações na operacionalização do sistema	
Cláusula 11. ^a	
Obrigações na manutenção do sistema	
Cláusula 12. ^a	
Obrigações na Assistência Técnica	
Cláusula 13. ^a	
Outras obrigações	
Cláusula 14. ^a	
Plano de melhorias das Centrais e da rede	
Cláusula 15. ^a	

Elaboração de Relatórios	
Cláusula 16. ^a	
Níveis de Serviço - Resolução de avarias/reparações	
Cláusula 17. ^a	
Plano de Emergência e Contingência	
Cláusula 18. ^a	
Consumo de energia elétrica, água e consumíveis	
Cláusula 19. ^a	
Objetivos de Reciclagem.....	
Cláusula 20. ^a	
Recolha de Indiferenciados	
Cláusula 21. ^o	
Campanha de Sensibilização.....	
Cláusula 22. ^o	
Exceções.....	
Cláusula 23. ^o	
Recursos Humanos	
Cláusula 24. ^o	
Fiscalização	
Cláusula 25. ^o	
Recursos Materiais	
Cláusula 26. ^o	
Preço e Revisão de Preços	
Cláusula 27. ^o	
Seguros.....	
Subsecção II	
Dever de sigilo	
Cláusula 28. ^a	
Objeto do dever de sigilo.....	
Cláusula 29. ^a	
Prazo do dever de sigilo	
Secção II	
Obrigações do Contraente público	
Cláusula 30. ^a	
Preço contratual	
Cláusula 31. ^a	
Faturas e Condições de pagamento	
PARTE III	
Sanções contratuais e resolução.....	

Cláusula 32. ^a	
Sanções contratuais	
Cláusula 33. ^a	
Força maior	
Cláusula 34. ^a	
Responsabilidade	
Cláusula 35. ^a	
Resolução por parte do contraente público	
Cláusula 36. ^a	
Resolução por parte do Cocontratante.....	
PARTE IV	
Disposições finais.....	
Cláusula 37. ^a	
Subcontratação e cessão da posição contratual	
Clausula 38. ^a	
Comunicações e notificações	
Cláusula 39. ^a	
Contagem dos prazos	
Cláusula 40. ^a	
Execução da caução.....	
Cláusula 41. ^a	
Direito aplicável	
PARTE V	
Resolução de litígios.....	
Cláusula 42. ^a	
Foro Competente	
ANEXOS	
ANEXO I.....	
Quadro – Sanções previstas no Caderno de encargos	
ANEXO II.....	
Localização das Centrais	
ANEXO III.....	
Breve descrição do funcionamento do sistema pneumático do Parque das Nações	
ANEXO IV	
ANEXO V	

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto da prestação de serviços

- 1- O presente Caderno de Encargos (CE) tem por objeto **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automático de Resíduos Urbanos (RU) no Parque das Nações”** utilizando para o efeito as respetivas infraestruturas construídas, ou a construir, nos termos do Plano de Urbanização e respetivos Planos de Pormenor do comumente denominado “Parque das Nações”, correspondente à definição legal da “Zona de Intervenção da EXPO ‘98”, e de acordo com as especificações técnicas do presente caderno de encargos e com o manual de operações fornecido pela entidade que o concebeu, projetou e construiu o sistema, disponibilizado através da plataforma eletrónica «acinGov» em <https://www.acingov.pt>, do presente procedimento concursal.
- 2- O valor base da despesa a realizar durante o prazo de vigência do contrato de aquisição de serviços corresponde a 5.332.170,00 € (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, cento e setenta euros), ao qual acresce a aplicação do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 2.^a

Prazo de execução dos serviços objeto do contrato

- 1- O contrato mantém-se em vigor durante 5 (cinco) anos, 365 dias (incluindo sábados, domingos e feriados).
- 2- Não é dado início à prestação dos serviços antes de obtido o visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 4, do artigo 45.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor.
- 3- O cocontratante deverá encetar todos os esforços para a mobilização dos meios essenciais referentes aos serviços, logo após a notificação da decisão de adjudicação, de forma a garantir que a Prestação de Serviços possa iniciar-se após obtenção do visto do tribunal de contas.

Cláusula 3.ª

Âmbito da prestação de serviços

1- A Exploração, Operação e Manutenção Técnica, objeto do presente procedimento inclui atualmente as seguintes infraestruturas:

- a. Centrais de Recolha Norte, Sul 1 e Sul 2, incluindo todas as construções e instalações compreendidas nos edifícios e áreas adjacentes, equipamentos mecânicos, elétricos, de ar comprimido, informáticos (hardware e software de automação próprio para recolha de Resíduos Urbanos), tubagens, válvulas e acessórios;
- b. Rede Geral de tubagens, incluindo todas as instalações complementares ou acessórias e as redes de distribuição de sinal de ar comprimido, desde as Centrais de Recolha até (e incluindo) às válvulas de retenção e recolha localizadas em cada edifício do Parque das Nações (que fazem a ligação aos sistemas privativos instalados no interior dos edifícios) e até às válvulas de retenção e recolha públicas, distribuídas pelo espaço público do Parque das Nações.
- c. Casinhotos, caixas de visita ou similares, onde estão instaladas as válvulas de retenção e recolha públicas, válvulas de admissão de ar, incluindo todos os seus componentes, acabamentos exteriores e grelhas.

Apresenta-se, no quadro seguinte, o número de válvulas operacionais que compõem a atual rede do sistema pneumático:

Quadro I - Número de válvulas de descarga (retenção) de RU operacionais

Identificação da Central	Válvulas Operacionais Redes Interiores	Válvulas Operacionais Rede Pública	Total
Sul 1	401	25	426
Sul 2	356	30	386
Norte	634	19	653
Total	1.391	74	1.465

No que respeita aos principais equipamentos instalados em cada uma das Centrais, apresenta-se no quadro resumo os seguintes:

Quadro II - Equipamento atualmente afeto a cada Central de Recolha

Equipamento	Sul 1	Sul 2	Norte
Ciclone	2	2	2
Compactador	2	2	2
Compressor	1	1	1
Contentor	5	4	4
Mesa transportadora	1	1	1
Painel de controlo	1	1	1
Sala filtros	1	1	1
Separador rotativo	2	1	1
Turboextrator (110kW)	4	4	4
Válvula diversora	1	1	1
Válvula reguladora	1	1	1

As especificações técnicas versam no Plano de Operações e as peças desenhadas dos equipamentos das centrais poderão ser consultadas de acordo com o definido na cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos (CE). No anexo III do presente CE apresenta-se uma descrição sumária do modo do funcionamento do sistema de recolha pneumática de RU do Parque das Nações. No anexo IV mostram-se alguns dados gerais do sistema referentes ao ano de 2016.

- 4- Todas as instalações e infraestruturas abrangidas pelo presente Contrato serão entregues no exato estado em que se encontram ao Cocontratante, não podendo ser exigido ao Contraente Público qualquer responsabilidade pelo estado destas instalações e infraestruturas.
- 5- O Cocontratante obriga-se a executar os investimentos que sejam considerados necessários à readaptação, atualização, reparação ou reforço das atuais instalações e infraestruturas que compõem o sistema de recolha automática de Resíduos Urbanos (RU) de forma a permitir um funcionamento eficiente da recolha de resíduos urbanos (fração seletiva e indiferenciada).
- 6- São previstos os seguintes investimentos, para além dos mencionados na cláusula 14.º do presente caderno de encargos, tais como:
 - Revisão, correção e atualização das ligações entre as centrais e todos os pontos de deposição, para estabelecimento de comunicações com o sistema informático a implementar;
 - Revisão profunda, reparação e substituição de equipamentos nas centrais e nas redes de tubagens para resolução de todas as anomalias, deficiências e funcionamento das perdas de estanquicidade do sistema;
- 5 – O cocontratante deverá garantir o bom funcionamento de toda a infraestrutura da rede pneumática.

Cláusula 4.ª

Local da prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato a celebrar entre as partes serão prestados no local designado por Parque das Nações (zona de intervenção da Expo' 98), nas zonas A e B identificadas na planta constante do anexo II deste caderno de encargos.

Cláusula 5.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, que dele farão parte integrante.
- 2 - Na execução das prestações contratuais abrangidas pelo contrato, observar-se-ão:
 - a) as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) a restante legislação aplicável, nomeadamente a que respeita ao ambiente, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, à segurança, à prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - c) as regras da arte.
- 3 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os termos dos suprimentos, dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) o presente caderno de encargos;
 - d) a proposta adjudicada;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior a prevalência obedece à ordem, pela qual se encontram enunciados.
- 5 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 3 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, com as subsequentes alterações em vigor, e aceite pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

6 – Os diplomas legais e regulamentares a que se referem as alíneas do número 2 da presente cláusula, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 6.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

- 1- Serão inteiramente da conta do Cocontratante os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução dos trabalhos compreendidos na presente aquisição de serviços, de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial e/ou direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados.
- 2- Se o contraente público vier a ser demandado por ter sido infringido na execução dos trabalhos qualquer dos direitos mencionados na cláusula anterior, o cocontratante indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 3- O disposto nos n.ºs 1 e 2 da presente cláusula não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste caderno de encargos e para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial, quando o contraente público não indique a existência de tais direitos.

Cláusula 7.ª

Preparação e Planeamento dos Serviços

- 1- O Cocontratante é responsável pela preparação e planeamento definitivos da execução dos serviços, a elaborar com base nas especificações da memória descritiva e justificativa apresentada na proposta, e a concluir dentro dos prazos fixados para a sua execução.
- 2- A preparação e planeamento de execução dos serviços são realizados em conformidade com o contrato e sem demais encargos para o Contraente Público;
- 3- O Cocontratante deve integrar os princípios gerais de prevenção nas opções técnicas e organizacionais de planificação dos diferentes serviços, fases e tempos de realização, tendo em vista eliminação de riscos.
- 4- A intervenção e as decisões do Contraente Público, no âmbito da sua gestão não resultarão em qualquer direito de indemnização por parte do Cocontratante.

Cláusula 8.ª

Definição dos trabalhos a executar no âmbito da recolha pneumática de RU

- 1- O Cocontratante deverá operar o sistema de recolha pneumática de RU de forma a que sejam respeitadas todas as condições exigidas e determinadas no presente Caderno de Encargos e Manual de Operações do Sistema.
- 2- O Cocontratante deverá executar todos os trabalhos de operação, manutenção e assistência de acordo com as obrigações contratuais que versam nas cláusulas seguintes do presente caderno de encargos.
- 3- A preparação e planeamento da execução dos serviços, são realizados em conformidade com o presente caderno de encargos e sem mais encargos para o contraente público.

PARTE II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 9.ª

Obrigações Gerais do Cocontratante

O Cocontratante prestará os serviços de exploração, operação e manutenção do Sistema de Recolha Automático de RU do Parque das Nações e de todo o equipamento conexo com aquelas atividades, permanentemente e em perfeitas condições, obrigando-se a:

- a) Prestar os respetivos serviços com qualidade e com a competência técnica e diligência exigíveis na respetiva área da atividade.
- b) Proceder à vistoria, manutenção reparação ou substituição de todos os equipamentos, com vista à manutenção de excelentes condições técnicas de operação em todo o sistema de recolha automático de RU, bem como, a manutenção e conservação das instalações existentes;
- c) Manter em perfeito estado de limpeza as instalações das centrais de recolha e suas áreas envolventes, tais como, a área do terreno de implantação das centrais, garantindo simultaneamente o bom estado das pinturas de todos os equipamentos e instalações, devendo realizar, no mínimo, uma vez por ano a pintura das centrais e o corte de ervas na área de implantação das centrais;
- d) Manter sempre em bom estado de conservação as Bocas Públicas;
- e) Manter boas condições ambientais e ausência de cheiros a RU, vulgo "lixo", em toda a área abrangida pela sua atividade, e cumprir a atual legislação em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho;

- f) Prestar todo o apoio e acompanhamento aos representantes da Câmara Municipal de Lisboa, ou convidados desta, em visitas guiadas ou inspeções ao Sistema de Recolha Automático de RU, bem como estar presente em todas as reuniões para que seja devidamente convocada com antecedência mínima de 24 horas;
- g) Efetuar a caracterização dos RU, amostragens, pesquisas e ensaios de operação com vista à melhoria progressiva das condições de exploração e operação do sistema e da recolha seletiva de RU, no mínimo duas vezes por ano, e sempre que o Contraente Público o venha a solicitar no decorrer da prestação de serviço;
- h) Atualizar toda a informação referente ao número de comportas de indiferenciados e recicláveis por lote/prédio existentes em toda a rede do sistema pneumático, num prazo máximo de 3 meses a contar da data do início de execução do presente contrato;
- i) Atualizar todo o mapa da rede, localização das válvulas, bocas públicas pneumáticas entre outra informação considerada pertinente para o Contraente Público, utilizando programas próprios para o efeito (autocad, arcgis ou outros);
- j) Instalar um sistema informático de gestão e controlo compatível com todas as instalações e infraestruturas do sistema e manter o respetivo hardware e software permanentemente atualizado e operacional, tendo o **Cocontratante a obrigatoriedade de o colocar em funcionamento na data estipulada para início do contrato.**

Cláusula 10.^a

Obrigações na operacionalização do sistema

É obrigação do Cocontratante:

- a) Operar o sistema e respetivas infraestruturas permanentemente, 24 horas por dia, todos os dias do ano;
- b) Otimizar a programação do sistema de modo a satisfazer as necessidades dos utilizadores/produtores das diversas frações de RU, com uma frequência adequada à quantidade de RU produzidos, evitando a sua acumulação e odores desagradáveis na infraestrutura;
- c) Atualizar e otimizar o programa das recolhas seletivas de forma a permitir o envio e aceitação das cargas de papel/cartão e embalagens do fluxo amarelo para a Central de Triagem e Ecocentro da Valorsul.
- d) Proceder, pelo menos 2 vezes por dia, à operação de sucção automática de cada válvula de retenção e recolha, ou mais vezes por dia, sempre que a quantidade de RU depositados na válvula assim o justifique.
- e) Elaborar o Plano de Trabalhos do Sistema de Recolha Pneumática de RU a aprovar pelo Contraente Público, até 15 dias de calendário após a data de início de execução do contrato, com a definição dos seguintes aspetos:
 - a identificação das seções da rede e as válvulas adstritas;

- a identificação dos programas de recolha das frações a recolher: indiferenciadas e seletivas (frequência, horários e o número de prédios/lotos afetos);
 - registo do movimento dos contentores com a identificação do dia, hora e o peso transportado;
 - a previsão de eventuais sobrecargas no sistema;
- f) Elaborar um Plano de trabalhos de limpeza de toda a rede de tubagens do sistema de recolha pneumática, a realizar uma vez por mês, por forma a evitar acumulação de sacos de lixo e libertação de odores para o exterior. Este plano deverá conter a seguinte informação:
- a identificação das seções de rede e as válvulas adstritas;
 - a programação da operação de limpeza (frequência, horários e o número de prédios/lotos afetos à limpeza);
 - aplicação de produtos ou tecnologia própria para o efeito para garantir a limpeza efetiva dos troços;
- g) Instalar sensores de nível de prumada, para acionamento automático da recolha por sucção nas válvulas, nas quais se verifique maior necessidade, sobretudo, devido à quantidade de resíduos depositados nas prumadas, nomeadamente em “Grandes Produtores de Resíduos Urbanos” que se encontrem ligados ao sistema;
- h) Cumprir os objetivos de reciclagem, estabelecidos na cláusula 19.º, procedendo à separação das frações de RU recicláveis seguintes: PAPEL/CARTÃO e EMBALAGENS, ficando excluído o VIDRO, por provocar um efeito abrasivo no sistema, contribuindo para a redução acelerada da vida útil do mesmo, e impossibilitando o envio deste material para a reciclagem devido à sua pulverização. Esta fração recolhida em conjunto com as restantes fileiras provoca a sua “contaminação”;
- i) Cumprir sempre as decisões emanadas pelo Contraente Público no que concerne às frações de RU a recolher nas diferentes centrais. O Contraente Público poderá sempre modificar os dias e as horas estipuladas para cada fração de RU a recolher em função das necessidades sentidas.
- j) O Cocontratante deverá modificar os parâmetros de funcionamento quer de software/hardware quer de equipamentos ou outros, que sejam necessários para otimizar a recolha das diferentes frações de RU, em função da natureza das mesmas, de forma a cumprir os requisitos mínimos estabelecidos para a reciclagem, nomeadamente:
- Recolha da fração indiferenciada;
 - Recolha de embalagens de papel/cartão;
 - Recolha de embalagens de plástico e metal.
- k) Depositar e compactar nos contentores herméticos específicos os RU, indiferenciados e seletivos, recolhidos através do sistema;
- l) Fornecer e manter nas devidas condições os contentores herméticos para a recolha dos RU, de acordo com o estipulado nas especificações técnicas constantes no Plano de Operações;

m) A recolha deverá ser realizada com o menor impacte possível ao nível do ruído, principalmente em áreas residenciais, em horários a estabelecer posteriormente e de acordo com as indicações do contraente público, em função dos seguintes parâmetros:

- i. Os resíduos domésticos e de uso comercial cujas comportas estejam situadas na fachada do edifício, não deverão ser recolhidos entre as 22h00 e as 07h00 do dia seguinte.
- ii. Em toda a rede do sistema (três centrais), a recolha não se deverá realizar entre as 23h00 e as 07h00 do dia seguinte, à exceção da rede sul devido aos quantitativos produzidos pelos grandes produtores (poderá ser necessário prolongar o horário de recolha a partir das 23h00);

Cláusula 11.^a

Obrigações na manutenção do sistema

Na **manutenção do sistema** o Cocontratante **OBRIGA-SE** a:

- a) Executar todos os trabalhos necessários e adequados à manutenção e conservação das centrais e redes gerais, incluindo a substituição dos equipamentos metalomecânicos e eletromecânicos, instalações elétricas, de ar comprimido ou outras, instrumentação, incluindo todos os trabalhos de construção civil e abertura e tapamento de valas necessárias e outros trabalhos que se mostrem necessários para o bom funcionamento do sistema;
- b) Executar todos os trabalhos de manutenção, conservação e beneficiação necessários ao perfeito estado de conservação de todas as construções e dos elementos de construção civil;
- c) Adquirir, garantir, armazenar e aplicar todos os materiais, peças de reserva, filtros, equipamentos, consumíveis e utilidades ou serviços necessários à operação e manutenção dos componentes do sistema. Para este efeito, deverá manter em STOCK a quantidade adequada de peças, materiais e equipamentos, ficando obrigado a apresentar ao contraente público a respetiva listagem;
- d) A reposição das peças deverá ser efetuada num prazo máximo de 48 horas, podendo o Cocontratante ser penalizado com uma sanção correspondente a uma infração leve, conforme consta no anexo I do presente caderno de encargos.
- e) Garantir a estanquicidade de todo o sistema;
- f) Manter em funcionamento perfeito e vigiar todo o sistema;
- g) Executar **mensalmente** um **Programa de Manutenção Preventiva das Centrais** e **semestralmente** o **Programa de Manutenção Preventiva das Redes e das Válvulas**, de modo a prevenir falhas de funcionamento ou anomalias do sistema de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Operações.
- h) Efetuar **trimestralmente**, a **Supervisão Técnica das Instalações**, de modo a detetar indícios de desgaste, de necessidade de reparação ou de substituição de equipamentos. Desta supervisão deverá resultar um relatório detalhado e específico das condições verificadas;
- i) Garantir uma manutenção eficiente e correta dos filtros de ar das diferentes centrais, sendo obrigatória, a sua substituição, pelo menos uma vez por ano.

Cláusula 12.ª

Obrigações na Assistência Técnica

Na **assistência técnica** o Cocontratante obriga-se a:

- a) Prestar assistência técnica aos utilizadores do sistema nos termos dos contratos a prestar com os proprietários/Condomínios das redes prediais, de acordo com o estipulado na cláusula 23.º do presente caderno de encargos;
- b) Prestar assessoria técnica sempre que solicitada pelo contraente público;
- c) Manter diariamente o pessoal previsto na cláusula 23.º no presente caderno de encargos, de forma a garantir uma boa execução dos serviços contratados;
- d) Informar e sensibilizar os utilizadores do sistema, no mínimo duas vezes por ano, com um intervalo de 6 meses, e ainda sempre que novos edifícios sejam ligados ao sistema, para a sua correta utilização, cumprimento dos regulamentos e boas práticas de deposição e seleção de RU;
- e) Fiscalizar o estado de conservação e manutenção das redes privativas dos edifícios, pelo menos duas vezes por ano, mesmos naqueles com quem não tem contrato de assistência técnica e elaborar relatórios da vistoria realizada e propor medidas corretivas aos respetivos proprietários ou Administradores de condomínios.

Cláusula 13.ª

Outras obrigações

O cocontratante é ainda obrigado perante o contraente Público a:

- a) Disponibilizar um acesso "online" dedicado ao sistema informático a instalar nos termos da alínea j) da cláusula 9.ª do presente caderno de encargos, para consulta e impressão de relatórios, incluindo a formação dos utilizadores, e obrigando-se a manter inviolável a integridade da informação ali contida;
- b) Instalar e manter em atividade um sistema de informações e atendimento "on call", sendo da sua responsabilidade registar e comunicar imediatamente ao contraente público, todas as comunicações recebidas que envolvam queixas ou reclamações graves sobre os serviços prestados, indicando igualmente os procedimentos adaptados para resolução das questões;
- c) Entregar mensalmente, junto com a respetiva faturação, um Relatório Mensal de Exploração, Operação e Manutenção, que contenha todas as informações relevantes sobre o sistema bem como dados previsionais, e que deverá ser elaborado nos termos da cláusula 15.ª do presente caderno de encargos;
- d) Notificar o Contraente Público das previsões de sobrecargas de produção, ligações ao sistema de novas válvulas, intervenções ou interrupções programadas, necessidade de execução de trabalhos no espaço público, bem como de todas as ocorrências relevantes no sistema.

Cláusula 14.ª

Plano de melhorias das Centrais e da rede

- 1- O Cocontratante é obrigado apresentar um plano de melhorias de desempenho das centrais devendo para o efeito apresentar um projeto detalhado sobre a implementação das mesmas e respetivos prazos de conclusão, nomeadamente, 90 dias após a data de adjudicação do contrato e sujeito aprovação do Contraente Público. Considera-se como melhorias prioritárias nas centrais as seguintes:
 - Variadores de frequência - (até aos 300.000€) – a colocar obrigatoriamente no segundo ano do contrato;
 - Substituição das salas de filtros das centrais Sul 1 e Sul 2, nomeadamente, de 3 barreiras para 4 barreiras – (até aos 160.000€) - a colocar obrigatoriamente no terceiro ano do contrato;
- 2- O Cocontratante deverá apresentar um auto com as respetivas faturas ao Contraente Público para se proceder ao pagamento dos respetivos equipamentos.

Cláusula 15.ª

Elaboração de Relatórios

- 1-O Cocontratante deverá apresentar relatórios que descrevam as atividades de operação e manutenção, investimentos, anomalias, a falta de condições de segurança e os seus motivos, registadas durante a fase de execução da Prestação de Serviços.
- 2-O Cocontratante obriga-se a elaborar um relatório mensal, em formato digital e uma cópia em papel, que deverá conter a seguinte informação:
 - a) Compilação dos registos diários da operacionalidade das válvulas de retenção e recolha e determinação do valor de NDV - N.º de válvulas de retenção e recolha operacionais, para efeitos do cálculo do Preço Total Mensal dos serviços (PT) de acordo com a fórmula referida na cláusula 18.º do presente caderno de encargos;
 - b) Registo das penalidades aplicadas pelo Contraente Público no mês, nos termos do contrato, cujo valor total será deduzido ao Preço Total Mensal dos serviços (PT), para apuramento da quantia mensal a faturar;
 - c) Registo das cargas de indiferenciados e seletivas não aceites pelos Sistemas de Tratamento de Resíduos Urbanos, cujo valor total será deduzido ao Preço Total mensal dos serviços (PT), para apuramento da quantia mensal a faturar;
 - d) Registos dos consumos de eletricidade, água e consumíveis por cada central e os respetivos custos;
 - e) Registos efetuados no decurso dos Programas de Manutenção Preventiva e de Supervisão Técnica das Instalações, a realizar nos termos do presente contrato;
 - f) Registos dos movimentos dos contentores, com indicação da viatura, matrícula, dia, hora, pesos e respetivas frações de RU, entregues pelo Cocontratante ao Contraente Público, ou a empresa que preste serviço a este, que tenha por incumbência o seu transporte e descarga com destino final;

- g) Registo e descrição detalhada dos trabalhos efetuados de reparação, conservação ou substituição de equipamentos e de reparação, conservação e beneficiação das construções e elementos de construção civil e os custos decorrentes;
- h) Registos das anomalias e alarmes verificados no sistema, com indicação dos dias e horas da sua verificação e o da completa resolução da situação anómala.
- i) Registo da programação das recolhas diárias previstas e efetuadas (programas, frequências e horários);
- j) Registos e descrição das vistorias/inspeções efetuadas às redes privativas dos edifícios nos termos do presente CE;
- k) Registos e descrição das vistorias/inspeções efetuadas à rede e condução de transporte nos termos do presente CE;
- l) Registo e descrição das ações de informação e sensibilização aos utilizadores do sistema efetuadas nos termos do presente CE;
- m) Registo e descrição das reclamações dos utilizadores do sistema, indicando o dia e hora da reclamação, identificação do reclamante, lote, andar, descrição da reclamação e procedimento adaptado para o seu seguimento e data da resolução;
- n) Registo do pessoal afeto à prestação de serviços, nomeadamente, a percentagem de afetação do pessoal aos trabalhos efetuados nas redes interiores/ privativas e às centrais, rede e componentes do sistema, devendo para o efeito, discriminar as horas afetas a cada atividade.

3- Para efeitos da elaboração deste relatório deve o Cocontratante, nos quinze dias após o início do contrato, propor a respetiva forma e os formulários dos registos, para prévia aprovação do Contraente Público.

4- A entrega do relatório deverá ser efetuado nos primeiros cinco dias de cada mês;

5 - O Cocontratante é obrigado apresentar um relatório anual global, em formato digital e uma cópia em papel, efetuando uma avaliação global e o balanço das atividades executadas ao longo do ano de forma a permitir aferir a eficácia e a eficiência da exploração do sistema. Neste relatório, deverá ainda constar a discriminação de todos os custos fixos (salários, segurança social, seguros, fardamento, investimentos entre outros) e variáveis, a margem de lucro conforme demonstração dos resultados anuais da empresa;

6 - O cocontratante obriga-se apresentar um relatório global da prestação de serviços no final dos cinco anos, em formato digital e uma cópia em papel, da prestação de serviços efetuando uma avaliação global e o balanço das atividades executadas ao longo dos anos que prestou serviço à CML. Neste relatório, deverá ainda constar a discriminação de todos os custos fixos (salários, segurança social, seguros, fardamento, investimentos entre outros) e variáveis, a margem de lucro conforme demonstração dos resultados anuais da empresa;

7- O Contraente Público pode, em qualquer momento, solicitar alterações de forma ou de conteúdo do relatório, devendo o Cocontratante efetuar diligentemente as alterações solicitadas;

8 - O Contraente Público reserva-se ao direito de solicitar ao Cocontratante outros relatórios ou pontos de situação sempre que considere necessário.

9 – Em complemento dos relatórios, o cocontratante obriga-se a entregar em formato digital, nomeadamente, em excell, todos os dados, atualizando-os mensalmente (quantitativos, consumos energéticos, etc.) para efeitos estatísticos e elaboração de relatórios/estudos por parte do Contraente Público.

Cláusula 16.ª

Níveis de Serviço - Resolução de avarias/reparações

- 1- O Cocontratante obriga-se a corrigir todos os problemas técnicos e anomalias detetadas na infraestrutura geral do sistema;
- 2- Não obstante o disposto no número anterior, em função de eventuais problemas técnicos, anomalias que se venha a detetar na infraestrutura geral ou mediante informação de tal facto pelo Contraente Público ou qualquer entidade terceira, o Cocontratante procederá imediatamente à análise casuística da situação e, verificando-se efetivamente como necessária a intervenção dos serviços de assistência técnica, será responsável pela atribuição de um nível de prioridade para resposta ao problema, de acordo com a seguinte descrição:
 - a. **Crítico**: a anomalia verificada causa impacto crítico na atividade da infraestrutura de recolha automática de RU sempre que provoque a interrupção da remoção de RU em pelo menos uma válvula de retenção e recolha. Nesta situação, o serviço deverá ser repostado no prazo máximo de resposta de 12 horas.
 - b. **Não-crítico**: a anomalia verificada causa a degradação de performance e afeta a funcionalidade da infraestrutura de recolha automática de RU, embora não provoque a interrupção de RU em nenhuma válvula de retenção de recolha. Nesta situação, o serviço deverá ser repostado no máximo de resposta de 24 horas.
- 3- O Cocontratante indicará o “engenheiro chefe de serviço de manutenção” o qual atuará como interface direto e imediato com o Contraente Público e Terceiros para todas as questões relacionadas com os serviços de manutenção prestados.
- 4- Sem prejuízo dos tempos de resposta definidos na presente cláusula, o **cocontratante obriga-se a suportar todos os custos dos meios alternativos de recolha dos RU em qualquer situação de falha de serviço na respetiva rede.**
- 5- Será ainda obrigação do cocontratante a reposição de toda as peças ou equipamentos, que chegando ao final da sua vida útil não possam ser reparados e tenham de ser substituídos.
- 6- O Cocontratante deverá dispor de contactos de emergência de 24 horas, para receção de qualquer anomalia detetada e deverá instalar um sistema de alarmes mediante o qual o pessoal de serviço receba a notificação para rápida resolução.

Cláusula 17.ª

Plano de Emergência e Contingência

- 1- O Cocontratante deverá elaborar um plano de emergência e contingência, num prazo de um mês a contar da data de início de execução do contrato, onde conste as medidas de atuação caso se verifique a **inoperacionalidade** do sistema de recolha pneumática;
- 2- Caso se verifique que as Centrais e as Redes de Recolha se encontrem fora de serviço por um período superior a 24 horas, o Plano acima mencionado deverá ser acionado.
- 3- A ativação e a sua execução operacional não comportarão encargos adicionais para o Contraente Público.

Cláusula 18.^a

Consumo de energia elétrica, água e consumíveis

- 1- Todos os custos referentes a consumos de energia elétrica, água e consumíveis necessários à boa execução da prestação de serviços serão da responsabilidade do Cocontratante pelo que se entende que estes custos deverão estar incluídos nos preços das propostas. No quadro III do anexo IV consta o quadro resumo da energia consumida e os custos associados.
- 2- Para efeitos do disposto no número anterior, o Cocontratante deverá efetuar o contrato de eletricidade e água com as respetivas empresas comercializadoras e distribuidoras no mercado.
- 3- O cocontratante deverá planejar as recolhas analisando os diferentes tipos de tarifação elétrica disponível, com o objetivo de otimizar custos e garantir a sustentabilidade energética do sistema, contudo sem nunca comprometer a otimização das recolhas de RU de acordo com o definido nos termos do presente caderno de encargos.
- 4- O Cocontratante compromete-se a colocar à disposição do Contraente Público toda a informação sobre as leituras e as curvas de carga dos consumos.

Cláusula 19.^a

Objetivos de Reciclagem

- 1- O Cocontratante deverá cumprir os objetivos de reciclagem impostos pelo Contraente Público. O valor calculado deverá ser apresentado em percentagem e obtido através da seguinte fórmula:

$$\% = \frac{\text{Quantidade de resíduos recolhidos selectivamente (embalagens e papel/cartão)}}{\text{Quantidade total de resíduos recolhidos}}$$

- 2- O cumprimento deste objetivo será verificado mensalmente e caso não seja atingido, nesse mês, o Cocontratante poderá ser penalizado com uma sanção correspondente a uma infração grave, nos termos da cláusula 33.º do presente Caderno,
- 3- Considera-se como peso mensal de cada fração de RU reciclável recolhida através do sistema, o somatório dos pesos de todas as entregas efetuadas nesse mês nas instalações da Central de Triagem e Ecocentro da Valorsul, dessa fração de RU reciclável, que sejam aceites como boas pelos serviços dessa empresa. Todos os custos com a não-aceitação dos recicláveis serão imputados ao Cocontratante (sendo eventualmente descontados nos autos mensais ou efetuando-se um acerto de contas no final de cada ano).
- 4- Deverão ser efetuadas pelo menos cerca de 12 descargas por mês de papel/cartão e embalagens no centro de triagem e ecocentro da Valorsul.
- 5- Anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, será efetuado um somatório anual dos pesos de cada fração de RU reciclável e de RU total, recolhidos no ano através do sistema, verificando-se o cumprimento ou não dos objetivos anuais estabelecidos neste contrato;

6- Caso, apesar de não terem sido cumpridos os objetivos nalgum mês, se verifique o cumprimento dos objetivos impostos, o Contraente Público aceitará proceder à anulação das sanções mensais, entretanto aplicadas, referentes aos incumprimentos mensais do ano em questão, podendo o cocontratante proceder à sua faturação.

Cláusula 20.ª

Recolha de Indiferenciados

- 1- O cocontratante deverá envidar esforços no sentido de diminuir o peso de resíduos indiferenciados a enviar para destino final.
- 2- Sempre que se verifique, cargas da fração indiferenciada não conforme a enviar para destino final, o Cocontratante poderá ser penalizado com uma sanção correspondente a uma infração grave, nos termos da Cláusula 32.ª do Caderno de Encargos.
- 3- Os custos com cargas não aceites em destino final serão suportados pelo cocontratante podendo eventualmente se efetuar um acerto de contas através dos autos mensais, ou eventualmente no final do ano.

Cláusula 21.ª

Campanha de Sensibilização

- 1- O Cocontratante terá que realizar campanhas semestrais de sensibilização e informação à população abrangida pelo sistema de Recolha Pneumática de RU do Parque das Nações, as quais serão coordenadas e aprovadas pelos serviços Técnicos do Contraente Público, que incluirão as regras de deposição dos RU, respetivos horários de deposição. Para o efeito, o Cocontratante deverá elaborar e distribuir materiais (folhetos, cartazes entre outro tipo de material tido como conveniente) informativos próprios dependendo da população-alvo (áreas residenciais, escolas, atividades económicas, serviços e entidades). Terá ainda que efetuar um vídeo demonstrativo do sistema implementado no Parque das Nações para mostrar as especificidades do sistema implementado no Parque das Nações. Estes materiais deverão ser disponibilizados em língua Portuguesa e Inglesa.
- 2- Não obstante, ao indicado na alínea anterior, o cocontratante no âmbito da assistência técnica a prestar ao Contraente Público deverá prestar toda a informação e apoio sempre que novos edifícios sejam ligados ao sistema, devendo distribuir e afixar nos respetivos lotes, material informativo para o efeito e em qualquer momento em que se verifique um mau uso do equipamento.
- 3- O Cocontratante obriga-se a reservar pelo menos 2.5 % do valor anual da prestação de serviços para custear as campanhas de sensibilização.
- 4- As propostas das Campanhas de Sensibilização definidas no ponto 1 da presente cláusula deverão ser apresentadas e validadas pelo Contraente Público, 60 dias após a data de celebração do contrato.

Cláusula 22.º

Exceções

- 1- Não estão incluídas no objeto do contrato a celebrar as tarefas de manutenção das tubagens e equipamento das redes interiores a montante das válvulas de retenção e recolha dos edifícios (redes privadas);
- 2- O cocontratante poderá celebrar contratos de assistência técnica das infraestruturas referidas no número anterior, diretamente com a(s) entidade(s) proprietária(s) ou gestora(s) dos respetivos edifícios (redes prediais interiores) de acordo com a minuta-tipo constante do Anexo V ao presente caderno de encargos, do qual é parte integrante.
- 3- A minuta dos contratos a celebrar ao abrigo do número anterior deverá ser comunicada ao Contraente Público em fase de adjudicação, devendo ser apresentada com uma antecedência de 30 (trinta) dias relativamente à data da sua assinatura, para efeitos de avaliação da respetiva conformidade. O Contraente Público poderá emitir parecer sobre qualquer disposição ali incluída, o qual, desde que devidamente fundamentado, será vinculativo para o prestador de serviço;
- 4- O Cocontratante não detém exclusividade na execução dos trabalhos mencionados nos números anteriores da presente cláusula.

Cláusula 23.º

Recursos Humanos

- 1- Os **recursos mínimos** afetos à prestação de serviços serão os seguintes:
 - Um Engenheiro Chefe de Operação e Manutenção, preferencialmente da área de Engenharia do Ambiente ou Civil;
 - Um Chefe da Central;
 - Oito Operadores da Central.
- 2- Os recursos humanos referidos e afetos à operação do sistema devem ser fluentes na língua portuguesa;
- 3- O Cocontratante obriga-se a proceder, a expensas suas, a todos os ajustamentos ao quadro de pessoal que se revelem necessários em função do aumento das solicitações de serviço ou para atender a situações excecionais determinadas pelas atividades contratadas;
- 4- Todos os colaboradores do Cocontratante afetos à execução dos serviços contratados dependem única e exclusivamente, quer hierárquica, quer técnica, quer funcional, daquela entidade, de quem receberão todas as ordens, instruções e informações necessárias para a execução de tais serviços, não existindo pois qualquer relação de dependência entre os colaboradores do Cocontratante encarregues da execução dos serviços contratados e o Contraente Público;

- 5- Todos os meios operacionais deverão apresentar-se sempre devidamente fardados e identificados, sendo obrigação do Cocontratante zelar para que as suas equipas mantenham práticas de limpeza e imagem compatíveis com elevados padrões de exigência.
- 6- Todos os aspetos de ordem disciplinar deverão ser geridos pelo Cocontratante, não sendo justificativos de interrupções nos serviços.
- 7- O Cocontratante, não obstante o disposto na alínea anterior, não poderá reduzir meios humanos elencados na proposta sem a devida aprovação do Contraente Público e deverá apresentar um organigrama do funcionamento do serviço operativo, para conhecimento do Contraente Público, especificando as funções a realizar por cada uma das tarefas previstas:
 - Posto de trabalho;
 - Percentagem de dedicação ao respetivo contrato;
 - Jornadas;
 - Horários;
- 8- É obrigatório o acompanhamento de um técnico especializado do Cocontratante, que ficará responsável pela comunicação ao Contraente Público de todas as situações e anomalias que aconteçam. Sempre que surgirem anomalias no funcionamento em qualquer das construções, instalações ou equipamentos, o técnico deverá deslocar-se igualmente ao local, de forma a certificar-se da situação, sendo todas as deslocações da responsabilidade do Cocontratante.
- 9- O cocontratante designará, sob reserva de aceitação pela entidade adjudicante, um Responsável Técnico residente que será o interlocutor do Cocontratante em todos os aspetos relacionados com a Prestação de Serviços, com a qualificação mínima seguinte: mínimo de 5 anos completos de experiência profissional com experiência e prática de funções similares;
- 10- Após a notificação da adjudicação e antes do início da prestação de Serviços, o cocontratante confirmará, por escrito, o nome do Responsável Técnico, indicando e comprovando a sua qualificação técnica.
- 11- Esta informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da Prestação de Serviços e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 12- As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da Prestação de Serviços deverão ser dirigidos diretamente ao responsável técnico do cocontratante.
- 13- O responsável técnico da Prestação de Serviços deverá acompanhar com carácter permanente e assiduamente os trabalhos e estar presente nos diversos locais da Prestação de Serviços, sempre que para tal seja convocado.
- 14- O contraente público poderá impor a substituição do responsável técnico da Prestação de Serviços, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

- 15- Dado o carácter contínuo dos serviços, o prestador de serviços deverá assegurar a disponibilidade permanente de meios humanos, incluindo os necessários para reforço, substituição em períodos de férias ou outras ausências, incluindo baixas médicas e outras indisponibilidades.
- 16- O Cocontratante far-se-á representar em todas as reuniões convocadas pelo Contraente Público com uma antecedência em regra não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.
- 17- As reuniões efetuar-se-ão no local para onde forem convocadas, com a presença dos técnicos com a qualificação e especialização adequada aos objetivos das reuniões.

Cláusula 24.º

Fiscalização

- 1- O Contraente Público reserva-se o direito de fiscalizar todos os trabalhos no âmbito da prestação de serviços.
- 2- O Contraente Público notificará o Cocontratante da identidade dos representantes que designe para a fiscalização da prestação de serviços que se efetuará no seguintes moldes:
 - a) Quando a fiscalização seja constituída por dois ou mais representantes, o Contraente público designará um deles para chefiar, e sendo um só, a este caberão tais funções;
 - b) A fiscalização poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de Prestação de Serviços, podendo, para tanto, exigir as informações e os documentos que considerar necessários;
 - c) A fiscalização disporá de poderes bastantes e estará habilitada com os elementos indispensáveis a resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo cocontratante para o efeito da normal prossecução dos trabalhos;
 - d) A atuação da fiscalização pressupõe que o Cocontratante tome as necessárias disposições para que os trabalhos sejam executados nas melhores condições técnicas e operativas, e que controla a qualidade e segurança dos trabalhos à medida que eles se desenrolam, dispondo para isso de técnico especificamente encarregado e responsável por essa tarefa;
 - e) Para a realização das suas atribuições, a fiscalização dará ordens ao Cocontratante, far-lhe-á avisos e notificações e praticará os demais atos necessários;
 - f) O cocontratante cooperará com a fiscalização, sendo obrigado a adaptar e a organizar os meios necessários à execução dos trabalhos, dentro das responsabilidades que lhe estão cometidas por lei e/ou pelo contrato;
 - g) A presença ou ausência de elementos da fiscalização não poderá ser invocada para isentar o Cocontratante das obrigações inerentes à Prestação de Serviços;

Cláusula 25.º

Recursos Materiais

1-O Cocontratante deve apresentar uma listagem de todos os recursos materiais com o respetivo preço para dar cumprimento ao disposto no presente caderno de encargos.

2-A presente listagem deverá refletir os seguintes aspetos:

- a relação dos meios materiais, onde deverá constar o número de veículos e equipamentos que o Cocontratante considere como necessário para a correta execução do contrato;
- a relação dos meios materiais deverá expressar com clareza o material necessário para a correta prestação dos serviços de ordem ordinária e o material de reserva, ou seja, aquele que não se encontra permanentemente afetado ao serviço e que deverá suprir em caso de avaria ou reforço ocasional.

3-O Cocontratante deverá dispor de stock suficiente para reposição de peças a fim de evitar paragens prolongadas por falta de materiais críticos.

Cláusula 26.º

Preço e Revisão de Preços

1-Pela execução dos serviços contratados e cumprimento das respetivas obrigações estabelecidas, o Contraente Público pagará ao cocontratante uma quantia mensal, correspondente ao preço total mensal dos serviços, deduzido dos valores das penalidades ou dos descontos apurados nesse mês;

2-O **Preço Total Mensal** dos serviços (**PT**) será a soma de duas parcelas, uma fixa (**PF**) por escalões e outra variável (**PV**), na proporção dum **Preço Base (PB)**, de acordo com o seguinte:

$$PT = PF + PV$$

Em que:

- **NDV (Nº de válvulas de retenção e recolha operacionais)** correspondentes à média mensal das válvulas operacionais contabilizadas diariamente, isto é, que nesse dia não tenham estado inoperacionais, qualquer que seja o motivo;
 - **PB = definido na proposta pelo Cocontratante.**
- a. O **PF (preço fixo mensal)** - inclui todos os custos fixos da exploração, operação e manutenção do sistema, nomeadamente, recursos humanos e técnicos, deslocações, maquinaria auxiliar, veículos, custos auxiliares e de provisão das infraestruturas e custos de sensibilização;

O Cocontratante deverá apresentar, na proposta, o quadro seguinte preenchido com o **PF** de acordo com o número de válvulas operacionais, conforme proposta apresentada de acordo com o critério de adjudicação:

Nº de válvulas operacionais (NDV)	Preço Fixo Mensal (PF) *
1.250<NDV<1.500	
1.501<NDV<1.750	

3-O **PV (preço variável mensal)** - inclui todos os custos variáveis da exploração e manutenção, nomeadamente mas não exclusivamente, os filtros das centrais, obras e peças de reposição das centrais e das redes, consumo de energia elétrica entre outros, e reposição de equipamentos;

$$PV = \frac{(1.000 \times PB) + (NDV - 1.000) \times 1,75 \times PB}{12}$$

Os valores não incluem IVA;

4-Não há lugar à revisão de preços.

Cláusula 27.º

Seguros

1-Sem prejuízo do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, o Cocontratante assumirá, no contrato, o compromisso de manter válidos os seguintes seguros:

- a. Seguro de responsabilidade civil extracontratual, figurando o Contraente Público expressamente como terceiro e por montante não inferior a EUR. 250.000 (duzentos e cinquenta mil euros) por sinistro, que garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais ou não patrimoniais verificados em consequência de quaisquer atos ou omissões do Cocontratante e seus colaboradores no exercício da atividade exercida nas instalações e infraestruturas objeto deste Contrato, o qual deverá, designadamente cobrir:
 - i. Os danos verificados nas infraestruturas ou em instalações contíguas ou conexas com a atividade desenvolvida e que sejam propriedade do contraente público;
 - ii. Os danos emergentes da montagem e desmontagem de equipamentos, sistemas, estruturas, incluindo a eventual queda dos mesmos;
- b. Seguro Multirriscos Exploração;
- c. Acidentes de Trabalho para todo o pessoal afeto à prestação dos serviços;
- d. Responsabilidade civil automóvel, com o limite máximo legal, cobrindo todas as viaturas ao seu serviço.

2-A existência destes seguros não desresponsabiliza o Cocontratante de indemnizar o contraente público, ou terceiros, por quaisquer prejuízos causados a pessoas, materiais ou bens, pelos quais seja responsável e que não se encontrem cobertos pelos referidos seguros, decorrentes do exercício da atividade mencionada no presente Caderno de encargos.

3-Em todas as apólices deverá constar que as mesmas não poderão ser anuladas e/ou de qualquer forma alteradas sem prévio e expreso consentimento do contraente público.

4-Serão da responsabilidade do Cocontratante todas as indemnizações devidas e não cobertas pelas respetivas apólices de seguros.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 28.ª

Objeto do dever de sigilo

1 - O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento durante a vigência do contrato.

2 - A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção, pelo Cocontratante ou, que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 29.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Contraente público

Cláusula 30.^a

Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos à readaptação, atualização, reparação ou reforço das atuais instalações e infraestruturas que compõem o sistema de recolha automática de RU.

Cláusula 31.^a

Faturas e Condições de pagamento

1 - As faturas deverão ser enviadas para a Direção Municipal de Finanças, (DMF) – Departamento de Contabilidade (DC), sito no Edifício Central do Município – Campo Grande n.º 25 – 8.º Bloco A, 1749 - 099 LISBOA, com a seguinte indicação:

Câmara Municipal de Lisboa

DMF – DC – DHU

Número de compromisso

2 - Dado que o Município de Lisboa efetua os seus pagamentos por transferência bancária, torna-se necessário que o Cocontratante, que não se encontre inscrito como fornecedor da CML, efetue o preenchimento do respetivo formulário que, posteriormente, deverá ser remetido ao Departamento de Contabilidade – Núcleo de Fornecedores, sito no Edifício Central do Município – Campo Grande n.º 25 – 8.º Bloco A, 1749 – 099 LISBOA.

3 - As quantias devidas pelo contraente público, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Departamento de Higiene Urbana das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4 - Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a conclusão mensal dos serviços objeto do contrato.

5 - Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar aos Cocontratantes, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando estes obrigados a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitidas, e observado o disposto nos n.º 1 e 2 da presente cláusula, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

PARTE III

Sanções contratuais e resolução

Cláusula 32.ª

Sanções contratuais

1- Pelo incumprimento de obrigações previstas no presente CE e classificadas no Anexo I, o Contraente Público pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- LEVES: 1.25% do preço total mensal dos serviços;
- GRAVES: 2.50% do preço total mensal dos serviços;
- MUITO GRAVES: 5.00% do preço total mensal dos serviços.

2- Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao Cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura reportada ao mês no qual se verificou o incumprimento ou no mês em que o Contraente Público decida a sua aplicação.

Cláusula 33.ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhes fossem razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que estes se integrem, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
- d) manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência suas ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;

g) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 34.^a

Responsabilidade

- 1- O cocontratante, por si e pelos técnicos seus colaboradores, assume a responsabilidade pela perfeita adequação do trabalho e das condições nele previstas à realidade e particularidade dos fins a que se destina, obrigando-se a cumprir todas as especificações necessárias, bem como respeitar toda a legislação em vigor aplicável à execução do presente contrato.
- 2- Nos termos do número anterior, o Cocontratante assume a inteira responsabilidade por todos os prejuízos decorrentes de quaisquer penalidades ou indemnizações que o Contraente Público seja chamado a suportar, em caso de comprovada violação pelo cocontratante de quaisquer disposições legais ou contratuais aplicáveis;
- 3- Cabe igualmente ao cocontratante obter, sempre que necessárias, todas as autorizações e licenças, particulares ou administrativas, inerentes ao exercício das atividades aqui em apreço, suportando igualmente todas as respetivas despesas.
- 4- O cocontratante será responsável pela perda, extravio ou dano que eventualmente provoque na infraestrutura geral de recolha de RU, nomeadamente todos os resultantes de uma utilização imprudente e contrária às regras próprias de utilização dos mesmos.

Cláusula 35.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, sem qualquer outra formalidade, exceto a referida no número 2 da presente cláusula:

a) causa geral de resolução – no caso do Cocontratante violar de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbe, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;

b) causa especial de resolução – pelo atraso na conclusão dos serviços prestados, desde que superior a 30 (noventa) dias.

2 - O direito de resolução, referido no número 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada por carta registada ou por meio de transmissão eletrónica (correio eletrónico com aviso de entrega), com aviso prévio de 30 (trinta dias), a contar da data da verificação do incumprimento, nos termos referidos no número anterior.

Cláusula 36.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando, qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 - Nos casos previstos no nº 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

PARTE IV

Disposições finais

Cláusula 37.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante carece de autorização, por escrito, do contraente público, nos termos do disposto no CCP.

2 - Nos casos de subcontratação, o Cocontratante permanece integralmente responsável perante o Contraente Público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

3 - A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada, pelo Cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

Clausula 38.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

3 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Cláusula 39.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contados nos termos do previsto no CCP.

Cláusula 40.^a

Execução da caução

- 1 – A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, cumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 2 – A resolução do contrato pelo Contraente Público não impede a execução da caução contanto que para isso haja motivo.
- 3 – A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação do Contraente Público para esse efeito.
- 4 – A caução a que se refere o número anterior é liberada nos termos do artigo 295º do CCP.

Cláusula 41.^a

Direito aplicável

- 1 – O contrato é regulado pela legislação portuguesa, com expressa renúncia a qualquer outra.
- 2 - Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente CE, aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

PARTE V

Resolução de litígios

Cláusula 42.^a

Foro Competente

- 1 – Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa-fé contratual, previamente ao recurso à via contenciosa.
- 2 – Quando as partes não conseguirem chegar ao acordo previsto no número anterior para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outra.

ANEXOS

ANEXO I

Quadro – Sanções previstas no Caderno de encargos

Penalidades		Tipo de Penalidades		
		Leve	Grave	Muito Grave
1	Incumprimento do prazo de reposição de serviço Não Crítico, conforme n.º 2 da cláusula 16. ^a		X	
2	Incumprimento do prazo de reposição de serviço Crítico, conforme n.º 2 da cláusula 16. ^a			X
3	Incumprimento mensal dos objetivos de reciclagem, conforme cláusula 19. ^a		X	
4	Paralisação total e absoluta da execução da prestação imputável ao cocontratante			X
5	Atitude incorreta de colaborador da entidade adjudicatária relativamente ao público ou técnicos da CML			X
6	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas na alínea a) da cláusula 10. ^a			X
7	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas nas alíneas c), e), f) e g) da cláusula 9. ^a		X	
8	Omissão de prestar apoio tecnológico no âmbito do serviço quando solicitada pela CML		X	
9	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas nas alíneas a) e c) da cláusula 11. ^a		X	
10	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas na alínea d) da cláusula 12. ^a		X	
11	Acesso às centrais de pessoas não diretamente ligadas ao contrato, sem autorização da CML	X		
12	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas na alínea d) da cláusula 10. ^a	X		
13	Falta de cumprimento das obrigações estabelecida nas alíneas b), d), f), g), h) e i) da cláusula 11. ^a	X		
14	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas das alíneas a), e) da cláusula 12. ^a	X		
15	Falta de cumprimento das obrigações estabelecidas nas alíneas a), b) e d) da cláusula 13. ^a	X		
16	Atraso na entrega ou entrega incompleta dos relatórios mensais de exploração previstos na alínea c) da cláusula 12. ^a	X		
17	Veículo em deficiente estado de conservação, limpeza, pintura ou com distintivos não autorizados	X		
18	Pessoal deficientemente fardado ou equipado	X		
19	Reincidência de faltas graves			X
20	Reincidência de faltas ligeiras		X	

ANEXO II

Localização das Centrais

Central Sul (Sul1 e Sul2) de Recolha Pneumática de RU do Parque das Nações



Morada: Passeio do Báltico lote 1.21, 1998-018 Lisboa

Central Norte de Recolha Pneumática de RU do Parque das Nações



Morada: Rua do Príncipe do Mónaco (Alberto I), n.º 8 (antigo lote4.76), 1990-516 Lisboa

ANEXO III

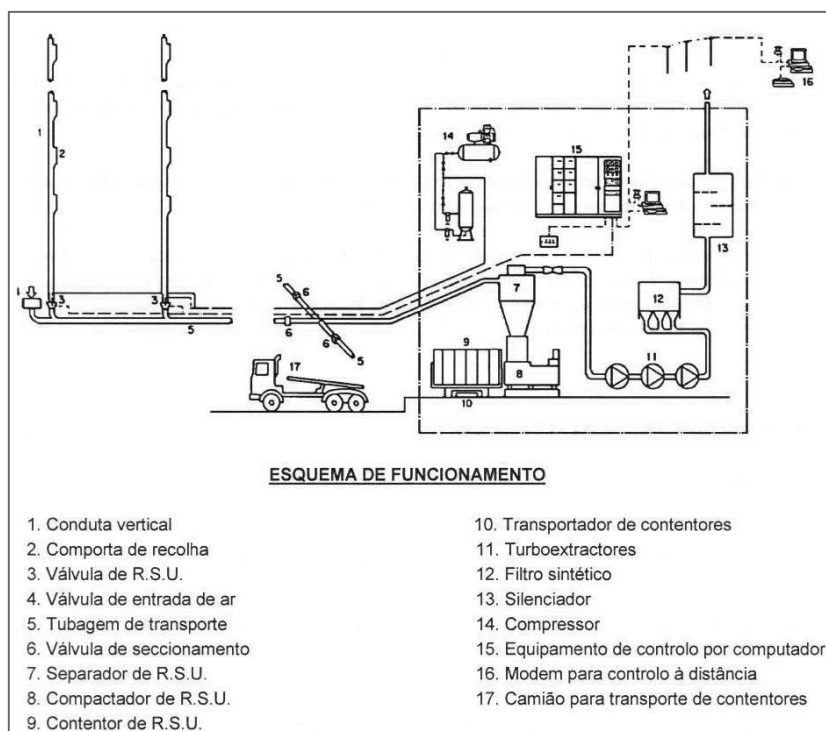
Breve descrição do funcionamento do sistema pneumático do Parque das Nações

O Sistema Pneumático do Parque das Nações funciona através da implementação de uma vasta rede de tubagem enterrada em vala e em galeria técnica, ligando todos os edifícios residenciais, de escritórios e comerciais instalados nesta área e locais de recolha pública exteriores. Esta rede encontra-se dividida em duas zonas: uma parte em Galeria Técnica com um comprimento de cerca de 6 Km e, outra parte, enterrada em vala com aproximadamente 14 Km de comprimento.

Este sistema é comandado por três centrais automáticas de recolha, a Central Sul 1, Sul2 (1 dupla geminada na zona Sul) e a Central Norte, a partir das quais os resíduos são recolhidos e posteriormente transportados para destino final.

Nestas centrais encontram-se instalados os equipamentos necessários à extração do ar da rede de condutas por forma a assegurar o transporte pneumático dos resíduos (turbo-extratores), à separação entre os resíduos e o respetivo ar de arrastamento (ciclones), à compactação e acondicionamento dos resíduos em contentores herméticos de 30 m³ cada um, à filtragem do ar devolvido à atmosfera e finalmente à operação, controlo e supervisão do funcionamento de todo o sistema (painel de controlo). Os resíduos depositados nas bocas coletoras instaladas nos prédios de habitação, nos restaurantes, nas áreas comerciais e nos espaços públicos são, desta forma, aspirados por uma corrente de ar até à respetiva central de recolha onde são acondicionados. Esta operação, totalmente informatizada é controlada por meio de um programa automático que comanda o acionamento electropneumático de abertura e fecho das válvulas sem que haja qualquer contacto com os recipientes ou sacos de resíduos ao longo das condutas.

Na figura seguinte apresenta-se um esquema de funcionamento do sistema que opera no PN.



Esquema de funcionamento do sistema pneumático (Fonte: Envac/Centralsug)

Os resíduos são recolhidos nas comportas de recolha (2). As condutas verticais (1) ligam as comportas às válvulas de resíduos sólidos (3), situadas nas caves dos edifícios servidos pelo sistema. No extremo de cada ramal de tubagem, uma válvula de ar (4) regula a entrada de ar no sistema. As válvulas de resíduos abrem-se duas ou mais vezes ao dia e, ao abrir, os resíduos sólidos caem dentro da tubagem subterrânea de transporte (5), onde são aspiradas por uma potente corrente de ar. As Válvulas de secionamento (6) isolam os ramos principais da rede de tubagem. A depressão na conduta varia entre 15 – 30 KPa.

Dentro da central de recolha, os resíduos urbanos (RU) são separados do ar de transporte pelo separador de RU (7). Os resíduos caem assim dentro do compactador (8), que os introduz e compacta dentro dos grandes contentores (9). Um transportador automático (10) encarrega-se de substituir os contentores cheios por outros vazios. A aspiração que torna possível o transporte pneumático é realizada pelos turbo-extratores (11), ligados em série. Posteriormente, o ar aspirado passa por um filtro sintético (12) onde se eliminam as partículas de pó. Antes de ser expulso, o ar passa por um silenciador (13). Um compressor com os respetivos acessórios (14) fornece o ar comprimido que aciona todas as válvulas situadas ao longo da rede de recolha. O processo de recolha, que funciona automaticamente, é controlado e supervisionado por um equipamento de controlo com computador (15). A única operação que requer mão-de-obra é o camião (17), que transporta os contentores cheios ao destino final. Uma vez vazios, estes são transportados novamente para a central (fonte: Plano Estratégico de RSU para o Parque das Nações).

ANEXO IV

Apresenta-se nos quadros e figuras alguns dados gerais sobre o sistema:

Quadro I - Quantidade Total de RU recolhidos por cada Central em 2016

Central	Quantidade anual [kg]	Média diária [kg]
Sul 1	4.165.260	11.412
Sul 2	2.079.980	5.699
Norte	2.621.000	7.181

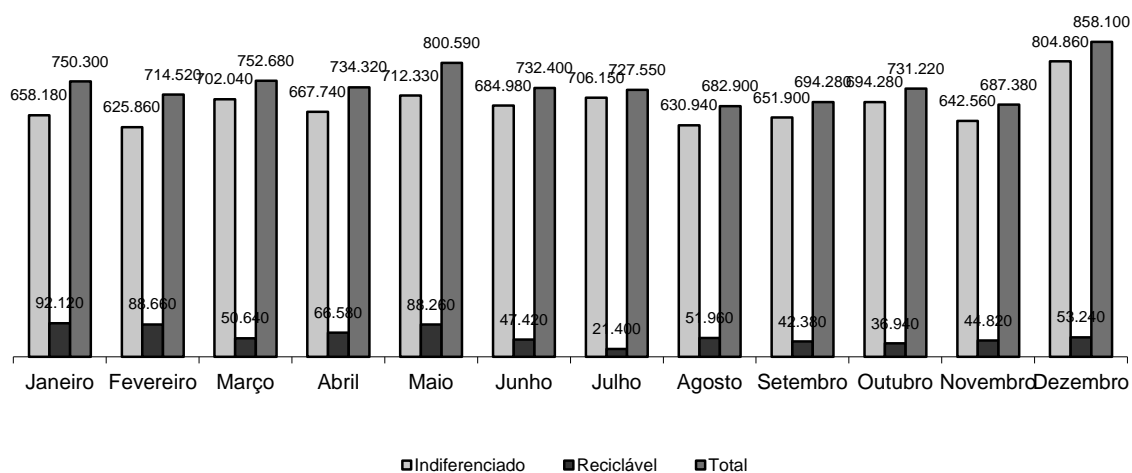


Figura I - Evolução dos quantitativos recolhidos durante o ano de 2016.

Quadro II – N.º total de reparações manutenções preventivas e corretivas, nomeadamente nas redes interiores, rede de transporte e centrais realizadas em 2016.

Tipo de Manutenção	Central	Rede Geral	Redes Interiores
Preventiva	72	131	396
Corretiva	97	52	311

NOTA: Este quadro contempla apenas intervenções “com alguma dimensão”, e exclui, na sua grande maioria, as ações levadas a cabo na sequência de reclamações.

Quadro III – Consumo de energia elétrica e respetivo custo por central nos últimos dois anos;

Identificação da Central	Consumo energia eléctrica [kWh]		Custo energia eléctrica [kWh]	
	2015	2016	2015	2016
Sul	1.943.551	2.160.956	202.873,15 €	227.132,03 €
Norte	630.421	678.664	77.525,53 €	83.302,80 €

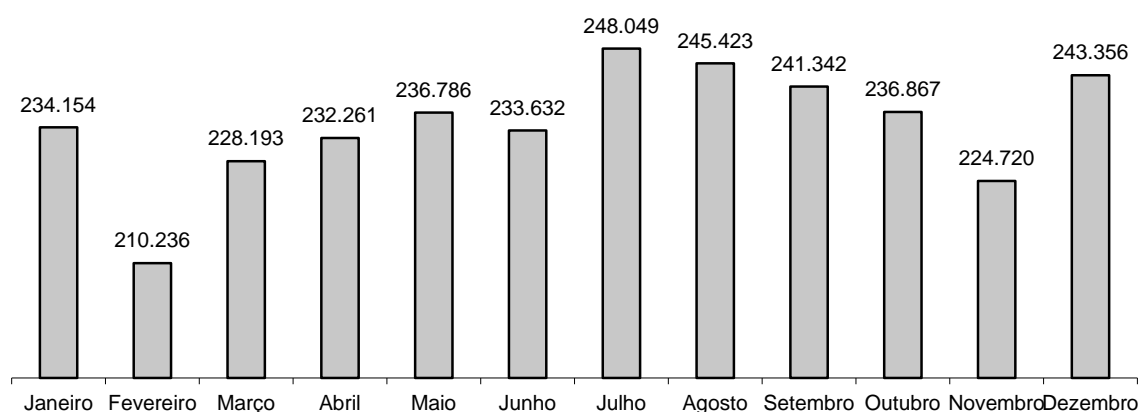


Figura I – Evolução do consumo de energia em 2016

ANEXO V

Minuta do Contrato de Assistência Técnica de Condutas Verticais e Comportas de Recolha de Edifícios

Condomínio do Edifício do Nr.º ou Lote __. __. __, com sede em _____, pessoa colectiva
a n.º _____, representada pelos Sr. _____ e Sr. _____, conforme acta anexa, a seguir designado por Condomínio.

e

Designação do Cocontratante, com sede _____, pessoa colectiva
n.º _____, representada _____, e a seguir designada por Contratante
ou _____,

CONSIDERANDO QUE:

- A) A CML e o cocontratante celebraram um Contrato para a EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE RECOLHA AUTOMÁTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), situada no Parque das Nações, doravante designado _____;
- B) A fase de exploração técnica que inclui a operação e manutenção da Rede Geral do Sistema de Recolha Pneumática de RSU;
- C) O cocontratante, enquanto contraparte na operação e manutenção da rede geral, efetuará a assistência técnica das condutas verticais e das comportas de recolha de cada edifício através da contratação em separado, com os diferentes condomínios servidos pela instalação de recolha pneumática do Parque das Nações;
- D) As partes já acordaram sobre as condições a que os referidos serviços de manutenção deveriam obedecer.

É CELEBRADO E RECIPROCAMENTE ACEITE O ACORDO CONSTANTE DOS TERMOS E CONDIÇÕES ESPECIFICADOS NAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULAS:

1. OBJECTO

O objeto deste contrato é a realização pelo Contratante dos trabalhos de assistência técnica das condutas verticais e comportas de recolha da instalação de recolha pneumática de resíduos sólidos urbanos do Edifício sito em _____, n.º _____.

2. LIMITES DAS INSTALAÇÕES SUJEITAS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.1 Os limites das instalações sujeitas à assistência técnica são os seguintes:

- i) Condutas verticais, incluindo todas as instalações desde o ponto de ligação com a válvula de lixo, bem como, a conduta e os dispositivos de ventilação.
- ii) Comportas de recolha, incluindo todas as instalações de comportas de utilização habitacional de diâmetro de 300 mm e as comportas comerciais 400 x 500 (ou 400 x 400) mm, instaladas no edifício.

2.2 Ficam expressamente excluídos das operações de assistência técnica os trabalhos de construção civil relacionados com as condutas verticais, com os compartimentos das válvulas e com os dispositivos de ventilação.

3. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.1 Os serviços contratados ao abrigo do presente contrato deverão ser levados a cabo pelo Contratante, dentro dos limites indicados no número dois supra, por forma a assegurar o bom estado de todas as instalações, estando apenas incluídas as visitas e inspeções de rotina destinadas a assistência técnica de natureza preventiva, que serão realizadas duas vezes por ano.

3.2 Ficam expressamente excluídas do âmbito dos serviços de manutenção abrangidos pelo presente contrato:

- i) as operações de limpeza do interior da conduta vertical, em caso de solicitação do Condomínio, serão objeto de orçamento prévio após inspeção pelo Contratante e aprovação pelo Condomínio;
- ii) as operações resultantes de utilização incorreta da instalação, incluindo designadamente a remoção de bloqueios de resíduos formados nas condutas verticais, a remoção de resíduos formados nas válvulas do lixo, a remoção de bloqueios de resíduos formados na rede horizontal dos tubos (rede geral e redes internas), bem como a reparação de eventuais danos resultantes de utilização incorreta.
- iii) as operações de manutenção ou reparação de equipamentos ou materiais de reposição, as quais deverão ser objeto de orçamento prévio a aprovar pelo condomínio.

3.2.1 Os serviços referidos nas alíneas i), ii) e iii) do número anterior serão prestados pelo Contratante a solicitação do Condomínio e, por que não cobertos pelo presente contrato, serão objeto de pagamento em separado.

3.2.2 Para efeitos do presente contrato entende-se por utilização incorreta o não cumprimento das normas de utilização entregues pelo Contratante aos utilizadores nos termos do número cinco infra.

3.3 Para cada serviço prestado será produzido o respetivo Relatório de Trabalho que deverá ser assinado pelo Administrador do Condomínio do Edifício em questão, ou pelo Administrador do Edifício.

4. ACESSIBILIDADE

Os condóminos facilitarão em qualquer altura o acesso do pessoal autorizado pelo Cocontratante às condutas verticais e às comportas de recolha, bem como, aos compartimentos das válvulas situadas nas caves dos edifícios, tanto para os trabalhos de assistência técnica, como para o caso de existirem bloqueios nas condutas verticais ou nos compartimentos das válvulas.

5. OUTRAS OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Ao cocontratante compromete-se a fornecer uma folha de instruções relativas ao sistema dirigida aos utilizadores, onde serão indicadas as normas básicas para uma utilização correta.

Por outro lado e duas vezes por ano no máximo, o condomínio poderá requerer a presença do pessoal do cocontratante, a fim de explicar aos utilizadores o funcionamento do sistema.

6. DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato é celebrado pelo prazo de um ano contado da data da sua assinatura e, sem prejuízo do estipulado no número 6.3 infra, será suscetível de prorrogação automática por igual período, salvo ocorrência de denúncia.

6.2 A denúncia do presente contrato deverá ser efetuada por uma parte à outra, com a antecedência mínima de três meses relativamente ao termo inicial ou respetiva prorrogação.

6.3 A prorrogação do presente contrato deixará de ser automática, passando a constituir uma faculdade do Cocontratante se o CONTRATO PRINCIPAL, a que se refere o Considerando A) supra, deixe de estar em vigor. A não existência do CONTRATO PRINCIPAL obrigará à revisão automática das condições de preço constantes do ponto 7 infra e Anexo.

7. PREÇOS DE REFERÊNCIA (de acordo com o último contrato)

7.1 O preço para os serviços de assistência técnica abrangidos pelo presente contrato é de € 70,84 (setenta euros e oitenta e quatro centimos), acrescidos de IVA à taxa legal aplicável, por ano e por prumada existente no Edifício (_ prumadas), pelo que, o valor anual será de € ____,__ (_____ euros e _____ centimos) + IVA .

- 7.2** No caso de utilização incorreta da instalação, nos termos do especificado no ponto 3.2 supra e de danos ou avarias causados aos equipamentos do Sistema RSU em consequência da reparação de outros serviços/instalações comuns dos edifícios situados dentro do compartimento da válvula do lixo, como, por exemplo, saneamento, água, sistema contra os incêndios, etc., o preço por serviço de intervenção é fixado em € 35,42 (trinta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal aplicável /hora/homem com um mínimo de 2 horas por serviço.
No caso de serviço noturno ou de fim de semana o custo horário é de € 53,14 (cinquenta e três euros e treze cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal aplicável.
- 7.3** Sempre que se verificar a necessidade de execução de serviços de manutenção corretivos cujo custo ultrapasse € 195,74 (cento e noventa e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) os referidos serviços deverão contar com a aprovação do Administrador do imóvel antes da sua execução.
- 7.4** No Anexo 1 encontram-se indicados os preços unitários de fornecimento e montagem de peças e equipamentos que poderá ser necessário substituir.

8. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1** O custo de manutenção preventiva será pago pelo Condomínio à Contratante contra apresentação da respetiva fatura trinta dias após a assinatura do presente contrato. Os serviços por utilização indevida das instalações e as anuidades sucessivas de manutenção preventiva serão pagas nos trinta dias seguintes à apresentação da fatura.
- 8.2** Os valores supra referidos serão liquidados preferencialmente por transferência bancária, para o Número de Identificação Bancária (NIB) -----(Banco)-----, devendo o respetivo comprovativo de pagamento ser enviado até ao final do prazo estipulado no ponto 8.1.
- 8.3** O Cocontratante reserva-se o direito de não atender pedidos de serviço em caso de não pagamento de faturas precedentes. Neste caso, todos os prejuízos originados resultantes desta situação serão da responsabilidade exclusiva do respetivo Condomínio.
- 8.4** Sem prejuízo do estipulado no número anterior, fica expressamente estipulado que a mora no pagamento das faturas, por um período superior a 15 dias sobre o seu vencimento, gera para o Condomínio o pagamento ao Contratante, de juros de mora à taxa legal em vigor acrescida de um “spread” de dois pontos percentuais, a calcular sobre a quantia em dívida até integral pagamento.

9. REVISÃO DE PREÇOS

Os preços assinalados no presente contrato, serão revistos anualmente em Janeiro com base no índice de preços de consumo dos últimos doze meses imediatamente anteriores.

10. COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações entre o Contratante e o Condomínio relativas ao presente contrato deverão ser endereçadas para as moradas constantes do preâmbulo deste documento, através de fax confirmado ou por carta registada com aviso de receção.

11. ALTERAÇÕES

11.1 Nada foi convencionado entre o Contratante e o Condomínio, direta ou indiretamente relacionado com a matéria objeto do presente contrato, para além do que fica escrito nos considerandos, cláusulas e anexos que dele fazem parte integrante.

11.2 Quaisquer alterações ao presente contrato só serão válidas desde que convencionadas por escrito, com a menção expressa de cada uma das cláusulas eliminadas e da redação que passa a ter cada uma das aditadas ou alteradas.

12. FORO

Para quaisquer litígios emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Cível da Comarca de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

A minuta do contrato deverá incluir a seguinte informação:

- Em anexo deverá constar a lista de Preços Unitários de Fornecimento e Montagem de Peças e Equipamentos (IVA, não incluído);
- Ficha de trabalhos com a descrição da atividade Limpeza das Prumadas.

Lisboa, __ de _____ de _____

PELO CONDOMÍNIO

PELO COCONTRATANTE



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Higiene Urbana
Departamento de Higiene Urbana

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do
Sistema de Recolha Automático de Resíduos Urbanos no Parque das Nações ”**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Processo nº __/CLPQ/DA/CCM/2017

Índice

Capítulo I	
Disposições Gerais.....	
Artigo 1.º	
Objeto do procedimento	
Artigo 2.º	
Entidade Adjudicante.....	
Artigo 3.º	
Órgão competente para a decisão de contratar.....	
Artigo 4.º	
Consulta e fornecimento das peças do procedimento	
Artigo 5.ª	
Visitas às Centrais do Sistema Pneumático	
Artigo 6.º	
Esclarecimento e retificações sobre as peças do procedimento	
Artigo 7.º	
Idioma da candidatura e dos documentos	
Artigo 8.º	
Fases do Procedimento.....	
Artigo 9.º	
Candidatos.....	
Artigo 10.º	
Qualificação dos candidatos	
Artigo 11.º	
Requisitos mínimos de capacidade financeira.....	
Artigo 12.º	
Requisitos mínimos de capacidade técnica	
Artigo 13.º	
Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamentos candidatos	
Artigo 14.º	
Documentos que constituem a candidatura	
Artigo 15.º	
Documentos destinados à qualificação dos candidatos	
Artigo 16.º	
Modo de apresentação das candidaturas	

Artigo 17.º
Prazo para a apresentação das candidaturas
Artigo 18.º
Lista dos candidatos e consulta das candidaturas apresentadas
Artigo 19.º
Análise das candidaturas
Artigo 20.º
Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final da fase de qualificação
Artigo 21.º
Decisão de qualificação
Capítulo III
Fase de Apresentação e Análise das Propostas e da Adjudicação
Artigo 22.º
Convite e prazo à apresentação de propostas
Artigo 23.º
Erros e Omissões do Caderno de Encargos
Artigo 24.º
Proposta e seus elementos
Artigo 25.º
Modo de apresentação da Proposta
Artigo 26.º
Documentos que constituem as propostas
Artigo 27.º
Propostas variantes
Artigo 28.º
Leilão eletrónico
Artigo 29.º
Preço anormalmente baixo
Artigo 30.º
Prazo para a apresentação das propostas
Artigo 31.º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas
Artigo 32.º
Abertura de propostas
Artigo 33.º
Critério de adjudicação

Artigo 34.º	
Esclarecimentos sobre as propostas	
Artigo 35.º	
Análise das propostas e Relatório Preliminar	
Artigo 36.º	
Audiência prévia	
Artigo 37.º	
Relatório final	
Artigo 38.º	
Decisão de adjudicação	
Artigo 39.º	
Notificação da adjudicação	
Artigo 40.º	
Documentos de habilitação	
Artigo 41.º	
Caução	
Artigo 42.º	
Minuta de contrato	
Artigo 43.º	
Outorga do contrato	
Capítulo IV	
Disposições Finais	
Artigo 44.º	
Despesas e encargos	
Artigo 45.º	
Impugnações administrativas	
Artigo 46.º	
Legislação aplicável	

ANEXOS.....	
A – ANEXOS DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS	
Anexo I.....	
Modelo de declaração	
Requisitos mínimos de Capacidade Financeira do candidato.....	
Anexo II.....	
Modelo de declaração	
Anexo III.....	
Modelo de Declaração Identificação agrupamentos.....	
Anexo IV	
Modelo de Declaração Obrigatória.....	
Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato	
Anexo V	
Modelo de Declaração.....	
Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato	
AnexoVI	
Modelo de Declaração.....	
Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato	
Anexo VII	
Modelo de Declaração.....	
Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato	
Anexo VIII	
Modelo de Declaração.....	
B – ANEXOS DA FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO	
Anexo IX	
Convite.....	
Anexo X	
Modelo de Declaração.....	
Anexo XI	
Minuta da Proposta	
Anexo XII	
Garantia Bancária.....	
Anexo XIII	
Caução.....	
Anexo XIV	
Modelo de Guia de Depósito.....	

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automático de Resíduos urbanos no Parque das Nações”**, utilizando para o efeito as respetivas infraestruturas construídas, ou a construir, nos termos do plano de urbanização e respetivos planos de pormenor do comumente denominado “parque das nações”, correspondente à definição legal da “zona de intervenção da expo ’98”.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

2. A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, através do DEPARTAMENTO DE HIGIENE URBANA DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA, sito no Edifício do Entrepasto na Av. Dr. Francisco Luís Gomes, 1, Piso 5 Fração 5.3, 1800-177 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dmhu.dhu@cm-lisboa.pt, telefone 218 172 960, sendo o concurso realizado através da Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos, sito no Campo Grande, nº 25 – 9º Piso – Bloco A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.
3. O presente concurso público processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública “acingov” utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 32º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa, através da Proposta n.º __, aprovada em reunião de [Dia] de [Mês] de 2017, e autorizada a repartição de encargos pela Assembleia Municipal de Lisboa na reunião de de de 2017, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, na alínea f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do n.º 1 do artigo 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

Artigo 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e respetivos Anexos encontram-se patentes nos serviços na Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25, 9º piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde podem ser consultados desde o dia da publicação do anúncio do procedimento até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do disposto no artigo 133.º, n.º 1, do CCP.
2. O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos encontram-se patentes na plataforma eletrónica “acinGov” desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação de propostas.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento.
4. Para ter acesso à plataforma “acinGov”, o interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, carregar no separador “Aderir” e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos neles identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “acinGov”. A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.

6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.

Artigo 5.º

Visitas às Centrais do Sistema Pneumático

No decurso do primeiro terço do prazo de apresentação de propostas, os interessados podem solicitar a marcação prévia de visita às centrais de recolha, mediante requerimento dirigido à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica “acinGov”, com vista a permitir que quaisquer pedidos de esclarecimentos formulados pelos interessados, incluam as eventuais dúvidas decorrentes da visita e devendo inteirar-se das condições que entendam poder influir no modo de execução das prestações objeto do contrato e confirmar os dados e elementos disponibilizados pela entidade adjudicante.

Artigo 6.º

Esclarecimento e retificações sobre as peças do procedimento.

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente Programa do Procedimento, Convite e do Caderno de Encargos são da competência do júri do procedimento.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento, por escrito, ao júri do procedimento com a indicação da referência do concurso, através da plataforma eletrónica «acinGov» até:
 - a) Ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase), contado a partir da data do envio, para publicação, do anúncio;
 - b) Ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase), contado a partir da data do envio do convite para apresentação de propostas.
3. Os esclarecimentos aos pedidos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica até:
 - a) Ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, contado a partir da data do envio, para publicação, do anúncio, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);
 - b) Ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da data do envio do convite para apresentação de propostas, na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase).
4. Durante os prazos e nos termos referidos no n.º 3, poderá ainda o órgão competente para a decisão de contratar-proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso.

5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica «acinGov» e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Idioma da candidatura e dos documentos

A candidatura, proposta e os documentos que as constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa contudo, quando pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar da tradução devidamente legalizada.

Artigo 8.º

Fases do Procedimento

O presente concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos – 1ª fase;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação – 2ª fase.

Capítulo II

Fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos

Artigo 9.º

Candidatos

1. É candidato a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa na fase de qualificação mediante a apresentação de uma candidatura, e que não se encontra em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser candidatos agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Todos os membros do agrupamento assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária pela manutenção da proposta.

4. Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos individuais no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato.
5. Em caso de adjudicação, as entidades que compõem o agrupamento associar-se-ão obrigatoriamente antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.
6. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de Consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do Contrato.
7. Não podem ser candidatos ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 10.º

Qualificação dos candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação.
2. Serão qualificados os candidatos que cumpram os requisitos mínimos obrigatórios de capacidade financeira e capacidade técnica previstos nos artigos 11.º e 12.º do presente Programa de Procedimento.

Artigo 11.º

Requisitos mínimos de capacidade financeira

1. Os candidatos devem cumprir o requisito mínimo de capacidade financeira exigido no n.º 2 do artigo 165º do CCP, sendo que o valor do fator “f” constante da expressão matemática prevista no Anexo I do presente Programa é igual a 5.
2. Os valores constantes dos documentos referidos na alínea a) do artigo 15º do presente procedimento prevalecem em caso de divergência, sobre os constantes das declarações referidas na alínea b) do mesmo artigo.

Artigo 12.º

Requisitos mínimos de capacidade técnica

1. Os candidatos devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica, sendo motivo de exclusão o não cumprimento de qualquer um deles.
 - 1.1. Ter concluído nos últimos 5 anos, até ao dia 1 de janeiro de 2017, trabalhos de Exploração Técnica, Operação e Manutenção de Sistemas de Recolha Automática de RU, em instalações, com um mínimo de 250 válvulas de descarga de RU associadas, atendendo às características técnicas do sistema atualmente existente no Parque das Nações, sendo a sua participação, no âmbito desse contrato, individual ou, se incluída num agrupamento, como líder desse agrupamento ou com uma participação igual ou superior a 40%.
 - 1.2. Deter uma equipa técnica com experiência profissional comprovada em trabalhos de Exploração, Operação e Manutenção de Sistemas de Recolha Automática de RU, de pelo menos 5 anos, em sistemas com pelo menos 250 válvulas de descarga de resíduos urbanos, e com um mínimo de um Técnico Superior e 3 Operadores do Sistema, devendo para o efeito apresentar a formação, experiência e categoria profissional adequada.
 - 1.3. Deter um sistema operativo (software/hardware) de automação próprio para gerir e operar de forma automática as infraestruturas instaladas no âmbito do presente concurso. Demonstração da compatibilidade com as componentes físicas do sistema presentemente instalado, de acordo com os seguintes pontos:
 - i) Funcionalidades do software a instalar;
 - ii) Cronograma de implementação do software de automação para operar a infraestrutura;
 - iii) Referência aos locais onde se encontram instalados.
 - 1.4. Deter a capacidade de repor a normalidade em situações de falha ou paragens críticas do sistema, nomeadamente:
 - i) Dispositivos de intervenção;
 - ii) Política de gestão de stocks;
 - iii) Prontidão de equipas técnicas
 - iv) Tempos de resposta.
 - 1.5. Deter certificação no sistema de gestão da qualidade de acordo com as normas ISO 9001:2008.

Artigo 13.º

Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamentos candidatos

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9º, do respetivo Programa do Procedimento, considera-se que preenche os requisitos mínimos de capacidade financeira, previstos no artigo 11º apenas quando o membro ou um dos membros com a maior participação, preencha individualmente o requisito previsto.
2. Se o membro ou um dos membros com maior participação se tiver constituído há menos de três exercícios, só serão tidos em conta os exercícios por aquele concluídos.
3. Considera-se que preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica indicados no Artigo 12º do respetivo Programa de Procedimento, sempre que o membro ou um dos membros com a maior participação preencha individualmente o requisito previsto.

Artigo 14.º

Documentos que constituem a candidatura

1. A candidatura é constituída pelos seguintes documentos, destinados à qualificação e que devem observar as regras previstas nos artigos 168º e 171º, ambos do CCP:
 - a) A declaração do candidato elaborada em conformidade com o Anexo II do Programa do Procedimento;
 - b) Os documentos destinados à qualificação dos candidatos indicados no Artigo 15º do presente Programa do Procedimento;
 - c) A declaração com a identificação do agrupamento, quando aplicável, nos termos do Anexo III do presente Programa do Procedimento;
 - d) Instrumentos de mandato, na situação e para efeitos do indicado no nº 3 do presente artigo.
2. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, a declaração referida na alínea a) do nº 1 do presente artigo deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, devendo ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
3. No caso de o candidato ser um agrupamento, a designação do candidato corresponde aquela que este adotar na declaração do candidato apresentada nos termos do Anexo I do presente Programa de Procedimento; no caso de o candidato não indicar uma designação na referida declaração, será adotada uma designação composta pelos nomes ou designações sociais das entidades que se candidatam.

Artigo 15.º

Documentos destinados à qualificação dos candidatos

1. Para verificação do cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios de capacidade financeira e capacidade técnica indicados, respetivamente, nos artigos 11.º e 12.º do presente Programa de Procedimento, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos destinados a sua qualificação:
 - a) Demonstrações de resultados dos últimos três exercícios concluídos, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas, sendo que, se o candidato for um agrupamento e se o membro com maior participação se tiver constituído há menos de três exercícios, este só tem de apresentar esta informação relativa aos exercícios concluídos;
 - b) A declaração relativa aos requisitos mínimos de capacidade financeira do candidato, nos termos do Anexo I do presente Programa de Procedimento (PP);
 - c) A declaração relativa ao requisito mínimo de capacidade técnica do candidato indicado no ponto 1.1 do artigo 12.º, nos termos do Anexo IV do presente Programa de Procedimento;
 - d) A declaração relativa ao requisito mínimo de capacidade técnica do candidato indicado no ponto 1.2 do artigo 12.º, nos termos do Anexo V do presente Programa de Procedimento;
 - e) A declaração relativa ao requisito mínimo de capacidade técnica do candidato indicado no ponto 1.3. do Artigo 12.º, nos termos do Anexo VI do presente Programa de Procedimento;
 - f) A declaração relativa ao requisito mínimo de capacidade técnica do candidato indicado no ponto 1.4 do Artigo 12.º, nos termos do Anexo VII do presente Programa de Procedimento;
 - g) O Certificado em sistema de gestão da qualidade de acordo com as normas ISO 9001:2008.
 - h) Declarações abonatórias prestadas pelas entidades públicas ou privadas a quem os serviços similares aos da presente prestação de serviços foram prestados, onde conste a descrição e montante do contrato celebrado, data e local de execução, se os serviços foram bem executados e regularmente concluídos, a duração dos trabalhos (número de anos), os trabalhos principais, bem como a data de início e fim de vigência. No caso de contratos ainda em execução devem ser igualmente apresentadas declarações abonatórias, comprovativas do requisito enunciado no ponto 1.1 do artigo 12.º deste Programa de Procedimento.
 - i) Certificados de habilitações literárias e profissionais da equipa técnica comprovativas do requisito enunciado no ponto 1.2 do artigo 12.º deste Programa de Procedimento.
 - j) Declarações abonatórias indicativas da utilização de um software de automação próprio usado para gerir e operar de forma automática a recolha pneumática de RU, comprovativas do requisito enunciado no ponto 1.3 do artigo 12.º deste PP. Apensa a esta declaração deverá constar o cronograma referente à duração da implementação do respetivo software para operar o sistema de recolha pneumática objeto do presente concurso.
 - k) Declarações abonatórias prestadas pelas entidades públicas ou privadas onde conste que não houve falhas e/ou paragens críticas no sistema de recolha devido à quebra do fornecimento de materiais e equipamento no exercício da atividade, comprovativas do requisito enunciado no ponto 1.4 do artigo 12.º deste PP. Apensa a esta declaração deverá constar a descrição dos dispositivos de intervenção, política de gestão de stocks, prontidão de equipas técnicas e tempos de resposta.

Artigo 16º

Modo de apresentação das candidaturas

1. As candidaturas, assim como todos os documentos referidos nos artigos 14.º e 15.º, devem ser submetidos na plataforma eletrónica “**acinGov**”, e devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
3. No caso de agrupamento de candidatos, as candidaturas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do nº 3 do artigo 13º do presente Programa de Procedimento.
4. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os candidatos inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
5. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “**acinGov**” pode a Entidade Adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 17.º

Prazo para a apresentação das candidaturas

1. As candidaturas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados, diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica “**acinGov**”, até às 19h00 do dia indicado na referida Plataforma.
2. Os candidatos devem prever o tempo necessário para a inserção das candidaturas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as candidaturas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no nº 1.
3. A receção das candidaturas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

5. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.
6. As candidaturas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo candidato à Entidade Adjudicante. A retirada da candidatura não prejudica o direito de apresentação de nova candidatura dentro do prazo inicialmente fixado.

Artigo 18.º

Lista dos candidatos e consulta das candidaturas apresentadas

1. O júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicitação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica “**acinGov**”.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password, aos candidatos incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as candidaturas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas, não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 19.º

Análise das candidaturas

1. A análise das candidaturas será realizada com base na verificação e análise da documentação entregue e, se necessário, com base nos esclarecimentos solicitados aos candidatos.
2. O Júri pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação, que considere necessários para efeitos de análise das candidaturas.
3. Os esclarecimentos prestados pelos candidatos fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea e) do nº 2 do artº 184º do CCP.
4. Os candidatos obrigam-se a prestar os esclarecimentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da receção do pedido do Júri.

Artigo 20.º

Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final da fase de qualificação

1. Após a análise das candidaturas, referida no número interior, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a qualificação e ordenação dos candidatos.
2. No relatório preliminar, o júri deve também propor a exclusão de candidaturas, designadamente por verificação de qualquer das situações elencadas no nº 2 do artigo 184º do CCP.
3. No relatório preliminar da fase de qualificação deve constar ainda referência aos eventuais esclarecimentos prestados pelos candidatos.
4. Os candidatos têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.
5. Recebidas as respostas dos candidatos ou decorrido o prazo previsto no número anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, seguindo-se, nesta parte, o disposto no artigo 186º do CCP.
6. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas constantes do relatório final, nomeadamente para efeitos de qualificação dos candidatos.

Artigo 21.º

Decisão de qualificação

1. O órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de qualificação no prazo máximo de 44 dias úteis após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procedendo à notificação de todos os candidatos e remetendo aos mesmos o relatório final da fase de qualificação.
2. Os candidatos qualificados passam a fase seguinte em condições de igualdade.

Capítulo III

Fase de Apresentação e Análise das Propostas e da Adjudicação

Artigo 22.º

Convite e prazo à apresentação de propostas

1. Com a notificação referida no n.º 1 do artigo anterior, o contraente público, envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite à apresentação de propostas, conforme modelo constante do Anexo VIII ao presente Programa de Procedimento.
2. As propostas bem como os documentos que as constituem devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «acinGov» em <https://www.acingov.pt>, à data e hora indicadas na referida Plataforma.

3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora indicadas no convite.
4. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
5. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
6. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

Artigo 23.º

Erros e Omissões do Caderno de Encargos

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, as entidades convidadas devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma “**acinGov**”, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a: aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar ou condições técnicas de execução do objeto do contrato que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer entidade convidada, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelas entidades convidadas, bem como as decisões previstas nos 3 e 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica “**acinGov**”, pelo Contraente Público e juntas às peças procedimentais, devendo todas as entidades convidadas ser imediatamente notificadas daquele facto.

Artigo 24.º

Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais;
4. No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes, ou pelo representante comum dos membros que o integram.

Artigo 25.º

Modo de apresentação da Proposta

1. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “**acinGov**”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
5. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
6. Os títulos dos ficheiros devem incluir a alínea do artigo 25º do Programa de Procedimento a que respeita.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade concedente o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “**acinGov**”, pode a entidade concedente exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
9. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta assim como todos os documentos, referidos no nº 1 do presente artigo, devem ser assinados eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 23º.
10. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
11. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 26.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo X ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b) **Minuta da proposta**, preenchida integralmente de acordo com o modelo constante do Anexo XI ao presente Programa do Procedimento;
 - c) Memória descritiva, devidamente pormenorizada onde esteja incluído:
 - Metodologias e técnicas propostas para a execução do trabalho, incluindo os aspetos técnicos e respetivas metodologias de atuação;
 - Software a instalar onde deverão apresentar as funcionalidades deste, demonstrando a sua compatibilidade com as características técnicas do sistema implementado no Parque das Nações e respetivo cronograma de implementação.
 - Dispositivos de intervenção, política de gestão de stocks, prontidão de equipas técnicas e tempos de resposta.
 - d) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;

- e) Declaração, sob compromisso de honra, de, em caso de adjudicação, celebrar uma apólice de seguro que garanta a responsabilidade civil se vier a incorrer por danos patrimoniais e não patrimoniais, causados ao Contraente Público, seus agentes, operadores ou terceiros em consequência de erros ou omissões cometidos no exercício da atividade da Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automática de Resíduos Urbanos;
- f) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

Artigo 27.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do Caderno de Encargos.

Artigo 28.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 29.º

Preço anormalmente baixo

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os preços resultantes de uma proposta são considerados anormalmente baixos, quando o valor apresentado seja 50% ou mais inferior ao valor do concurso.

Artigo 30.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica “**acinGov**”, até às 19h00 do dia indicado na referida Plataforma.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1.
3. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

4. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
5. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.
6. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente ao Contraente Público. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.
7. O prazo para apresentação de propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados domingos e feriados

Artigo 31.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 90 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 32.º

Abertura de propostas

1. O júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica “**acinGov**”.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password, aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas, não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 33.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério do Preço Mais Baixo da proposta para o Contraente Público, de acordo com o artigo 74º, nº 1, alínea b) do CCP.
2. O Preço Mais Baixo apresentado terá de ser calculado tendo em conta o estipulado na cláusula 26.ª do caderno de encargos do presente concurso, de acordo com preço total mensal que será aplicado através da soma de duas parcelas, uma fixa (PF) por escalões e outra variável (PV), na proporção dum Preço Base (PB) por abertura de válvula de retenção, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = PF + PV$$

- O **PF (Preço Fixo)** - incluirá todos os custos fixos da exploração, operação e manutenção do sistema, nomeadamente, recursos humanos e técnicos, deslocações, maquinaria auxiliar, veículos, custos auxiliares e de provisão das infraestruturas e custos de sensibilização.

Nº de válvulas de retenção operacionais (NDV)	Preço Fixo Mensal (PF)
1.250<NDV<1.500
1.501<NDV<1.750

Em que:

- **NDV (Nº de válvulas de retenção)**, correspondentes à média mensal das válvulas operacionais contabilizadas diariamente, isto é, que nesse dia não tenham estado inoperacionais, qualquer que seja o motivo;

- O **PV (preço variável mensal)** - inclui todos os custos variáveis da exploração e manutenção, nomeadamente mas não exclusivamente, os filtros das centrais, obras e peças de reposição das centrais e das redes, consumo de energia elétrica e reposição de equipamentos;

$$PV = \frac{(1.250 \times PB) + (NDV - 1.250) : 1,75 \times PB}{12}$$

Em que;

- **PB = Preço Base das válvulas,**

Os valores não incluem IVA;

3. Caso haja empate aplicar-se-á o sorteio e a proposta será selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação na plataforma eletrónica, “acinGov”.

Artigo 34.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes, esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica “acinGOV”, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 35.º

Análise das propostas e Relatório Preliminar

1. O Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre as propostas, ordenando-as e classificando-as de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo 33.º.
2. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
3. No relatório mencionado no ponto anterior, se for o caso, o Júri fundamenta as razões porque propõe a exclusão de qualquer proposta, pelos motivos previstos no n.ºs 2 do artigo 146.º do CCP, com as necessárias adaptações, nomeadamente:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, o Contraente Público tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º1 do artigo 57.º do CCP;
 - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
 - f) Que sejam apresentadas como variantes;
 - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
 - i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;

j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;

l) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o Programa do Procedimento assim o preveja expressamente;

m) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Artigo 36.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica “**acinGOV**”, para que, num prazo de 5 dias úteis, se pronunciem sobre o mesmo.

Artigo 37.º

Relatório final

1. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do constante no n.º 3 do artigo 148.º do CCP.

Artigo 38.º

Decisão de adjudicação

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 39.º

Notificação da adjudicação

A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

Artigo 40.º

Documentos de habilitação

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para que este, através da plataforma eletrónica “acinGov”, no prazo de 10 (dez) dias a contar daquele ato, apresente os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do CCP.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Programa, do qual faz parte integrante.
3. O documento referido n.º 4 do artigo 81.º do CCP pode ser substituído por documento equivalente válido de acordo com os anexos IX-B e IX-C da Diretiva n.º2004/18/CE.
4. Quando os documentos a que se referem os números que antecedem, se encontrarem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário em substituição do modo de apresentação previsto no número 1, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
5. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta final apresentada por um agrupamento, a entrega dos documentos de habilitação segue o regime do artigo 84.º do CCP.
6. Do exposto resulta a obrigação de apresentação de outros documentos, que sejam instrumentais, como é o caso da certidão do registo comercial ou do código de acesso para a sua consulta *online*, indispensável à prova da identidade dos titulares dos órgãos sociais relativamente aos quais deve ser comprovado de que não se encontram na situação prevista na alínea i) do artigo 55º do CCP.
7. Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
8. Em caso de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário dispõe, ainda, de um prazo de 10 dias úteis para a supressão dessas irregularidades.

9. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes, da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibiliza-os para consulta de todos os concorrentes na plataforma eletrónica “acinGov”.
11. No caso de a plataforma eletrónica “acinGov” se encontrar indisponível, e apenas nesta situação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, os documentos de habilitação devem ser enviados, para o seguinte endereço eletrónico dmhu.dhu@cm-lisboa.pt com exclusão de qualquer outro.

Artigo 41.º

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução mediante garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro, nos termos dos modelos constantes dos Anexos XII, XIII e XIV do presente Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante.
2. O valor da caução é de 5% do preço contratual, sendo de 10% se o preço total da proposta adjudicada for considerado anormalmente baixo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art. 89º do CCP.
3. Simultaneamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para que este, no prazo de 10 dias úteis a contar daquele ato, preste a caução referida no presente artigo, e comprove essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

Artigo 42.º

Minuta de contrato

- 1 – A minuta do contrato será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.
- 2 – Nos casos previstos no número anterior, quando não haja lugar à prestação de caução, a minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

Artigo 43.º

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77 do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 44.º

Despesas e encargos

1. Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
2. São encargos do Adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, prestação da caução, bem como sendo o caso, os emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 45.º

Impugnações administrativas

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica “acinGov”.

Artigo 46.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor, e demais legislação complementar.

ANEXOS

A – ANEXOS DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Anexo I

Modelo de declaração

Requisitos mínimos de Capacidade Financeira do candidato

[a que se refere o n.º 2 do artigo 165.º do CCP e artigo 11º ao Programa de Procedimento]

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das Peças do Procedimento relativo à “**Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações**”, declara (m), sob compromisso de honra, que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e se encontram de acordo com as demonstrações de resultados dos Relatórios e Contas relativos aos últimos três exercícios concluídos e com as contas legalmente aprovadas.

O requisito mínimo de capacidade financeira é traduzido pela seguinte expressão matemática:

$$V \times t \leq R \times f$$

sendo:

- V , o preço base indicado no Caderno de Encargos;
- t , a taxa de juro EURIBOR a seis meses, acrescida de 200 pontos base, divulgada à data da publicação do anúncio do Concurso no Diário da República;
- f fator f , igual ao indicado no n.º 1 do artigo 11º;
- R , o valor médio dos resultados operacionais do candidato nos últimos três exercícios, calculado com recurso à seguinte função:

$$R = \frac{\sum_{i=1}^{i=3} EBIDTA(i)}{3}$$

sendo EBIDTA (i):

- a) No caso de candidatos com contabilidade organizada nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) criado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, definidos como previsto no anexo nº 2 à Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro;
- b) No caso de candidatos com contabilidade organizada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade (POC) criado pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, os proveitos operacionais deduzidos das reversões de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, mas sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões, apresentados pelo candidato no exercício i, sendo este um dos três últimos exercícios concluídos, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas;

No caso do candidato se ter constituído há menos de três exercícios, para efeitos do cálculo de R só são tidos em conta os resultados operacionais do candidato nos exercícios concluídos, sendo o denominador da função adaptado em conformidade.

(Local), ... (data), ... [assinatura].

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere o n.º 1 do artigo 168.º do CCP]

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças do procedimento de **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”** vem, por este meio apresentar a respetiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos destinados à qualificação (2):

a)

b)

2 — Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (6) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7)] (8);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (9);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (11);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), ... (data), ... [assinatura (17)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

- (6) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (9) Declarar consoante a situação.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (17) Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 168.º

Anexo III

Modelo de Declaração Identificação agrupamentos

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das Peças
do Procedimento relativo à **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção
Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”** declaram, sob compromisso de
honra que, em caso de adjudicação, se constituirão em consórcio externo em regime de
responsabilidade solidária, em que a constituição do agrupamento será a seguinte:

Empresa	Sede	Nº Telefone	E-Mail	% Participação no Agrupamento

Mais declaram que o âmbito da participação de cada empresa na prestação de serviços é:

Empresa	Serviços

Declaram ainda que se assumem solidariamente responsáveis pelo perfeito e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas no âmbito do presente concurso.

(Local), ... (data), ... [assinatura].

Anexo IV

Modelo de Declaração Obrigatória

Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato

(alínea 1.1, ponto 1 do artigo 12.º do Programa de Procedimento)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das Peças do Procedimento relativo à **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, declara (m), sob compromisso de honra, que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e que a sua representada concluíram nos últimos **5 anos**, até ao dia 1 de janeiro de 2017, trabalhos de Exploração Técnica, Operação e Manutenção de Sistemas de Recolha Automática de RU, em instalações, **com um mínimo de 250 válvulas de descarga de RU associadas, atendendo às características técnicas do sistema atualmente existente no Parque das Nações**, sendo a sua participação, no âmbito desse contrato, individual ou, se incluída num agrupamento, como líder desse agrupamento ou com uma participação igual ou superior a 40%).

Designação do contrato	Descrição do contrato	Cliente	Valor do contrato	Anos de início e conclusão do contrato de prestação de serviços	Duração de anos e/ou meses	Local	Participação (*)
				_a			
				_a			
				_a			
				_a			
				_a			

Nota: (*) selecionar a aplicável: individualmente; líder de agrupamento; % de participação no agrupamento

(Local), ... (data), ... [assinatura].

Anexo V

Modelo de Declaração

Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato

(alínea 1.2, ponto 1 do artigo 12º do Programa de Procedimento)

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das Peças do Procedimento relativo à “**Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações**”, declara (m), sob compromisso de honra, que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e que fazem parte da sua equipa técnica, ou da sua representada, os seguintes elementos, que serão posteriormente afetos à equipa:

Designação do contrato	Indicação do pessoal efetivo médio anual (por categoria)	Anos de experiência na empresa	Local onde exercem atividade	Participação (*)
		_a		
		_a		
		_a		
		_a		
		_a		

Nota: () selecionar a aplicável: individualmente; líder de agrupamento; % de participação no agrupamento*

(Local), ... (data), ... [assinatura].

AnexoVI

Modelo de Declaração

Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato

(alínea 1.3, ponto 1 do artigo 12.º do Programa de Procedimento)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das Peças do Procedimento relativo à **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, declara (m), sob compromisso de honra, que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e que possuem um software próprio para operar sistemas de recolha automática de RU, em instalações, **com um mínimo de 250 válvulas de descarga de RU associadas, compatível com a tecnologia atual do sistema e coma possibilidade de integrar futuros desenvolvimentos e extensões do mesmo**, sendo a sua participação, no âmbito desse contrato, individual ou, se incluída num agrupamento, como líder desse agrupamento ou com uma participação igual ou superior a 40%).

Designação do contrato	Cliente	Tipo de software utilizado	Anos de início e conclusão do contrato de prestação de serviços
			_a
			_a
			_a
			_a
			_a

Nota: (*) selecionar a aplicável: individualmente; líder de agrupamento; % de participação no agrupamento

(Local), ... (data), ... [assinatura].

Anexo VII

Modelo de Declaração

Requisitos Mínimos de Capacidade Técnica do candidato

(alínea 1.4, ponto 1 do artigo 12.º do Programa de Procedimento)

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das Peças do Procedimento relativo à **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, declara (m), sob compromisso de honra, que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e que detêm a capacidade de repor a normalidade em situações de falha ou paragens críticas do sistema, nomeadamente: *Dispositivos de intervenção; Política de gestão de stocks; Prontidão de equipas técnicas e Tempos de Resposta*, sendo a sua participação, no âmbito desse contrato, individual ou, se incluída num agrupamento, como líder desse agrupamento ou com uma participação igual ou superior a 40%.

Designação do contrato	Cliente	Descrição dos dispositivos utilizados	Política de gestão de stocks	Prontidão de equipas técnicas	Tempos de resposta

(Local), ... (data), ... [assinatura].

Anexo VIII

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Cocontratante no procedimento de **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460º do CCP, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2- O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados 9] os documentos comprovativos de que a sua representada 10 não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do CCP;

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como

concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) *Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*
- (2) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*
- (3) *Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.*
- (4) *Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.*
- (5) *Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.*
- (6) *Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.*
- (7) *Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.*
- (8) *Declarar consoante a situação.*
- (9) *Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*
- (10) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*
- (11) *Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º*

B – ANEXOS DA FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO

Anexo IX

Convite

Para a apresentação de proposta no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação n.º ____/CLPQ/DA/CCM/2017 para “Aquisição de Serviços de Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automático de Resíduos Urbanos no Parque das Nações”

1. Em cumprimento do disposto no artigo 189.º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12/07 e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, doravante designado por CCP e, na sequência da qualificação da candidatura apresentada por... (*identificação da entidade candidata: denominação, sede e correio eletrónico*), o Município de Lisboa, através do Departamento de Higiene Urbana da Direção Municipal de Higiene Urbana, sita no Edifício do Entrepasto na Av. Dr. Francisco Luís Gomes, 1, Piso 5 Fração 5.3, 1800-177 Lisboa (*Telefone: 218172960, correio eletrónico dmhu.dhu@cm-lisboa.pt*), convida-o a apresentar proposta, no âmbito do presente “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a “Aquisição de Serviços de Exploração Técnica e Manutenção do Sistema de Recolha Automático de Resíduos Urbanos no Parque das Nações.””.

2. O presente concurso limitado por prévia qualificação foi publicitado na 2.^a Serie do Diário da Republica n.º [número], de [dia] de [mês] de [ano], através do anúncio n.º [número]; foi igualmente publicitado no Suplemento S [número] do Jornal Oficial da União Europeia, de [dia] de [mês] de [ano], através do anúncio n.º [número].
3. A plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade pública adjudicante para a receção das propostas é a «acinGov», acessível através do site <https://www.acingov.pt>, onde é disponibilizado o caderno de encargos aos candidatos que ainda o não tenham adquirido.
4. A receção da proposta dever ocorrer ate [dia] de [mês] de [ano].
5. Os pedidos de esclarecimentos sobre as peças do procedimento encontram-se regulados no artigo 5.º do Programa do Procedimento, de acordo, aliás, com o disposto nos artigos 50.º e 166.º, ambos do CCP.
6. Os candidatos convidados a apresentar proposta, podem apresentar uma lista de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos definidos no artigo 22º do Programa do Procedimento, de acordo com o estabelecido no artigo 61.º do CCP.
7. O preço máximo que a entidade pública adjudicante se disponibiliza a pagar pela execução das prestações contratuais, objeto do presente procedimento adjudicatório, encontra-se definido no artigo 1.º do Caderno de encargos.
8. A proposta do candidato convidado que apresentar preços iguais ou inferiores a 50% relativamente aos preços fixados no caderno de encargos, será considerada como anormalmente baixo, de acordo com o estipulado no artigo 28º do Programa do Procedimento.
10. A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica referida no n.º 3 supra.
11. A proposta deve ser constituída pelos documentos indicados no artigo 25º do programa do procedimento e será analisada de acordo com o critério de adjudicação constante do artigo 32º do programa do procedimento.
12. No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, os documentos referidos no n.º 11 devem ser assinados pelo representante comum.
13. O modo de apresentação da proposta encontra-se regulado no artigo 24º do Programa do Procedimento em consonância com o estatuído no artigo 62.º do CCP. 14.
14. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, conforme indicado no artigo 26º do programa do procedimento.
15. Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante o prazo fixado no artigo 30º do programa de procedimento.
16. A caução segue os trâmites indicados no artigo 41º do programa do procedimento.
17. Em tudo o mais serão seguidas as regras constantes do programa do procedimento.

Anexo X

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 -... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; (12)

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga - se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

Anexo XI

Minuta da Proposta

(a que se refere o artigo 24.º do Programa de Procedimento)

_____ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público Internacional para a **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, a que se refere o anúncio datado de / / , obriga-se a celebrar o contrato em conformidade com o Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos Anexos, nas seguintes condições:

	Proposta
Preço Global da proposta pelos 5 anos (<i>expresso em euros, por extenso e sem IVA</i>).	
Preço fixo mensal de acordo com as válvulas operacionais (NDV) para o seguinte intervalo 1.250<NDV<1.500 (<i>expresso em euros, por extenso e sem IVA</i>).	
Preço fixo mensal de acordo com as válvulas operacionais (NDV) para o seguinte intervalo 1.501<NDV<1.750 (<i>expresso em euros, por extenso e sem IVA</i>).	
Preço base das válvulas (<i>expresso em euros, por extenso e sem IVA</i>).	

Em que;

- 1) O **preço total mensal** é **calculado** através da soma de duas parcelas, uma fixa (PF) por escalões e outra variável (PV), na proporção dum **Preço Base (PB)** por abertura de válvula de retenção, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = PF + PV$$

- 2) O **PF (Preço Fixo)** - incluirá todos os custos fixos da exploração, operação e manutenção do sistema, nomeadamente, recursos humanos e técnicos, deslocações, maquinaria auxiliar, veículos, custos auxiliares e de provisão das infraestruturas e custos de sensibilização;
- 3) O **PV (preço variável mensal)** - inclui todos os custos variáveis da exploração e manutenção, nomeadamente mas não exclusivamente, os filtros das centrais, obras e peças de reposição das centrais e das redes, consumo de energia elétrica e reposição de equipamentos;

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

Anexo XII

Garantia Bancária

(a que se refere o artigo 26.º do Programa de Procedimento)

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de Cocontratante e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto a **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, ”, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML), sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.

Anexo XIII

Caução

(a que se refere o artigo 41.º do Programa de Procedimento)

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (...euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de Cocontratante e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento de serviços para a **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”**, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML), sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que....., assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.

Anexo XIV

Modelo de Guia de Depósito

(a que se refere o artigo 26º do Programa de Procedimento)

Euros.....€

Vai....., residente (ou com escritório) emna.....depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da.....(instituição) a quantia de (por extenso).....(em dinheiro ou representada por).....como depósito exigido pela sua qualidade de Cocontratante do Concurso Limitado por Prévia Qualificação com Publicidade Internacional Nº ____/CLPQ/DA/CCM/2017 para, **“Aquisição de Serviços de Exploração, Operação e Manutenção Técnica do Sistema de Recolha Automática do Parque das Nações”** de harmonia com o disposto no Convite e a notificação da adjudicação, ofício nºdatado dede.....20.... .

Este depósito fica à ordem do Município de Lisboa, a quem dever ser remetido o respetivo conhecimento.

Data:..... .

Assinatura:

DELIBERAÇÃO Nº 287/AML/2017

Proposta nº 480/CM/2017 – Assunção de compromissos plurianuais, no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família, para o ano letivo 2017/2018.

Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Albergaria

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA Nº 480/2017

Aprovar submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família, para o ano letivo 2017/2018, nos termos da proposta.

Pelouro: Educação - Vereadora Catarina Albergaria

Serviços: Departamento de Educação

Considerando que:

É competência da Câmara Municipal de Lisboa deliberar no domínio da ação social escolar, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

O Despacho n.º 9265-B/2013, de 12 de julho, publicado no Diário da República, n.º 134, 2ª série, de 15 de julho, veio estabelecer as novas regras a observar na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF), a partir do ano letivo 2013/2014;

As Atividades de Animação e de Apoio à Família e a Componente de Apoio à Família, no âmbito da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, se revestem de grande importância para o desenvolvimento das crianças e alunos na aquisição de novas competências e promoção do seu sucesso escolar e constituem uma resposta fundamental às necessidades das famílias da cidade de Lisboa;

Para garantir o acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico nos períodos que vão além da componente curricular e durante as atividades de interrupção letiva, e o acompanhamento das crianças do pré-escolar antes e depois do período de atividades educativas e durante os períodos de interrupção das atividades letivas, a Câmara Municipal de Lisboa deverá celebrar protocolos de colaboração com diversas entidades para o ano letivo de 2017/2018;

A despesa para o ano letivo 2017/2018 resultante da implementação dos referidos programas tem um valor total previsto de 2.772.954,97 €, sendo que 1.732.353,40 € respeitam ao valor a transferir para Juntas de Freguesia e 1.040.601,57 € respeitam ao montante a transferir para Outras Entidades (Associações de Pais e Associações sem fins lucrativos);

Do valor total previsto supra referido, 831.886,49 € constituem um encargo para o ano de 2017 e 1.941.068,48 € constituem um encargo para o ano de 2018;

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

A presente repartição de encargos não está abrangida pela autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal aprovada pela Assembleia Municipal (Deliberação n.º 396/AML/2016) na reunião de 22 de novembro, através da Proposta n.º 600/2016;

Pelo exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais, incluindo a autorização da sua flexibilidade entre anos, no valor total de 2.772.954,97 €, referente ao desenvolvimento de Atividades de Animação e de Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família no ano letivo 2017/2018, conforme se indica:

Ano 2017 - 831.886,49 €,

Ano 2018 - 1.941.068,48 €.

Relativamente ao ano económico de 2017, a despesa no valor de 312.180,47 € (Outras Entidades) será considerada na orgânica L21.01, rubrica económica 04.07.01 da Ação do Plano C2.P005.02 e a despesa no valor de 519.706,02 € (Juntas de Freguesia) será considerada na orgânica L21.01, rubrica económica 04.05.01.01.03 da Ação do Plano C2.P005.02.

No que se refere ao ano económico de 2018, a despesa no valor de 728.421,10 € (Outras Entidades) deverá ser considerada na orgânica L21.01, rubrica económica 04.07.01 da Ação do Plano C2.P005.02 e a despesa no valor de 1.212.647,38 € (Juntas de Freguesia) deverá ser considerada na orgânica L21.01, rubrica económica 04.05.01.01.03 da Ação do Plano C2.P005.02.

Publica-se às 5.as-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt